

Humanidades

18

Exterior US\$ 9.50 (surface) US\$ 14.50 (air)



Olhares e Literaturas da América Latina

O CERCO AO ÍNDIO BRASILEIRO



BRB-21 ANOS

O Banco de Brasília chega à maioridade com a reafirmação do compromisso assumido 21 anos atrás: o de ter no lucro social a sua razão de existir.

Essa filosofia de trabalho direcionou a atuação do BRB durante todo esse tempo, no sentido de fortalecer todas as atividades produtivas do Distrito Federal e da Região Geoeconômica.

Os lucros que o BRB registra ano a ano são reaplicados nessa ação de fomento, fazendo surgir novas empresas e ampliando o mercado de trabalho para a nossa população.

Quem faz aniversário é o BRB.

Mas quem ganha a festa é você.



MODERNIZAR A PREVIDÊNCIA É MODERNIZAR O BRASIL.

115 milhões de brasileiros precisam da Previdência desde o nascimento até a morte.

O povo da Previdência é quase todo o povo do Brasil.

E a Previdência é do povo. Com todas as suas falhas, insuficiências e injustiças. E com toda a grandeza de sua missão social, que nem todos conseguem ver.

A conquista da justiça social passa, em grande escala, pela Previdência.

Mas por uma Previdência moderna, ágil, dinâmica e justa, que deve ser construída sem demora.

Uma Previdência que funcione, dê respostas rápidas e atenda bem a todos os brasileiros.

Esta é uma obra gigantesca e urgente. Devemos informatizar todo o sistema previdenciário e elevar seu grau de eficiência.

Por isso mesmo, esta tarefa é

não só do governo e do Ministério da Previdência, mas também de todos os funcionários e, mais ainda, de todas as forças vivas do país, sensíveis à questão social.

Trata-se de uma tarefa que requer a participação e o talento de milhões de brasileiros, de dentro e de fora da Previdência.

A luta já começou. Nós estamos empenhados nela e sabemos que não vai terminar tão cedo e certamente exigirá o esforço de mais de uma geração.

O importante é avançar e continuar avançando. E ter a consciência

bem clara de que é por aí que transita o futuro do Brasil moderno.

Ou o futuro seguirá sendo apenas uma esperança.

EFICIÊNCIA

PARTICIPAÇÃO

JUSTIÇA

AGILIDADE

RAPIDEZ

MELHOR
ATENDIMENTO



PREVIDÊNCIA

MODERNIZAR PARA FUNCIONAR

Ministério da Previdência
e Assistência Social – MPAS

Governo José Sarney
Tudo Pelo Social

■ EM GUERRA PERMANENTE

À luz da lógica e da ética, e não à luz do medo, todas as guerras são igualmente estúpidas. Cada morte provocada pelos homens é igualmente imoral.

A luta pela paz não pode se limitar a formas visíveis de guerra. A paz só se diz no singular, porque ela é contra todas as guerras e só o fim de todas elas significará a única forma de paz. Para isto, uma luta constante deve ser feita, ao nível da consciência dos homens, contra talvez a mais absurda das guerras, porque é a menos visível, e contra a inteligência e a lógica: a guerra ideológica, que não apenas provoca as demais guerras, mas comete o crime de escondê-las, e, assim, legitimá-las.

É por causa desses esconderijos ideológicos que não se considera como guerra a morte de milhares de esfomeados, pisando a terra fértil que não lhes deixam trabalhar. Não se vêem como vítimas da guerra os milhões que perambulam sem rumo através da abundância. Não se vê como guerra a violência maior de jogar na violência, como forma de vida, os jovens das periferias urbanas das grandes cidades dos países pobres.

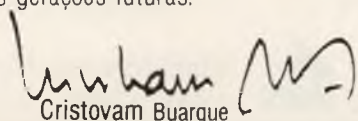
Em uma sociedade onde sucessivas gerações nascem e morrem no campo de batalha seria difícil desenvolver o conceito de guerra, e, portanto, de paz. Cada dia, diante de nossa total indiferença, morre, por causas sociais, um número de pessoas superior ao das mortes provocadas pelas duas bombas atômicas que, diante do horror de todos os homens, explodiram em Hiroshima e Nagasaki.

Esta indiferença decorre da insensibilidade com que o cotidiano cria uma ideologia que se espalha pelo inconsciente coletivo da sociedade, camuflando absurdos que, ao serem óbvios, passam a ser parte do aceitável.

Nas últimas décadas, com o crescimento do temor motivado pelo potencial das armas modernas, cresceu a ânsia pela paz contra as guerras visíveis: a nuclear e as convencionais. Mas o homem continua insensível às outras guerras. Nenhuma ética justifica que o homem se rebelde mais contra a guerra nuclear do que contra a guerra que mate um único soldado. Da mesma forma que nada faz a guerra convencional, com dezenas de milhares de mortos por balas, ser mais brutal do que a contínua, diária, guerra invisível que mata pela fome milhares de recém-nascidos; ou que inutiliza milhares de homens pelo desemprego; ambos, fome e desemprego, produtos dos homens, em suas absurdas relações.

A luta pela paz exige o entendimento, o esclarecimento, a denúncia e a reformulação do próprio conceito de guerra – ampliando-o a todas as formas de destruição do patrimônio humano, provocadas, contraditoriamente, pelo poder e esforço criativo do homem.

Nesta luta de idéias, pela paz singular contra todas as guerras, a educação é o principal fator, a escola o principal exército. Mas um fator que não cumprirá seu papel se for apenas um agente propagandístico. É preciso que a escola que busque a paz seja uma escola que busque desvendar o véu que encoberta todas as formas de relações injustas entre os homens. Uma escola onde o mais importante elemento de busca seja a formulação de uma sociedade ética, onde o potencial criativo do homem seja usado em liberdade por cada homem para ampliar o patrimônio humano e reparti-lo igualmente entre os homens desta e de todas as gerações futuras.


Cristovam Buarque

Reitor da UnB e Presidente do Conselho da Universidade para a Paz das Nações Unidas



Capa: Equipe de arte
Foto: Ricardo Junqueira
Colaboração: Mário Maciel

Humanidades

A revista **Humanidades** é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília

Editora-chefe: Sílvia Távora
Conselho Editorial: Bárbara Freitag, Décio Garcia Munhoz, Douglas Marques de Sá, João da Rocha Hirson e José Carlos Córdova Coutinho
Autores: Alcida Rita Ramos, Argemiro Procópio, Bruce Albert, Carlos Eduardo de Senna Figueiredo, Domicio Proença Júnior, Frank Barnaby, João Gabriel Lima Cruz Teixeira, João Pacheco de Oliveira Filho, José Menezes de Moraes, José Oscar Beozzo, Marco Aurélio Garcia, Marcos Castrioto de Azambuja, Marian Dobrosielski, Mercedes Depino, Patricia Vazquez, Rafael José Menezes Bastos, Roberto Romano da Silva, Roque de Barros Laraia, Theofânio dos Santos e Vicenç Fisas
Versões: Mark Ridd e Sara Almarza
Edição de textos e revisão: Edson Cardoso
Redação geral: Tetê Catalão
Edição de arte, diagramação e arte-final: Célia Matsunaga, Marcelo Terraza e Sérgio Bessa
Ilustrações: Luiz Gallina e Nelson Maravalhas
Fotografia: Alcida Rita Ramos, Bruce Albert, Graça Seligman, João Gabriel Lima Cruz Teixeira, Mila Petrillo e Ricardo Junqueira
Marketing e comercialização: Deusa Ribeiro, José Humberto Mancuso e Maurício Sampaio Cavalcanti
Secretaria-de-produção: Elmano Rodrigues Pinheiro e Guacira Cesar de Oliveira
Promoção, vendas e assinaturas: Alexandre Lima
Apoio administrativo: Elias Romcy Pereira
Cadastro de assinaturas: Rosa Maria Dantas de Oliveira e Gilmar Castelo Branco
Preços: Cz\$ 400,00 (exemplar avulso)
Cz\$ 1.500,00 (assinatura 4 números)
Cz\$ 1.200,00 (assinatura para estudantes)
Endereço: Revista Humanidades-Editora Universidade de Brasília Campus Universitário – Asa Norte – Prédio Dois Candangos
Caixa Postal 153001
70910 – Brasília - DF – Brasil
Telefones: (061) 274-5352, 274-3182, 273-1055 (diretos), 274-0022 r. 2110 e 2101
Telex: (061) 1083 UNBS-BR
Fotocomposição e impressão: Escopo Editora
Fotolitos: Polcor Reproduções Gráficas e Editora Ltda

Os artigos publicados são da inteira responsabilidade de seus autores. Todo material publicado – artigos, resenhas, ilustrações e fotos – só pode ser reproduzido com a autorização expressa da Edição.

Os direitos autorais dos textos reproduzidos são de propriedade da Editora Universidade de Brasília.

Nota: A edição da revista agradece ao CNPq, à FINEP e ao MEC pelo apoio financeiro prestado a este número.

Editora Universidade de Brasília: Timothy Muhlolland (Diretor)

Universidade de Brasília: Cristovam Buarque (Reitor) João Cláudio Todorov (Vice-Reitor)

-
- 4 EDITORIAL
Em guerra permanente ☐ Cristovam Buarque
- 8 CULTURA DE PAZ
O contexto do conflito ☐ Vicenç Fisas
- 14 DIALÉTICA
A dança e a lira (notas sobre a guerra e a paz em Hegel, Empédocles e Hölderlin) ☐ Roberto Romano da Silva
- 19 TEOLOGIA
Sollicitudo Rei Socialis – a encíclica do desencanto ☐ Pe. José Oscar Beozzo
- 22 PAZ
O fator humano na construção da paz ☐ Marian Dobrosielski
- 30 INDÚSTRIA
Guerra S. A. (os negócios bélicos do Brasil) ☐ Domicio Proença Júnior
- 36 FORÇAS ARMADAS
O compromisso militar na América do Sul ☐ Mercedes Depino e Patricia Vásquez
- 40 EDUCAÇÃO SOLIDÁRIA
Os dez princípios para o desarmamento
- 42 ORIENTE MÉDIO
O ventre da besta ☐ Frank Barnaby
- 48 ESTRATÉGIA
Desarmamento: uma perspectiva brasileira ☐ Marcos Castrioto de Azambuja
- 54 IMPASSE
O combate pacífico pela sobrevivência ☐ Theotônio dos Santos
- 63 VIOLÊNCIA
A tortura resiste ☐ Sérgio Adorno e Paulo Sérgio Pinheiro
- 67 HUMOR
- 70 AMAZÔNIA
Em nome do padre, da posse, do poder e do domínio santo... ☐ Argemiro Procópio
- 81 IN MEMORIAM
☐ Marco Aurélio Garcia
- 84 VIOLÊNCIA ÉTICA
O extermínio “acadêmico” dos Yanomami ☐ Bruce Albert e Alcida Rita Ramos
- 90 QUESTÃO INDÍGENA
Fronteiras de papel – o reconhecimento oficial das terras indígenas ☐ João Pacheco de Oliveira
- 104 ESPAÇO INDÍGENA
O movimento constante do povoamento indígena no Brasil ☐ Roque de Barros Laraia
- 110 ANTROPOLOGIA CULTURAL
Yawari – elo ritual entre língua e linguagem ☐ Rafael José Menezes Bastos
- 118 ARTE APLICADA
O teatro como tema sociológico e trama de vivência e ensino ☐ João Gabriel Lima Cruz Teixeira
- 125 LITERATURA LATINO-AMERICANA
Olhares e literaturas ☐ Carlos Eduardo de Senna Figueiredo



A EDIÇÃO AGRADECE A COLABORAÇÃO DE CLÓVIS BRIGAGÃO, SECRETÁRIO GERAL-ELEITO DA IPRA NO BRASIL, COMO EDITOR CONVIDADO PARA O TEMÁRIO DE GUERRA E



SE É DE PAZ FAZ...

OS PACÍFICOS NÃO PODEM VIVER PACIFICAMENTE, ALHEIOS. O PIOR MÍSSIL É A OMISSÃO. O PACIFISTA FAZ NO COTIDIANO A PAZ QUE O IDEAL COLETIVO TERÁ UM DIA PROJETADA. OS ARSENAIS DOS CREDORES, AS OGIVAS DA MISÉRIA, AS ARMAS QUE ANULAM O DESENVOLVIMENTO PLENO DE UMA PESSOA IMPEDEM A PAZ. A ARROGÂNCIA CIENTÍFICA PELA SUPREMACIA DE UM SABER, OS DOGMAS RELIGIOSOS E PARTIDÁRIOS, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL; A VISÃO OBSESSIVA DO LUCRO E DO PODER SÃO FATORES MAIS LETAIS QUE UMA DETONAÇÃO NUCLEAR, POIS DESTROEM ENCOBERTOS PELA NARCOSE DO COTIDIANO PROGRAMADO. QUEM É DE PAZ, FAZ, AGORA, JÁ! Tetê Catalão

O CONTEXTO DO CONFLITO

Vicenç Fisas

O CONCEITO DE PAZ NÃO SE REFERE SOMENTE À AUSÊNCIA DE GUERRA MAS RELACIONA-SE COM A AUSÊNCIA DE QUALQUER TIPO DE VIOLÊNCIA QUE IMPEÇA A SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS. ASSIM, A PAZ SE CARACTERIZARIA "POR UM ELEVADO GRAU DE JUSTIÇA E UMA EXPRESSÃO MÍNIMA DE VIOLÊNCIA" TRATA-SE DA POSSIBILIDADE DE REENCONTRO DO SER HUMANO COM SEU AMBIENTE SOCIAL, POLÍTICO, ECONÔMICO, TECNOLÓGICO E ECOLÓGICO, EM TERMOS DE EQUILÍBRIO E ISENTO DE OPRESSÃO.

Tradução: Marcos Bagno

Durante as últimas décadas, a maior parte do esforço do movimento para a paz, e inclusive a própria investigação multidisciplinar em torno da paz, tem estado centrada na análise dos processos de rearmamento e militarização internacional. Os evidentes riscos, a curto e médio prazo, derivados destes processos, explicam a atenção preferencial dispensada à busca de alternativas para tais problemas. Esta relativa monopolização temática tem implicado, entre outras coisas, um certo abandono na reflexão e atuação a respeito de outros aspectos relacionados com a idéia da paz e, particularmente, a respeito do traçado e da construção do que se veio a chamar "cultura de paz", isto é, uma proposta e uma vivência cultural que não esteja dissociada do conceito de paz.

Na verdade, as contribuições que se vêm desenvolvendo neste sentido não são muito numerosas. O hábito de centrar-se na crítica do existente, certamente necessário, tem dificultado a elaboração de um discurso em termos positivos, isto é, dirigido a propor formas alternativas. Parece necessário, pois, e esta seria uma primeira conclusão, vincular o trabalho de análise crítica dos processos de destruição à tarefa, igualmente necessária, de desenvolver propostas criativas que possibilitem a transformação do sistema atual.

Estabelecer um discurso sobre a idéia de "cultura de paz" não é, evidentemente, uma empresa fácil, máxime se se pretende não incorrer numa proposta superficial ou excessivamente reduzida. O handicap que supõe a análise da cultura é já, de por si, notável, e mais ainda se se pretende traçar uma alternativa às atuais formas culturais. Assim, pois, um segundo princípio haveria de ser a tomada de consciência de que nos lançamos a um propósito realmente difícil e complexo, que requererá múltiplas e diferentes contribuições, especialmente aquelas que não estejam sujeitas a um excessivo dogmatismo. O que se vai expor neste artigo não é mais que um conjunto de idéias derivadas de reflexões já elaboradas por outras pessoas, numa tentativa de colaborar no propósito de definir a base sobre a qual haverá de formular-se a "cultura de paz". Vejamos, antes de tudo, que significação têm para nós os termos "cultura" e "paz".

Para Marcuse¹ a cultura aparece como "o complexo de objetivos (valores) morais, intelectuais e estéticos que uma sociedade considera que constitui o desígnio da organização, da divisão e da direção de seu trabalho, 'o bem' que se supõe realiza o modo de vida que se estabeleceu". Em sua opinião, a cultura pode definir-se também como o processo de "humanização", "caracterizado pelo esforço coletivo de proteger a vida humana, de apaziguar a luta pela existência, mantendo-a dentro de limites governáveis, de estabilizar uma organização produ-

va da sociedade, de desenvolver as faculdades intelectuais do homem e de reduzir e sublimar as agressões, a violência e a miséria"². A análise da cultura supõe, desta forma, a análise do conjunto de valores e objetivos que uma sociedade estabeleceu como normas reguladoras de seu modo de vida, isto é, algo superior às simples formas de organização. Elucidar até que ponto nossa cultura humaniza ou desumaniza há de ser, também, um dos pontos centrais de nossa reflexão.

O conceito de cultura tem sido relacionado tradicionalmente com o da **satisfação das necessidades humanas**. A partir de uma visão funcionalista, Malinowski³ assinalava, em 1944, que a cultura é um todo funcional que está a serviço das necessidades humanas, e que cada necessidade suscita um tipo de resposta cultural a fim de satisfazê-la. Para Malinowski existem dois tipos de necessidade: as biológicas (metabolismo, reprodução, bem-estar corporal, segurança, movimento, crescimento e saúde) e as derivadas. Estas últimas derivam das biológicas e são as que fizeram surgir as formas mais elaboradas e complexas de cultura, como formas indiretas de satisfação das necessidades básicas.

A investigação para a paz desenvolvida a partir da década de 60, particularmente pelas mãos de Johan Galtung, abraçou o conceito funcionalista de necessidades básicas (as condições ambientais e biológicas que devem cumprir-se para a sobrevivência do indivíduo e do grupo)⁴ e ampliou esse conceito de **necessidades humanas básicas**, incluindo aspectos não materiais como as **necessidades políticas, sociais, jurídicas etc.**⁵ dando uma nova dimensão à idéia da paz e do que constitui a circunstância vital da pessoa. Neste sentido, poderíamos referir-nos igualmente à cultura, tal como faz Fernando Savater, como "o conjunto de respostas simbólicas e técnicas que possui uma comunidade humana para interpretar, valorizar e utilizar sua circunstância vital"⁶.

A partir desta ótica, o conceito de paz não se referiria somente à simples ausência de guerra, mas relacionar-se-ia com a **ausência de qualquer tipo de violência que impeça a satisfação de qualquer tipo de necessidade humana básica**. Assim, e em palavras de Galtung, a paz se caracterizaria "por um elevado grau de justiça e uma expressão mínima de violência"⁷. Qualquer discurso sobre cultura de paz terá de formular-se, acredito, a partir deste princípio.

O DIVÓRCIO ENTRE VALORES E FATOS

Se nos referimos a uma nova cultura de paz é porque partimos da convicção de que vivemos numa sociedade que nem satisfaz as necessidades humanas nem parece capaz de solu-



cionar satisfatoriamente os grandes problemas que se erguem para a humanidade. Vivemos numa civilização que proclama certos valores e diz defender certos direitos, e ao mesmo tempo nos oferece uma realidade bem diferente e distante daqueles valores. Tem razão Marcuse ao afirmar que “o reexame de uma cultura dada implica a relação dos valores com os fatos... como estão relacionados os meios da sociedade com os fins que ela mesma persegue?”⁸. Uma cultura de paz tem de tentar aproximar os valores que prega com os atos que pratica, fomentando o uso daqueles meios e instrumentos que permitam chegar aos fins, isto é, à plena realização dos valores sociais assumidos.

Uma cultura de paz terá de pôr em relevo, como assinalaram os Mitscherlich, “os lugares em que a sociedade tem de submeter-se a fundas transformações, muito provavelmente ali onde os tabus, os hábitos e os preconceitos, a consciência moral e a fé pretendem eximir de responsabilidade o homem”⁹. Uma cultura de paz implicará fomentar uma educação para a mudança social e uma pedagogia que desenvolva o conhecimento e a experimentação de alternativas.

O ser humano parece, mais que nunca, carente de pautas de comportamento e de instrumentos de atuação que lhe permitam encarar os grandes problemas sociais e assumir suas responsabilidades diante deles. Um dos fatos que mais tem chamado a atenção da filosofia social contemporânea é, precisamente, o contraste entre as incríveis realizações tecnológicas da espécie humana e a brutal incompetência da mesma espécie em conduzir seus assuntos sociais. Para Arthur Koestler¹⁰, “o primeiro passo para uma possível terapia é um diagnóstico correto do que não tem funcionado bem em nossa espécie”, e propõe a hipótese de que o *homo sapiens* seja uma espécie biologicamente aberrante, um erro da evolução, dotado de uma perturbação endêmica.

Sem necessidade de assumir este pessimismo biológico-evolutivo, os sintomas e causas que Koestler maneja para chegar a esta conclusão me parecem corretos e oportunos, razão por que nos referiremos a eles posteriormente. De qualquer forma, interessa-nos sublinhar este divórcio entre o ritmo do crescimento tecnológico e o da sensibilidade humana. Uma pessoa tão pouco suspeitosa como Toynbee escrevera, há mais de trinta anos, que “todos os povos e culturas, todas as comunidades de crença do planeta se encontram hoje, pela primeira vez na história, em estreito e mútuo contato físico. E não obstante continuamos a estar tão afastados mentalmente uns dos outros como antes, já que o coração e a sensibilidade dos homens não são capazes de seguir o ritmo que os descobrimentos mecânicos impõem”.

O discurso sobre a cultura de paz, portanto, terá de entrar necessariamente na reflexão sobre a conflitividade existente entre fins e meios. Tem razão Marciano Vidal quando afirma, na mais pura filosofia gandhiana, que “a ética cívico-cultural da paz tem de ser formulada e vivida mediante a tensão entre fins e meios. Os primeiros indicam estimativas e orientações axiológicas; os segundos suscitam atitudes e conduzem a pautas de comportamento. A integração de ‘fins’ e ‘meios’ constitui o núcleo originador do *ethos* cívico-cultural da paz”¹¹, e acrescenta: “a ética da paz se coloca como uma crítica e uma proposta de civilização. A ameaça atual contra a paz é de índole total: afeta toda a humanidade e compromete o significado total do humano. A paz é uma exigência totalizante. Por isso não cabem soluções de caráter meramente estratégico. Precisa-se de um questionamento e de uma reformulação de civilização”¹².

Um objetivo de tal grandeza requer, obviamente, uma análise profunda e global da crise atual, e não apenas, como é tradicional, de seus aspectos econômicos. Provavelmente teremos de considerar a crise, como já indicou José Luis Sampedro, “não como uma perturbação transitória do crescimento, mas como o

ocaso de um sistema que chegou a seu final histórico”¹³. Para Sampedro, o desenvolvimento industrial-consumista engendrou esta crise e entrou, por sua vez, em crise ao aproximar-se de seus limites: limites físicos (esgotamento de recursos não-renováveis), políticos (devido à resistência dos pobres) e psicológicos (representado pelo desdém da civilização industrial para com as necessidades materiais das pessoas).

À EMANCIPAÇÃO PELA DESMITIFICAÇÃO

Ao explicar as diferentes formas de agressividade existentes, Fromm¹⁴ referiu-se à “agressividade relativa” das pessoas ante a ameaça a seus interesses vitais. Entre as explicações desta agressividade relativa, Fromm destaca três fatores: (1) O ser humano cria símbolos e valores que se identificam com ele mesmo, com sua existência total. As ameaças aos símbolos são consideradas como ameaças às pessoas. (2) O ser humano cria ídolos aos quais se escraviza. Esta submissão realiza-se ante uma grande quantidade de ídolos, e de muito diferente significado (as ideologias, a idéia de soberania do Estado, a nação, a raça, a religião, o conceito de liberdade, socialismo ou democracia, a maximização do consumo ou da organização, etc.) (3) O homem é um ser sujeito à persuadibilidade e à sugestibilidade. É fácil persuadir alguém de que seus interesses vitais estão ameaçados, ainda que não o estejam de forma alguma.

Koestler¹⁵ referiu-se também a esta excessiva capacidade humana para a devoção fanática ao assinalar que “os contínuos desastres da história humana devem-se, antes de tudo, a esta facilidade e propensão excessivas a identificar-se com uma tribo, nação, igreja ou causa, e a abraçar seu credo sem a menor crítica e com entusiasmo cego”¹⁶. E tem razão quando conecta esta idolatria com a manipulação exercida através da linguagem, enquanto instrumento de agitação das paixões populares e de erguimento de barreiras étnicas. Para Koestler, “a linguagem é a arma mais mortífera de que o homem dispõe. O ser humano mostra-se tão acessível ao hipnotismo das palavras de ordem quanto ao contágio das doenças infecciosas. Quando uma pessoa se identifica com um grupo, seu raciocínio enfraquece, ao passo que suas paixões se avivam”¹⁷.

Uma cultura de paz teria de reduzir esta parafernália de símbolos e mitos modernos que dificultam que as pessoas assumam responsabilidades em primeira pessoa. Ademais, a delegação de responsabilidade e tomada de decisão a instâncias políticas afastadas da pessoa individual favorece o uso indiscriminado da violência por parte dessas instâncias, que têm integrado o uso da violência na prática comum da política e, dessa maneira, têm-na inserida na própria cultura. Neste sentido, Marcuse¹⁸ assinalou que “a cultura é o processo de sublimação, e hoje a violência e a agressão parecem estar menos sublimados que em períodos anteriores da história; seu predomínio em escala tão ampla invalida a idéia de um progresso na humanização. Além disso, a violência e a agressão, e sua institucionalização, podem muito bem ser parte integrante da cultura, de modo que a obtenção de – ou a aproximação de – objetivos culturais têm lugar mediante a prática da crueldade ou da violência”.

A MILITARIZAÇÃO DA MITOLOGIA

Como bem evidenciou Robin Luckham¹⁹, as armas estão modelando a consciência humana através do que se pode denominar a cultura armamentista, baseada na mitificação da arma ou, mais propriamente, dos sistemas de armas avançadas. Estas armas são o resultado de um processo específico de produção cultural, e figuram entre as realizações supremas da ciência e da tecnologia modernas.

Paralelamente, são símbolos em si mesmas, e como tais estão enraizadas num complexo tecido de mitos e ideologias. O armamento tem penetrado no próprio processo de "produção cultural" e, ao mesmo tempo, é produto de múltiplas formas de atividade cultural.

Para Lumsden²⁰, o militarismo é a **exploração militar da mitologia**, a fim de "legitimar" a expropriação do excedente de produção para objetivos macroparasitários ilegítimos. Em sua opinião, a mitologia tem, entre outras, duas funções sociais relacionadas com o militarismo: (a) a manipulação da incerteza e da ansiedade que provoca, e (b) o fortalecimento da solidariedade de grupo. Desta forma, acrescenta, "combater o militarismo implica transformar a cultura militarista e atacar todas as forças que promovem tal luta, nos meios de massa, na religião, na arte e nas ciências. Atacar não somente o *arms control*, mas o controle do pensamento para fins militaristas"²¹.

O certo é que as formas culturais – modos de pensar e de expressar – parecem estar cada vez mais condicionadas pelas estruturas militares. E como lembra Walker²², produz-se também o fenômeno inverso, isto é, que a **esfera cultural é, amiúde, uma importante fonte de legitimação de tendências rumo à militarização**.

Assim sendo as coisas, um projeto de cultura de paz há de ressaltar o princípio segundo o qual a **solução dos conflitos não há de estar inevitavelmente ligada à força militar**. Os projetos de alternativas de defesa tentam, neste sentido, unir os legítimos desejos de defesa ao princípio de não provocar e não ameaçar desnecessariamente ou em virtude de comportamentos patológicos. Em qualquer caso, como bem exprimiu Accame²³, a cultura da paz tem de tentar **introduzir categorias morais no contexto político**, desmilitarizando o comportamento político e libertando as políticas de defesa e segurança do componente militarista.

A DESMITIFICAÇÃO DAS AMEAÇAS

A mitologia belicista sobrevive, em parte, graças ao funcionamento de um mecanismo patológico denominado **superpercepção das ameaças**. Determinadas pessoas ou grupos de interesses atuam, não em função da realidade, mas sim, em função de más percepções da realidade ou, inclusive, pela crença de ver no exterior aquilo que, de fato, mais não é senão a projeção, para fora, de si mesmo. A distorção do que se vê, se percebe ou se analisa permite estabelecer certos mecanismos de defesa superdimensionados, a partir de um prévio superdimensionamento da ameaça, estabelecendo uma espiral que, na cultura armamentista, incide a perpetuação da carreira de armamentos.

Fromm²⁴ referiu-se a este importante problema, assinalando as dificuldades que o pensamento paranóide tem para diferenciar a "possibilidade" da "probabilidade". "Para um paranóide – explica Fromm – é logicamente possível que sua esposa, seus filhos e colegas o odeiem e estejam conspirando para matá-lo. Não se pode convencer o paciente de que seu engano é impossível: tudo o que se lhe pode dizer é que é extremamente improvável. Enquanto esta última posição requer um exame e uma avaliação dos fatos e também uma certa dose de fé na vida, a posição paranóide pode satisfazer-se com a simples possibilidade. Sugiro que nosso pensamento político sofre de tais tendências paranóides. **Deveríamos preocupar-nos não com as possibilidades, mas, antes, com as probabilidades**. Esta é a única maneira sã e realista de conduzir tanto os assuntos da vida nacional quanto os da individual".

Superdimensionado as ameaças é fácil criar inimigos, ainda que não existam na realidade, e dar a este inimigo uma categoria infra-humana mediante a manipulação da informação.

Para frear o natural desenvolvimento da democracia rumo a horizontes pacíficos, é preciso, como muito acertadamente sublinhou Carlos París²⁵, **"demonizar a realidade"**, apresentar a imagem de um inimigo vigilante, revestir a figura do 'outro' de sinais de Caim... No mundo atual, o ato de agressão, quando é exercido a partir do poder e apresentado, ainda por cima, como 'castigo', gera sua própria justificativa; ao criar o inimigo, envolve-o na condição de culpado: quem é inimigo num mundo bem organizado é automaticamente culpado".

FEMINIZAR A CULTURA

A cultura belicista e violenta tem, é justo reconhecê-lo, seus atores protagonistas. O gênero masculino tem, neste caso, uma responsabilidade importante como elemento dominante na formulação, regulamentação e controle de formas culturais opostas à obtenção da paz e da justiça social. Parece existir, ademais, uma correlação entre a dominação masculina, geralmente mediante uma organização social hierárquica e autoritária, e o elevado nível de violência social institucional, incluída a guerra²⁶. O homem, não a mulher, é quem tem apoiado e desenvolvido um sistema de guerra que absorve suicidas recursos materiais e humanos para a destruição da vida. Além disso, como fez notar Lilli Horvart²⁷, "na hierarquia de valores da cultura de guerra, o prestígio de cada função social parece inversamente proporcional a sua importância para a vida e diretamente proporcional a seu poder de destruição. O poder é, essencialmente, o poder de destruir. A submissão das mulheres é intrínseca a este sistema de valores".

Virginia Woolf, em seu admirável ensaio *Tres guineas*, escrito há cerca de meio século, mostra claramente algumas das características da cultura belicista viril quando afirma, referindo-se ao gênero masculino-militar, que "para vocês há uma glória na luta, certa necessidade, certa satisfação, que nós, mulheres, jamais sentimos nem gozamos"²⁸. E acrescenta: "Há três razões que induzem a pessoas do sexo de vocês a lutar: a guerra é uma profissão; é fonte de felicidade e diversão; e também é canal de viris qualidades, sem as quais os homens se sentiriam menos-prezados. Entretanto, esses sentimentos e opiniões não são universalmente compartilhados pelas pessoas do seu sexo"²⁹.

Virginia Woolf termina sua última carta com uma consideração que ficou para a posteridade, e que passou a ser patrimônio tanto do movimento feminista quanto do pacifista: "a melhor maneira de podermos ajudar você a evitar a guerra não consiste em repetir as suas palavras e em seguir os seus métodos, mas em **achar novas palavras e criar novos métodos**".

Uma boa parte do discurso elaborado até agora sobre a cultura de paz pode ser considerada como um aprofundamento a partir destas palavras de Virginia Woolf. Uma primeira consideração seria o que Fromm³¹ chamou a **cisão entre afeto e pensamento**, uma espécie de esquizofrenia de caráter leve, mas crônica, e que produz hostilidade e indiferença em relação à vida. Esta cisão entre o pensamento racional e as crenças irracionais, enraizadas nos afetos, é um dos obstáculos a superar num projeto de cultura de paz. A separação entre o mundo público e o privado, entre o político-abstrato e o cotidiano e interpessoal, entre o cérebro e o coração, conduz à desumanização da prática política e à des-sensibilização em relação ao político por parte de muitas pessoas. Contemplando fotografias de cadáveres e de destruições provocadas pela guerra, Virginia Woolf expressava essa idéia com as seguintes palavras: "será nossa ruína se você, na imensidão de suas abstrações públicas, esquecer a figura privada, ou se nós outras, na intensidade de nossas emoções privadas, esquecermos o mundo público. As duas casas ficarão destruídas, a pública e a privada, a material e a espiritual, porquanto estão inseparavelmente rela-

cionadas"³².

A DESOBEDIÊNCIA COMO VIRTUDE

Fromm explicou em numerosas ocasiões como a capacidade de desobediência constitui, de certa maneira, o começo da história humana. "O desenvolvimento do espírito do homem só foi possível porque houve homens – e mulheres, acrescentaria eu – que se atreveram a dizer não a qualquer poder que fosse, em nome de sua consciência e de sua fé"³³. A liberdade e a capacidade de desobediência são inseparáveis; por isso, continua Fromm, qualquer sistema social, político ou religioso que proclame a liberdade mas reprima a desobediência não pode ser sincero.

Uma cultura de paz teria de assumir o risco de promover a aprendizagem da desobediência em relação a tabus, normas arcaicas e ordens injustificadas pela própria consciência. Se a desobediência pode equivaler à irresponsabilidade em determinadas circunstâncias, pode ser virtude se se exercer responsabilmente e com conhecimento de sua repercussão. Isso pressupõe, também, educar para o conflito ou, mais propriamente, para a resolução dos conflitos³⁴, o que implica uma educação que desenvolva a consciência crítica, o conhecimento dos processos conflitivos, a participação responsável nestes processos, e o domínio das técnicas de resolução. Tem razão Fromm quando assinala que "a finalidade de uma estratégia da paz deve ser evitar a derrota do oponente. A única estratégia de paz consiste no reconhecimento dos interesses recíprocos"³⁵.

O RESPEITO À IDENTIDADE CULTURAL

A busca de uma cultura de paz desde um marco geográfico como o nosso não poderia fazer-nos esquecer que persistem ainda as práticas que possibilitam a destruição de outras culturas através de políticas imperialistas e colonialistas. A busca da identidade cultural, assinalou Kouassi Denos³⁶ com razão, "é um dever científico para retificar e voltar a estabelecer uma verdade científica violada, transformada em mentira com o motivo de justificar a dominação de uns continentes ou subcontinen-

tes sobre outros. A aculturação faz-se sobre a base de um processo muito bem pensado que obriga os povos colonizados e os povos das nações colonizadoras a aceitarem a dominação como um fato normal e justificável, e a partir ou do dogmatismo religioso ou de uma falsificação das investigações científicas, instala-se o imperialismo do chamado mundo ocidental". Uma cultura de paz, portanto, tem de reconhecer e respeitar o valor intrínseco de todas as diversas identidades culturais nacionais e internacionais.

A tradição antiimperialista tem-se ocupado, basicamente, da análise do imperialismo econômico, relegando a um segundo plano o referente às expressões do imperialismo cultural. Como demonstrou Latouche³⁷, "o mais notável na penetração ocidental no Terceiro Mundo não é a destruição econômica, mas a perda de identidade cultural. A cultura não é outra coisa senão o modo de resposta dado por cada sociedade ao problema de sua existência social. Cindindo a unidade do ser numa substância material (a economia) e numa 'consciência', e expulsando o extra-econômico do nó fundamental, a ideologia ocidental tem reduzido a cultura a um subproduto da economia".

A colonização da cultura não é um fenômeno exclusivo do mundo subdesenvolvido; opera também nos países mais industrializados, onde os grandes meios de comunicação impõem, mediante sofisticados processos de persuasão, padrões de conduta, hábitos de consumo e imagens estereotipadas do mundo e de nós mesmos, confundindo a modernidade com a aculturação e a massificação. Talvez seja apropriado relembrar um conselho de Ernesto Sábató³⁸, no sentido de que "é preciso estabelecer um projeto de homem que sirva de ideal e permita reconstruir sua unidade perdida, revalorizando as velhas sabedorias e culturas que a arrogância eurocêntrica chama 'primitivas'; essas sabedorias e culturas que nunca desprezaram o lado noturno, os elementos emocionais e alógicos do espírito humano". Note-se a semelhança desta reivindicação com os elementos já apontados quando nos referimos à feminização da cultura.

O fomento de um comportamento respeitoso para com outras formas culturais pressupõe, evidentemente, o reconhecimento das diferenças culturais e, com ele, o abandono das

UMA COMISSÃO PARA A PAZ NA AMÉRICA DO SUL

Um grupo de personalidades expressivas sul-americanas - entre as quais dois prêmios Nobel: Gabriel García Márquez e Adolfo Pérez Esquivel - inaugurou, em abril de 1987, na cidade de Buenos Aires, os trabalhos de uma "Comissão Sul-Americana para a Paz, a Segurança Regional e a Democracia", que pretende promover, entre outras coisas, uma grande campanha de âmbito continental batizada "Yo Firmo por la Paz" (Eu assino pela paz), um abaixo-assinado de escala regional. Seu principal objetivo é transformar a América do Sul numa "Zona de Paz", categoria por eles definida em seus princípios que transcrevemos.

"A Comissão Sul-Americana para a Paz, a Segurança Regional e a Democracia é uma iniciativa não-governamental posta em marcha por

ocasião do Ano Internacional da Paz. Iniciou sua etapa de organização em Caracas, nos dias 1º e 2 de fevereiro de 1986, e depois de sucessivas reuniões em Lima (junho 1986) e Montevideu (novembro 1986), o período preparatório culminou com a sessão inaugural da Comissão, nos dias 22 e 24 de abril de 1987, na cidade de Buenos Aires, onde se constituiu oficialmente.

"Para a Comissão é tarefa fundamental a identificação dos interesses coletivos da região em matéria de segurança, que permitam construir a paz dentro e entre os países. Para isso, formula a necessidade de uma limitação equilibrada do gasto em armamentos, a desvinculação da região dos efeitos militares do conflito global entre as superpotências, a

eliminação das bases estrangeiras e a desnuclearização militar dos países latino-americanos, como também a prevenção da regionalização e internacionalização dos conflitos internos.

"Em tais bases, a Comissão propõe a existência de Forças Armadas subordinadas à soberania popular e comprometidas com uma perspectiva autônoma e latino-americana de segurança. Ao mesmo tempo, estimula a solução pacífica das tensões e conflitos fronteiriços e territoriais pendentes e respalda ativamente as iniciativas políticas e sociais que conduzam a um "Compromisso Sul-americano de Paz e Cooperação nas Fronteiras".

"Personalidades das mais diversas áreas de atuação social e política têm-se unido para esta tarefa, con-

vencidas de que a democracia baseada na justiça, na liberdade e no respeito aos direitos humanos é fundamento essencial da paz. Seu trabalho pluralista tem como referência principal as organizações sociais e políticas da região. Nelas se inspira e a elas se dirige, na ânsia de criar uma opinião pública comprometida com o aprofundamento de uma cultura da paz.

"Este é um processo de ações e decisões políticas, de mobilização e consciência social, de compromissos coletivos, de educação para o entendimento e de confiança num futuro de unidade na região. Os povos latino-americanos querem viver em paz e trabalhar na democracia para introduzirem mudanças profundas em suas condições de existência."

práticas de coação que procuram impor uma cultura universal. Concorro com Fernando Savater³⁹ quando afirma que “a tentativa de impor uma cultura universal, o que chamávamos de ‘ocidentalismo científico e cristão unificado’, baseado na máxima e pluribus una, tem como consequência a uniformidade coativa e o desarraigamento das peculiaridades, a monotonia de uma concepção do mundo sem contraste, a unilateralidade da potenciação de respostas individuais e coletivas, a esterilidade amorfa e a justificação do domínio de uns povos sobre outros. É necessário potencializar as diferenças, mas é ao mesmo tempo importante recordar a progressiva necessidade de empregar, na valorização moral, critérios cada vez mais amplos e menos sujeitos a nossa peculiaridade histórica”. Muitos dos conflitos contemporâneos se devem justamente à dificuldade de encontrar um equilíbrio entre a defesa de diferentes estilos de vida, a luta contra a uniformização planetária e o imperativo internacionalista próprio de um período histórico em que algumas pessoas têm capacidade para destruir toda a humanidade.

As chaves de resolução deste conflito são, creio, inteligíveis, embora nem por isso deixem de ser de difícil desenvolvimento. Por um lado, o que Glenn⁴⁰ chama “processos de abstração”, isto é, a capacidade de uma cultura para assumir, num momento determinado, que é necessário implementar políticas novas e códigos éticos que permitam uma convivência e um respeito em relação a outras culturas; em nossos dias, isso suporia, por exemplo, empreender iniciativas de desarmamento e de desmilitarização com valentia, seguindo propostas que, em múltiplas ocasiões, já foram colocadas por diferentes centros de investigação sobre a paz.

Em segundo lugar, como apontou Thompson⁴¹, só a regeneração de um internacionalismo baseado nos imperativos da sobrevivência ecológica humana pode impulsionar a força necessária para pôr em marcha um processo como o que apontamos e que possa enfrentar os imperativos ideológicos de ambos os blocos militares. Mary Kaldor⁴² expressou-o assim: “A alternativa do movimento pela paz consiste em superar o conflito Leste-Oeste através da erosão do sistema de blocos; em abandonar o requisito da coesão interna e aceitar a diversidade dentro de e entre as nações... O desalinamento supõe a aceitação do pluralismo, o respeito por sistemas sociais distintos, a tolerância para com diferentes enfoques da segurança”.

Finalmente, parece evidente que qualquer discurso sobre cultura de paz terá de revitalizar o popular – no sentido de proximidade da pessoa individual – frente ao estatal: uma defesa dos povos, em vez de uma defesa dos Estados; um sistema de direitos dos povos, frente ao imperativo das “razões de Estado”... Trata-se, definitivamente, de propor um projeto alternativo que possibilite o reencontro do ser humano com seu ambiente social, político, econômico, tecnológico e ecológico, em termos de equilíbrio e isento de opressão. □

Vicenç Fisas, diretor da Seção de Estudos sobre Paz e Conflitos do Centro de Informação e Documentação Internacional de Barcelona e membro da IPRA, é autor de vários livros sobre desarmamento, defesa e pesquisa sobre a paz, entre eles “Introducción al estudio de la paz y de los conflictos” (Barcelona, Editorial Lerna, 1987).

Referências Bibliográficas

1. Herbert Marcuse, *Ensayos sobre política y cultura*, Ariel, 1970, p. 89.
2. Herbert Marcuse, op. cit., p. 90.
3. Bronislav Malinowski, *Una teoría científica de la cultura*, Sarpe, 1984.
4. Bronislav Malinowski, op. cit., p. 97.
5. Johan Galtung, *La violencia y sus causas*, UNESCO, 1981, p. 97.
6. Fernando Savater, “El derecho a lo peculiar”, *El País*, 20/03/83, p. 10.
7. Johan Galtung, *Sobre la paz*, Fontamara, 1985.
8. Herbert Marcuse, op. cit., p. 92.
9. Alexander e Margarete Mitscherlich, *Fundamentos del com-*

portamiento colectivo, Alianza Universidad, nº 52, 1973, p. 104.

10. Arthur Koestler, *Jano*, Debate, 1981, p. 18.
11. Marciano Vidal, “Postulados de una ética de la paz”, conferencia presentada en el Simposio Ética y cultura de paz, Madrid, dezembro de 1985, p. 10.
12. *Ibidem*, p. 10.
13. José Luis Sampedro, “El desconcierto”, *El País*, 27/02/83, p. 13.
14. Erich Fromm, *Sobre la desobediencia y otros ensayos*, Paidós, 1984, p. 180-181.
15. Arthur Koestler, op. cit., p. 22-29.
16. *Ibidem*, p. 29.
17. *Ibidem*, p. 22.
18. Herbert Marcuse, op. cit., p. 91-92.
19. Robin Luckham, *La cultura de las armas*, Ed. Lerna, 1986.
20. Malvern Lumsden, “Dimensão cultural do militarismo”, *El Viejo Topo*, extra, nº 15, 1981, p. 22.
21. *Ibidem*, p. 23.
22. R. B. J. Walker, “Culture, Discourse, Insecurity”, *Alternatives*, nº 4, 1986, p. 487.
23. Falco Accame, *Cultura della Pace. In che cosa consiste?*, Comitato Italiano Ricerche sulla Pace, 1984, p. 4.
24. Erich Fromm, op. cit., p. 164.
25. Carlos París, “La fabricación del enemigo”, *El País*, 6/7/86.
26. Riane Eisler e David Loye, “Peace and Feminist Theory: New Directions”, *Bulletin of Peace Proposals*, nº 1, 1986, p. 96.
27. Lilli Horvat, “Féminisme et culture de la paix”, *Nouvelles Questions Féministes*, nºs 11-12, inverno de 1985, p. 120.
28. Virginia Woolf, *Tres guineas*, Lumen, 1980, p. 14.
29. *Ibidem*, p. 15.
30. *Ibidem*, p. 193.
31. Erich Fromm, op. cit., p. 186.
32. Virginia Woolf, op. cit., p. 192.
33. Erich Fromm, op. cit.
34. Stephanie Judson, *Aprendiendo a resolver conflictos*, Lerna, 1986, p. 275.
35. Erich Fromm, op. cit., p. 187.
36. Koffi Kouassi Denos, “La búsqueda de la identidad cultural como base de un nuevo orden mundial”, em *Latinoamérica. Anuario de Estudios Latinoamericanos*, nº 17, 1984, p. 59-60.
37. Serge Latouche, “Déculturation ou sous-développement”, *Revue Tiers Monde*, nº 97, janeiro-março 1984, p. 44.
38. Ernesto Sábató, “Anotaciones sobre la crisis occidental y la desmistificación”, em *Historia y diversidad de las culturas*, Serbal/UNESCO, 1984, p. 83.
39. Fernando Savater, op. cit., p. 10.
40. E. S. e Ch. Glenn, *El hombre y la humanidad: Conflicto y comunicación entre culturas*, Paidós, 1985, p. 310.
41. E. P. Thompson, *Opción cero*, Crítica, 1983, p. 117.
42. Mary Kaldor, *Más allá de los bloques*, Fontamara, 1986.

Resumen

EL CONTEXTO DEL CONFLICTO

El concepto de paz no se refiere solamente a una simple ausencia de guerra, sino que está relacionado con la falta de cualquier tipo de violencia que impida la satisfacción de necesidades humanas básicas. Así pues, la paz debería caracterizarse por un “elevado grado de justicia y una expresión mínima de violencia”. Se trata de posibilitar un reencontro del ser humano con su ambiente social, político, económico, tecnológico y ecológico, en terminos de equilibrio y libre de opresión.

Abstract

THE CONTEXT OF CONFLICT

The concept of peace is not merely a reference to the absence of war but rather to the absence of all kinds of violence that hamper the satisfaction of basic human needs. Peace is thus characterized “by a high degree of justice and a minimal expression of violence”. It holds out the possibility of man's reintegration in his social, political, economic, technological and ecological environment in a balanced fashion, free of oppression.

DIALÉTICA

“Ó Paz inocente! as crianças são mais sábias
Quase do que nós, adultos; a discórdia
Não lhes perturba o espírito, pois são boas,
E o seu olhar continua claro e alegre”

Hölderlin

A D A N Ç A E A L I R A



A GUERRA, MAIS DO QUE NENHUMA OUTRA EXPERIÊNCIA CÓSMICA OU SOCIAL, FASCINA E SERVE COMO FONTE DE CIÊNCIA, LABOR FILOSÓFICO, POESIA, DE HOMERO A KUBRICK, AS ARTES APRESENTAM IMAGENS DE UM SER PROTEIFORME, SEMPRE APTO A DESTRUIR BARREIRAS. QUERENDO A ESSÊNCIA ANGÉLICA, A BESTA RACIONAL ESQUECE SUA GÊNESE TERRESTRE, FAZ-SE LUNÁTICA. AGITA-SE NUMA DANÇA TRÔPEGA CUJA PARCEIRA IRÔNICA É A MORTE.

NOTAS SOBRE A GUERRA E A PAZ EM HEGEL, EMPÉDOCLES E HÖLDERLIN

A Bomba traduz instantaneamente, para o aqui e o agora fugazes, a infinita força do engenho. Tudo ocorre como se os homens, não conseguindo pensar esta passagem da razão à insânia, buscassem outra maneira para representá-la, exorcizando-a. A morte na guerra, que resulta do refinado cálculo, é cantada pelos sentimentos superiores. O risco maior reside, então, em ver o conflito mortal unicamente pelo prisma estético, integrando até o horror nele exposto. Como em Novalis: "Na guerra agitam-se as águas originais (...) verdadeira é a guerra de religião; ela vai diretamente ao Abismo e nela a loucura do homem mostra-se em toda sua plenitude. Quantas guerras (...) são verdadeiros poemas!".

Dentre as figuras geométricas freqüentemente evocadas para descrever a guerra, e a violência que a precede, o círculo domina. Quando o pensar colhe, além do espaço conflituoso, o tempo que o define, a esfera cósmica ou social é concebida em movimento, sempre acelerado, que agrega e fragmenta tudo o que existe no seu contínuo rodopio. Exemplo: "o anjo exterminador gira como o Sol ao redor deste infeliz globo, e só deixa uma Nação respirar para ferir outra. Mas quando os crimes (...) acumulam-se até um certo ponto marcado, o anjo acelera sem medida seu vôo infatigável. Semelhante à tocha ardente girada com rapidez, a imensa velocidade de seu movimento o torna presente em todos os pontos de sua temível órbita" (Joseph De Maistre).

Em Hegel, Empédocles e Hölderlin, a figura do círculo infernal guerreiro, de modos diferentes, serve como modelo para pensar o mundo, a cultura humana. Na juventude, a meditação comum sobre Empédocles reuniu Hegel e Hölderlin. O fio condutor de ambos, na época, era a questão do Destino, potência cega que traz a morte. **Polemos** ou Amor? Qual potência é hegemônica? O caminho dialético consistiu em indicar a **passagem** permanente de um elemento no outro, em ciclos de vida e morte. Os jovens estudantes de Tübingen viam em Eros um possível modo de superar a eterna volta do Mesmo, e não em Polemos. Após seguirem caminhos diversos, poeta e filósofo continuaram representando a guerra e a paz, tendo como pano de fundo um círculo, que se fragmenta ou reúne, conforme o seu próprio movimento imanente. Os vários resultados a que chegaram é o que iremos sugerir.

BAILADO DOS QUATRO ELEMENTOS

Empédocles desenhou, com duras letras, a permanente revolução do mundo e, nele, a do homem. No princípio, a Esfera "arredondada exultando na sua solidão circular", reunindo os participantes ("o fogo e a água e a terra e a vasta altura do ar"), move-se pela Discórdia e pelo Amor. Dos elementos, "cada um tem uma prerrogativa diferente e o seu próprio caráter, e pre-

valece cada um, por sua vez, à medida que o tempo gira". Impedindo a guerra, a Esfera se divide, construindo-se o cosmos, enquanto o Amor manifesta seu poder misturando e formando os seres vivos. Não cabe, aqui, discutir longamente as complexas interpretações destes pontos, o leitor interessado pode dirigir-se, neste sentido, às análises de F. Solmsen (*Love and Strife in Empedocles' Cosmology*).

Importa, entretanto, notar que a esfera de Empédocles move-se do Uno ao múltiplo, e vice-versa, através dos campos opostos, prevalecendo momentaneamente um deles, "à medida que o tempo gira". A corrosão guerreira não surge, para ele, com o sujeito humano. Sua origem é arcaica, em sentido efetivo e próprio, enquanto força e causa originárias. "Amor" e "Discórdia" enunciam poderes violentos que se prolongam no homem, sob as formas da paixão e dos atos.

Guerra e sacrifício constituem uma só e mesma coisa na vida humana. Lamenta Empédocles: " chorei e gemi quando vi o lugar estranho (...) sem alegria, onde a carnificina e a Ira, e tribos de outros males, as pestes devastadoras, e a ruína, e os dilúvios vagueiam na escuridão pelo prado da Desgraça". Quando reina, a guerra permeia cada átomo, cada átomo da realidade. Expulsa do plano físico, ela continua sua obra nas relações humanas, como voragem perpétua: "o pai ergue o seu próprio filho querido, a sua forma mudada, e, rezando, mata-o-louco insensato; e as pessoas ficam confusas, quando sacrificam a vítima que implora (...)". O mito titânico, de origem órfica, refere-se aqui à nutrição carnívora, universal derramamento de sangue. Dele, a guerra humana é só episódio: "Não cessareis a carnificina odiosa? Não vedes que em loucuras descuidadas vos estais a consumir uns aos outros?".

A esfera de Empédocles, que para certos comentadores é extraída claramente de Parmênides, possui a característica de mover-se no bailado dos quatro elementos, e na música de Amor e Ódio. Passemos a Hegel.

A IMAGEM HEGELIANA: O CÍRCULO DANÇANTE

Digamos, antes, que pensar a guerra exige olhos de criança e coleios de velho astuto. Ao pensamento apenas engenhoso, simples taxinomia, escapa a passagem sutil entre os componentes de sua formação. O procedimento classificatório representa a guerra e a paz ao lado, após ou uma antes da outra, separando-as. Como diz Elias Canetti, de Aristóteles e de seu rígido e racional método: "consiste em reduzir a realidade a fichas, cada qual na sua gaveta."

A dialética procura dançar no ritmo e no movimento efetivos, abraçando ao mesmo tempo os dois lados, naturais e humanos, da guerra e da paz. Sua razão leve e ágil busca superar o rigor analítico. Este último, se abandonado a si, perde toda elasticidade. Como recorda um escritor de hoje: "a dialética é uma

forma de pensamento mais poético do que abstrato, uma visão. Após tentarem, durante muitos anos, programar o pensamento dialético para o computador, os sábios russos foram obrigados, parece, a esquecer seu designio. A máquina rebela-se definitivamente contra um modo de pensar que, de fato, só é imagem, ou melhor, movimento, gesto esboçado e nunca abstração" (Pierre Bertaux).

Com esse ponto, passemos à concepção circular da vida, em momentos estratégicos da filosofia hegeliana. Quase sempre, ao repetir o dito comum sobre a verdade enquanto Todo, se esquece justamente o campo imagético que lhe corresponde. Citemos: "O aparecer é o movimento de parto e morte que, ele mesmo, não nasce nem morre, mas é em si, constituindo o efetivo movimento vital da verdade. O verdadeiro é transe, delírio báquico, no qual todo membro está embriagado; e como ele dissolve em si, imediatamente, cada um de seus integrantes que dele procura escapar, ele é também o repouso simples e transparente" (*Fenomenologia do Espírito*, prefácio). Com efeito, a máquina, resultando só do intelecto, é demasiado sóbria para semelhante experiência alcoólica. Morte e vida, verdade e mentira, guerra e paz são danças coletivas, cujo sentido só aparece no movimento que se manifesta, simultaneamente, como repouso. Nomear um termo desligado do outro significa reduzir os dois à "morta positividade" (idem).

Observemos bem as figuras ideadas por Hegel. A sua lembrança das *Bacantes* (Eurípedes) não é aleatória. O filósofo um dia escreveu o poema *Eleusis*, conhece o espírito grego. E quanto... Sobre isto, basta consultar hoje o bem informado escrito de Janicaud, D., *Hegel et le Destin de la Grèce*. O que esta autora não trabalha, entretanto, é a apropriação hegeliana do substancial em Eurípedes. Longe da inocente ciranda, a imagem da *Fenomenologia* – roda que move o coletivo e a verdade – gira com extrema violência. A frase mestra, no trecho citado acima, se condensa na fina e cortante palavra: *Auflösung*.

O delírio desmembra, despedaça, pulveriza, dissolve cada membro que procura fugir do círculo. O Todo, neste momento, nutre os indivíduos, deles se alimentando. O coletivo, e suas parcelas, ambos se devoram, inebriados de vinho ou sangue. Dilaceramento em duplo sentido. Nas *Bacantes* se desencadeia a fúria de Dionísios, o deus despedaçado e que dilacera. Ora, um aspecto desta divindade, hoje inferido por Maria Daraki, é a *circulação*. "Dionísios não é o deus que 'sofre' mas que circula. Suas partidas e chegadas inscrevem-se num percurso circular que estabelece a junção entre o mundo dos mortos e o dos vivos".

É de bastante importância, para a análise da imagem hegeliana que estamos fazendo, a conclusão do enunciado acima, em Maria Daraki: "O dionisismo é o campo de uma lógica circular que maneja perfeitamente a 'oposição binária', mas (...) ao invés de opor os termos antagônicos (...) os liga, assegura sua junção em circuitos repetitivos que se reagrupam num sistema rigoroso" (*Dionysos*). Circulação sobretudo da desgraça. O deus louco, embriagado, age através dos cidadãos, por pessoas instrumentalizadas. Como lembra Walter Otto, quando Dionísio chegou em Argos, e os habitantes não quiseram adorá-lo, ele jogou as mulheres no delírio, e elas devoraram a carne de seus próprios filhos ("A Tenebrosa Demência" in *Dionysos*).

Nas *Bacantes*, as mênades precipitam-se sobre um rebanho de bois, matam os animais poderosos, e lhes arrancam os membros. Orestes e Pylades, que se apossaram de Hermíone, são comparados às bacantes carregando um animalzinho. "O verbo *nebrizein*, termina Walter Otto, é empregado para descrever o despedaçamento de jovens cabritos pelas mênades" (idem). A folia dionisiaca, que se efetiva na música, na dança e no vinho, mostra-se como "união de opostos (...) de espantosa violência" (mesmo autor). De qualquer modo, a lou-





cura da peça mostra a distância infinita entre “o nada do espírito humano e a exigência total, inelutável, afirmação terrível do divino” (H. Jeanmaire, *Dionysos*). Ela indica dissolução permanente.

O comentário de René Girard sobre as *Bacantes* traz o problema da instauração societária. O linchamento cumpre, internamente, o que a guerra realiza nas relações externas, entre países. Furor originariamente homicida, a embriaguez dionisíaca, sacrifício que funda a comunhão, faz do Todo o grande sacerdote, e das partes, vítimas potenciais. “A metamorfose dos pacíficos cidadãos em bestas feras é demasiado atroz e passageira para que a comunidade aceite, nela, se reconhecer, para que ela acolha como seu o estranho e terrível rosto que, aliás, só foi visto de relance” (*La violence et le Sacré*).

No linchamento (e como sabemos disto, no Brasil!) todos podem ser a vítima. O mesmo dá-se na guerra. Podemos, pois, apontar uma origem grega para a comparação hegeliana da História Universal com... um sanguinolento, despedaçador, banco de açougue (*Schlachtbank*). Ou, em outros termos, sem o perpétuo ato da dilaceração (*Zerrissenheit*), inexistente qualquer verdade para o espírito.

A imagem hegeliana – o círculo dançante – salienta o repouso e o movimento. A história, esta carnificina, define-se nos limites dos dois pólos. Na mesma imagem, alternam-se nascimento e morte. Fenômeno igual ocorre na cultura. Para que uma nova forma de vida venha à luz, o espírito amadurece, lenta e silenciosamente, chegando à ruptura. É preciso que ele “dissolva (*löst*) o edifício (*des Baues*) do seu mundo anterior rumo a um outro, e só percebe-se a sua oscilação por sintomas esporádicos (...) Este esmigalhamento (*Zer bröckeln*), que não transformava a fisionomia do Todo, é bruscamente interrompido pelo surgir do sol e este, num clarão, desenha numa só vez a forma do mundo novo” (*Fenomenologia*, prefácio). Há muito na Tese XI de Marx contra Feuerbach a ser aproximado desta passagem de Hegel. Não há transformação do mundo, e dos indivíduos, sem violência, sem *Auflösung*. Note-se a metáfora arquitetônica para definir uma época, e um sistema de relações sociais.

O Hegel maduro, leitor da Economia Política inglesa, traduz a grosseria societária mais diretamente. “Esta é a prosa da existência humana (...) o indivíduo, para se manter na sua singularidade, deve, muitas vezes, fazer-se meio para os outros, servir os seus fins limitados e igualmente rebaixar os demais a simples meio, para satisfazer os seus pequenos interesses próprios” (*Estética*, “a limitação da existência individual imediata”). Deste mundo prosaico, finito e mutável, mundo da necessidade, “o indivíduo não pode escapar” (idem).

AS METAMORFOSES DO CIRCUITO VIOLENTO

O prosaísmo societário, que um dia foi definido como “luta de todos contra todos”, quando Hobbes o situou antes da vida civil, quando na verdade deveria colocá-lo em seu interior, é, para Hegel, o plano exato da violência que deve ser reprimido: “Pois todo ser vivo visto isoladamente permanece na contradição de ser para si mesmo como esta unidade fechada, mas de depender ao mesmo tempo dos outros. A luta (*Kampf*) para a dissolução (*Lösung*) da contradição (*Widerspruch*) não sai desta procura e continuidade da guerra (*Krieg*) permanente” (*Estética*, idem).

Na Lógica (Livro III, 1, B) hegeliana, quando ainda se descreve o processo vital, o impulso (*Trieb*) de eliminar toda alteridade conduz o ser vivo ao choque entre sua interioridade e o mundo externo, de que depende. O sentimento (*Gefühl*) deste embate é a dor. “Quando se diz que não é possível pensar a contradição, lembremos que ela o é, entretanto, sobretudo na dor (*Schmerz*) do vivente, onde ela surge como uma existência efetiva”. A vio-

lência já se define, pois, no encontro entre ser vivo e natureza. Genérica dor-de-tortos. A marca dolorida, cujo apaziguamento é sempre passageiro, segue o itinerário humano rumo à cultura, mundo intelectualizado, “reino animal do espírito”.

No plano da sociedade civil burguesa, onde reina o intelecto, Hegel, ao discutir a posse mostra que esta, ainda não pleno direito de propriedade, dá-se através das garras humanas. A posse, a exerço com as minhas mãos, mas seu domínio deve ser ampliado. “A mão é este grande órgão não possuído por nenhum animal. O que eu pego com ela pode também se transformar num meio (*Mittel*) com que eu agarro (*greife*) outra coisa” (*Filosofia do Direito*, § 55, e adição). Dentre os principais instrumentos, para ampliar minha posse e poder, Hegel sublinha “as forças mecânicas e as armas” (idem).

A guerra interna, reprimida, esmaece a consciência da violência civil. Os indivíduos “esquecem” a sua ferocidade primeira. Enquanto agarram destramente os bens, uns dos outros, encerram-se no particular, estraçalhando o Todo. Este, um dia, os agarra, tomando tudo o que acumularam. Ilusão da ótica civil: quando a roda gira mais rápido, parece estar quieta. Repouso translúcido...

Cláudio Cesa, ao tratar a guerra na teoria hegeliana, afirma que este fenômeno continua sendo, para Hegel, irracional. Mas, ao mesmo tempo, permite liberar a vida humana de outra irracionalidade, “aquela forma ‘louca’ em que tomba o espírito civil, abandonado a si mesmo”. Ou seja: a guerra marca a passagem, para o universal, da batalha continuada que os não perspicazes imaginam como “paz”: o mercado. Na guerra moderna, as mãos perdem, para Hegel, sua importância. Enquanto garras, os instrumentos servem melhor aos novos fins. Na luta contemporânea “um ato de coragem mecânico” substitui a pessoa. O guerreiro é “membro de um Todo” (*Gliedes eines Ganzen*). Hoje, na roda báquica, as ménades esfacelam corpos alheios com armas, esquecem as mãos. “A invenção da arma de fogo transformou o aspecto puramente pessoal da coragem num aspecto mais abstrato” (idem, § 328, Nota).

Clausewitz recusou com firmeza essa imprudente confiança nos instrumentos de guerra: “para utilizar corretamente nossa arma principal, a de fogo, não basta um simples manejo mecânico, como propaga a opinião” (Carta a Fichte, 11 de janeiro, 1809). O importante é ter Hegel apresentado as metamorfoses do circuito violento. Sua refinada escala: do organismo vivo às mais altas efetivações espirituais. Os mecanismos guerreiros condensam as forças destruidoras que já se manifestam no impulso original enquanto dor infinita. O apaziguamento subjetivo jamais será encontrado na dança das bacantes, mas na música, arte suprema do sentido, e no Conceito, que não mais depende do sensível.

A música tranqüiliza a sede das paixões, sobretudo das sanguinárias. “Música é espírito, alma, o imediato ressoar para si mesmo, sentir-se satisfeito com a própria percepção. Mas enquanto bela arte, do lado espiritual, a ela cumpre moderar os afetos e sua expressão, para que não se tornem uma fúria báquica (*bacchantischen Toben*) e vórtice tumultuoso das paixões, ou se detenham na divisão do desespero”. Hegel enumera seus compositores favoritos, nesta arte realmente idealista: Palestrina, Durante, Lotti, Pergolesi, Gluck, Haydn, Mozart. Dionísios, imperante na imagem da *Fenomenologia*, é barulhento. Mas também seu calar-se pressagia tragédia.

O Hegel maduro, perdendo o *pathos* juvenil do Destino, confia na reconciliação trazida pela música, onde jogam igualmente silêncio e sonoridade. “A quietude da alma não se perde nas composições daqueles mestres (os mencionados acima). A dor, neles, se exprime certamente. Mas ela é sempre dissolvida (*gelöst*), a clara proporção equilibra-se entre os extremos, tudo permanece reunido em formas contidas e prontas, e assim o



júbilo nunca degenera em tumulto desenfreado, e o próprio choro proporciona a mais tranqüila pacificação" (Estética). Duas maneiras de pensar a dissolução. A primeira, na *Fenomenologia*, refere-se à dança do Todo, que força, violenta, os membros do coletivo. Esta verdade mostra-se, com todo seu horror, na guerra. A segunda, eleva a alma, pacificando a azeite das paixões, de que a batalha é uma continuidade histórica.

Mas semelhante experiência não se vive fugindo da guerra, ou do sofrimento mortal. É preciso passar por eles, superá-los de dentro, para atingir uma escala superior do espírito. "Já disse, falando da pintura italiana, que mesmo na dor mais profunda e na extrema dilaceração (*Zerrissenheit*) do ânimo, não deve faltar a reconciliação (*Versöhnung*) consigo mesmo, que até nas lágrimas e no sofrimento conserva o traço da certeza quieta e feliz. A dor permanece bela numa alma profunda, como até no Arlequim ainda dominam a graça e a gentileza" (Estética). Felizes italianos, a quem os deuses ofertaram bela "expressão melódica", e cuja música sacra já efetiva a "puro sentimento (*Gefühl*) da reconciliação"...

Finalizemos, esquecendo a dança guerreira, a partir desse alento hegeliano, que pacifica através da música. Passemos à lira, e a Hölderlin. "Como o canto do rouxinol no escuro, o concerto do mundo só é ouvido divinamente na dor mais profunda". Este é o final de *Hyperion*, romance onde o poeta evoca a vida cósmica, apreciada por Empédocles, e os laços humanos. Livro guerreiro, onde o autor canta as lutas de libertação nacional e a Revolução Francesa, a *bocca chiusa*.

Palintonos harmoniê, tensa concórdia do pensamento, é imagem que serve ao poeta para retomar a dialética da guerra e da paz. Arco e lira: "duas madeiras curvadas sob a tensão das cordas; a tensão é uma, enquanto resulta de duas forças opostas uma à outra, mas que só existem uma para a outra" (Pierre Bertaux). Os guerreiros de Hölderlin cantam "a união indissolúvel dos espíritos que são um só desde a origem, embora a noite e as nuvens os separem". O autor desconfia do Estado, pois este "com o qual o homem desejou edificar seu Paraíso, sempre transformou-se num Inferno".

Semelhante pandemônio fundamenta-se na diversidade cultural. Quem observa as várias formas do ser humano "só encontra dissonâncias, música demasiado surda, barulhenta, salvo na ingênua limitação infantil, cujas melodias ainda permanecem totalmente puras". Como Hegel descarta a monocromia, na pintura da vida, Hölderlin recusa o canto de um som apenas: "o Amor gerou séculos de viventes e a Amizade gerará outros. Os povos partiram da harmonia infantil, a harmonia dos espíritos será o ponto inicial de uma nova fase da história (...) o ser humano está dividido gravemente, apresenta a imagem de um tamanho caos, que a vertigem se apossa de todos os capazes de ver e sentir. Mas a Beleza, expulsa da vida, se refugia nas elevações do espírito". A guerra divide e impera, mas há o outro lado da lira, corrigindo o diapasão.

Paz e luta, alarido e silêncio, tudo conspira para o Fim, eternamente suspenso e iminente. "Tudo ocorre pelo desejo, tudo acaba na Paz (...) as dissonâncias do mundo são como brigas de amantes. A reconciliação (*Versöhnung*) está na luta, tudo o que foi separado se reúne".

Começamos na Esfera de Empédocles, passamos à roda hegeliana das bacantes. Vimos a violência gerando a cultura humana, e produzindo seu apaziguamento na música. Nossa dor, hoje, brota da mais profunda noite. Tudo respira guerra, e a morte atômica atinge o vórtice mais delirante, dança friamente calculada. Ora, "o puro intelecto jamais produziu algo inteligente, nem a Razão pura, algo racional..." (Hölderlin). Isto não é

motivo, entretanto, para desesperar do intelecto e da racionalidade: ambos, como ensinou a mais antiga dialética, não se limitam a esta forma "pura", estéril como a Bomba. No limite, trata-se de forçar a lira, o corpo e a alma, ao extremo oposto, restabelecendo o equilíbrio, que sabemos precário, mas belo. Sentença de Heráclito, sua filosofia: *en diapheron eauto* – o Uno distinto em si mesmo – eterno. Sem ingênua raiva da técnica, façamos tudo para, nos instrumentos afinados, ressoar o lirismo da vida. Mesmo com dissonâncias. □

Roberto Romano da Silva, doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, 1978), é professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Entre outros trabalhos, publicou *Lux in Tenebris* (Unicamp/Cortez Ed., 1987).

Notas

1. Bertaux, Pierre: *Hölderlin, ou le destin d'un poète*, Paris, Gallimard, 1983.
2. Cesa, Claudio: *Hegel filósofo político*, Napoli, Guida Ed., 1976.
3. Clausewitz: "Lettre a Fichte" in Renaut, A., e Ferry, L.: *Machiavel et autres écrits politiques de Fichte*, Paris, Payot, 1981.
4. Daraki, Maria: *Dionysos*, Paris, Arthaud, 1985.
5. Empédocles: *Fragments* in Kirk, G.S. e Raven, J. E., Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1982, 2ª ed.; e Bollack, J. *Empédocle*, Paris, Minuit, 1965, v. 1: *Introduction à l'ancienne physique*.
6. Girard, R.: *La violence et le sacré*, Paris, Grasset, 1972.
7. Janicaud, D.: *Hegel et le destin de la Grèce*, Paris, Vrin, 1975. Conferir também Kaufmann, Walter: "A Teoria da Tragédia de Hegel", in *Tragedy and Philosophy*, N.Y., Doubleday, 1980.
8. Jeanmaire, H.: *Dionysos*, Paris, Payot, 1985.
9. Hegel, G.W.F.: *Fenomenologia do Espírito*, Filosofia do Direito, Lógica, Estética, in *Werke in zwanzig Bänden*, F.A. Main, Suhrkamp Verlag.
10. Hölderlin: *Hyperion*, in *Sämtliche Werke*, Stuttgart, W. Kohlhammer, 1965; *Poemas*, trad. Paulo Quintela.
11. Otto Walter: *Dionysos*, trad. Lévy P., Paris, Mercure de France, 1969.
12. Solmsen, F.: "Love and strife in Empédocles' Cosmology", in Allen, R. & Furley, D. J. *Studies in Presocratic Philosophy*, London, Routledge & Kegan Paul, 1975, v. 2.

Resumen

LA DANZA Y LA LIRA – NOTAS SOBRE GUERRA Y PAZ EN HEGEL, EMPÉDOCLES Y HÖLDERLIN

La guerra, más que ninguna otra experiencia cósmica o social, fascina y sirve como fuente de ciencia, labor filosófica y poesía. Desde Homero hasta Kubrick, las artes han presentado imágenes de un ser multiforme, siempre listo para destruir barreras. Al querer una esencia angélica, la bestia racional olvida su génesis terrestre y se vuelve lunática. Se agita en una danza desmañada cuya irónica pareja es la muerte.

Abstract

THE DANCE AND THE LYRE – NOTES ON WAR AND PEACE IN HEGEL, EMPEDOCLES AND HÖLDERLIN

More than any other cosmic or social experience war fascinates man and serves as a fount of knowledge, philosophical cogitation, poetry. From Homero to Kubrick the arts have presented images of a proteiform being continually breaking down barriers. Aspiring to angelic essence, the rational beast buries its terrestrial genesis, becoming the lunatic. It treads a tottering dance with its ironic partner, death.

TEOLOGIA

SOLLICITUDO REI SOCIALIS A ENCÍCLICA DO DESENCANTO

Pe. José Oscar Beozzo

JOÃO PAULO II, COM A ENCÍCLICA SOLLICITUDO REI SOCIALIS, TRAZ A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA DE VOLTA PARA A ESFERA DA TEOLOGIA, COMO UM CAPÍTULO FUNDAMENTAL DA TEOLOGIA MORAL. POR ISTO NÃO HESITA EM TRATAR AS ATUAIS DISTORÇÕES ECONÔMICAS RESPONSÁVEIS PELOS SOFRIMENTOS E PRIVAÇÕES DE MILHÕES DE PESSOAS COM AS CATEGORIAS PRÓPRIAS DA TEOLOGIA: PECADO, CONVERSÃO, GRAÇA, VIRTUDES CRISTÃS.



A Encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI causou, em 1967, um profundo impacto. Apenas terminado o Concílio, acreditava-se que a Igreja Católica nada mais tinha a dizer, de novo, no campo social, sobretudo após a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* que tratava da Igreja no mundo contemporâneo. O Concílio, grande assembleia universal, havia entretanto, em suas linhas e preocupações fundamentais, refletido a real hegemonia alcançada pela teologia e pastoral da Europa ocidental e, em particular, da Europa central: Alemanha, Bélgica, Holanda e França em menor grau. Os Estados Unidos tiveram peso preponderante na discussão e elaboração da declaração sobre a liberdade religiosa, mas as angústias e inquietações da vasta humanidade presente no assim chamado Terceiro Mundo só, aqui e ali, afloraram na aula conciliar e nos documentos aprovados.

Paulo VI, com sua Encíclica, abordou a questão momentosa para os povos do Terceiro Mundo: a do seu desenvolvimento econômico e social. Alcançada a independência política, às vezes de maneira dramática e sangrenta como no Vietnã, na Argélia, na Indonésia, os países da Ásia, da África e do Caribe sentiram muito depressa os mecanismos do neocolonialismo econômico e o agravamento das disparidades entre o mundo desenvolvido e subdesenvolvido.

Com isto, a doutrina social da Igreja saía dos limites estreitos da "questão operária" da primeira industrialização europeia para abraçar os horizontes da humanidade toda, a partir do grito que subia dos povos que sofriam fome e miséria. Algumas frases da *Populorum Progressio* pareceram exprimir a consciência mais generosa e lúcida da humanidade, naquele momento: necessidade de "desenvolvimento do homem todo e de todos os homens"; "desenvolvimento, novo nome da paz".

Vinte anos depois, João Paulo II retoma o fio da encíclica de Paulo VI, mas num contexto bastante mudado.

A *Populorum Progressio* viu a luz num período de mudanças dramáticas sim, mas marcadas pelo signo da esperança: desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a economia mundial, e, em particular, a europeia, a da América do Norte e a do Japão, conhecia um boom econômico sem precedentes. A reconstrução da União Soviética e dos países do Leste europeu, com uma forte expansão da indústria pesada, prosseguia acompanhada de certo degelo político sob Krushev. A China havia superado pelo menos a fome que a atormentava secularmente e

mais de quarenta países haviam alcançado sua independência política. A industrialização e o desenvolvimento econômico, ainda que desequilibrados, pareciam esparramar-se, como uma mancha de óleo, por todo o mundo.

Paulo VI conclamava os países ricos, principalmente, a retificarem os desequilíbrios, a colaborar na superação das desigualdades, a se empenharem na redução das distâncias econômicas, sociais e tecnológicas.

A situação de hoje é inversa: o quadro econômico é de recessão. O desemprego na Europa e nos Estados Unidos é o mais alto, desde a grande crise da década de 30; a economia soviética há cinco anos conhece um crescimento mais do que modesto se comparado ao das décadas precedentes; o Terceiro Mundo está mergulhado numa dívida de mais de 1 trilhão de dólares, com uma brutal transferência de recursos na contramão, ou seja, dos países pobres para os países ricos. Os mecanismos de ajuda ao desenvolvimento cessaram quase completamente e a palavra de ordem das economias ricas é o protecionismo, a retaliação econômica e o "salve-se quem puder".

É provável pois que a carta de João Paulo II, quase na contramão da história atual, não encontre o eco favorável da *Populorum Progressio* e seja recebida com má vontade pela mídia, pelas finanças internacionais e pelos governos dos países ricos. É quase voz clamando no deserto. Apelo às consciências de povos e governantes para superarem divergências e oposições político-ideológicas, a fim de enfrentarem solidariamente situação das mais graves e explosivas.

A carta *Sollicitudo rei socialis* (Solicitude social), além da introdução e da conclusão, compreende cinco outros pontos: dois mais descritivos, o relativo à *Populorum Progressio* e ao panorama do mundo contemporâneo; dois voltados mais para a reflexão acerca do desenvolvimento humano autêntico e de uma leitura teológica dos problemas modernos, e um último que sugere caminhos de ação para os católicos, comprometendo-se a associar a Igreja Católica às iniciativas dos outros cristãos e crentes e às dos demais homens de boa vontade, no sentido de superar os atuais impasses.

Deixamos de lado a recapitulação que a nova Encíclica faz da *Populorum Progressio*, para assinalar os pontos salientes do quadro atual:

PANORAMA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

As esperanças de vinte anos atrás relativas ao desenvolvi-

mento não se concretizaram e a impressão atual é prevalentemente negativa, bastando olhar “para a realidade de uma multidão inumerável de homens e de mulheres, crianças, adultos e anciãos, isto é, de pessoas humanas, concretas e irrepetíveis que sofrem sob o peso intolerável da miséria”. O número daqueles que não têm esperança, pelo fato de que, em muitas regiões da Terra, a sua situação se agravou sensivelmente, são milhões e milhões (SRS nº 13). Entre as verificações negativas, a Encíclica enumera o alargamento do fosso entre o Norte desenvolvido e um Sul mergulhado em inadmissível atraso. Aos indicadores econômicos juntam-se privações sociais e culturais, quando não políticas: analfabetismo, racismo, partidos únicos, submissão dos cidadãos a aparatos burocráticos onipresentes. Volta a Encíclica a denunciar a interdependência convertida em cruel dependência e os mecanismos geradores da desigualdade em nível internacional, manobrados pelos países ricos, mecanismos que “aumentam a riqueza dos ricos, mantendo perdurável a miséria dos pobres” (SRS, nº 16).

Enumera alguns sintomas específicos do subdesenvolvimento atual: crise de moradia, desemprego e subemprego, a dívida financeira do Terceiro Mundo, transformada em mecanismo de empobrecimento e de entrave ao desenvolvimento. Acrescenta ainda o entrave político da divisão atual em blocos contrapostos ideológica e militarmente, exercendo um poder de cunho imperial em suas zonas de influência e refreando todo e qualquer impulso de cooperação solidária.

As palavras mais duras da Encíclica são para esta política de blocos: “Quando o Ocidente dá a impressão de se abandonar a formas de isolamento crescente e egoísta, e o Oriente, por sua vez, parece ignorar, por motivos discutíveis, o seu dever de cooperação no empenho por aliviar a miséria dos povos, não nos encontramos apenas perante uma traição das expectativas legítimas da humanidade, premonitória de consequências imprevisíveis, mas perante uma defeção propriamente dita em relação a uma obrigação moral” (SRS, nº 23).

Conclui acrescentando outros entraves, quais sejam os imensos recursos desviados para a produção de armas, o comércio cada vez mais indiscriminado destas mesmas armas, a corrida para a morte com a acumulação de bombas nucleares; as consequências das guerras, estimuladas pelos blocos, na periferia: milhões de refugiados, desespero, terrorismo. Crítica ainda os que reduzem ao problema demográfico os impasses do Terceiro Mundo, impondo campanhas sistemáticas contra a natalidade e favorecendo formas veladas de eugenismo racista (SRS nº 25).

Neste panorama fortemente negativo despontam alguns pontos positivos: uma preocupação mais intensa com os direitos humanos, ao nível individual; mas também de povos e nações; o respeito à vida e a preocupação por uma paz que brote da justiça e de uma distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento; o empenho de preservação da natureza e dos seus recursos; o avanço na agricultura permitindo a muitos países do Terceiro Mundo alcançarem certa auto-suficiência alimentar e uma renovada consciência ética a respeito dos grandes problemas humanos que vão do desenvolvimento à paz.

DESENVOLVIMENTO HUMANO AUTÊNTICO

Mais do que Paulo VI, João Paulo II busca detalhar o desenvolvimento humano autêntico, ferido e entravado tanto pela miséria quanto por um superdesenvolvimento que se degrada em consumismo e desperdício intoleráveis.

O *ter* exagerado e desvinculado de qualquer hierarquia de valores leva a que o *ter* de alguns redunde em detrimento do *ser* de muitos outros (SRS nº 31).

O desenvolvimento, ao lado de sua necessária dimensão econômica, só é integral se estiver aberto ao desenvolvimento social, cultural e à dimensão transcendente do homem. Há na encíclica uma defesa reiterada e apaixonada, sem ser estreita, da abertura ao transcendente e da liberdade religiosa, negada pelos que reprimem a militância política e social a partir da fé, em particular na América Latina, e pelos que mantêm o anacronismo de Estados militantemente ateus.

Neste capítulo, a insistência recai sobre esta raiz ética e humana última de todo desenvolvimento a ser realizado no quadro de uma igualdade fundamental que preserve a liberdade e teça laços cada vez mais firmes de solidariedade humana, para além das diferenças de blocos, ideologias e convicções religiosas.

A consequência lógica é o apelo para que saíamos de esforços isolados de pessoas, nações, assim como de religiões e Igrejas. O Papa reafirma a vontade de colaborar com todos numa estrada de mão dupla: “Neste sentido, do mesmo modo que nós católicos convidamos os irmãos cristãos a participarem nas nossas iniciativas, assim também nos declaramos prontos a colaborar nas ruas, acolhendo os convites que nos forem feitos” (SRS nº 32), pois “a colaboração para o desenvolvimento do homem todo e de todos os homens é efetivamente um dever de todos para com todos e, ao mesmo tempo, há de ser comum às quatro partes do mundo: Este e Oeste, Norte e Sul...”

LEITURA TEOLÓGICA DOS PROBLEMAS MODERNOS

Este capítulo foge da orientação tradicional da doutrina social da Igreja iniciada por Leão XIII, mantida sob Pio XI e Pio XII e bastante presente em Paulo VI. Esta orientação, na tentativa de encontrar um terreno de compreensão comum e de elaborar uma ética aceitável por todos os homens, colocava-se propositalmente na esfera do assim chamado “direito natural”, deixando na sombra a dimensão bíblica e propriamente teológica de toda mensagem cristã.

Esta posição criou uma insanável ambigüidade na doutrina social da Igreja. Em certos momentos ela se propunha a ser o eixo de uma nova forma de organização econômica, política e social cristãs e alimentou sonhos de neocristandades, suportadas por partidos democrata-cristãos ou, ainda, contrafações de catolicismo social nas malfadadas experiências corporativas do franquismo na Espanha, do salazarismo em Portugal, solidamente ancoradas na união da Igreja com o Estado.

Na condenação dos males tanto do liberalismo econômico quanto do coletivismo marxista, a doutrina social da Igreja parecia sustentar o projeto de uma terceira via, que, se não aparecia na linguagem oficial, era largamente alimentado pela literatura de divulgação e constituía convicção de amplos setores da hierarquia católica, sobretudo em regiões do mundo latino, onde a Igreja católica é majoritária e possui inegável peso social e político.

Nos setores mais reacionários, as contraposições de cristianismo a marxismo e da doutrina social da Igreja ao socialismo obscureciam as reais oposições e reduziam a doutrina social da Igreja a uma ideologia a mais, na áspera disputa das ideologias contemporâneas. O que se contrapõe a marxismo não é a doutrina social da Igreja e sim o liberalismo, o que se contrapõe a socialismo não é novamente a doutrina social da Igreja e sim o capitalismo.

João Paulo II entra decididamente no tema, cortando pela raiz toda possível ambigüidade e definindo o estatuto da doutrina social da Igreja: “A doutrina social da Igreja não é uma “terceira via” entre capitalismo liberal e coletivismo marxista, nem sequer uma possível alternativa a outras soluções menos

radicalmente contrapostas: ela constitui por si mesma uma categoria. Não é tampouco uma ideologia, mas a formulação acurada dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial. A sua finalidade principal é interpretar estas realidades, examinando a sua conformidade ou desconformidade com as linhas do ensinamento do Evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrena e ao mesmo tempo transcendente. Visa, pois orientar o comportamento cristão e, por conseguinte, pertence não ao domínio da ideologia, mas da teologia e especialmente da teologia moral. O ensino e a difusão de doutrina social fazem parte da missão evangelizadora da Igreja" (SRS nº 41. NB: todos os grifos são da própria encíclica).

Fiel a esta nova orientação já desenhada na maneira de João XXIII abordar os temas sociais na *Mater et Magistra* e na *Pacem in Terris*, no modo de o Concílio elaborar a *Gaudium et Spes* e principalmente no feliz reencontro de evangelho, teologia e compromisso social, alcançado em Medellín, na prática das comunidades cristãs de base da América Latina e do Terceiro Mundo, nos documentos dos episcopados, do Brasil em particular, João Paulo II traz a doutrina social da Igreja de volta para a esfera da teologia, como um capítulo fundamental da teologia moral. Por isto não hesita em tratar o atual problema do desenvolvimento sob as categorias próprias da teologia: pecado, conversão, graça, virtudes cristãs.

O atual quadro não é apenas condenado pelas distorções econômicas que produz, pelos inauditos sofrimentos e privações que impõe aos pobres deste mundo, mas também porque tudo isto se opõe à vontade de Deus e é um pecado que clama aos céus, pela absolutização da avidez exclusiva e da sede de poder, presentes nos imperialismos contemporâneos. Eles são estigmatizados como formas modernas de "idolatria". Os remédios são econômicos, políticos e sociais, mas está também presente o apelo à conversão e ao exercício da virtude cristã da solidariedade.

Na *Laborem Exercens*, João Paulo II cumpriu uma revolução profunda ao deslocar o eixo da doutrina social da Igreja da questão da propriedade para o trabalho, tirando-a do seu enfeudamento ao ponto de vista do capital. Cumpre agora revolução semelhante com a definição do estatuto da doutrina social da Igreja, recolocando-a na esfera própria do ensino da Igreja que é a teologia e na referência última de suas orientações que é o Evangelho.

ORIENTAÇÕES CRÍTICAS E CONCLUSÕES

Surgem aqui algumas novidades em relação à *Populorum Progressio* que insiste na correção do intercâmbio desigual no comércio internacional como o principal mecanismo para diminuir as desigualdades entre os países. À reforma do sistema internacional de comércio a *Sollicitudo Rei Socialis* acrescenta a necessidade da reforma do sistema financeiro mundial, por causa dos injustos mecanismos da dívida; da mudança no intercâmbio de tecnologias e a revisão na estrutura e funcionamento das organizações internacionais, instrumentalizadas pelos que detêm o poder, palco de competição entre os grandes e desviadas da perseguição do bem comum.

Assinalamos também algumas ênfases da nova encíclica:

1. A solidariedade torna-se um apelo central e urgente. João Paulo II relembra o lema de Pio XII, *Opus Justitiae, Pax*, "A paz, obra da justiça", o mote de Paulo VI, "Desenvolvimento, novo nome da Paz", para propor "Paz, fruto da solidariedade".

2. O ecumenismo, o mais amplo possível, é o caminho necessário para superar as divisões entre os homens, a política estreita dos blocos e para estabelecer uma cooperação con-

fiante entre todos os homens.

3. O ponto de partida fundamental, nesta questão do desenvolvimento, é a situação dos pobres, pelos quais faz a Igreja uma opção preferencial, pois as decisões acerca do desenvolvimento devem abranger as "imensas multidões de famintos, mendigos, sem teto, sem assistência médica e, sobretudo, sem esperança de um futuro melhor..." (SRS nº 42).

4. À perspectiva dos pobres junta-se a contrapartida necessária: o anseio pela libertação. O tema tão caro à teologia latino-americana é retomado sem maiores reservas: "recentemente... difundiu-se uma nova maneira de enfrentar os problemas da miséria e do subdesenvolvimento, que faz da libertação a categoria fundamental e o primeiro princípio de ação" (SRS nº 46).

5. Libertação, solidariedade e desenvolvimento são entrelaçados como momentos de uma mesma e única prática: "A liberdade para a qual "Cristo nos libertou" (Gal. 5, 1), estimula-nos a converter-nos em servos de todos. Assim o processo do desenvolvimento e da libertação concretiza-se na prática da solidariedade, ou seja, do amor e do serviço ao próximo, particularmente dos mais pobres..." (SRS nº 46). A título de curiosidade, assinalamos que os dois únicos santos apresentados como modelo do serviço aos irmãos e de solidariedade saem da tradição latino-americana e polonesa: São Pedro Claver, no serviço aos negros escravos em Cartagena, na Colômbia, e Maximiliano Kolbe, apresentando-se como voluntário no lugar de um pai de família no campo de extermínio nazista de Oswiecim-Auschwitz, durante a Segunda Guerra Mundial.

6. Pela primeira vez num documento pontifício, e de maneira sistemática, abandona-se o genérico *Homem*, aplicado tanto ao homem como à mulher, para incorporar os reclamos de consciência feminina, especificando-se cada vez, "homens e mulheres", "irmãos e irmãs". Que o avanço na linguagem possa traduzir-se em avanços reais na prática da Igreja neste domínio.

Não a título de crítica, mas de constatação, percebe-se a amplitude e profundidade da crise quando se trata de apontar saídas e soluções. A Encíclica não as aponta: ela é muito mais um apelo às reservas éticas e à consciência das pessoas, povos e governantes, para que se lancem numa busca incessante e desarmada, em nome da comum fraternidade e da urgente solidariedade, a fim de encontrar soluções para problemas aparentemente insolúveis. □

Este artigo foi publicado originalmente pela revista *Tempo e Presença* do Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI.

Resumen

SOLLICITUDO REI SOCIALIS - LA ENCÍCLICA DEL DESENCANTO

Juan Pablo II, con la encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, trae para la esfera de la teología la doctrina social de la Iglesia como un capítulo fundamental de la teología moral. Por ello, no duda en tratar las actuales distorsiones económicas, responsables por los sufrimientos y privaciones de millones de personas, con las categorías de la teología: pecado, conversión, gracia y virtudes cristianas.

Abstract

SOLLICITUDO REI SOCIALIS - THE ENCYCLIC OF DISENCHANTMENT

John Paul II's *Sollicitudo Rei Socialis* encyclic brings the Church's social doctrine back into the mainstream of theology as a fundamental chapter of moral theology. For this reason he does not hesitate to treat the present economic distortions that visit suffering and privation on millions of people with theology's own categories and terms: sin, conversion, grace, christian virtues.



O FATOR HUMANO NA CONSTRUÇÃO DA PAZ

O QUE INSPIRA ESPERANÇA É A MUDANÇA DE ATITUDE DA OPINIÃO PÚBLICA, NA MAIORIA DOS PAÍSES, EM RELAÇÃO ÀS ARMAS NUCLEARES E À CORRIDA ARMAMENTISTA. PARECE HAVER UM CONSENSO DE QUE A GUERRA NUCLEAR SERIA SUICIDA. HÁ TAMBÉM UMA CONSCIÊNCIA CRESCENTE DE QUE A GUERRA NÃO É UM FENÔMENO NATURAL, NEM INERENTE A INSTINTOS BIOLÓGICOS OU ATRIBUTOS PSICOLÓGICOS DOS SERES HUMANOS. A GUERRA É UMA CRIAÇÃO HUMANA QUE PODE E DEVE SER ELIMINADA PELOS HUMANOS.

Marian Dobrosielski - Tradução de Geni Camara

Em 15 de dezembro de 1978, sob a iniciativa da Polônia, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a resolução 33/37, intitulada "Declaração da Preparação de Sociedades para uma Vida Pacífica". Esta resolução confirmou solenemente o direito inerente a cada ser humano, independente de raça, credo, idioma, ou sexo, de viver em paz. Em conformidade com isso, conclamou todos os Estados a agir perseverante e consistentemente para assegurar que suas políticas, incluindo processos educacionais e métodos de ensino, assim como atividades de meios de informação, incorporassem conteúdos compatíveis com a tarefa de preparação de toda a sociedade para uma vida pacífica, em particular para as gerações jovens. O estímulo à discriminação racial, nacional ou outra discriminação, injustiça ou defesa da violência e da guerra deveria ser desencorajado e eliminado. Além disso, os Estados deveriam desenvolver várias formas de cooperação bilateral e multilateral com vistas a viverem em paz. (Para o texto da Resolução na íntegra, ver o apêndice 1).

A declaração tem valor essencialmente prático, teórico e



político. A formulação do direito à vida em paz de cada nação e de cada indivíduo como um direito humano básico e fundamental é uma contribuição nova e original para a teoria e a prática das relações internacionais. Outrossim, a declaração aborda os problemas da paz de uma forma aberta e complexa, específica e realista. A paz é encarada no nosso mundo como um processo aberto, dinâmico, multidimensional, condicionado pelo desenvolvimento histórico, estratégico-militar, político-social, científico-tecnológico, econômico e educacional, que pode ser moldado consciente e racionalmente. A declaração formula diretrizes claras, realistas e específicas para a ação a fim de alcançar uma paz justa e duradoura. Finalmente, a declaração não usa "slogans" vazios, não apela exclusivamente para as emoções e a razão. Ela chama a atenção para a necessidade do estabelecimento e do reforço de uma paz justa e duradoura, aqui e agora, como a base fundamental da sobrevivência e do desenvolvimento de todos e de cada Estado, Nação e Sociedade, mostrando as possibilidades práticas de alcançar este objetivo.

Somente através de uma ação planejada, consciente, comum a todos Estados, de uma ação dirigida para a eliminação da ameaça de guerra nuclear e todas as outras formas de provocação, pela eliminação de todas as práticas de colonialismo, racismo, "apartheid", ódio, preconceito e pela adoção de princípios de coexistência pacífica, de ideais de uma paz justa e du-

radoura, de liberdade e humanismo, seremos capazes de criar condições para a sobrevivência da espécie humana e para a solução de problemas com os quais estamos nos confrontando.

COMUNIDADE DE SOCIEDADES VERSUS FRAGMENTAÇÃO E DESINTEGRAÇÃO

Os anseios pela vida pacífica são tão antigos quanto a história do homem. Nós os encontramos nos primórdios de diferentes culturas, em mitos de uma "Idade de Ouro" ou paraíso na Terra, em várias crenças religiosas de uma vida eterna tranqüila além do túmulo. A preocupação com a vida em paz é pelo menos tão antiga quanto a tradição filosófico-literária da humanidade. Filósofos, poetas, historiadores, estadistas e economistas têm, há milênios, devotado suas inteligência e criatividade na busca de meios e métodos para a realização de uma paz duradoura – paz dentro de si mesmo, com o meio natural e social. Suas teorias, entretanto, permaneceram, em sua maioria, no reino da Utopia.

A história da humanidade tem sido marcada invariavelmente por guerras e preparativos para guerras, em tal extensão que a guerra foi, e ainda é, considerada por muitos como um fenômeno inevitável, natural da história do homem e do destino. Conforme o clássico teorema de Clausewitz, a guerra nada mais é do que "a continuação da política por outros meios". Guerras,

violência e a ameaça ou o uso da força têm sido os meios de expandir o território de alguém, conquistar colônias, ganhar acesso a novos mercados e impor religiões ou outras crenças.

Com a invenção e o emprego de armas nucleares, entretanto, o problema da guerra e da paz assumiu uma qualidade e dimensão radicalmente novas. A suposição de Clausewitz está agora destituída de sentido, já que nenhum objetivo político, econômico, militar, moral ou qualquer outro pode ser realizado nem justificado pelo uso de uma arma nuclear.

Após a devastação de Hiroshima e Nagasaki, por armas nucleares, Einstein declarou: "a liberação da força atômica mudou tudo, exceto nosso modo de pensar. Portanto, estamos sendo levados para uma catástrofe sem paralelo. Se queremos que a espécie humana sobreviva, devemos exigir uma maneira substancialmente nova de pensar".

Em nosso tempo, o problema da guerra e paz tornou-se o principal problema da humanidade: problema de vida e morte não apenas para este ou aquele Estado ou sociedade, nação ou cultura, mas para cada ser humano e para todo o mundo. Hoje a questão de um mundo sem guerra, um mundo de paz justa e duradoura, não pode ser mais tratada como uma visão abstrata. Tornou-se uma necessidade prática e concreta, de prioridade máxima. A espécie humana não pode mais permitir-se o "luxo" da guerra e paz. Estamos diante de uma alternativa crucial e uma escolha decisiva: continuar no rumo atual da corrida armamentista e preparação para a guerra, o que deve necessariamente levar a uma catástrofe nuclear, a um fim da história humana; ou decidir resolutamente iniciar esforços intensivos e construtivos para eliminar a guerra, a violência, o uso da força ou a ameaça de força nas relações internacionais, aumentando drasticamente nossos esforços para preparar as sociedades para a vida pacífica. A primeira estrada leva ao extermínio; a segunda à sobrevivência, desenvolvimento e progresso.

O mundo em que vivemos é cheio de crises provocadas pelo homem, absurdos e contradições. Através da ciência e da tecnologia, a espécie humana adquiriu hoje, pela primeira vez na história, conhecimentos suficientes e meios para criar condições para uma vida pacífica, com segurança, liberdade, justiça social, dignidade, relativo bem-estar para toda a raça humana e para cada ser humano. Esta possibilidade, encarada como utópica durante milênios, poderia ser materializada aqui e agora, durante o curso de vida das gerações atuais. Podemos quase exclamar que isso não é só possível mas realmente necessário. Contudo, o conhecimento e os meios providos pela ciência e tecnologia estão sendo usados predominantemente, de um modo planejado e sistemático, para propósitos **destrutivos**: para inventar, aumentar, multiplicar e aperfeiçoar meios de extermínios da humanidade e de devastação do nosso planeta.

Olhando racional, desapassionada e objetivamente para os progressos mundiais, nós distinguimos duas tendências diferentes e contraditórias. A primeira evolui em direção da globalização sempre crescente de uma hoste de problemas e crises: militar, econômica, social e política, que impõe ameaças e perigos ainda maiores para o mundo e toda a humanidade. Com muita frequência essas crises estão fortemente inter-relacionadas, interdependentes, mutualmente condicionantes e reforçando uma à outra.

Mencionemos resumidamente algumas delas:

- O problema da guerra e paz, cuja dialética se expressa na dinâmica e absurda corrida armamentista na preparação de uma guerra nuclear ou mesmo "uma guerra nas estrelas", e tentativas relativamente frágeis de impedi-la, no empenho

- para a preparação das sociedades para uma vida pacífica.
- A crise econômica mundial, causada em grande parte pela corrida armamentista. Isto se expressa de maneira muito diferente nos diferentes Estados, regiões, continentes: através de um imenso desemprego, uma divisão de trabalho irracional e injusta, desperdício e mal uso de recursos energéticos e matérias-primas, e caos nos sistemas monetário e financeiro.

- A crise político-social e moral, que se expressa na clamorosa injustiça social e na violação dos direitos humanos dentro de distintos Estados e nas relações internacionais, num aumento da intolerância, terrorismo, irracionalismo e egoísmo.

- A crise democrática que multiplica quase todas as dificuldades e problemas atuais, assim como causa novos problemas: fome, pobreza extrema, epidemias, analfabetismo e subdesenvolvimento econômico.

- Nem devemos esquecer a crise ecológica, a crise no sistema da organização das relações internacionais e muitas mais.

Esses exemplos serão suficientes para justificar a asserção da tendência crescente para a globalização e universalização de muitos problemas importantes e crises perigosas.

Deve-se então assumir que este fenômeno inequívoco deve guiar a comunidade internacional dos Estados e sociedades para uma conclusão lógica, simples e constrangedora. Deveria ser óbvio que os perigos e ameaças comuns a toda a humanidade requerem uma abordagem global para sua estimativa, solução e eliminação através do diálogo, cooperação e meios pacíficos, e não através de conflitos e confrontos. Poderia parecer que o reconhecimento desses problemas universais, perigos e ameaças representaria um incentivo poderoso para que os Estados e sociedades iniciassem um trabalho conjunto para criar um sistema mundial de segurança equivalente, comum, para todos, não apenas na área militar mas também nos campos político-social, econômico, cultural e outros.

Ainda que paradoxalmente, a segunda tendência que observamos no nosso mundo caminha na direção oposta. Muitos Estados tendem a abordar esses problemas e crises baseados em interesses egoístas particulares, míopes e estreitos, tanto na prática internacional como nacional. Eles tentam aumentar sua segurança militar, econômica e financeira através da diminuição da segurança de outros Estados. Vemos uma tendência crescente em direção à fragmentação e desintegração na aproximação de ameaças e perigos globais comuns: uma tendência a tratá-los com o isolamento de seu contexto político e social mais amplo, em direção à multiplicação de conflitos, contravérsias, rivalidade e confrontação.

E aqui temos a contradição e o absurdo mais importantes, mais generalizados, mais trágicos e perigosos do nosso mundo e do nosso tempo: de um lado a tendência objetiva em direção à globalização de mais e mais problemas, perigos, ameaças e conflitos e suas inter-relações dialéticas; de outro uma abordagem subjetiva, particular, fragmentária, isolada e desintegrada por parte dos governos e sociedades para eliminá-los e solucioná-los.

Portanto, o mais elevado e básico imperativo político, social econômico, cultural e moral de nosso tempo fica bem compreendido neste absurdo e contradição trágicos, de modo a tirar conclusões apropriadas para nossa atividade prática em escala nacional, regional, continental e global, a fim de sobrepujá-los, visto que contrário a toda a lógica e às crenças arraigadas na maioria das religiões de que, apesar das nossas diferenças,



somos todos iguais perante Deus, contrariamente às proclamações político-liberais de que somos todos iguais perante a lei, às descobertas da ciência de que somos todos membros iguais de uma única raça humana e um único mundo: não somos ainda capazes de olhar o mundo e seus problemas como sendo nosso mundo comum e nossos problemas comuns. Nós ainda olhamos nosso mundo através do prisma dos mitos e dogmas anacrônicos, dos preconceitos e interesses particulares nacionais ou ideológicos. Todavia, se queremos garantir a sobrevivência da humanidade, devemos mudar radicalmente esta atitude e adaptá-la às exigências objetivas da realidade. Devemos adotar medidas compreensíveis que criem, na prática, um sistema de relações internacionais baseado não na violência e na guerra e sim na cooperação e na paz.

ENTENDENDO O PRESENTE, ANTECIPANDO O FUTURO

Se pretendemos antecipar o futuro racionalmente e moldá-lo de forma a garantir a sobrevivência da espécie humana, devemos iniciar pela compreensão do presente. O principal problema de nosso tempo ainda é o da guerra e paz. Hoje enfrentamos a maior ameaça à paz e à segurança internacional desde a Segunda Guerra Mundial, causada principalmente pela corrida armamentista absurda e insana, com todos os seus aspectos negativos, estratégico-militar, político, econômico, social e mo-

ral. Eles não somente diminuem a segurança de todos os Estados, aumentando o perigo de uma guerra nuclear e desviando a atenção, a inteligência e os recursos necessários para a solução de problemas urgentes que se apresentam à humanidade, tornando sua solução quase impossível. A corrida armamentista é uma ameaça e um perigo muito maiores para o mundo e para os Estados do que todas as ameaças reais e imaginárias que se originam dos diferentes sistemas político-sociais, ideológicos e outras crenças reunidas.

Para parar e reverter a corrida armamentista é necessário, se bem que em si mesma não é condição suficiente para evitar a guerra e fortalecer a paz, a segurança internacional e a política de cooperação. Os armamentos nunca resolveram quaisquer problemas mundiais importantes e eles não vão resolvê-los nem agora nem no futuro. Há, é claro, gente que afirma cinicamente que as cifras astronômicas gastas, o uso da inteligência humana, de energia, de recursos materiais para o aumento e aperfeiçoamento de armas valem a pena, já que isso tem garantido quarenta anos de paz. Tais asserções são completamente injustificadas. Não há nenhuma relação causal ou lógica entre o aumento e aperfeiçoamento de armas e a manutenção da paz. Ao contrário, milhares de anos de experiência histórica mostram que o acúmulo de armas sempre acaba levando ao seu uso.

Mas consideremos, por um momento, que espécie de "paz",

supostamente garantida pelos armamentos, tivemos e ainda temos desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Neste mundo "tranquilo", temos hoje, em números relativos e absolutos, mais fome, miséria, doença, analfabetismo e gente desempregada do que logo após a guerra. A corrida armamentista é uma causa direta ou indireta do imenso crescimento da pobreza, fome e doença. Ela conduz à destruição das condições biológicas e ecológicas para a sobrevivência da espécie humana.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Pela Paz Internacional de Estocolmo (SIPRI), o mundo gastou, em 1985, cerca de 850 a 870 bilhões de dólares em armamentos. Outras estimativas chegam a citar 1 trilhão¹. É difícil de conceber esta cifra astronômica. Ela significa *inter alia* que, a cada minuto, são gastos cerca de 2 milhões de dólares em armamentos. Ainda a cada minuto cerca de 30 crianças morrem por falta de comida e de vacinas baratas. O custo de um "simples" submarino nuclear novo é igual ao orçamento anual da educação de 23 países em desenvolvimento, com 160 milhões de crianças em idade escolar. A despesa mundial com desenvolvimento e pesquisa bélica foi de aproximadamente 70 a 80 bilhões de dólares em 1984, com um acréscimo de mais de 10% em volume do que em 1983. "O resultado é que será aumentada a velocidade com que as armas novas e modernas podem substituir as mais antigas, criando pressões para elevar os gastos bélicos no futuro, independentemente da situação das relações políticas"².

Um 100 milhões de pessoas estão, direta ou indiretamente, envolvidas no cumprimento de tarefas bélicas destrutivas. Cerca de 500 a 600.000 cientistas e técnicos, dos mais bem qualificados, estão devotando suas energias e inteligência para o aprimoramento, invenção e construção de sistemas de armamento para assassinato em massa. Os Estados Unidos e a União Soviética têm, sozinhos, uma reserva de 50.000 ogivas nucleares com capacidade de destruição 1.300.000 vezes maior do que a da bomba jogada em Hiroshima. A reserva mundial de armas nucleares representa uma força explosiva 5.000 vezes maior do que toda a munição usada na Segunda Guerra Mundial, sem mencionar o potencial de destruição de massa de outros sistemas, como armas químicas e biológicas. Estima-se que menos de 5% dessa força seria suficiente para destruir o mundo.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, ocorreram mais de 150 guerras nas quais morreram acima de 20 milhões de pessoas. Quase a metade dos países em desenvolvimento estão sob regime militar e a militarização das sociedades e da cultura no chamado mundo desenvolvido está aumentando rapidamente³.

Neste mundo "pacífico", aproximadamente dois bilhões de pessoas vivem de rendimentos inferiores a 500 dólares por ano e carecem de um suprimento confiável de água potável; 11 milhões de bebês morrem antes do primeiro aniversário; 450 milhões de pessoas sofrem de fome e má nutrição. Há mais de 600 milhões de desempregados, em sua maioria jovens, mais de 800 milhões de analfabetos e cerca de 120 milhões de crianças em idade escolar carecem de escolas.

É claro que uma catástrofe deve ser o resultado final do rumo atual da confrontação bélica ilimitada, a continuação da corrida armamentista e a abordagem míope, estreita e egoísta aos perigos e ameaças comuns que a humanidade enfrenta.

Devemos repetir que as armas nucleares mudaram radicalmente a essência da guerra. Na era nuclear, a guerra entre as maiores potências não pode mais ser tratada como um elemen-

to de política, mas somente como um instrumento de aniquilação mútua. As armas nucleares podem destruir, em questões de segundos, as conquistas de milhares de anos de cultura e civilização. Não pode haver vencedores em uma corrida armamentista nuclear, nem numa guerra nuclear. Não pode haver nenhuma defesa efetiva contra mísseis nucleares. Qualquer emprego de armas nucleares seria um crime contra a humanidade.

De acordo com um estudo feito em 1983, pela Organização Mundial de Saúde, num primeiro confronto de armas nucleares morreriam imediatamente um bilhão de pessoas e outro bilhão morreria em consequência dos ferimentos, explosões, queimaduras e radiação. Não haveria possibilidade de ajuda médica para as vítimas de um ataque nuclear. Durante os últimos anos, muitos estudos referentes ao chamado inverno nuclear se somaram a uma diversidade de livros e artigos sobre os diferentes aspectos dos efeitos da guerra nuclear⁴. Esses livros e estudos mostram claramente que uma guerra nuclear não seria apenas uma questão entre o Leste e o Oeste, mas afetaria todo o globo. A guerra nuclear constitui, hoje, uma ameaça comum, global e universal para todos e para cada ser humano. A espécie humana está em uma encruzilhada e há pouco tempo para escolher entre alternativas de confrontação ou cooperação, destruição e morte, ou criatividade e vida.

O problema da preparação para uma vida pacífica assume, sob essa luz, uma importância extraordinária. Pois, em toda história conhecida da humanidade, na maioria dos países do mundo e apesar do que foi dito ou escrito sobre a guerra e paz, as sociedades foram educadas e preparadas para a guerra – justa ou injusta, defensiva ou agressiva, mas sempre para a guerra. Isto se expressa no antigo adágio romano: *si vis pacem, para bellum*, o que muitas pessoas e governos consideram válido em nossos tempos, apesar da experiência histórica de que a preparação para a guerra, como regra, tem levado também à guerra.

O SIGNIFICADO DA PAZ

Paz – provavelmente a noção mais usada e mal empregada no mundo de hoje. É o assunto principal de diferentes diálogos e disputas contemporâneas: estratégico-militar, político-social, ideológica e teológica...

Estadistas, políticos e diplomatas usam constantemente esse termo, mas com significados e contextos tão diferentes, e com frequência de maneira tão geral e imprecisa, que ele se torna um chavão destituído de qualquer significado concreto. Todos concordam que a "paz" deveria ser a nossa meta, mas as interpretações desta meta são muito diferentes, assim como são diferentes as maneiras e os meios sugeridos para alcançá-la.

Nós devemos dotar a noção de paz com seu sentido adequado. Frequentemente a paz é entendida como a "ausência de guerra", uma definição dada pela primeira vez por Hugo Grotius em seu trabalho *De iure belli ac pacis*, de 1625. Hoje essa definição limitada e negativa está sendo substituída por uma noção mais ampla e positiva, compatível com a Carta das Nações Unidas, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e com os acordos internacionais dos direitos: civil, político, econômico, social e cultural, de 1966. Essa noção mais ampla de paz considera não só a ausência de conflito armado, mas também a eliminação de todos os tipos de violência – incluindo a violência estrutural e sócio-econômica –, e a realização de justiça social e respeito pelos direitos humanos.

No século XX, é difícil aceitar a guerra como um conceito



primário, a partir do qual a noção de paz deve ser deduzida. A paz em seu sentido mais amplo tem que ser aceita como uma noção primária. Precisamos usar a criatividade e a imaginação para dotar "a paz" de conteúdo preciso, concreto, político-social, filosófico e ideológico, para que ela não se torne um "slogan" vazio.

No passado, e mesmo hoje, as teorias foram e são desenvolvidas no sentido de que a guerra é inevitável e que o instinto de agressão é geneticamente inerente aos seres humanos e que, portanto, deve levar à guerra. Esses mitos têm sido desaprova- dos pela ciência. Não existe tal instinto de agressão ou de guerra inato nos seres humanos. O que é decisivo é o conjunto de condições sob as quais os seres humanos são criados, educados e preparados para a vida – condições criadas pela família e pelo ambiente social. A agressividade ou ausência de agressividade não é algo natural, inato, é algo aprendido, como modos de comportamento adquiridos. A empatia, a confiança, o amor e o desenvolvimento das potencialidades criativas não são incentivos menos poderosos para um comportamento ativo e construtivo do que o ódio, o medo, a inveja, a desconfiança o são para um comportamento destrutivo.

No passado a paz era somente o intervalo entre as guerras. Devemos reverter a chamada lei de guerra eterna para um caminho criativo e ativo para uma paz eterna. Há uma necessidade urgente de criação de um sistema de filosofia compreen-

sível que nos prepare para uma vida pacífica, através da cooperação global de pesquisadores para a paz, filósofos, sociólogos e cientistas políticos. Esse sistema englobaria aspectos morais, sociais, políticos, culturais e outros. Precisamos de um sistema de filosofia que nos mostraria como atuar de modo ativo e criativo pela paz, paz de dentro de nós mesmos, paz com nosso meio social e ecológico, paz com os produtos manufaturados e com os sistemas de produção e paz com as idéias e as ideologias criadas pelos homens. Não precisamos começar pelo princípio. A história da filosofia, as religiões, a literatura, a sociologia e a ciência estão cheias de idéias e conceitos úteis. Mesmo hoje, inúmeras sugestões de como alcançar este tipo de paz estão sendo produzidas. A Universidade das Nações Unidas poderia atuar como uma Agência para tais conceitos e idéias para que se atingisse uma síntese compreensiva e consistente.

Entretanto, não são suficientes apenas idéias, conceitos e sugestões dos caminhos e meios de alcançar a paz e como preparar as sociedades para uma vida pacífica. Antes de tudo está a tarefa de estadistas e políticos responsáveis de refletirem e tornarem a paz em condição e meta de cada atividade política e usar meios pacíficos para atingir essa meta. Hoje em dia não é o bastante estar contra a guerra, contra a corrida armamentista e a favor da paz. Nós precisamos de conhecimentos objetivos, de modo que possamos compreender integralmente e explicar

clara e simplesmente os mecanismos de funcionamento das ameaças e perigos globais para a espécie humana. É necessário formar uma consciência de que essas ameaças e perigos requerem uma abordagem comum, global, para sua eliminação e que os problemas globais que enfrentamos só podem ser resolvidos através da cooperação de todos os Estados e sociedades, através de meios pacíficos e de diálogo e da criação de um sistema mundial de segurança comum para todos. A premissa e a condição básica para realizar esta tarefa colossal são o estabelecimento e a preservação da paz.

O sistema político tem que se concentrar hoje na prevenção das guerras e conflitos, na luta contra as diferentes formas de discriminação, contra o racismo, o fanatismo e a ignorância. O papel mais importante da filosofia e das ciências sociais é o de elaborar uma visão realista do mundo pacífico, com base em uma análise objetiva e racional da realidade político-social, econômica e militar, traçando os caminhos e métodos que conduzam a tal mundo. Nesta visão, a paz deve ser adotada como o valor universal fundamental e os caminhos e meios de preparação para uma vida pacífica como o método básico.

Se quisermos ganhar a luta, não apenas da prevenção da guerra nuclear, mas também da criação de uma paz positiva, então os políticos, cientistas, líderes religiosos, educadores e representantes de todas as profissões terão que unir suas inteligências e vontade de modo que as realizações da ciência e da tecnologia não sejam usadas para estimular a corrida armamentista, para fomentar o culto ao ódio, à violência e à guerra e para conduzir aos conflitos e confrontos entre as nações. A ciência e a tecnologia não devem servir para dar origem à aniquilação da raça humana, mas precisam ser utilizadas em um serviço construtivo para a humanidade.

Dois meses antes do bombardeio de Hiroshima, em um importante painel de cientistas, no relatório denominado projeto Manhattan, o químico e diretor do painel, James Frank, escreveu para o ministro da Guerra dos Estados Unidos, Henry Stimson:

"No passado, a Ciência foi, com freqüência, capaz de fornecer novos métodos contra novas armas agressivas que ela viabilizou, mas ela não pode prometer tal proteção contra o uso destrutivo da força nuclear. Essa proteção pode vir da organização política do mundo."

Recordando a afirmação acima, do relatório de Frank, o volume comemorativo do 40º aniversário do *Boletim dos Cientistas Atômicos* acrescenta:

"Aquilo (a afirmação) é tão verdadeiro hoje como foi há 40 anos atrás, apesar da falsa promessa de esquemas tais como a "guerra nas estrelas". Agora é a hora de enterrar a noção perversa de que um mundo pacífico pode ser preservado pela preparação contínua para a guerra. Devemos trabalhar para uma paz duradoura enquanto ainda há tempo."

UMA NOVA CONSCIÊNCIA HUMANA

Já se passaram sete anos desde a adoção da Declaração da Preparação de Sociedades para uma Vida Pacífica. Durante este período, as relações internacionais, especialmente entre Leste e Oeste, deterioraram-se. A situação na qual nós nos encontramos é bastante séria. Mas não há necessidade de se aceitar isto fatalística e passivamente. Hoje é mais necessário do que nunca que todos os Estados, grandes e pequenos, a Organização das Nações Unidas e todas as sociedades empreendam esforços imaginativos e criativos para gerar um sistema de relações internacionais baseado não na violência e na guerra mas na paz, cooperação e progresso.

O que inspira esperança é a mudança de atitude da opinião

pública na maioria dos países, em relação às armas nucleares e à corrida armamentista em geral. Tem havido um extraordinário desvio na consciência mundial. Parece haver um consenso de que a guerra nuclear seria suicida; que existe uma capacidade nuclear para exterminar a humanidade algumas vezes; que a corrida armamentista nuclear não pode ser vencida; que as armas nucleares são ilegítimas. A rejeição da "nuclearização" e o reconhecimento de seus perigos têm-se generalizado.

Há também uma consciência crescente de que a guerra não é um fenômeno natural, irracional, inexplicado e inevitável, nem inerente a instintos biológicos ou atributos psicológicos dos seres humanos. A guerra é uma criação humana que pode e deve ser eliminada pelos humanos. As armas nucleares criam um destino universalmente compartilhado. Isto pode nos levar a um começo de sensatez, para uma exploração comum de caminhos para desembaraçar o mundo das instituições da guerra. A realização de um desarmamento efetivo e drástico não é hoje um problema técnico mas inteiramente político, social, econômico e moral. O valor das cláusulas da declaração e a necessidade de sua implementação são hoje mais fortes do que nunca. □

Marian Dobrosielski é professora de filosofia na Universidade de Varsóvia.

Este artigo foi publicado originalmente no *Bulletin of Peace Proposals*, em número especial intitulado "Preparation of Societies for Life in Piece" (Editora Mark Three, vol. 18, nº 3, 1987).

Referências Bibliográficas

1. Os fatos e números apresentados neste trecho estão baseados principalmente em "World Armaments and Disarmaments, SIPRI, Yearbook 1986; Ruth Leger Sivard: World Military and Social Expenditures, 1983.
2. SIPRI Yearbook, 1985, p. 16.
3. Cf. Jerome B. Wiesner, "The United States: a Militarized Society", *Bulletin of the Atomic Scientists*, vol. 41, nº 7, agosto 1985.
4. Cf. A. S. Ginsburg, G. S. Golitsyn & A. A. Vasiljev: "Global Consequences of a Nuclear War: a Review of Recent Soviet Studies", and Arthur H. Westing, "Nuclear Winter: a Bibliography", SIPRI Yearbook 1985, pp. 107-129.
5. Do editorial in *Bulletin of the Atomic Scientists*, vol. 41, nº 7, agosto 1985.

Resumen

EL FACTOR HUMANO EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA PAZ

Si hay algo que inspira esperanza es el cambio de actitud, en la opinión pública de la mayoría de los países, en relación con las armas nucleares y la corrida armamentista. Parece haber un consenso de que la guerra nuclear sería suicida. También hay una conciencia creciente de que la guerra no es un fenómeno natural ni inherente a instintos biológicos o atributos psicológicos de los seres humanos, sino que es una creación humana que puede y debe eliminarse a través de ellos.

Abstract

THE HUMAN FACTOR IN ENGINEERING PEACE

Hope is kindled by the change in public opinion in most countries about nuclear weapons and the arms race. There seems now to be a consensus that nuclear war would be suicide. There is also growing awareness that war is not a natural phenomenon, nor is it inherent in biological instincts or in man's psychological make-up. War is man-made and it can and must be eradicated by man.

INDÚSTRIA

GUERRA S.A.

OS NEGÓCIOS BÉLICOS DO BRASIL

Domício Proença Júnior



A EXISTÊNCIA DE UM SETOR BÉLICO NO BRASIL SUGERE UMA SÉRIE DE QUESTÕES. POR UM LADO, MANIFESTA-SE CURIOSIDADE COM RELAÇÃO ÀS FORMAS PELAS QUAIS ESTE SETOR PODE SE ESTRUTURAR, MAS ENCONTRAM-SE DIFICULDADES NO ACESSO A INFORMAÇÕES CONFIÁVEIS SOBRE OS DIVERSOS ASPECTOS DE SUA HISTÓRIA E ATIVIDADES. POR OUTRO LADO, EXISTE A PREOCUPAÇÃO SOBRE SEU SIGNIFICADO EM TERMOS ESTRATÉGICO-MILITARES, NO SENTIDO DE SUA ADEQUAÇÃO À DEFESA DA NAÇÃO E DE SUAS INFLUÊNCIAS E REPERCUSSÕES SOBRE O RUMO E AS POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO FUTURO DO PAÍS.

A perspectiva de análise da questão da indústria bélica e seus desdobramentos pode ser identificada com a de um projeto de sociedade, no qual o espectro da orientação do Estado sobre a indústria, suas consequências e desdobramentos devem ser entendidos e avaliados como instrumentos do coletivo para um determinado fim de interesse público. Em especial, o conjunto das atividades industriais e militares do setor de defesa é percebido como instrumento de uma opção de política pública. Essa opção, expressão de uma "grande estratégia" brasileira, não deve porém ser confundida com a totalidade dos interesses que a motivam. Esses interesses representam as expectativas conjuntas da sociedade através de um Estado, um sistema de governo, etc., expressas num projeto nacional. Esta percepção é essencial para se compreender o lugar próprio no universo político-estratégico brasileiro das questões relacionadas com a produção nacional de armamentos e o próprio papel das Forças Armadas do país.

É preciso ter-se em mente que o excessivo recurso ao sigilo de informações nos campos militar e da indústria bélica resulta numa imagem fragmentária e pouco acurada de sua realidade. Perde-se de vista, no mais das vezes, o papel que desempenham nos assuntos de Estado as Forças Armadas e a produção nacional de material de emprego militar. Exige-se um esforço de clarificar as ligações entre esses assuntos, desmistificando sua natureza, e expondo o excesso de sigilo pelo des-serviço que presta aos interesses nacionais.

O primeiro ponto que considero essencial é que não tem sentido se falar de atividade industrial bélica num país a menos que essa atividade sirva aos requisitos de suas Forças Armadas em termos de equipamento. A experiência mundial é bastante clara no sentido de que indústrias de armas só se estabelecem por força de necessidades internas, com amplo e sistemático apoio do Estado e das próprias Forças Armadas locais. No Brasil, apesar da imagem que por vezes se adquire pela mídia, não é diferente, como atesta, para citar um exemplo, o caso da indústria aeronáutica. O caso brasileiro pode ser considerado típico – ainda que original e discutivelmente o mais "bem-sucedido" – do esforço de países periféricos de industrialização recente.

Os problemas que esses países enfrentam ao estabelecerem sua própria indústria de armas podem ser sumariamente descritos numa hierarquia descendente de infra-estrutura industrial, capacidade tecnológica nacional, e escala produtiva. O primeiro corresponde à falta de meios industriais locais que possam servir de base concreta, e segura, para a manufatura de produtos industriais de base. A maioria dos países periféricos encontra-se restrita à aquisição (e dependência) de armas es-



trangeiras por carência dessa base. Apenas alguns poucos (os de industrialização dita recente como Israel, Índia, Argentina e Brasil) foram capazes de estabelecer uma base industrial viável.

O segundo elemento, o recurso tecnológico local, torna-se crítico quando se dispõe de uma base industrial capacitada. Sua natureza é mais sutil mas igualmente decisiva. Sem pessoal qualificado e capacitação tecnológica nacional, não é possível produzir armas nos níveis de sofisticação compatíveis com os requisitos correntes de defesa. Existe, nessa questão dos requisitos correntes de defesa (cuja medida são os países centrais), um dilema permanente para os países da periferia que desenvolvem sua própria indústria de armas. De um lado, asseguram mais firmemente sua soberania pelo equipamento de suas Forças Armadas com armamento local. Com isto, no entanto, arriscam-se a fragilizar sua capacidade defensiva, se seu armamento se encontrar muito defasado da contraparte (adquirido de países centrais) eventualmente disponível a seus possíveis adversários.

Por outro, a dependência e confiança na aquisição pura e simples de armas estrangeiras têm pouco a oferecer para além de uma transitória (e por vezes equivocada) imagem de atualização e capacidade. Isso sem se falar da delicada questão do uso dessa dependência como ferramenta política pela nação



fornecedora. O caso do Conflito Anglo-Argentino de 1982 é típico. A experiência brasileira parece ter sido a de se sacrificar a capacidade operacional do momento por uma maior autonomia no futuro, ao contrário, por exemplo, da Índia, e numa outra medida (por razões evidentes) Israel. Ainda assim todos esses países dedicaram-se em maior ou menor grau a esforços de desenvolvimento de capacidade local. Se se dispõe (ou se edifica) de uma capacidade tecnológica nacional, é uma questão de lógica da soberania dos Estados se decidir pela montagem de um setor bélico nacional, e a preocupação com uma autonomia tecnológica segue paralelamente a esse raciocínio como forma de garantia de sua capacidade tecnológica.

Resolvida, num primeiro nível, a questão da capacidade tecnológica nacional, surge de imediato o problema associado à escala produtiva adequada ao funcionamento da indústria. Esse deriva da dimensão econômica e natureza da situação político-econômica dos países periféricos. Refere-se à questão da escala da demanda interna de tempo de paz feita à indústria de armas. Excetuando os casos das potências, e a situação muito particular do Estado de Israel, as necessidades militares de tempo de paz não são suficientes para garantir a escala produtiva necessária ao funcionamento das indústrias de armas locais. Há duas alternativas.

A primeira é se aceitar uma grande ineficiência no setor de produção bélica, subsidiando pesadamente a indústria local. Os custos dessa decisão podem ser astronômicos e até proibitivos para a maioria dos países de industrialização recente. A alternativa a esse estado de coisas é a exportação de armamentos, consumindo-se externamente o que a demanda interna

não for capaz de aceitar.

A adoção dessa segunda possibilidade conduz a outro problema. O mercado internacional de armas é intensamente competitivo, político, e dominado pelos fabricantes de armas dos países centrais. Por vezes a alternativa da exportação como forma de assegurar a escala da produção de equipamento militar foi simplesmente impossível, como parece ter sido o caso da Índia. Em outras circunstâncias, como no caso do Brasil, parece ter sido brindada com um sucesso inesperado.

O "sucesso" da indústria bélica brasileira nas exportações, amplamente noticiado pela mídia, carece ainda de confirmação substantiva. Isso deriva basicamente das dificuldades de acesso à informação mencionadas anteriormente. Apesar das dificuldades daí advindas, no entanto, parece razoável falar-se de um "sucesso" de penetração de mercados; e este, por sua vez, parece derivar de um "sucesso" de capacitação tecnológica.

O tratamento da temática tecnológica sobre o "nicho de mercado" em que os produtos brasileiros se inseriram, o ambiente de super-sofisticação dos armamentos produzidos nos países centrais, o crescente mercado de armas no Terceiro Mundo, etc., quando da penetração brasileira no mercado mundial de armas já teve exposição mais detalhada em trabalhos recentes. Aqui trata-se de destacar dois elementos derivados da concretização das vendas exteriores do Brasil como forma de possibilitar a escala produtiva do setor bélico.

EFITO EXTERNO E SEGURANÇA DA NAÇÃO

Ao longo da linha de desdobramentos relativos aos resultados da instalação do parque bélico nacional, cabe chamar a atenção sobre dois de seus "efeitos", que por seu caráter e complexidade podem servir como balizas do escopo com o qual se deve abordar a questão militar e da indústria bélica no Brasil. Esses são a questão dos efeitos da produção de armas brasileiras nas relações exteriores do país; o segundo concerne à sua efetividade e impactos sobre a capacidade de defesa militar da nação. A partir deles, é possível remeter ao debate mais amplo a que pertencem, seja da proposta de relações internacionais, seja da defesa do Brasil.

O efeito externo da produção de armamentos refere-se à ampliação do mercado brasileiro de exportação, e os laços que deles podem advir. Resultados significativos teriam sido obtidos por setores não bélicos nacionais em função dos contatos estabelecidos pela indústria de armamentos. Essa teria servido assim como "ponta de lança" da indústria nacional, abrindo "cabeças de praia" em mercados como os do Oriente Médio, que não se incluíam na lista de clientes usuais do Brasil como compradores.

Ao ampliar o leque de contatos e possibilidades de relações internacionais, estabelecer pontes com o mundo árabe, por exemplo, abrem-se muitas portas de interesse em múltiplos níveis para o futuro brasileiro. As possibilidades abertas por essa iniciativa são de data muito recente, e seu valor é de difícil estimativa hoje: mas seu potencial é amplo e rico em possibilidades que podem e devem ser consideradas pelos formuladores das políticas gerais brasileiras. Mas é necessário adotar uma perspectiva civil, histórica, cultural. Só a ampliada percepção civil parece capaz hoje de ampliar seus horizontes, ultrapassando os limites do estritamente econômico, para além das contas externas do ano que vem ou do saldo petróleo com um país específico. O tanto que se aprendeu com o Oriente, o grande trânsito – o potencial de renovação da própria maneira de se ver o mundo – que esses conhecimentos e sabedoria brindam são um elemento do qual não se pode abrir mão ao se pensar o futuro do Brasil e o futuro de nossa espécie.

O segundo aspecto refere-se ao redimensionamento do poder militar brasileiro. A indústria bélica ainda está em proces-

so de desenvolvimento, embora pareça progressivamente mais capaz de assegurar, com um grau significativo de autonomia, o provisionamento dos meios para a defesa do país. Os seus resultados na organização e estrutura das Forças Armadas, pelo que deles se conhece, no entanto, parecem anunciar a perspectiva de uma nova etapa no que concerne ao encaixe político do debate estratégico brasileiro.

Em mais de uma ocasião, o debate civil sobre a questão do papel político dos militares, da militarização da sociedade, dos efeitos (positivos ou negativos) da produção de armas, tendeu a minorar a temática da defesa e da segurança do país. Essa temática, no entanto, é um elemento essencial para que se possa fazer a avaliação mais abrangente do significado e resultado da indústria brasileira de material militar. É necessário sopesar a indústria de armas, e parte desse esforço tem que remeter à discussão mais ampla de sua pertinência para a defesa do país. Esta, por seu turno, levanta a temática da defesa e segurança da nação. Não se pretende aqui mais do que apontar uma forma tentativa pela qual abordar a sistemática do debate de políticas dessa questão, a saber a política de defesa brasileira.

Em termos sucintos, pode-se perceber com alguma clareza três esferas relativas ao uso organizado da violência do Estado. Do ponto de vista do exterior para o interior, essas esferas corresponderiam à defesa militar *stricto-sensu* no contexto do confronto entre os Estados com suas Forças Armadas, a defesa ou segurança externa; a defesa interna contra movimentos organizados de escala reduzida, tipicamente associada (no caso do Brasil) e uma atuação repressiva contra movimentos de massa, guerrilheiros, rebeldes ou terroristas; e a segurança pública que se visualiza com mais clareza na ação, crescentemente militarizada, das polícias. Antes de mais nada é preciso inserir esse debate nas condições presentes do Brasil.

Essas resultam de uma ampla herança, na qual elementos de destaque poderiam ser a existência e predominante papel das polícias militares na segurança pública, a atuação das Forças Armadas no comando da "defesa interna". Essa última tem conseqüências especialmente danosas. Por um lado, tem efeitos na capacidade das Forças Armadas atuarem em seu papel mais próprio de defesa externa do país. Por outro, os efeitos do percurso e orientação dessa atuação acabaram por corromper a própria estrutura e destinação de seus organismos. Inicialmente destinada a reprimir os movimentos de resistência e contestação ao regime de 64, adquiriu, mercê de seu descontrolo num regime autoritário, um crescente e disfuncional papel de polícia política.

Essa herança se traduz especialmente na perda da funcionalidade das instituições militares e na cristalização de poderosos grupos de interesse que se opõem a quaisquer alterações no seu *status quo*, e que são identificados como obstáculo no curso do redesenho do papel, organização e função dessas instituições. Mas não pode haver dúvida que esse redesenho é necessário e premente. A transição impõe aos civis a necessidade de assumirem as responsabilidades diretas dos rumos da nação. A questão da defesa, por sua complexidade e importância, é um dos elementos cruciais a ser tratado. Para além de quaisquer responsabilidades políticas, com os civis reside ainda um importante papel operacional, que é o de permitir a real articulação das Forças Armadas para funções de defesa, para além das rivalidades interarmas e acima da cadeia hierárquica de comando. A revisão do modelo de defesa brasileiro passa pela reorientação da perspectiva das Forças Armadas, indústria bélica, etc., passando a tomá-las como as ferramentas da produção da defesa do país. A questão da defesa exigiria, na atual conjuntura brasileira, uma exposição mais ampla. Neste texto, opta-se por identificar alguns de seus elementos mais importantes, esboçando alguns dos elementos de uma política de defesa para o Brasil. Destacam-se em especial sua conexão

com a indústria de armas e com o desenvolvimento de tecnologias específicas. Parte-se das "extremidades" interna e externa da questão, onde o dissenso é menor.

Há poucos que se oporiam à designação da função de segurança pública às polícias (metropolitana, estadual, federal, militar e civil). Existe um debate relevante a ser travado que se refere ao caráter (civil ou militar) dessa polícia, bem como sua subordinação às autoridades dentro da Federação e o escopo de sua atuação em cada um desses encaixes. Mais especificamente, existe um debate a se realizar com relação a seus requisitos de treinamento, equipamento, autoridade e subordinação ao poder público nas esferas estadual e municipal, julgados apropriados a seu papel específico em cada nível. Parece igualmente evidente que o material específico de polícia necessário pode ser amplamente fornecido – à exceção de alguns poucos elementos de alta tecnologia – pela produção local. Parece claro que existe a necessidade de um massivo esforço de educação, orientação e definição das linhas de atuação da polícia, e em especial na redefinição do papel e organização da polícia militar, bem como da coordenação entre o judiciário e a polícia em geral, sendo que este último já teria lugar num debate mais amplo de (re)definição do próprio judiciário brasileiro.

Igualmente restrito seriam os que se oporiam à designação



da tarefa de defesa externa às Forças Armadas. Aqui, uma vez mais, persiste o debate para além desse nível genérico. Existe a necessidade de se rever a propriedade das Forças Armadas brasileiras aos requisitos de defesa do país ao nível de sua estrutura, doutrina, aquisição, treinamento, seleção, promoção e remuneração de pessoal, bem como na atribuição de poderes e equipamentos desses instrumentos do Estado. Uma vez mais, trata-se de um setor que requer uma revisão política em função de necessidades percebidas de defesa e do volume de recursos considerados disponíveis para esse fim pela sociedade. Mas existe igualmente um elenco de questões específicas, de caráter técnico operacional, para as quais só o arbítrio e decisão civis podem produzir soluções eficazes. A opção da posse de porta-aviões pela Marinha de Guerra e a decisão de se dispor de armamento atômico podem ser tomadas, algo grosseiramente, como exemplos em escalas "micro" e "macro", respectivamente, das necessidades dessa intervenção.

Os múltiplos aspectos relativos à adequação da posse e os problemas associados à operação do porta-aviões brasileiro são tomados como um exemplo dos confrontos decorrentes da rivalidade interarmas. Em linhas gerais, a aviação embarcada é um elemento essencial da moderna articulação do poder naval, e compreende-se a avaliação da Marinha da propriedade e justiça de sua posse. Mas esse equipamento tem requisitos técnico-operacionais próprios. A complexidade e desgaste do navio exigem uma permanente atenção, bem como regulares visitas ao estaleiro para períodos de ampla manutenção que ocupam uma fração considerável da vida útil total da belonave. Tipicamente, um terço do período de atividades de um navio deste tipo

tem que ser dedicado a reformas de grande porte, e mais uma fração considerável a reformas de menor porte, regularmente. Durante esses períodos, o navio inexistirá do ponto de vista operacional. Ora, daí decorre o fato de que, se de fato considera-se necessário a posse de um tal equipamento pela Marinha, existiria um número mínimo de exemplares a ser adquirido. Esse seria o que garantisse, a qualquer tempo, a disponibilidade da aviação embarcada como ferramenta bélica. Dispor apenas de um é uma medida parcial, insuficiente. Aceitando-se a hipótese de animosidade de alguma nação que necessitasse (militarmente) do mar, um ataque poderia simplesmente esperar pela entrada em um desses períodos de manutenção ou reforma. É dizer: o gasto neste equipamento para manter seu potencial de intervenção ou dissuasão é facilmente neutralizado por um agressor potencial pelo simples uso do fator tempo. Contemplando-se então pelo menos duas alternativas: ou bem se substitui o porta-aviões por equipamentos mais efetivos, ou adquire-se o número e tipo apropriado de navios que contribuam para a defesa de forma efetiva. Outros aspectos relacionados com o porta-aviões brasileiro podem ser tomados para ressaltar a necessidade da intervenção civil como forma de resolver a rivalidade interarmas: a questão da "posse exclusiva" dos aviões de asa fixa pela FAB e a necessidade de complemento dessa força no



navio, que é uma solução no mínimo controversa; o debate e a inserção do poder aeronaval dentro das perspectivas concretas de defesa e poder militar brasileiro em confronto com outros elementos do poder naval, o encaixe diplomático-estratégico embutido na percepção de uma necessidade de poder aeronaval, e os requisitos daí decorrentes em termos de instalações, pessoal e outros navios, etc.

Sabe-se que a Marinha contempla a fabricação de porta-aviões brasileiros para substituírem o atual navio capitânea, o Minas Gerais, já bastante antigo. As diversas alternativas construtivas e de equipamento específico desses navios estão profundamente relacionadas com o que se discutiu acima, e a indefinição de seu papel principal trai a falta de uma orientação política. A opção por uma orientação exclusivamente anti-submarino sinaliza, talvez, um (re)alinhamento com a OTAN e embute o desejo (talvez a capacidade) de ação contra os submarinos soviéticos no Atlântico Sul; uma versão "de ataque" embute os meios de projeção do poder e implica, talvez, a capacidade de intervenção em toda bacia do Atlântico Sul; uma versão "todos propósitos" pode incapacitar a efetiva realização de qualquer tarefa em particular pela ambição de realizar todas; e assim por diante.

Cada uma dessas alternativas tem profundas implicações para a orientação e desenvolvimento da indústria e tecnologias navais (e não apenas navais) do Brasil. Igualmente cada uma delas emerge de um cenário político-estratégico, que define as missões específicas e prioritárias a serem atendidas por uma dada opção de equipamento e doutrina. Estes cenários, por sua

vez, devem, por sua própria natureza de decisões de política da nação, ser resultado de decisões governamentais civis e democráticas. Práticas militares contemporâneas, de origem civil. Configuram, de toda forma, metas não triviais, que demandam esforços coordenados e absorvem significativos recursos humanos e materiais. Esses esforços não podem ser deflagrados à revelia de uma avaliação de seus custos de oportunidades.

PROGRAMA NUCLEAR PARALELO

O mesmo se pode dizer, num nível mais elevado, do seguimento do assim denominado programa nuclear paralelo, do qual recentemente se soube ter dominado o ciclo do combustível do urânio. Associado às ambições declaradas de se dispor de um submarino nuclear (em si um instrumento dissuasório naval dos mais potentes), a perspectiva da posse do armamento atômico pelo Brasil parece muito mais próxima. A posse de armamento atômico pelo Brasil pode ter implicações muitíssimo mais vastas do que a decisão pela propriedade de alguns navios, e está sujeita a questionamentos muito mais abrangentes.

Poder-se-ia pensar nos diversos encaixes sucessivos pelos quais abordar a questão. Do ponto de vista mais filosófico, há dúvida se o preço associado à posse da bomba vale a (muito duvidosa) segurança que ela poderia vir a trazer. Compartilhar por mimica dos países centrais desta ambição e arrogância, tomando o lugar de cúmplice menor na insensatez do exterminismo, está abaixo das ambições que se pode ter para o Brasil. Mas há mais: o custo de oportunidade dessa iniciativa sugere-se proibitivo nas condições brasileiras dos próximos vinte ou trinta anos, mesmo que se aceitasse a necessidade, em algum nível, do poder retaliatório último e potencialmente suicida sobre tão prementes demandas sociais.

Finalmente, pode-se tomar a questão pelo ponto de vista estritamente da defesa nacional. E aqui, uma vez mais, só a perspectiva generalista e abrangente do ponto de vista civil é capaz de fornecer uma resposta e decisão com a grandeza que a questão exige. Tratemos dessa questão como inserida em hipóteses de guerra tipificadas em três tipos de conflito: com um país periférico; uma potência média; ou uma superpotência.

Em termos de guerra atômica essa hipótese se simplifica para países com e países sem a bomba. Não existe encaixe que justifique a posse pelo Brasil de armamento atômico, que possa ser avaliado como acrescentando à nossa segurança. Contra um país periférico, sem a bomba, é desnecessário; compromete muito mais do que é capaz de obter em termos de imagem e prestígio internacional; como ferramenta de ameaça sugere a intervenção de uma superpotência. Induz a uma eventual corrida nuclear na região, ao posicionamento de armamentos das potências, ao engajamento por um ou outro lado do conflito Leste-Oeste e nos reserva uma cota nas rajadas termonucleares de cada lado já nos primeiros minutos dos planos de guerra de ambos os lados. Mais que isso, compromete o que alegadamente visa defender, a nação.

Considere-se que, mesmo contra uma potência atômica, o nosso máximo esforço tenderia a ser risível ou pior, convidativo tanto de um ataque de esvaziamento quanto alienante da opinião pública mundial. Essa é uma variável essencial para se pensar a defesa do país: a verdadeira linha de defesa contra as nações atômicas e potências reside na opinião pública estadunidense e européia, no prestígio de uma das superpotências face à outra. Sem essa percepção básica, não é possível se falar de defesa, ou então se perdeu de vez o senso de proporção ao se imaginar aparato militar ou atômico brasileiro como mais do que uma ínfima fração do arsenal dos países centrais. Não se trata de desarmamento unilateral já (e deveria ser desneces-

sário dizê-lo), até porque é pertinente algum tempo para efetivar e orquestrar a ação diplomática de mobilização da opinião pública, tempo esse comprado pelas Forças Armadas permanentes, mas de reconhecer os limites e conseqüências mínimos da posse da arma atômica e sua impropriedade no contexto brasileiro. Esse contexto diplomático de defesa remete igualmente para a questão da defesa interna e tem-se mostrado mais efetivo que o melhor dos grupos antiterroristas.

De maneira análoga ao que se falou sobre a linha de defesa brasileira na opinião pública mundial, pode-se perceber um outro elemento freqüentemente associado ao crescente controle da vida civil e sua militarização: o terrorismo internacional. Os terroristas utilizam-se de suas ações como forma de impressionar a opinião pública mundial, chantagear este ou aquele poder. Em nome de sua ameaça, e igualmente pela de resistência ao poder da União em território nacional, para além dos meios policiais cotidianos, cabe falar de defesa interna. São, no entanto, dois elementos muito diferentes. No que concerne à defesa do "terrorismo internacional", as posições brasileiras são via de regra favoráveis às suas reivindicações dentro da linha da autodeterminação dos povos. Garantida a racionalidade desses movimentos e seus objetivos, é tolice atuarem aqui alienando o apoio brasileiro. Mas, supondo que tal ameaça se materializasse, ainda assim, divisões especiais de polícia no modelo italiano e alemão parecem mais adequadas do que o deslocamento de unidades militares convencionais.

O DEBATE CIVIL

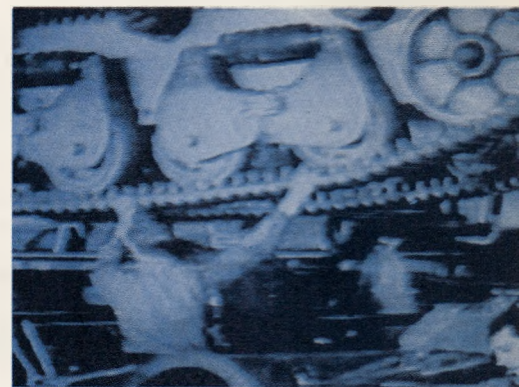
A resistência à autoridade legítima e democrática da União, por outro lado, também se afigura como elemento carente de defesa interna. Esclareça-se que se fala aqui de estrita manutenção do funcionamento democrático da Federação, ressaltados os direitos inalienáveis dos cidadãos brasileiros de livre associação, greve e palavra. E nesse contexto, as Forças Armadas podem ser chamadas a intervir no cenário interno: garantindo eleições livres e limpas; assegurando a continuidade da União e sua indivisibilidade; desarmando grupos paramilitares, assegurando o cumprimento das leis pela força se necessário e sob comando policial quando conveniente, dentro dos limites estritos de atribuição legal, etc.

Nesse breve panorama da política de defesa do Brasil podem-se perceber as múltiplas inserções da produção brasileira de armas. Parece já ser suficiente para assegurar os meios da segurança pública, e ambiciona talvez em demasia os meios da defesa externa. Sobre esses últimos, porém, pesa ainda a permanente ameaça de que já se falou, relativa à questão de sua escala produtiva. Às decisões políticas que devem acompanhar esse processo e dotá-lo dos meios considerados apropriados e necessários – exigem a inserção do debate civil no rumo grande estratégico do país em todas as suas vertentes. Nesse debate, a questão tecnológica renasce, tanto pelo lado da defesa, quanto pelo horizonte mais ambicioso da autonomia tecnológica.

É bastante ressaltar como, no caso brasileiro, a questão tecnológica parece ter retornado ao centro da viabilização da exportação, é dizer da garantia da escala e conseqüente existência da indústria bélica. O desenvolvimento tecnológico parece-me, com vista no futuro percebido hoje, um ponto crítico e essencial de contato entre o setor bélico e o setor civil no Brasil. Em que pesem as particularidades do tratamento da questão dentro de cada Força, parece que se aproxima o momento em que o que pode ser feito dentro dos limites dos recursos industrial-militares atingirá o seu limite. No caso do desenvolvimento de altas tecnologias, esse limite pode ser ditado pelos custos de oportunidade envolvidos. Mesmo hoje, há deci-

sões de relevância para a questão estratégica brasileira que carecem de solução pela falta da decisão que só a estruturação de um sólido edifício democrático do poder nacional – a estrutura política e o debate da sociedade civil – podem fornecer. Mas as considerações de defesa estão longe de esgotar o assunto.

Parece claro que o destino dos países periféricos de industrialização recente reside em sua capacidade de avaliar e optar soberana e autonomamente pelas alternativas industrial-tecnológicas que sejam de seu interesse e agrado. A indústria bélica brasileira parece ter sido capaz de adquirir o conhecimento que a capacitou a analisar e implementar autonomamente alternativas tecnológicas muito próximas do nível médio mundial em diversos setores de ponta. A evidência dessa capacidade reside nos sistemas e produtos que, por sua aceitação internacional, implicam um grau significativo de autonomia decisória no campo tecnológico. Esse conhecimento, por seu potencial e importância, extrapola o encaixe propriamente estratégico-militar e se constitui em poderosa e necessária ferramenta estratégica. A disseminação dessa capacitação e dos meios pelos quais ela se fez possível são um elemento essencial para a construção do futuro de nosso país. □



Domício Preença Júnior é pesquisador da área de política de ciência e tecnologia da COPPE/UFRJ.

Este artigo foi apresentado originalmente no GT Forças Armadas, Estado e Sociedade, no encontro anual da ANPOCS, em Águas de São Pedro (SP), 1987; sofreu ligeiras modificações.

Resumen

GUERRA S.A. – LOS NEGOCIOS BÉLICOS DEL BRASIL

La existencia de un sector bélico en el Brasil sugiere una serie de interrogantes. Por un lado, existe una curiosidad en conocer su estructura, pero hay dificultades para obtener información confiable sobre los diversos aspectos de su historia y actividades. Por otro, surge una preocupación sobre su significado estratégico-militar, en el sentido de adecuarse a la defensa de la nación; además de sus influencias y repercusiones sobre el rumbo y las posibilidades del desarrollo futuro del país.

Abstract

WAR & CO. LTD. – BRAZIL'S ARMS TRADE

The existence of an armaments industry in Brazil raises a series of questions. On the one hand, there is curiosity as to what shape this sector may take, but obtaining reliable information about different aspects of the industry's history and activities is no easy task. On the other hand, there is concern about its strategic-military implications, just how suited it is to the defence of the nation, and regarding its possible effects and bearings on the direction and potentials of the country's future development.



FORÇAS ARMADAS

O COMPROMISSO MILITAR NA AMÉRICA DO SUL

Mercedes Depino & Patricia Vázquez
Tradução de Luz Maria Montiel da Rocha

EMBORA OS MILITARES LATINO-AMERICANOS TENHAM REDUZIDO SUA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, NÃO FORAM AINDA TRANSFORMADAS AS BASES QUE POTENCIALIZARIAM SUA INTERVENÇÃO NO FUTURO. COMO FORMA EFICAZ DE DEFENDER A DEMOCRACIA, OS ESFORÇOS DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS DEVEM SER ORIENTADOS PARA A DESATIVAÇÃO DO MILITARISMO NO CONTINENTE. AS FORÇAS ARMADAS PRECISAM SER "ATRAVESSADAS" PELA SOCIEDADE CIVIL, NEUTRALIZANDO-SE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CASTRENSES, O PERIGO PERMANENTE DO GOLPE DE ESTADO.





De qualquer ponto de vista, seria fantasioso considerar que os processos sociais, políticos ou econômicos ocorridos nos países do Norte não afetam de maneira relevante o destino do nosso continente. Há inúmeros exemplos disto, e seria redundante fazer aqui um relato detalhado dos mesmos.

Contudo, há um aspecto dessa relação que é específico e significativo para os temas que tratamos e que, por outro lado, assinalam um aspecto da situação de dependência da qual falamos: isto é, o incremento dos processos de militarização em nível internacional que, a partir do final da Segunda Guerra Mundial e no transcurso da guerra fria, iria introduzir o mundo numa situação sem retorno.

RECURSO CONSTANTE À FORÇA

O problema da militarização e a segurança das potências centrais, e, no caso do bloco ocidental, o problema da segurança dos Estados Unidos terão no nosso continente uma tradução específica, na qual as Forças Armadas serão chamadas a desempenhar um papel privilegiado. Papel que, por outro lado, e com características diferentes, esteve presente em projetos hegemônicos anteriores. Mas é a partir desse período que as Forças Armadas incrementaram sua presença institucional nos países do Terceiro Mundo, controlando a máquina do Estado.

Portanto, para nos referirmos ao tema do militarismo como um fenômeno abrangente de categorias sócio-econômicas e políticas, devemos ligá-lo ao papel desempenhado pelas Forças Armadas em cada uma das nações latino-americanas.

Efetivamente, o elemento militar sempre esteve vinculado aos diversos projetos instaurados no continente, já que a instabilidade e as crises recorrentes que os caracterizaram fizeram do disciplinamento através da força um recurso constante e imprescindível para garantir, ao mesmo tempo, a realização do capital e os processos nacionais de acumulação.

Foi assim que, durante a última metade do século XIX, a realização desses objetivos esteve vinculada à extensão das fronteiras territoriais, como uma forma de se integrar econômica-

mente os espaços até então improdutivos. As "conquistas" de novas terras, com o conseqüente massacre de indígenas, resultava imprescindível para consolidar o projeto do bloco oligárquico em nível nacional, assim como para a realização dos interesses do capitalismo internacional. É nesse período que se consolida o modelo agroexportador dos nossos países, inseridos definitivamente na divisão internacional do trabalho.

É importante assinalar que o tipo de relação estabelecida durante essa etapa é de subordinação quase absoluta do militar para o civil, já que o militar tinha sido constituído em função do projeto político-econômico das classes dominantes, e não se contava com interesses corporativos específicos. Foi somente após a crise do projeto de dominação das oligarquias que começou a se abrir a lacuna que viria junto com uma maior discriminação entre o poder civil e o militar, com o incremento, ao mesmo tempo, dos níveis de politização deste último.

É nesse sentido que, na década de 30, ao entrar em crise o modelo hegemônico no plano nacional e internacional, as Forças Armadas incrementariam seu poder político e econômico a partir de sua ligação com o Estado. E isso porque o modelo de substituição de importações, assim como o surgimento de um novo bloco de poder, teria nos Estados nacionais uma mola impulsora chave, que garantiria o processo de acumulação interna. As Forças Armadas seriam um dos atores privilegiados das políticas industrialistas, incrementando seu peso político na sociedade.

DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL

O término da Segunda Guerra Mundial e o surgimento dos Estados Unidos como a potência hegemônica indiscutível do bloco ocidental iriam redefinir muito mais do que os novos processos econômicos latino-americanos. A política da "guerra fria" atribuiria uma nova função às Forças Armadas.

É significativo o discurso do presidente Eisenhower, pronunciado na reunião de presidentes americanos no Panamá, no ano de 1956, quando afirma:



"... Visto que no futuro uma guerra internacional é impossível na América Latina, as Forças Armadas convencionais, isto é, o exército, a marinha e a aviação, perderam sua razão de ser. Mas tendo surgido um novo inimigo, o comunismo, as Forças Armadas latino-americanas têm de se preparar exclusivamente para combatê-lo..."

O presidente norte-americano esboçava assim aquilo que posteriormente seria conhecido como Doutrina da Segurança Nacional.

Convém salientar que o "perigo comunista" para os Estados Unidos não estava centrado exclusivamente na sua estratégia de confrontação com a União Soviética. Antes do fenômeno cubano, a ordenação imperialista na região dava seus primeiros sinais de fraqueza, e os processos de mudança social na América Latina representavam uma ameaça muito maior para a estabilidade do bloco ocidental. Efetivamente, a principal preocupação derivava-se em menor grau da potencial influência soviética do que da situação de mudança que os setores dominantes e as elites políticas latino-americanas estavam sofrendo, assim como da confrontação crescente dos mesmos com os diversos movimentos populares.

O triunfo da Revolução Cubana, em 1959, reforçou a idéia da existência de um inimigo interno que seria necessário combater; mas, além disso, acendeu a chama de uma utopia que indica, para o conjunto dos movimentos de libertação latino-americanos, que a mudança das estruturas de injustiça social é possível, e que o socialismo representa um caminho viável.

Em face do incremento dos protestos sociais que surgem na década de 60, as Forças Armadas seriam consideradas como o único ator não contaminado pelo "comunismo" e tecnicamente capacitado para enfrentá-lo. Essa idéia foi reforçada pela auto-percepção da "apoliticidade" militar, sua desconfiância quanto ao partidário e suas intenções históricas de estender a verticalidade da escala de comandos ao conjunto da sociedade, já que a hierarquização faz parte da sua cultura política e representa um objetivo desejável, inclinado para o estabelecimento de normas de convivência social; mas também como forma de conseguir a eficácia necessária para introduzir os nossos países no concerto das nações desenvolvidas.

O primeiro a explicitar tal teoria da "agressão indireta" foi J. F. Kennedy, em 1961, e sua conclusão é simples: a hipótese da guerra interna é a mais provável, e os aparatos militares devem ser treinados e equipados para combater nesse tipo de guerra. Assim, todo movimento de protesto que questionar as estruturas de injustiça, mesmo estando apoiado pelo consenso popular, será rotulado como ação subversiva de inspiração comunista.

Não é preciso dizer que foi ele mesmo quem iniciou aquilo que posteriormente seria conhecido como "corrida armamentista", incrementando o processo de militarização como forma de "dissuadir" a União Soviética.

Mas se isso foi a resposta na área das relações Leste/Oeste, no marco das relações Norte-Sul, a estratégia norte-americana seria articulada em dois momentos ou duas etapas diferenciadas.

A primeira, identificável com a "Aliança para o Progresso", colocou a ênfase do seu diagnóstico na situação de subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Assim, enuncia-se que as causas do protesto social e a revolta da região estavam vinculadas à incapacidade dos nossos países para satisfazer as necessidades dos nossos povos. Invertendo-se os termos, o nível de descontentamento diminuiria e, como conse-

qüência, os Estados Unidos poderiam estabilizar seu bloco.

Dentro do marco geral de políticas de apoio financeiro técnico e político para o desenvolvimento de cada país, atribuiu-se às Forças Armadas, consideradas como grupos modernizantes, o papel de "construtoras da nação", outorgando às mesmas uma função de cooperação administrativa na implementação de planos sócio-econômicos.

Esse foi o início da instalação de multinacionais em nossos países e do império da ideologia desenvolvimentista. Em muitos casos, a gestão dessa política de desenvolvimento iria coincidir com a instalação de governos militares.

Na prática, a definição do papel desempenhado pelas Forças Armadas tornava-as aparatos de poder, capazes de adotar e implantar qualquer política que fosse adequada para a preservação e incentivo dos interesses hegemônicos.

NOVAS FORMAS DE CONTROLE SOCIAL

A segunda etapa, que foi mencionada acima, remonta-se a meados da década de 60, e, a partir de então, as expressões **militarização e militares** passaram a ter para nós uma ligação muito mais do que semântica. A crise do capitalismo em nível internacional e a conseqüente reordenação dos setores dominantes integrados agora por novos atores empresariais iriam redimensionar o papel das Forças Armadas. A incapacidade, por parte desses setores, de traduzir no terreno político o domínio econômico levou-os a procurar novas formas de controle social. Perante tal situação, as Forças Armadas eram os atores mais apropriados para encontrá-las.

Nesse contexto, seria errado considerar as ditaduras militares que marcaram a década anterior como **estados de exceção**, ou como produtos da imaturidade de certos setores de nossas sociedades.

A Doutrina da Segurança Nacional preparou eficazmente o caminho para que as Forças Armadas latino-americanas compreendessem que a "frente de batalha" a proteger, para se conseguir **a estabilidade característica da segurança**, abrangia tanto o militar quanto o sócio-econômico, e, por conseguinte, o político.

O modelo de sociedade e Estado proposto pela Doutrina da Segurança Nacional resume uma ordem política e social correspondente à nova forma que caracteriza o processo de reorganização nessa etapa do sistema capitalista. Essa ordem implica a recomposição e a afirmação de uma hegemonia, na qual as novas formas da velha exploração capitalista estariam "legitimadas" dentro de uma sociedade hierarquizada.

O custo social que, para os nossos países, teve a contribuição para a defesa das fronteiras ideológicas "ocidentais e cristãs" é conhecido por todos. Foram interrompidos processos democráticos, fazendo-se uso de metodologias atroz, e as novas ditaduras militares apoiaram-se sobre o massacre de vidas humanas e de qualquer vestígio de organização popular. Em nome dos valores mais supremos da nação foram violados os direitos humanos mais elementares e, para viabilizar a realização dos interesses dos grupos econômicos mais poderosos, os nossos países foram levados ao endividamento externo, que é hoje uma das causas da miséria que devem enfrentar os governos de cunho popular.

A lógica militar, estendida ao conjunto da sociedade, permitiu que muitas de nossas nações fossem introduzidas em uma crescente corrida armamentista, justificada pela existência de conflitos limítrofes pendentes. Neste ponto, e no contexto da militarização da região, não é possível deixar de mencionar as conseqüências que o conflito das Ilhas Malvinas acarretaram



para todos nós. A irresponsabilidade da Junta Militar argentina propiciou a instalação de uma base militar inglesa no Atlântico Sul, como parte da política da OTAN de preservação de seus interesses estratégicos na zona.

CIDADÃOS COM UNIFORME

Todos estes constituem condicionamentos sérios para os novos governos democráticos, especialmente se for levado em conta que ainda não foi definida a maneira de disciplinar os militares e desativar o perigo permanente do golpe de Estado. Embora os militares tenham reduzido sua presença política, não foram transformadas as bases que potencializariam sua intervenção no futuro. Todos nós estamos perante Forças Armadas extremamente redimensionadas e com níveis excessivos de autonomia institucional.

Seria infantil, nessas condições, considerar que os militares retornariam aos quartéis sem pretenderem intervir no terreno político. Os acontecimentos da Semana Santa na Argentina constituem um exemplo.

Por conseguinte, se os esforços dos nossos países devem ser orientados para a desativação do militarismo e do perigo militar no continente, como forma eficaz de defender a democracia, não é possível deixar de enfrentar todos estes temas.

A nosso ver, e assumindo as limitações e parcialidades que esta tese poderia ter, o início da reestruturação das Forças Armadas latino-americanas, e sua subordinação a um novo poder civil democrático, passa pela definição de uma política de defesa que reduza a atual autonomia hoje desfrutada pelas instituições castrenses para definir seus próprios fins e hipóteses de conflito e que incremente o controle por parte do conjunto da sociedade na eleição dos meios para atingi-los.

No que diz respeito aos fins da instituição militar, eles não podem ser fixados de forma autônoma, mas devem depender de definições políticas construídas e emanadas do conjunto da sociedade. A maneira de desenvolver uma política de defesa que não tenha nas Forças Armadas a sua coluna vertebral tem como ponto de partida a renúncia à solução dos conflitos pela via bélica, assim como o reconhecimento comum de que são as relações internacionais e diplomáticas o âmbito apropriado para superar os problemas.

Da mesma forma, e por intermediação diplomática, é imprescindível chegar ao estabelecimento de objetivos comuns entre os nossos países, a fim de incrementar os níveis de integração, cooperação e entendimento.

Uma vez atingido o consenso nesse ponto, poder-se-ia iniciar a tarefa de se fixarem hipóteses de conflito e, conseqüentemente, as necessidades de defesa que não atentem contra os acordos realizados em nível regional.

Atingir esses objetivos implica propiciar um espaço onde as Forças Armadas sejam "atravessadas" pela sociedade civil, como uma maneira de sacudir as estruturas de castas que caracterizam o militar. A partir daí, poder-se-á começar a percorrer o caminho da democratização das instituições castrenses, não só do ponto de vista da organização interna.

Quando falamos em democratizar, também estamos falando em abrir para a discussão por parte da sociedade tudo aquilo inerente aos aspectos de formação e educação de seus quadros.

O reconhecimento dos militares como cidadãos com uniforme e não como integrantes de uma corporação com interesses próprios, talvez, **somente talvez**, poderia ser o início da gestação de um novo relacionamento entre o civil e o militar.

Esse novo relacionamento poderia assinalar o término das formas que o militarismo assumiu na região, deixando para trás a longa noite das ditaduras latino-americanas, para dar início à construção de sistemas políticos e sociais justos, sem a ameaça recorrente do golpe de Estado.

Para concluir, e no marco deste Encontro de Organismos de Paz e Direitos Humanos, pedimos licença para parafrasear um poeta cubano contemporâneo, que disse: "... Quero falar de coisas impossíveis, porque do possível sabe-se demais..." □

Este artigo foi publicado originalmente em "pre-print" pela Fundación Servicio Paz y Justicia - Argentina, como parte dos anais do Encuentro de Organismos de Paz e Derechos Humanos, sob o título "El militarismo en América del Sur como condicionante para la paz y la democracia".

Resumen

FUERZAS ARMADAS

Aunque los militares latinoamericanos han reducido su participación política, todavía no se transformaron las bases que posibilitarían su intervención en un futuro. Como una forma eficaz de defender la democracia, los esfuerzos de los países latinoamericanos deben orientarse hacia una desactivación del militarismo en el continente. Las Fuerzas Armadas necesitan ser "atravesadas" por la sociedad civil, y así neutralizar, por la democratización de las instituciones castrenses, el peligro permanente de golpe de estado.

Abstract

ARMED FORCES

Although the military in Latin America have begun to take a backseat role in politics, the grounds which might lead to their intervening in the future remain virtually untouched. Latin American democracies should concentrate their efforts on dismantling militarism in the continent as an effective means of defending democracy. The Armed Forces must be permeated by civilian society and the permanent threat of coups d'état be neutralized by the democratization of military institutions.

OS DEZ PRINCÍPIOS PARA

1 A educação para o desarmamento

A educação para o desarmamento como componente da educação para a paz implica uma educação acerca do desarmamento e uma educação para o desarmamento. Todos os educadores e comunicadores podem contribuir para a educação relativa ao desarmamento tratando de compreender melhor e de conseguir que os demais compreendam também melhor as razões da produção e aquisição de armas, das repercussões sociais, políticas, econômicas e culturais da corrida armamentista, e do grave perigo que representa para a sobrevivência da humanidade a possibilidade do emprego de armas nucleares.

2 Definição de desarmamento

Para atingir a educação para o desarmamento deve-se entender por desarmamento toda forma de ação que vise limitar, controlar ou reduzir os armamentos, inclusive as iniciativas unilaterais de desarmamento, e também o geral e completo sob um controle internacional eficaz. Deve-se entender também o desarmamento como um processo que visa transformar o atual sistema de Estados nacionais armados numa nova ordem mundial em que haja paz planificada sem armas e em que a guerra não seja mais um instrumento da política nacional – e também em que os povos determinem seu próprio futuro e vivam com segurança, baseada na justiça e na solidariedade.

3 Papel da informação

A educação para o desarmamento requer a coleta e a difusão de informações fidedignas, cujas fontes apresentem a máxima objetividade de acordo com o princípio da circulação internacional livre e mais equilibrada da informação. Essa educação deve preparar os alunos – no estrito respeito pela liberdade de opinião, expressão e informação – para se oporem às incitações à guerra, à propaganda bélica e ao militarismo em geral.

4 O desarmamento: as realidades econômicas e políticas

A educação para o desarmamento não pode limitar-se a difundir os dados e informações sobre projetos e perspectivas de desarmamento ou a explicar as esperanças e ideais que os inspiram. Deve estabelecer plenamente a relação que existe entre o desarmamento e a realização dos objetivos da segurança nacional e do desenvolvimento. Para que seja eficaz nesse aspecto, a educação para o desarmamento deve estar relacionada com a vida e as preocupações dos alunos e com as reali-

dades políticas no contexto das quais se insere o desarmamento; deve também aprofundar a análise dos fatores políticos, econômicos e sociais nos quais poderia fundar-se a segurança dos povos.

5 Pesquisa e processo decisório

Além de alcançar o público em geral, a educação para o desarmamento tem a tarefa específica e decisiva de fornecer argumentos racionais, a favor do desarmamento, argumentos esses fundados em pesquisas científicas independentes que possam orientar os detentores do poder decisório e, na medida do possível, retificar os conceitos de um antagonismo potencial, baseados em informações incompletas ou inexatas.

6 Critérios fundamentais

Como meio de contribuir para a paz e a segurança internacionais, a educação para o desarmamento deve inspirar-se nos princípios do direito internacional fundados na Carta das Nações Unidas, especialmente na necessidade de abster-se de recorrer à ameaça ou ao emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política dos Estados, assim como na solução pacífica das controvérsias, na não-intervenção nos assuntos internos e na livre determinação dos povos. A educação para o desarmamento deve inspirar-se também no direito internacional em matéria de direitos humanos e no direito humanitário internacional aplicável em caso de conflito armado. Deve também estudar os diferentes métodos que visam promover a segurança, inclusive os sistemas não-militares de defesa como a ação civil não-violenta. Nesse aspecto têm especial importância o estudo das atividades da ONU, as medidas destinadas a reforçar a confiança, as operações de manutenção da paz, a solução não-violenta dos conflitos e outras medidas para controlar a violência internacional. Nos programas de educação para o desarmamento deve-se também dar especial atenção ao direito à objeção de consciência e ao direito de negar-se a matar.

A educação para o desarmamento deve ensinar o estudo – sem julgar a priori – das repercussões no campo do desarmamento das causas profundas da violência individual e coletiva, e das causas objetivas e subjetivas das tensões, crises, controvérsias e conflitos que caracterizam as atuais estruturas nacionais e internacionais e que refletem fatores de desigualdade e injustiça.

7 Vínculos com os direitos humanos e o desenvolvimento

Como parte integrante da educação para a paz, a educação para o desarmamento tem vínculos essenciais com a educação relativa aos direitos humanos e a relativa ao desenvolvimento, na medida em que cada um desses três termos –

O DESARMAMENTO

paz, direitos humanos e desenvolvimento – deve ser definido em relação aos outros. Por outro lado, a educação para o desarmamento permite elucidar novos conceitos como os direitos individuais e coletivos à paz e ao desenvolvimento, baseados na satisfação das necessidades humanas materiais e não-materiais.

8 Objetivos pedagógicos

A educação para o desarmamento – concebida quer como educação inteiramente inspirada no espírito do desarmamento, quer como incorporação dos elementos relevantes nas disciplinas já existentes, ou ainda como um campo de estudo distinto – deve aplicar métodos pedagógicos mais imaginativos, em especial os de aprendizagem com participação ativa dos estudantes, métodos esses adaptados às diferentes realidades culturais e sociais e aos diversos níveis educacionais. Seu objetivo será ensinar como pensar acerca do desarmamento ao invés de impor idéias relativas a esse problema. Por conseguinte, a educação para o desarmamento deve preocupar-se precipuamente com problemas concretos a fim de desenvolver as faculdades de análise e crítica que possibilitarão examinar e avaliar as medidas práticas que visam reduzir os armamentos e rejeitar a guerra como prática internacional aceitável.

9 Valores

A educação para o desarmamento deve basear-se nos seguintes valores: compreensão internacional, tolerância relativamente à diversidade ideológica e cultural, e compromisso com a justiça social e solidariedade humana.

10 Setores da sociedade a que interessa

A educação para o desarmamento deve interessar a todos os setores da sociedade e da opinião pública. As escolas, os grupos de educação não-formal como a família, as organizações comunitárias e os círculos de trabalho, as universidades e outros centros de pesquisa e também os meios de informação têm um papel a desempenhar relativamente à educação para o desarmamento. Os educadores e especialistas em comunicação devem procurar a linguagem e os métodos de ensino mais apropriados e eficazes para cada situação.

Os dez princípios da educação para o desarmamento foram tirados do relatório de documentos finais do "Congresso Mundial sobre Educação para o Desarmamento", realizado em Paris em junho de 1980.

EDUCAÇÃO PARA A LIBERDADE

Não bastam os homens de boa vontade para a construção da Paz na terra. É preciso ampliar a atuação destes homens em seu próprio meio, na relação com os outros e pela interferência na própria estrutura institucional do sistema (a ordem econômica, jurídica, legislativa, científica, política, etc.).

Sob esta visão trabalha o Núcleo de Estudos para a Paz da Universidade de Brasília, ligado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares.

O Núcleo reúne estudantes, profissionais e instituições para defender a Paz como "um sistema complexo e abrangente de relações políticas que têm como pano de fundo a relação direta entre direitos humanos, desenvolvimento, democracia e liberdade".

Segundo o NEP, "o respeito e a garantia da dignidade humana constituem instrumentos fundamentais para a preservação da Paz". Esta abrangência permite ao NEP interagir com diversas disciplinas e absorver outras áreas de conhecimento, colocando-as em ações práticas. Mesmo a pesquisa tem como suporte a investigação aproximada e permanente da realidade.

Criado em 1º de dezembro de 1986, o NEP integra a nova estrutura que permeia a Universidade de Brasília, onde Núcleos, como o da Paz, se dispõem a complementar as atividades específicas dos Departamentos. Esta ampliação do cotidiano acadêmico encontra no NEP uma vitalização dos objetivos da Universidade ao colocá-la mais sensibilizada ao meio, comprometida em seu tempo. O Núcleo tem-se portado como elemento crítico deste processo aberto pela UnB e contribui para aprimorá-lo e

refletir-lo na própria discussão dos caminhos da Universidade como um todo.

Esta abordagem da Paz como resultado concreto de valorização da pessoa encontrou ressonância na Universidade para a Paz de Costa Rica, o que levou a um convênio firmado pelas duas instituições. A Universidade para a Paz foi criada em 5 de dezembro de 1980 pela XXXV Assembleia das Nações Unidas e pauta suas ações a partir da Educação e temas que têm relação direta com a questão, tais como: meio ambiente, direitos humanos, comunicações, ciência e tecnologia, justiça social, direito internacional, desenvolvimento, dívidas internas e externas, exilados, etc. Ainda se propõe a analisar e assumir atitudes diante dos conflitos, através da mediação, manter contatos com organismos internacionais e estabelecer amplos programas de educação.

Recentemente, o reitor Cristovam Buarque, da Universidade de Brasília, foi escolhido pelo Conselho Diretor da Universidade para a Paz como o novo reitor da instituição. Com isto o papel do NEP se consolida e adquire impulso em ações internacionais fazendo com que a construção da Paz não se dilua como questão que só interesse a governantes e indústrias bélicas, mas faça de cada pessoa um componente ativo de sua liberdade: base fundamental para a Paz.

O endereço do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos é: Universidade de Brasília – Campus Universitário / Asa Norte – Caixa Postal 153010 – CEP 70910. Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, sala 203. Telefone (061) 274-0022, ramal 2219. Brasília, DF.

É provável que nenhuma das superpotências inicie uma guerra nuclear atacando a outra de surpresa. Um conflito numa região do Terceiro Mundo, entre estados clientes das superpotências, teria mais probabilidade de evoluir para uma dimensão global. E a região onde essa escalada para uma guerra nuclear teria maior probabilidade de começar é o Oriente Médio.

Os perigos de uma escalada em direção a um conflito mundial são gerados pelo envolvimento das superpotências no Terceiro Mundo, especialmente com o comércio de armas. A maior parte dos armamentos utilizados nos conflitos do Terceiro Mundo é fornecida pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Por causa da utilização em larga escala de armamentos, em especial mísseis, na guerra moderna, os suprimentos devem ser produzidos e fornecidos de maneira contínua, como ficou dramaticamente demonstrado na guerra ocorrida no Oriente Médio em outubro de 1973. Tanto o Egito como Israel esgotaram seus estoques de armas em apenas alguns dias; foram salvos graças a um maciço serviço de ponte-aérea proveniente do respectivo fornecedor, soviético ou americano. O fornecedor de armas torna-se, desta maneira, o fiador da sobrevivência do seu cliente.

Nem os Estados Unidos nem a União Soviética podem de imediato e sem hesitação permitir que um cliente seja derrotado na guerra, ou este perderá sua credibilidade como aliado. Quando o Egito enfrentou a derrota na guerra de 1973, o Presidente Nixon incorreu no perigo de uma escalada à guerra nuclear total tendo colocado o Comando Aéreo Estratégico dos Estados Unidos em alerta nuclear máximo para dissuadir os soviéticos de enviarem tropas para aquele local.

Existe grande probabilidade de uma escalada para a guerra nuclear mundial se um estado cliente for o primeiro a recorrer às suas próprias armas nucleares, e as armas nucleares estão começando a proliferar no Oriente Médio. No último mês de outubro, o *Sunday Times* de Londres publicou as revelações de Mordechai Vanunu, o técnico de 31 anos de idade que trabalhou durante 10 anos nas instalações nucleares de Israel em Dimona e que foi mais tarde seqüestrado e levado para Israel. Vanunu dá a entender que Israel tem um arsenal nuclear comparável com o da China, o da França ou o do Reino Unido. O Iraque também tem procurado fabricar uma arma nuclear, e a Líbia e o Egito vêm cultivando suas tecnologias nucleares tendo já chegado ao ponto em que bem poderiam construir armas nucleares. Até mesmo um grupo subnacional como a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) poderia produzir uma arma nuclear.

Quase toda a tecnologia nuclear do Oriente Médio foi importada de nações desenvolvidas, patentemente para usinas elétricas e outros fins pacíficos. A proliferação de armas nucleares será reprimida somente quando as nações levarem em conta que qualquer tecnologia nuclear pode ser adaptada para utilização militar. Tal tecnologia não deveria ser exportada sem as salvaguardas que garantam que seja usada para o fim a que se destina. E as superpotências devem reduzir seus próprios arsenais nucleares se quiserem contar com a renúncia da aquisição de tais armas pelas nações clientes do Terceiro Mundo.

O PROGRAMA NUCLEAR DE ISRAEL

O interesse internacional pelo arsenal nuclear de Israel foi reavivado pelas revelações de Vanunu. Informações anteriores da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos sugeriam que Israel poderia ter mais de vinte bombas de fissão do tipo lançado em Nagasaki. A revista *Time* informou que, durante a guerra de outubro de 1973, a primeira-ministra israelense Golda Meir ordenou a instalação estratégica de ogivas nuclea-

res.

Antes de publicar o relato de Vanunu, o *Sunday Times* solicitou-me que verificasse sua exatidão técnica, a qual me convenceu. Durante a nossa entrevista, Vanunu mostrou-me umas 60 fotografias das operações nucleares em Dimona e vários modelos da bomba. Uma foto mostrava a produção de deutereto de lítio, composto usado quase exclusivamente na fabricação de bombas termonucleares, ou de fusão. Suas descrições sobre o processamento do plutônio estavam exatas, embora pudessem ter sido colhidas em fontes não-classificadas¹. Sua pormenorizada descrição sobre a produção de deutereto de lítio, todavia, só poderia ter sido obtida na fonte original.

Especialmente convincente foi sua explicação de como o ílio-6, que é o isótopo necessário para a fabricação de armamento termonuclear, é separado do lítio comum.

O fato de os israelenses terem atraído Vanunu de Londres para Roma, e o terem seqüestrado e levado para Israel para ser julgado, vem somar pontos à sua credibilidade.

Constituiria fato improvável as autoridades israelenses montarem uma sofisticada operação de inteligência e criarem embaraços para o governo italiano se o relato de Vanunu não fosse verdadeiro.

De acordo com Vanunu, já faz dez e possivelmente vinte anos que Israel vem produzindo anualmente cerca de 30 quilogramas de plutônio específico para armas nucleares em Dimona. Isto significa que a capacidade do reator é cerca de cinco vezes maior do que anteriormente se supunha ser. Vanunu também afirma que cerca de 4 quilogramas de plutônio são destinados para cada arma nuclear israelense. Desta maneira, Israel poderia produzir em torno de 7 armas nucleares por ano e é possível que tenha, agora, bem mais de 100.

O plutônio poderia ser empregado na fabricação de armas de fissão do tipo Nagasaki. Produzir armas deste tipo, que tenham uma equivalência maior do que 50.000 toneladas de TNT, é impraticável. (A bomba de Nagasaki tinha uma equivalência² de aproximadamente 20.000 toneladas de TNT.) Equivalências maiores requerem bombas termonucleares, que utilizam a fusão.

A evidência apresentada por Vanunu sobre a produção de deutereto de lítio em Dimona faz crer que Israel tem armas termonucleares. Estas são produzidas em dois tipos. Numa arma "reforçada", o trítio e o deutério (isótopos do hidrogênio) são colocados no centro da esfera de plutônio de uma ogiva de fissão. Quando o plutônio explode, o trítio e o deutério fundem-se. As armas "reforçadas" militarmente aplicáveis têm equivalências de 100 mil a 200 mil toneladas de TNT. Num dispositivo "com estágios", o material de fusão é colocado fora da esfera de plutônio, formando um segundo estágio que é detonado pela explosão por fissão. O deutereto de lítio, que é sólido a temperaturas normais, é tipicamente usado. Não existe limite teórico para o poder explosivo de tais armas. Até sem a realização de testes, os cientistas israelenses poderiam ficar confiantes de que uma ogiva "reforçada" explodiria; mas precisariam realizar testes de um dispositivo "com estágios". Em 1979 um satélite dos Estados Unidos observou um evento no Oceano Índico que, especularam alguns, poderia ter sido um teste nuclear conjunto de Israel e África do Sul. Como potência termonuclear, possuindo cerca de 100 armas nucleares, Israel está no mesmo clube atômico com a China, França e Reino Unido. Cada um possui algumas centenas de armas nucleares, inclusive algumas armas termonucleares.

Em 1963 a França, não muito interessada em fornecer tecnologia de armamento nuclear a um então país amigo, secretamente forneceu a Israel o reator de Dimona. O reator pode ser abastecido com urânio natural extraído do solo, o qual tem 0,7



O VENTRE DA BESTA

Frank Barnaby · Tradução de Edemir Américo da Silva

A CONCRETA AMEAÇA DE UMA GUERRA NUCLEAR ESBARRA, PARADOXALMENTE, NO PODERIO INSANO DOS ARMAMENTOS E SUAS CONSEQÜÊNCIAS. NESTE JOGO MACABRO DA INDÚSTRIA BÉLICA AS GRANDES POTÊNCIAS ADOTAM SOMBRIAS POLÍTICAS CIRCUNSTANCIAIS MANIPULANDO SEUS “ALIADOS” SOB UM CRITÉRIO NÃO MUITO CLARO. NO ORIENTE MÉDIO ESTA QUESTÃO É CRÔNICA E AGUDA. CHAGA ABERTA. COM O AGRAVANTE ATUAL DE SE VERIFICAR A PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES NA REGIÃO. OS FORNECEDORES, VOLTA E MEIA, POSAM ATÉ PARA ESPETÁCULOS “PACIFISTAS”: ESTADOS UNIDOS E UNIÃO SOVIÉTICA.



por cento do isótopo U-235 que mais facilmente sofre a fissão. Pode também ser abastecido com urânio enriquecido que tenha um teor ligeiramente mais alto do U-235. Os elementos combustíveis gastos num reator contêm urânio não usado, produtos de fissão radioativos e plutônio. Posteriormente a França ajudou Israel a construir uma instalação de reprocessamento para separar o plutônio do resto do combustível usado, sendo este o material que Israel utiliza para fabricar armamento nuclear. Excetuando-se essa assistência inicial, Israel idealizou e construiu sua força nuclear inteiramente sozinho.

Israel, e com respeito a isto também outras potências do Oriente Médio, poderia facilmente disparar mísseis com ogivas nucleares contra alvos na região. Mesmo uma arma nuclear moderna bem simples pesaria, provavelmente, muito menos de 800 quilogramas. Nela estariam contidos uns poucos quilogramas de plutônio e uns 200 quilogramas de substância química de alto poder explosivo que criaria uma onda de choque para comprimir violentamente o plutônio, produzindo assim uma reação em cadeia. Uma grande porção do peso restante se transformaria num pesado "tampão" metálico ao redor do plutônio, dando lugar a mais fissão e produzindo mais energia. Um avião de combate como o F-4 Phantom de fabricação americana ou um Kfir israelense poderiam carregar diversas dessas armas. O míssil israelense Jericho (Jericó), com alcance de aproximadamente 200 milhas, poderia levar uma dessas ogivas.

POR QUE ISRAEL CONSEGUIU O SEU ARSENAL?

Com uma população de 4,3 milhões de habitantes, Israel está confrontado por estados árabes fortemente armados e com uma população total de 90 milhões de habitantes. Preocupado com sua segurança, Israel investiu recursos num programa de armamento nuclear, na década de 60. Naturalmente, os Estados Unidos não haveriam de permitir que Israel fosse devastado, não somente por causa da obrigação moral imposta pelo Holocausto, mas também porque Israel é a única democracia verdadeira e o mais forte aliado dos Estados Unidos numa das áreas mais estrategicamente importantes do globo. Se os Estados Unidos abandonassem a Israel, suas outras alianças, inclusive a OTAN, entrariam em colapso. Israel, entretanto, não confia em garantias puramente "de facto". A recordação de que nenhum país estava preparado para socorrer quando Hitler assassinou 6 milhões de judeus faz com que os israelenses duvidem de que qualquer país viesse em seu socorro, caso estivessem sendo expulsos mar adentro.

Pelo fato de não dependerem de nenhum outro país numa emergência os israelenses querem ser tão auto-suficientes quanto possível na produção de armamentos, inclusive armas nucleares. Isto é particularmente legítimo, uma vez que tanto os Estados Unidos como a União Soviética forneceram armamentos sofisticados aos estados árabes, diminuindo a lacuna tecnológica entre Israel e seus inimigos.

Alguns israelenses vêm-se obrigados a advogar o aperfeiçoamento de armas nucleares porque o Iraque tem demonstra-

do que usará armas químicas. Notícias fidedignas da BBC de Londres dão conta de que o Iraque está produzindo, por mês, 60 toneladas de gás mostarda, bem como 4 toneladas mensais de cada um dos mortíferos nervoagentes Sarin e Tabun. É possível que também a Síria e o Egito tenham armas químicas. Assim como as bombas nucleares, as armas químicas são artefatos de destruição em massa. Os princípios da OTAN sustentam que um ataque com arma química sobre cidades justificaria uma retaliação nuclear, e Israel provavelmente responderia de similar maneira. Todavia, a BBC informa também que o próprio Israel está produzindo armas químicas.

Os comentaristas, em sua maioria, presumem que as armas nucleares de Israel têm por finalidade servir de dissuasor de última trincheira para desencorajar movimentos militares de nações árabes que ameacem a existência de Israel. Mas isto não é justificativa satisfatória para o tamanho e qualidade das armas nucleares israelenses. Israel poderia preparar um dissuasor adequado apontando ogivas comuns de fissão para as principais cidades árabes – pouco mais de uma dezena de armas do tamanho da bomba de Nagasaki bastariam. Nenhuma cidade árabe é suficientemente grande para "justificar" uma arma termonuclear.

Poderia Israel precisar de um arsenal nuclear tático – para ser usado, por exemplo, contra um ataque de tanques árabes – bem como um dissuasor estratégico? Os Estados Unidos produzem ogivas de nêutrons – armas de fusão projetadas para liberar nêutrons de alta-energia para irradiar e matar os tripulantes dos tanques. Mas são basicamente ineficazes; uma simples capa plástica impregnada de boro pode absorver a maior parte dos nêutrons e proteger a tripulação do tanque. Se os tanques estiverem espaçados a uma típica distância de 200 metros uns dos outros, somente um em média será colhido por uma ogiva de nêutrons de potência razoável. Por fim, mesmo que as tripulações dos tanques tenham ficado expostas à radiação suficiente para matá-los, provavelmente sobreviverão por pelo menos algumas horas. Durante esse tempo provavelmente agiriam desesperadamente, à moda kamikaze, provocando muito mais danos do que o fariam em outra condição. O competente exército israelense conhece as limitações das ogivas de nêutrons e certamente haveria de preferir comprar armamento convencional antitanque cuja eficiência justifica muito mais o seu custo.

É difícil imaginar qualquer utilização tática legítima para as armas nucleares israelenses. O país é tão pequeno que a radioatividade proveniente de qualquer detonação de armas nucleares no Oriente Médio seria um perigo de grandes proporções para as tropas e os civis israelenses.

Israel provavelmente produziu sua relativamente ampla e sofisticada força nuclear por causa do impulso tecnológico do programa de armas nucleares. Para idealizar o projeto, desenvolver e produzir armas, Israel teve que formar uma equipe de cientistas e tecnólogos nucleares. Esses profissionais querem continuar ampliando as fronteiras do seu campo de atividades. Podem até acreditar sinceramente que a segurança nacional



depende do próximo avanço na pesquisa e desenvolvimento militares, enquanto forças burocráticas e econômicas se juntam ao seu zelo.

Outras potências nucleares seguem esta mesma regra. Não existe nenhuma base lógica para que qualquer país produza armas termonucleares de alta equivalência. O cientista americano J. Robert Oppenheimer, especialista em armas nucleares, no fim da década de 50 assinalou que as armas de fusão nuclear "reforçadas" são poderosas o suficiente para destruir qualquer alvo concebível. Mas Oppenheimer calou-se e a comunidade dos cientistas em armamentos nucleares dos Estados Unidos, rigorosamente seguida por sua contraparte soviética, continuou a produzir armas termonucleares de equivalência na ordem de megatons³. O Reino Unido, a França, e a China vieram em seguida e agora Israel parece tê-los seguido também.

ARMAS NUCLEARES ÁRABES

Os israelenses, naturalmente, diferem quanto à sabedoria de possuir armas nucleares, e alguns dos seus pontos de vista são surpreendentes. Por exemplo, diversas facções pacifistas do Partido Trabalhista são pró-nucleares porque acreditam que Israel pode abandonar o bloco ocidental se tiver a segurança das armas nucleares. E algumas facções belicistas encabeçadas, por exemplo, pelo ex-ministro da Defesa Ariel Sharon, são antinucleares porque querem aumentar o poderio militar convencional de Israel.

A política oficial de Israel é manter ambígua sua capacidade de armamentos nucleares. Nenhum dirigente israelense jamais admitiu que Israel tivesse armas nucleares. Uma declaração do ex-ministro da Defesa, Moshe Dayan, feita em junho de 1981, é das mais explícitas já feitas até hoje: "Nós não vamos ser os primeiros a introduzir armas nucleares no Oriente Médio, mas temos perfeitamente a capacidade de produzir armas nucleares", disse Dayan. "Se os árabes estiverem querendo introduzir armas nucleares no Oriente Médio, então Israel não deveria demorar muito em ter armas nucleares também." A declaração não deixou claro se Israel tinha meramente a capacidade tecnológica necessária, ou se tinha componentes prontos para montagem de ogivas.

Tal política tem servido aos propósitos de Israel. O firme conhecimento de que Israel tem um arsenal nuclear maior do que precisaria como dissuasor encorajaria os estados árabes a adquirirem armas nucleares, e aumentaria a probabilidade de ataque punitivo árabe contra instalações israelenses que tenham conexão com armas nucleares. Incitaria também os soviéticos a garantirem aos seus aliados do Oriente Médio retaliação nuclear contra um ataque nuclear israelense. E, não menos importante, provas de um sofisticado arsenal israelense complicariam suas relações com os Estados Unidos. Em especial, o Congresso poderia tornar-se relutante em fornecer armas sofisticadas convencionais a Israel.

Como reagirão as nações árabes face às declarações de

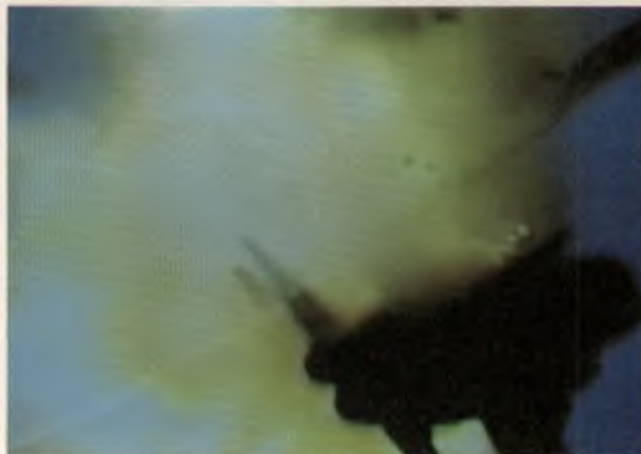
Vanunu dando conta de que a capacidade das armas nucleares de Israel rivaliza com a da França, da Inglaterra ou da China? Mesmo que o impulso tecnológico seja a verdadeira razão desse desenvolvimento, os estados árabes presumirão que Israel busca a capacidade de um primeiro ataque irresistível, uma vez que as nações inevitavelmente presumem o pior quando têm que julgar as intenções do inimigo. Por conseguinte, os estados árabes provavelmente procurarão acelerar o desenvolvimento da sua própria capacidade nuclear. Naturalmente que poderiam conseguir armas nucleares mesmo que Israel não tivesse nenhuma.

Existem relativamente poucos obstáculos para a obtenção de tais armas. Qualquer país do Oriente Médio poderia obter urânio natural. Usando material adquirido no mercado aberto, poderia construir clandestinamente um pequeno reator nuclear abastecido com urânio natural e resfriado com blocos de grafite. Um tal reator poderia produzir alguns quilogramas de plutônio por ano, o bastante para fazer um artefato do tamanho da bomba de Nagasaki. Uma pequena usina de reprocessamento para retirar o plutônio do combustível do reator irradiado poderia também ser construída. O reprocessamento é economicamente difícil em escala comercial, mas em pequena escala é questão de pura química. Para fazer com que a bomba funcione, os componentes químicos de alto poder explosivo, usados para comprimir o plutônio e produzir uma reação em cadeia, devem ser detonados com a precisão de microssegundos. Esta é a parte mais difícil na fabricação de uma bomba, mas uma nação do Oriente Médio poderia executá-la com êxito. O reator, a usina de processamento e uma área para construir armamento nuclear do tipo Nagasaki poderiam ser abrigados num prédio de três andares.

Um país do Oriente Médio poderia secretamente produzir tais armas, e precisaria de apenas algumas para destruir Israel. De fato, três ogivas nucleares apontadas para Tel-Aviv, Haifa e a região costeira situada entre essas duas cidades seriam o bastante para dizimar os principais centros populacionais e indústrias e destruir seus mais importantes centros de comando militar. O Iraque, o Egito e a Líbia têm significativos programas de energia nuclear que, se concluídos, os capacitariam a construir armas nucleares. As ambições nucleares do Iraque sofreram um atraso em junho de 1981, quando Israel bombardeou o reator de pesquisas, de fabricação francesa, na cidade de Osirak. Israel temia que o Iraque pudesse fabricar armas nucleares com o urânio altamente enriquecido fornecido pela França para abastecer o reator, ou com o plutônio nele produzido. O ataque de Israel estava em harmonia com um dos principais objetivos da sua política externa: impedir o surgimento de qualquer nova potência nuclear no Oriente Médio.

Os planos nucleares do Iraque também foram obstruídos pela guerra com o Irã, mas após a guerra, é de se presumir, o Iraque revitalizará o seu programa com assistência francesa ou soviética. Enquanto isso, o Iraque poderia usar o combustível de urânio enriquecido para fabricar uma arma nuclear.

Leonard Spector, analista para assuntos de proliferação



nuclear da Fundação Carnegie em Prol da Paz Internacional (Carnegie Endowment for International Peace), informou sobre tentativas do Iraque para comprar urânio ilegalmente. Mesmo uma única bomba nuclear poderia matar um número imenso de israelenses, e a radioatividade criada por uma explosão ao nível do solo tornaria inabitável grande parte do país.

Diversos fatos sugerem que a Líbia poderá capacitar-se a produzir armas nucleares dentro de uma década. A Líbia planeja importar reatores nucleares da União Soviética, e numerosos estudantes estão recebendo treinamento no exterior sobre ciência e tecnologia nucleares. A Líbia opera um reator de pesquisa em Tajoura e, secretamente, tem fornecido assistência nuclear ao Paquistão, inclusive urânio extraído no Niger. Além disso, a Líbia tem acordos de cooperação com a Argentina e a União Soviética para colaborar no desenvolvimento da tecnologia nuclear. Os acordos aparentemente referem-se a fins pacíficos, mas a tecnologia sempre tem alguma aplicabilidade militar. O ódio implacável da Líbia para com Israel e o apoio que dá ao terrorismo internacional tornam aterradora a perspectiva de que consiga armas nucleares.

O Egito teria pouca dificuldade para construir armas nucleares, já que conseguiu obter um estoque de plutônio. O país já conta com um quadro permanente de cientistas e engenheiros nucleares. Até 1961 possuía um reator de pesquisa e um florescente centro de pesquisa nuclear. Atualmente está considerando propostas orçamentárias para a construção de um ou dois reatores nas proximidades de Alexandria, e planeja com otimismo construir um total de oito reatores ao longo dos próximos 20 anos.

O Egito usou meios políticos para frustrar a obtenção israelense de armas nucleares. No fim da década de 60, o presidente 'Abd Al-Nasir conseguiu obter a promessa soviética de retaliação nuclear em caso de um ataque nuclear contra o Egito. O presidente Anwar Sadat procurou garantias similares da parte dos Estados Unidos, no início da década de 70. O Egito ameaçou fazer um ataque punitivo contra as instalações de armas nucleares de Israel, e disse que a resposta egípcia a um arsenal nuclear israelense seria a fabricação de suas próprias armas nucleares. Recentemente o Egito propôs que Israel entrasse como signatário de um acordo para a criação de uma zona desnuclearizada no Oriente Médio.

Esta maneira política de abordagem só faz sentido enquanto a política nuclear de Israel permanecer ambígua. A partir do momento em que o mundo árabe acreditar que Israel tem um arsenal nuclear sofisticado, a política de Israel já não terá credibilidade. Será que o Egito, então, construiria armas nucleares, apesar do risco que correria de ter o local de produção de tais armas destruído por Israel?

O perigo de ataques punitivos contra locais de produção de armas nucleares faz com que o Oriente Médio adquira uma instabilidade singular. Uma instalação estratégica em larga escala de armas nucleares por parte de Israel poderia provocar um ataque punitivo árabe contra locais de produção, arsenais e cen-

tros de comando. Israel, quase que com certeza, responderia a qualquer tentativa árabe de obtenção de armas nucleares com um ataque militar, tal como o que fez contra o reator do Iraque. Na medida em que vai perdendo superioridade tecnológica em armamentos convencionais, Israel estará cada vez mais tentado a destruir instalações árabes suspeitas antes que possam produzir material suficiente para uma guerra nuclear. Um ataque punitivo de qualquer um dos lados poderia levar à guerra.

O Oriente Médio também é pátria de grupos subnacionais como a OLP. Supondo-se que possuíssem o material específico necessário, até mesmo estes grupos poderiam fabricar um explosivo nuclear. A esta mesma conclusão chegou o Congressional Office of Technology Assessment (Secretaria de Assessoramento Tecnológico do Congresso dos Estados Unidos): "Um pequeno grupo de pessoas, ainda que nenhuma delas tivesse tido acesso à literatura classificada⁴, poderia possivelmente idealizar e construir um artefato nuclear simples... Seriam necessárias apenas as modestas instalações de uma oficina que, para tal, poderia ser contratada sem levantar suspeitas. Os recursos financeiros para a aquisição de equipamento necessário no mercado livre não precisam exceder uma certa fração de milhão de dólares."

O QUE PODE SER FEITO?

Apesar da íntima relação entre o átomo militar e o átomo pacífico, as indústrias nucleares dos países desenvolvidos – inclusive os Estados Unidos, a França, a Alemanha Ocidental, o Reino Unido, a Itália, o Japão e a União Soviética estão ativamente tentando exportar instalações de energia nuclear para o Oriente Médio. Exceto na França e na União Soviética, as indústrias nucleares precisam atender encomendas de outros países para sobreviverem, por causa da falta de pedidos domésticos para construção de usinas nucleares. E países como a França e a Itália estão exportando instalações e know-how nucleares para países árabes a fim de obterem fornecimento garantido de petróleo.

As nações desenvolvidas não deveriam exportar tecnologia nuclear a menos que a nação destinatária assine o Tratado de Não-Proliferação Nuclear de 1970 (NPT) ou concorde em submeter-se às inspeções de instalações nucleares exigidas pelo tratado. Essas inspeções evitam que o átomo para fins pacíficos seja desviado para fins militares.

Infelizmente seria quase impossível fazer vigorar um sistema adequado de inspeção no Oriente Médio. O fato de alguns países europeus serem reféns do petróleo árabe pressiona-os a que exportem instalações e material nucleares para regiões sem salvaguardas adequadas. E, além disso, Israel não consentirá com a inspeção de instalações nucleares e nem assinará o NPT. Assim fazendo, estaria obrigado a desistir da sua vantagem nuclear bem no momento em que sua vanguarda tecnológica sobre as nações árabes está diminuindo. Pela mesma razão, as negociações egípcio-israelenses para conseguirem



uma zona desnuclearizada no Oriente Médio, quase que com certeza, deverão arrastar-se com muitas dificuldades pela frente.

As potências nucleares poderiam dar uma significativa contribuição no sentido de ir diminuindo a proliferação de armas nucleares ao redor do mundo. Estas potências estão constantemente promovendo o aperfeiçoamento tecnológico dos seus arsenais, demonstrando acreditarem no valor político e militar de suas armas nucleares. Não deveriam surpreender-se quando outros países seguem o seu exemplo e também passam a possuir essas mesmas armas.

A necessidade de deter a proliferação nuclear é um dos mais fortes argumentos para o controle de armas. O NPT obriga a União Soviética e os Estados Unidos a darem passos significativos no sentido de reverterem a corrida armamentista e alcançarem o desarmamento nuclear. Uma abrangente banicção de testes nucleares seria um bom primeiro passo. Finalmente, se as superpotências desejarem deter, de vez, a proliferação nuclear, elas devem seguir tal banicção com um efetivo desarmamento nuclear. □

Frank Barnaby foi diretor do Instituto de Pesquisas para a Paz Internacional de Estocolmo. Durante a década de 50, trabalhou como físico no Instituto de Pesquisas sobre Armas Nucleares do governo britânico. Exerceu cargos no University College, em Londres, na Universidade Livre de Amsterdã, e na Universidade de Minnesota.

Artigo republicado no *Journal of Palestine Studies*, vol. XVII, nº 65. Outono de 1987. Instituto de Estudos Palestinos do Kuwait.

Notas da tradução

1. Não-secreta.

2. A potência de uma explosão nuclear ou termonuclear.
3. 1 megaton é igual a 1 milhão de toneladas de TNT.
4. Secreta.

Resumen

EL VIENTRE DE LA BESTIA

El Oriente Medio adquirió una inestabilidad singular: la producción de armas nucleares en gran escala abre perspectivas aterradoras con relación a que pueda iniciarse ahí un conflicto nuclear total. La capacidad del sofisticado arsenal de Israel, que incluye algunas armas termonucleares, rivaliza con la de Francia, Inglaterra y la de China. Pero el país es tan pequeño que la radioactividad proveniente de cualquier detonación de armas nucleares, en el Oriente Medio, sería un peligro de grandes proporciones para la tropa y los civiles israelenses.

Abstract

THE GUTS OF THE BEAST

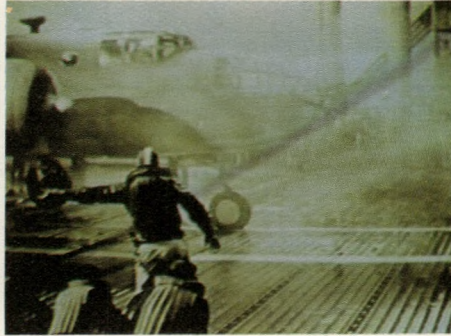
The Middle East has acquired singular instability: the widespread manufacture of nuclear weapons in the region raises the awesome spectre of a possible escalation towards total nuclear war burgeoning there. Israel's sophisticated nuclear arsenal, which includes a number of thermonuclear weapons, can vie with those of France, Britain or China in terms of capacity. The irony is that the country is so small that radioactivity irradiating from a nuclear explosion in the Middle East would pose a serious threat to Israeli troops and the country's civilian population.

ESTRATÉGIA

DESARMAMENTO UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA

Marcos Castrioto de Azambuja

SERIA EQUIVOCADO SUPOR QUE AS DUAS SUPERPOTÊNCIAS CONTROLAM TODOS OS MECANISMOS INTERNACIONAIS DE DESARMAMENTO. EM MUITOS OUTROS TERRENOS DE IMPORTÂNCIA LIGADOS AO DESARMAMENTO E AO CONTROLE DE ARMAS A VONTADE DAS SUPERPOTÊNCIAS NÃO PODERÁ SE EXERCER TÃO LIVREMENTE E TÃO DECISIVAMENTE COMO FOI O CASO DAS NEGOCIAÇÕES RECÉM-CONCLUÍDAS ENTRE A UNIÃO SOVIÉTICA E OS ESTADOS UNIDOS.



Os recentes – e importantes – entendimentos entre os Estados Unidos da América e a União Soviética deram uma maior relevância e renovada urgência a antigas e não resolvidas questões sobre o desarmamento. A reflexão e o debate internacional sobre o desarmamento são preocupações de longa trajetória. Ao longo de séculos têm sido alimentados mais pela capacidade de conceber e conceitualizar de pensadores e de analistas políticos do que por ações concretas de eventuais detentores do poder. A crônica do desarmamento é antes um capítulo da história das idéias do que um capítulo da história dos fatos.

Se alguém quisesse escrever a história das medidas concretas de desarmamento negociadas ao longo do tempo produziria trabalho magro em exemplos e indigente na identificação de resultados.

Na verdade, a história das relações internacionais – em uma de suas vertentes mais dinâmicas e decisivas – pode ser vista como uma longa narrativa de sucessivas corridas armamentistas que deram a seus vencedores as batatas de uma segurança passageira e ilusória e de uma precária hegemonia.

ACÇÃO E DISSUAÇÃO ARMADAS

Não fosse a emergência de capacidade nuclear militar no fim da Segunda Guerra Mundial e o extraordinário avanço da capacidade destrutiva bélica das ainda chamadas “armas convencionais” a partir da segunda metade do Século XIX – avanço que vem ganhando uma aceleração exponencial desde o grande conflito de 1914 a 1918 – e possivelmente os termos do debate sobre desarmamento continuariam os mesmos que, inconclusiva e intermitentemente, a humanidade vem utilizando desde que começou a pensar e avaliar os usos, vantagens e limites das guerras como instrumento de ação política e a relação custo/benefício do recurso à força armada como forma de resolver controvérsias e impor vontades.

Se os fatores criados por um desenvolvimento científico e tecnológico de aplicações bélicas absolutamente sem precedentes não tivessem alterado de forma decisiva os termos tradicionais das equações militares, teríamos, possivelmente, o terreno ainda dividido entre “desarmamentistas” rotulados de utópicos e “armamentistas” identificados como realistas.

Pior ainda. Guardaríamos a melancólica e traumática recordação das tentativas de desarmamento empreendidas entre a Primeira e Segunda Guerras Mundiais e que foram tão ingênuas e desastrosas que a própria Carta de São Francisco abandonou, virtualmente, o conceito e o objetivo do desarmamento e se concentrou na construção e na legitimação do conceito de “segurança” nas suas expressões individual e coletiva.

A busca do desarmamento – ou pelo menos as tentativas malogradas para obtê-lo no período entre as duas guerras mundiais – foi entendido pela aliança vitoriosa de São Francisco como uma das razões que encorajaram a Alemanha e o Japão à

aventura de 1939 e 1945. Foi – alega-se – porque as grandes potências democráticas dormiram e abaixaram sua guarda que as potências do futuro Eixo se sentiram capazes de deflagrar a Segunda Grande Guerra.

O espírito de São Francisco não é, portanto, *prima facie* – filosófica ou operacionalmente – favorável ao desarmamento (ao qual a Carta só faz duas referências passageiras), mas, pelo contrário, manifesta sua preferência e sua confiança na eficácia de uma vigilância armada solidária capaz de, no futuro, desencorajar aventuras tão catastróficas quanto aquela que vinha de se abater sobre a comunidade mundial.

Mesmo quando a aliança vitoriosa se fratura, logo após o fim da guerra, os caminhos procurados não são os do desarmamento negociado, mas sim os da construção de blocos militares rivais – OTAN e Pacto de Varsóvia – acrescidos, no caso da aliança ocidental, de uma série de pactos secundários de segurança coletiva que estabeleceriam, em vários teatros regionais, um “cordão sanitário” em torno da União Soviética e fortaleceriam a eficácia central do Pacto do Atlântico Norte.

Por outro lado, e no mesmo sentido, toda a doutrina militar e o pensamento estratégico desenvolvidos desde a década de 1940 se assentam, de uma forma ou de outra, em formas alternativas de ação ou dissuasão armadas e pouca – se alguma – atenção foi dada às possibilidades e perspectivas de um programa integrado e progressivo de desarmamento nuclear ou convencional.

Não caberia fazer aqui o balanço da evolução do pensamento estratégico desde 1945, seja dentro dos dois blocos antagonísticos seja entre os neutros e não-alinhados, mas basta assinalar que virtualmente nada foi feito em termos de desarmamento e que os arsenais nucleares e convencionais tiveram nos últimos quarenta anos o mais inquietante e assustador aumento. Para contrastar com essas ameaçadoras tendências não teríamos muito o que mostrar: algumas medidas de proibição da testagem e colocação de armas nucleares em certos ambientes; algumas medidas que permitiram às superpotências comunicar-se com maior facilidade e reduzir o risco de interpretação equivocada de suas respectivas intenções; algumas medidas regionais expressivas; os sucessos setoriais na proibição das armas que possam modificar o meio ambiente e das formas biológicas, e pouca coisa mais.

Os defensores das doutrinas de dissuasão, contenção e aprestamento militar que prevaleceram nestas últimas quatro décadas argumentam, em favor de suas posições, com o fato de que em quase cinquenta anos não eclodiu nenhum conflito entre as potências centrais e que uma paz fundamental foi preservada, muito embora tenham ocorrido (e continuem a ocorrer) dezenas de conflitos periféricos a que hoje se convencionou chamar de “conflitos de baixa intensidade”.

Aqueles que desafiam as premissas e os desdobramentos do pensamento estratégico e militar dominante neste pós-guerra recordam que vivemos, precária e perigosamente, como virtuais reféns de uma paz nuclear que pode a qualquer momen-



to ser rompida por acidente, por erro de julgamento ou por encadeamentos de fatos, e que a humanidade continua a sobreviver em patamares inaceitáveis de risco e de gastos, canalizando-se para a esterilidade dos arsenais os recursos que poderiam fecundar o desenvolvimento econômico e social de todos os povos.

É provável que não se chegue nunca a determinar, de forma conclusiva, se a paz central mantida desde 1945 foi assegurada pela capacidade recíproca de destruição nuclear das superpotências, ou se essa mesma paz teria sido preservada sem os riscos sempre presentes e sempre crescentes de arsenais nucleares em processo contínuo de acumulação, de refinamento, de aumento de sua letalidade e de sua velocidade de utilização, levando a que hoje os prazos de ação e reação sejam da ordem de poucos minutos.

Possivelmente, o debate perdurará, para prazer de historiadores e pesquisadores, sem que se possa afirmar que uma ou outra concepção é a verdadeira. A paz ou trégua dos últimos 43 anos, oscilando entre períodos de intenso enfrentamento e de relativa distensão, não se assenta – e nisto estamos todos de acordo – em condições que lhe dêem estabilidade ou confiabilidade. Defensores ou opositores das teorias de dissuasão militar de modo geral concordam em que o equilíbrio criado é instável e perigoso e não serve como base para a construção de uma paz confiável para as décadas futuras.

Não terá sido, entretanto, um “revisionismo” doutrinário que terá levado as duas superpotências e os blocos que lideram em direção a uma série de gestos e medidas que culminaram, faz pouco tempo, com a assinatura e ratificação do tratado sobre a eliminação dos mísseis terrestres de médio e menor alcance, mais conhecido como o Acordo INF, e que deverão conduzir agora, no médio prazo, à redução em cinquenta por cento dos mísseis estratégicos de ambos os lados, no quadro das negociações Start em curso há anos entre a União Soviética e os Estados Unidos.

Convém, contudo, procurar examinar brevemente o conjunto de fatores que determinou a atual aproximação entre as superpotências e quais parecem ser os limites aparentes do atual ciclo de entendimentos e de cooperação entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, e que parece ir além, em extensão e profundidade, de “degelos” e “detentes” ocorridos em anos anteriores dentro da dinâmica pendular que caracterizou a chamada guerra fria.

O PAPEL DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

É evidente que as duas superpotências não foram movidas – simétrica e simultaneamente – por impulsos da mesma índole, mas parece certo que na modificação de suas percepções recíprocas existiram e existem importantes preocupações compartilhadas.

Compartilhadas parecem ser as percepções de ambas superpotências de que seus arsenais de armas nucleares estra-

tégicos estão amplamente superdimensionados (e em alguma medida obsoletos) e de que uma redução dramática do nível desses estoques bélicos é factível e desejável sem nenhuma perda da capacidade de ação ou retaliação de cada uma delas.

Compartilhadas parecem ser as preocupações com os gastos crescentes que o enfrentamento militar entre ambas – em muitos terrenos e envolvendo um grande número de armas – causa para as respectivas economias. Os Estados Unidos procuram uma pausa e segurança em patamares bélicos menos onerosos após quase uma década de gastos muito intensos no campo militar. A União Soviética compreende que seu atual volume de gastos prejudica seriamente ou mesmo inviabiliza o ambicioso processo de reestruturação e modernização de sua economia e tecnologia que tão conspicuamente faz parte do programa de seu atual governo.

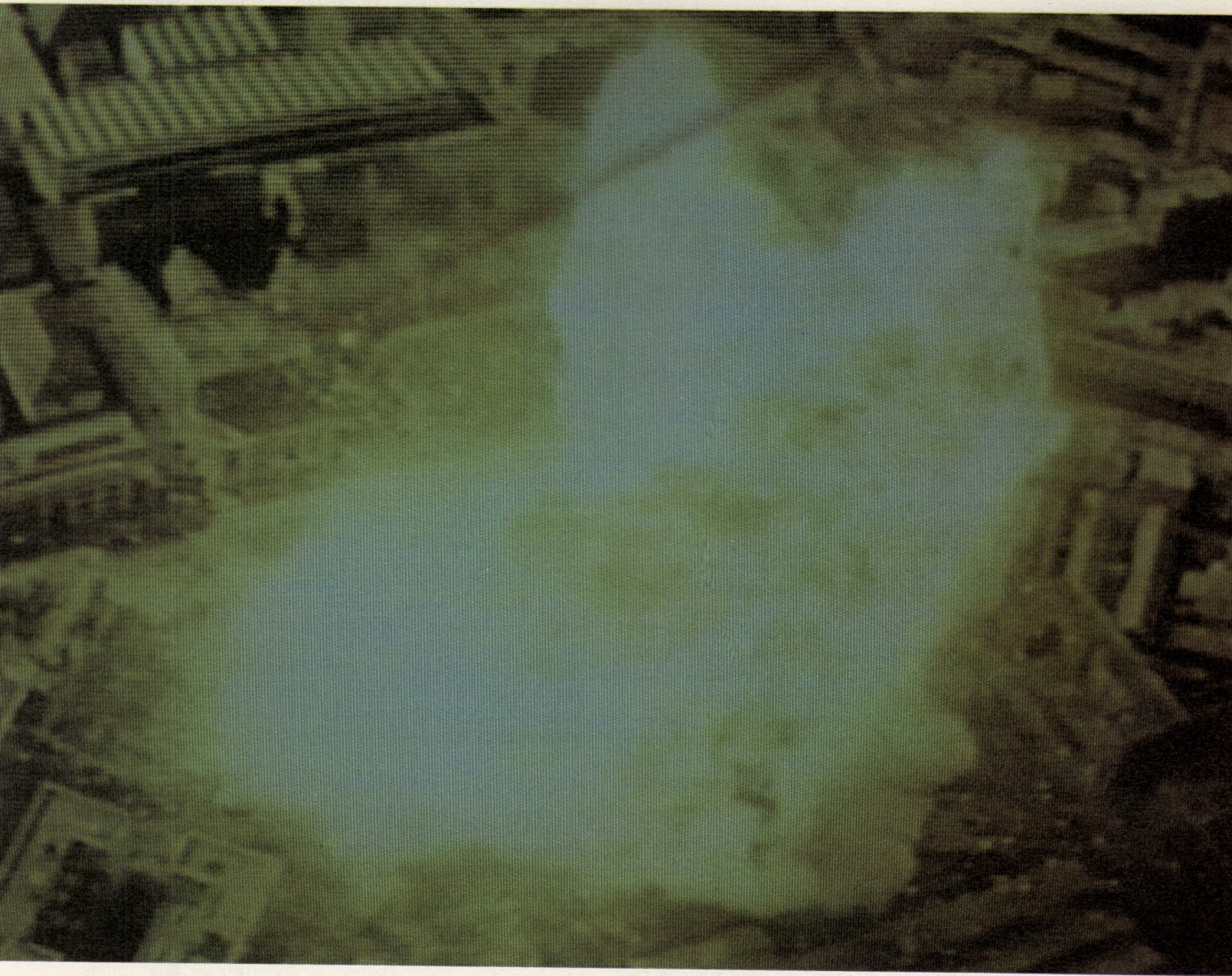
Compartilhada ainda parece ser a percepção por parte das duas superpotências de que os gastos e os riscos de seus envoltórios em determinadas zonas de tensão e em certos conflitos regionais excedem, de muito, os benefícios de vária natureza que deles uma ou outra possam retirar. Sem alterar, no essencial, suas apostas e compromissos em alguns cenários específicos, a tendência soviética e norte-americana parece ser em direção a um distanciamento maior de ambas de certos teatros regionais julgados de importância estratégica secundária, ou onde as perdas de material ou pessoal não parecem ser aceitáveis, seja pelo Estado, seja pelas respectivas opiniões públicas. O que ocorreu no Afeganistão e o que se prenuncia na África Meridional deve ser entendido à luz dessa nova percepção pelas superpotências da hierarquia e preço de seus interesses em vários tabuleiros.

Existem, por certo, outros elementos de entendimento e convergência cuja simples enunciação nos levaria longe. O que acima se indica basta para analisar a extensão da área em que as superpotências poderão se entender e as razões que podem levar esses entendimentos a perdurarem, já que assentados em razões que não deverão ser alteradas nos próximos anos. O ímpeto gerado pelo atual processo de entendimentos parece guardar ainda significativo dinamismo residual.

Por outro lado, não deverão vir dos países que integram os dois pactos militares desafios ao entendimento entre seus respectivos países líderes e outras potências significativas, como a China e a Índia, por exemplo, não parecem ter ânimo ou disposição para alterar o atual desenho.

Por sua vez, os países em desenvolvimento, como um todo, fragilizados pelas consequências da crise de seu endividamento e perda de ímpeto de seus programas de recuperação do tempo econômico e social perdido, não estão em condições de oferecer uma visão global alternativa e procuram, apenas, nestes anos difíceis, preservar sua viabilidade e mitigar, cada um por sua conta, as agruras de suas circunstâncias atuais. O não-alinhamento, que é a mais coerente expressão da vontade política e econômica dos países do Terceiro Mundo, anda com





passo hesitante e rumo incerto, à espera de que novas condições e novos ventos ajudem a devolver-lhe o ímpeto e a esperança perdida.

As Nações Unidas, por sua vez, aparecem como o único palco em que se pode formular uma alternativa abrangente e universal ao impulso que vem das superpotências, e nessa Organização reside a melhor esperança de que a comunidade de nações não abdicará de sua capacidade de iniciativa e ação concertada em terrenos que centralmente interessam à segurança de cada país-membro.

Apesar de sua atual fraqueza, é nas Nações Unidas e nos seus órgãos especializados que o "multilateralismo" pode melhor oferecer alternativas ao "bilateralismo" triunfante, hoje expresso pelo entendimento entre as superpotências. Não se trata – necessário é dizê-lo – de um inevitável enfrentamento entre o "multilateralismo" e o "bilateralismo", mas sim de uma definição de paralelismos e complementaridades em que se resguarde o conceito essencial de que a totalidade dos países não pode delegar a dois dentre eles, por mais poderosos e capazes que sejam, o direito e o dever de organizarem aspectos cruciais da vida internacional.

O que cabe investigar é se, diante desse conjunto de condicionantes, a atitude da comunidade internacional – e do Brasil muito em particular – deveria ser de acomodação passiva e minimamente confrontacional, ou se saberemos encontrar um espaço significativo de atuação sempre tendo presentes as realidades do poder e os poucos elementos que existem para opor-se a tendências que, em suas grandes linhas, escapam ao nosso controle.

A observação atenta e lúcida do quadro internacional parece sugerir quais os limites de nossa atuação e influência em momento que não parece especialmente promissor para as pequenas e médias potências.

Não é possível evitar – nem seria desejável que assim fosse – que o Brasil ou qualquer outro país se venha a somar ao coro de vozes que tem, ao longo dos últimos meses, aplaudido as duas superpotências por seus avanços na adoção ou negociação de medidas de desarmamento, de fortalecimento da confiança e de refinamento e reforço dos métodos e técnicas de verificação de acordos de controle de armas, e exortado a ambas para que não esmoreçam na procura desse caminho.

Por outro lado, parece evidente que não se pode contemplar a limitação da ação internacional a um coro de aprovação *ex post facto* a iniciativas das duas superpotências, por elas mesmas iniciadas e delimitadas, respeitadas as conveniências dos calendários e das prioridades de ambas.

Mais do que nunca é importante determinar os terrenos da complementaridade e do paralelismo dos impulsos e dos interesses das superpotências e daqueles que, necessariamente, só podem ser fixados pela comunidade internacional como um todo ou por seus principais atores.

O grande impacto do Acordo INF causou a falsa impressão de que estão nas mãos dos dois principais protagonistas todas as manivelas de controle dos mecanismos internacionais de

desarmamento e controle de armas. Seria equivocado supor que assim seja. Em muitos outros terrenos de importância ligados ao desarmamento e ao controle de armas a vontade das superpotências não poderá se exercer tão livremente e tão decisivamente como foi o caso das negociações recém-concluídas entre a União Soviética e os Estados Unidos.

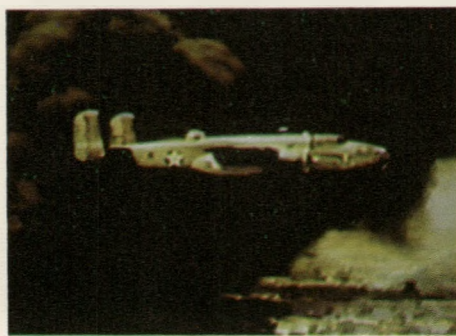
Em vários outros campos – armas nucleares estratégicas, desmilitarização do espaço exterior e em algumas das chamadas "novas tecnologias", por exemplo –, o mesmo quadro de controle quase exclusivo pelas superpotências deverá voltar a se produzir. Mas em muitos outros terrenos não menos relevantes: suspensão de ensaios nucleares, proibição de armas químicas, medidas regionais de desarmamento, criação de zonas de paz e de cooperação; e em toda a vasta gama de temas ligados às armas convencionais é claro que as duas superpotências terão que negociar com círculos crescentes de parceiros esses grandes assuntos de futuro desarmamento e de controle de armas. Isto não é menos verdade no que se refere à verificação e a criação de medidas aptas a reforçar a confiança entre Estados.

Mesmo naqueles temas em que existe, no momento, virtual monopólio soviético-norte-americano sobre determinados tipos de armas e de tecnologias, a comunidade internacional – e certamente o Brasil – não estão dispostos a reconhecer a exclusividade da competência negociadora das superpotências ou a dispensa da obrigação delas de não só informar à comunidade internacional do avanço de seus entendimentos, como, também, a obrigação de integrar os esforços que venham a empreender dentro da moldura maior dos grandes objetivos mundiais de desarmamento delineados no documento final da I Sessão Especial da Assembléia-Geral para o Desarmamento, realizada em 1978, aprovados por consenso e que perduram ainda como metas valiosas e exequíveis para a construção de um mundo de paz e de segurança para todos.

Existe, assim, um espaço amplíssimo para que a comunidade internacional atue com plena legitimidade na definição das grandes linhas que devem presidir os esforços mundiais pelo desarmamento, sem ignorar, de forma realista e pragmática, que às superpotências, às potências militarmente nuclearizadas e aos países-membros das duas alianças militares cabem responsabilidades acrescidas em virtude de sua maior capacidade bélica e da importância absoluta e relativa de seus gastos nacionais com armamentos.

A POSIÇÃO BRASILEIRA

Para o Brasil, o quadro negociador que se vislumbra nos próximos anos não poderia ser mais confortável e estimulante. Somos favorecidos pela geografia e pela história. A América do Sul e o Atlântico Sul, nossos espaços mais próximos, não são uma área prioritária de enfrentamento estratégico e representam, na verdade, as regiões ocupadas de mais baixos gastos militares em termos relativos e que, não fosse pelos conflitos nas Malvinas e na África Meridional, poderiam ser qualificadas



como exemplares.

Dentro desse espaço, o Brasil atua com naturalidade em seu diálogo com todos os vizinhos, com os quais mantém relações confiantes e mutuamente benéficas.

Os Tratados da Bacia Amazônica e da Bacia do Prata – embora não sejam instrumentos que tratem de questões de natureza estratégica e militar – são atos internacionais reforçadores da confiança entre seus sócios e estimuladores de todas as avenidas de cooperação para fins pacíficos.

A nossa assinatura e ratificação do Tratado de Tlatelolco e o nosso empenho em favor da consolidação do Atlântico Sul como uma zona de paz e de cooperação ampliam ainda mais o conjunto de medidas reforçadoras da nossa segurança.

Nas projeções de nosso interesse para o Norte – através do apoio que damos ao grupo de Contadora – e para o Sul – através de nossa participação plena no Tratado da Antártida – damos provas adicionais de nossa boa disposição e de nosso desejo e interesse em evitar conflitos em nossas áreas de inserção mais imediatas e de nosso empenho em evitar que, para a região, se transfiram divergências e disputas que se originam e se alimentam em outros cenários e em outras circunstâncias.

Pode e deve o Brasil atuar, portanto, individualmente, bilateralmente (nossos recentes entendimentos com a Argentina na procura de uma perfeita transparência dos respectivos programas de desenvolvimento de energia nuclear para fins pacíficos são um exemplo), sub-regional, regional e universalmente, de maneira a favorecer o tratamento racional da totalidade das questões que interessam ao desarmamento.

É preciso não perder de vista que os progressos recentes dos Estados Unidos da América e da União Soviética em questões de desarmamento não inauguram, certamente, uma era em que as superpotências sozinhas irão negociar os documentos centrais sobre essa matéria, os quais, subseqüentemente, seriam aplicados à comunidade internacional como um todo. O que importa é traduzir o impulso positivo que, no momento, move as duas superpotências em uma atmosfera internacional mais confiante e mais distendida e apta a produzir – pela via da negociação aberta – instrumentos de aplicação universal, de caráter não-discriminatório e que não criem entraves desnecessários (e antes estimulem) ao desenvolvimento pacífico de todos os países.

O Brasil é parte de todos os instrumentos internacionais no campo do desarmamento com exceção do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, que, a nosso juízo e no de vários outros países significativos, representa o tratamento impróprio e desequilibrado de um objetivo com cuja essência nos identificamos.

Seremos, certamente, negociadores ativos e futuros signatários de novos acordos sobre a matéria na medida em que estes sejam o fruto de negociações reais entre todos os países interessados e levem em conta todos os interesses nacionais legítimos.

O pensamento brasileiro sobre alguns dos princípios gerais que devem ser levados em conta nos futuros acordos e inspirar sua negociação foram assim definidos pelo presidente da República em seu recente discurso nas Nações Unidas perante o plenário da III Sessão Especial dedicada ao desarmamento: “1 – Nenhum Estado deve pedir a qualquer outro que tome medidas de desarmamento que ele próprio não esteja disposto a tomar. Ninguém pode pedir a outrem o que ele não pode conceder.

2 – As preocupações de segurança de um Estado são tão válidas, tão importantes e tão relevantes quanto as de qualquer outro. É o princípio da igualdade.

3 – O desenvolvimento industrial e tecnológico não desobriga qualquer país de observar e respeitar medidas de desarmamento internacionalmente acordadas.

Humanidades 18

4 – A não-militarização do espaço exterior constitui pré-requisito essencial para a adoção de medidas significativas de desarmamento regional.

5 – A proliferação geográfica de armas nucleares compromete a posição adotada por muitos Estados de renunciarem à opção nuclear”.

Existe um ponto que merece ser sublinhado: se não houver disposição negociadora entre as superpotências, as negociações sobre desarmamento tornam-se virtualmente impossíveis. Caso, entretanto, essa disposição exista, o impulso bilateral não se estende, mecanicamente, à comunidade internacional como um todo. Esta deve procurar definir o seu espaço e afirmar e reafirmar que toda a comunidade internacional deve estar envolvida no debate e na negociação dos grandes instrumentos, por ser matéria que a todos vitalmente interessa.

Para o Brasil, no plano multilateral, a tarefa essencial neste momento é a de assegurar que tudo aquilo que se construa como reforço da paz e da segurança internacionais através de negociações de desarmamento reflita as preocupações e as esperanças de todos e não tenha como limite apenas a vontade e os interesses das superpotências, por mais que, em casos específicos, só possamos louvar os seus progressos e incentivar-las a prosseguir o bom caminho.

Estes comentários estão sendo escritos em momento de expressivo otimismo internacional e neles foi privilegiado o cenário de um reforço, no médio prazo, das convergências de interesses da União Soviética e dos Estados Unidos. Todos sabemos como é precária e fluida a cena internacional e como é fácil imaginar-se enredos alternativos e que desfaçam os avanços de distensão obtidos nos últimos meses.

Um dos efeitos perversos das medidas de desarmamento é o de freqüentemente produzirem novos surtos de criatividade científica e tecnológica e do pensamento militar, o que faz com que os resultados alcançados sejam anulados por um novo salto qualitativo que nos leva a novas armas, mais eficazes e mais mortíferas, que substituam aquelas eventualmente proscritas. A ciência e a tecnologia no campo das armas não servem o homem e a humanidade – como exemplarmente fazem em tão numerosos terrenos –, mas oferecem incessante e perversamente a esperança ilusória de uma segurança a ser obtida por um processo de acumulação e aperfeiçoamento de engenhos bélicos sempre desmentida pelos fatos e desafiada por rivais potenciais.

Na era nuclear, a insistência na busca do desarmamento sob eficaz controle internacional constitui para a humanidade, no mais literal dos sentidos, uma questão de vida ou de morte. □

* Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja é chefe da Delegação Especial para Desarmamento e os Direitos Humanos em Genebra.

Resumen

DESARME – UNA PERSPECTIVA BRASILEÑA

Es un error suponer que las dos superpotencias controlan todos los mecanismos internacionales de desarme. En varios terrenos de importancia, ligados al desarme y al control de armas, el deseo de las superpotencias no podrá ejercerse tan libre y decididamente como fue el caso de las últimas negociaciones entre la Unión Soviética y los Estados Unidos.

Abstract

DISARMAMENT – A BRAZILIAN PERSPECTIVE

It would be wrong to suppose that the two super-powers control all the international disarmament mechanisms. There are many fields linked to disarmament and arms control in which the super-powers will not be able to impose their wills quite so freely and so decisively as was the case in the negotiations the Soviet Union and the United States have recently concluded.

IMPASSE

O COMBATE PACÍFICO PELA SOBREVIVÊNCIA

Theotônio dos Santos

ALBERT CAMUS AFIRMAVA QUE O PRIMEIRO ATO FILOSÓFICO ERA A DECISÃO HUMANA DE VIVER, POIS O HOMEM É UM ANIMAL QUE PODE PÔR FIM À PRÓPRIA VIDA. ESTA DECISÃO METAFÍSICA, QUE FUNDAMENTA O PRÓPRIO FILOSOFAR DO INDIVÍDUO, TRANSFERIU-SE HOJE PARA A HUMANIDADE INTEIRA. OU SOMOS CAPAZES DE ORGANIZAR E GERIR UMA SOCIEDADE PLANETÁRIA OU DECIDIMOS PELA NOSSA EXTINÇÃO COMO ESPÉCIE HUMANA.



O encontro de cúpula entre Reagan e Gorbachev é um dos momentos mais cruciais da história da humanidade, apesar de ser anunciado na imprensa brasileira como um simples "show", onde nada se decide. Afastados das grandes questões do nosso tempo, ignorantes dos suportes do poder mundial, marginalizados das decisões internacionais, os brasileiros contentam-se em "curtir" sua inocência, riem e achincalham os poderosos que os dominam e determinam suas vidas. A ironia quando fundada na ignorância é a melhor arma dos impotentes.

E isto ocorre quando o Brasil integra o Conselho de Segurança da ONU, dirige a OEA e compartilha com o Grupo de Apoio de Contadora as decisões sobre o destino da América Central, núcleo das lutas sociais na América Latina e ponto de irradiação de idéias e debates sobre o nosso tempo e nosso destino! A esplendorosa indiferença com que nossos meios de comunicação encaram estas e outras responsabilidades internacionais de nosso país revelam a ignorância, marginalidade e impotência que assinalamos acima.

Num ambiente assim, propor algumas teses sobre a guerra e a paz no nosso tempo é uma temeridade. Mesmo quando nosso país detém a secretaria-geral da Associação Internacional de Pesquisas sobre a Paz (IPRA) e será a sede de sua próxima conferência, o interesse por tais temas se inscreve num campo sombrio, desconhecido e até ridicularizado. Não é sinal de inteligência tomar a sério tais coisas! É mesmo de bom-tom mofar-se delas!

Por que esta atitude? Ela expressa exatamente este provincialismo de nossa "intelligentsia", seu desconhecimento do que realmente passa no mundo, sua incultura e sentido de frustração por não ter um lugar definido no mundo contemporâneo. Será pois uma contribuição, modesta que seja, à superação desses complexos e frustrações fazer nossa intervenção nos problemas do nosso tempo.

A LIBERDADE DE DECIDIR

A paz mundial não é mais uma utopia ou um simples anseio da humanidade. Na era nuclear, ela é uma **condição necessária** da sobrevivência da humanidade. Isto elevou de muito a responsabilidade e, ao mesmo tempo – dialeticamente –, a liberdade humana. O ato de sobreviver como humanidade deixou de ser uma decorrência das leis objetivas de uma realidade externa ao homem. Sobreviver e viver como seres humanos é agora um **resultado** da ação humana. O poder de destruição que alcançou o homem o colocou diante da livre decisão de sobreviver, como resultado da sua própria subjetividade. Esta subjetividade se expressa na capacidade de gerir o planeta, seus conflitos e contradições, e de pôr a serviço desses objetivos sua criatividade e, paradoxalmente, sua capacidade de destruição.

Albert Camus afirmava que o primeiro ato filosófico era a decisão humana de viver, pois o homem é um animal que pode tirar sua própria vida. Esta decisão metafísica, que fundamenta o próprio filosofar do indivíduo, transferiu-se hoje para a humanidade inteira. Ou somos capazes de organizar e gerir uma sociedade planetária ou decidimos pela nossa extinção como espécie humana.



A questão da paz passa a ser, em consequência, a primeira e máxima questão do nosso tempo, a que determina todas as demais. Com ela, elaboram-se um conjunto de temas que começa pelas possibilidades e necessidades de criação de uma civilização planetária, como marco comum dessa nova era de convivência mundial inevitável. Que características terá esta civilização? Ela não poderá ser concebida à maneira da Ilustração: como uma supressão das civilizações anteriores. Esta vontade imperialista, que se refletia na concepção de razão da Ilustração, teve que ceder lugar nos nossos dias a uma concepção mais dialética do Universo imposta pela emergência do Terceiro Mundo, suas culturas e tradições milenárias, suas matrizes civilizacionais alternativas.

A civilização planetária será pluralista, tolerante e múltipla ou não será!

Sob a pressão de uma longa crise, que abala suas próprias bases sociais, a Europa (e sua projeção norte-americana) abandona pouco a pouco suas pretensões totalitárias de ser o centro da "modernidade", encarnação da razão e fim da história. Suas instituições, seus ideais e suas idéias se reduzem a seus limites históricos e abrem caminho para uma recuperação da força histórica, econômica, populacional, material das civilizações orientais, apresentadas como símbolos do passado e do atraso pelo etnocentrismo europeu, disfarçado de ciência e de razão objetiva.

A PAZ DEVE SER CONSTRUÍDA

A construção da paz mundial é uma tarefa antes de tudo civilizatória. Ela está associada com a criação de um novo estágio da convivência humana. Com a emergência, definição, compreensão e realização de uma civilização planetária.

A criação desta nova fase do desenvolvimento humano supõe, antes de tudo, a definição dos passos necessários para alcançar estes fins.

É evidente que a paralisação da corrida nuclear é o primeiro passo nesta direção, sem o qual todos os demais não têm sentido. A corrida nuclear é o elemento natural que determina a ameaça do holocausto. E ela é acumulativa e amplificadora. A cada novo momento um novo país pode ingressar nesta corrida e ameaçar o equilíbrio alcançado. Não é necessário dominar os últimos estágios da tecnologia nuclear para ameaçar o mundo de destruição. A paralisação da corrida nuclear portanto exigirá.

a) A detenção da produção e fabricação de armas e da pesquisa militar nos centros de poder mundial;

b) A garantia de destruição dos arsenais existentes e a extensão dessa destruição a todos os países que podem produzir as armas nucleares;

c) A administração e controle deste desarmamento como tarefa permanente e segura.

É claro pois que não podemos exigir que um processo tão complexo de decisões possa fazer-se de um dia para o outro. É preciso que as partes interessadas tenham percebido em toda sua extensão o abismo em cuja borda estamos para suplantarmos os interesses imediatos em favor do armamentismo.

O aspecto mais grave da situação atual é a quantidade gigantesca de recursos que supõe uma nova fase da pesquisa e desenvolvimento "militar". Que economia nacional poderá realmente sustentá-los e, ao mesmo tempo, garantir sua hege-

monia sobre o resto do mundo? Tomemos o caso da mais poderosa nação da Terra: os Estados Unidos. Para sustentar seu programa militar tem de conviver com um "déficit" orçamentário de 170 bilhões de dólares anuais, uma dívida externa próxima aos 400 bilhões de dólares e uma dívida pública interna próxima aos 2 trilhões de dólares! Isto sem falar nos gastos com as bases norte-americanas no mundo inteiro.

Acerca dos custos sociais dos gastos soviéticos no setor militar há os testemunhos de seus próprios cientistas e políticos arduamente empenhados numa política de desarmamento e paz mundial. A recusa da Alemanha e do Japão em assumirem os custos de sua defesa militar é outro fato significativo.

Qualquer um percebe a necessidade de um salto na gestão das relações internacionais. E este novo nível de gestão planetária exigirá mudanças radicais em cada país e nas relações entre as nações e os Estados.

UMA NOVA ORDEM ECONÔMICA

Para superar os conflitos não é suficiente um acordo entre as superpotências. Elas necessitam mudar suas relações com as economias centrais e desenvolvidas e destas entre si. Mas não basta este nível de acordo. Será necessário incorporar, de alguma maneira, o Terceiro Mundo. A Comissão Trilateral já demonstrou os limites de um enfoque de unidade dos grandes (EUA, Europa e Japão) que exclua o campo socialista e o Terceiro Mundo.

Ambos os grupos de países são demasiados poderosos para serem sumariamente excluídos. Que adianta as superpotências e as grandes potências estabelecerem a paz nas relações mútuas e deslocarem os confrontos e as guerras para o Terceiro Mundo? A ameaça de uma escalada dos conflitos locais põe em risco permanentemente a paz mundial. A disposição do governo soviético atual de retirar-se do Afeganistão e outras medidas nesta direção indicam uma consciência aguda desta necessidade que mesmos os falcões de ambos os lados vêm-se obrigados a reconhecer.

Nem parece sábio tentar estabelecer uma gestão planetária mantendo a expropriação dos recursos econômicos gerados no Terceiro Mundo e a fome e a miséria que caracterizam a vida de suas imensas massas humanas. Será possível estabelecer a paz mundial passando por cima desta realidade? Por outro lado, a liberação dos recursos destinados atualmente ao armamentismo, que suplanta anualmente toda a dívida externa do Terceiro Mundo, seria um instrumento definitivo para garantir o desenvolvimento mundial. Dessa forma, o armamentismo aparece como um inimigo aberto da emancipação social do Terceiro Mundo.

A luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional capaz de garantir um comércio mais equânime em nível mundial, através da organização dos produtores de matérias-primas e produtos agrícolas; de garantir uma transferência de tecnologia sob o controle dos países interessados e não como subproduto da lógica das corporações multinacionais; de controlar os pagamentos de serviços, os movimentos financeiros e as remessas de lucro é uma condição necessária para se construir uma paz mundial estável e historicamente fecunda. É em torno destes princípios que se realizam os debates Norte-Sul, que já deram origem a tantas propostas e planos de ação frustrados.



A questão da dívida do Terceiro Mundo, cuja origem é suficientemente obscura para justificar sua anulação, ganha um papel crescente no debate de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Parece claro que não haverá recursos para pagar tal dívida que entra em processo de desvalorização e questionamento em nível mundial, ameaçando elevar de muito a tensão entre países credores e devedores.

A ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO MUNDO

O importante, contudo, nestas questões não é somente a conscientização crescente da relação entre estes problemas e a paz mundial. O mais importante é a organização do Terceiro Mundo para estudar, articular e defender a satisfação de suas necessidades como princípios de ordenação da vida internacional. Através do desenvolvimento da noção de um Direito dos Povos, através da Carta dos Direitos Econômicos das Nações e de um conjunto de resoluções da ONU e outros órgãos internacionais, através sobretudo do Movimento dos Não-Alinhados, da Unctad e do Grupo dos 77, o Terceiro Mundo se constitui em sujeito e agente da paz mundial e da criação de uma civilização planetária.

A formação de Estados independentes, como fruto da descolonização, iniciada depois da II Guerra Mundial da África e Ásia, abriu caminho para uma ofensiva ideológica, política, diplomática e até militar do Terceiro Mundo, que gerou uma profunda revisão da sua posição no cenário internacional.

Pouco a pouco estes novos Estados foram impondo sua presença nos organismos internacionais e elaborando sua própria visão do mundo e de uma civilização planetária.

Os fracassos das guerras colonialistas mostrou à Europa e ao orgulhoso Estados Unidos que estava passada a fase do domínio de uns povos sobre outros. A humanidade busca um novo estatuto na relação entre os povos baseado na auto-determinação. E somente a partir de tal princípio haverá realmente uma sociedade planetária.

No plano econômico, cresce a consciência da necessidade de uma **revisão profunda das relações internacionais**. É cada vez mais evidente que caminhamos para uma economia mundial, que arranca com a descoberta das Américas e do caminho marítimo para as Índias.

Esta economia mundial se estabeleceu originalmente através da conquista pura e simples, que gerou o comércio colonial baseado no tributo, no tráfico de escravos e no intercâmbio comercial desigual e monopólio. A imposição progressiva do liberalismo econômico, que assegurava a hegemonia dos produtos industriais ingleses, não resultou na igualdade comercial tal como teorizava a economia política? Segundo Ricardo, o intercâmbio de valores entre produtos baseado nos custos comparativos levaria ao aproveitamento máximo dos recursos econômicos de cada nação. Contudo, para que outras nações pudessem industrializar-se tiveram que recorrer ao protec-



nismo e lutar para assegurar seus domínios coloniais, para onde dirigiam seus produtos capitais em relações econômicas mais favoráveis.

A concentração econômica e o monopólio substituíram o liberalismo antes mesmo dele converter-se num princípio universal da vida econômica. Estava inaugurada a época do imperialismo, decretado o ocaso do império inglês, estabelecida a guerra mundial como princípio de resolução da luta pela hegemonia do sistema econômico. Neste momento histórico, a guerra mundial passou a ser a forma inevitável e necessária da resolução dos conflitos interimperialistas.

Das duas guerras mundiais emergem três fenômenos interdependentes: o capitalismo monopolista de Estado, como única resposta do capital à crise do liberalismo econômico; o socialismo, como a solução revolucionária da crise geral do capital, que ocorria nos pontos mais débeis da cadeia da dominação mundial; e o movimento anticolonial e de afirmação do Terceiro Mundo e do não-alinhamento às forças básicas em choque.

REVOLUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A estas três forças modernizadoras e formadoras do mundo contemporâneo veio agregar-se, depois da Segunda Guerra Mundial, o novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas da humanidade que se define através da Revolução Científico-Técnica (RCT).

A RCT mudou substancialmente a relação dos homens com a natureza, com o trabalho e sobretudo entre si. Ela criou a possibilidade histórica da automação quase completa da produção, transformando em obsoletas as formas de trabalho diretamente produtivas e o uso dos músculos e braços humanos para a transformação da natureza.

Ao mesmo tempo, ao subjugar definitivamente a produção à tecnologia e esta à ciência, a RCT criou uma legião de atividades de pesquisa e desenvolvimento, formação, planejamento, desenho. A produção de massas, que caracterizou o desenvolvimento da humanidade até o último Pós-Guerra, cede progressivamente seu lugar à atividade consciente do homem para conhecer e planejar sua base material e suas formas de convivência. Do desenvolvimento baseado nos fatores **extensivos** da produção entramos no limiar do desenvolvimento **intensivo** baseado no avanço científico e tecnológico.

Foi a Revolução Científico-Técnica que produziu também a possibilidade de aniquilação da vida no planeta ao liberar a força destrutiva do átomo. A explosão nuclear era desconhecida no universo. Hoje, pretendemos identificá-la nos processos formadores do universo e de novas galáxias. Mas até 1945 não a conhecíamos. Ela foi um produto "diabólico" da mente humana e de sua organização social.

Desde 1945, a matéria já não é mais um dado sobre o qual opera o homem. Ao penetrar na estrutura celular do universo a

humanidade começou a criar novos materiais. Ao descobrir o DNA, o homem encontrou a origem da vida e começa hoje, através da engenharia genética, a programar os próprios seres vivos.

Adão e Eva romperam o mundo da inocência e/ou da inconsciência ao descobrirem sua complementariedade sexual e assim iniciaram a história humana. Ao romper a estrutura da matéria, a humanidade assumiu uma **responsabilidade** ainda mais radical e definitiva: não há mais lugar para nenhum determinismo absoluto, a matéria é agora um resultado da ação humana e não somente um dado externo à nossa consciência. O materialismo fez-se radicalmente dialético. O idealismo fundiu-se com o materialismo. A humanidade deu um salto dialético do qual estamos apenas acordando.

A inocência acabou-se definitivamente: somos todos livres, quer dizer, responsáveis. Agora podemos compreender porque a liberdade é a consciência da necessidade. De alguma forma, o existencialismo filosófico do pós-guerra era um reflexo, ainda ingênuo e intuitivo, dessa nova realidade ao assumir tão radicalmente o princípio da liberdade como fundamento do pensar filosófico.

É bastante claro também que o reino da liberdade é o fim do liberalismo, concepção filosófica baseada no mais estreito determinismo do século XVIII. O renascimento do liberalismo, a que assistimos no início dos anos 80, não passa pois de um movimento reacionário, uma tentativa de **restauração** do mecanismo antidialético para tentar deter a marcha das transformações revolucionárias em que o mundo se encontra.

A verdadeira modernização ora em curso rompe pois com o mecanismo filosófico e científico que caracterizou a hegemonia da indústria nas forças produtivas. Hoje vigora o campo da informática, a hegemonia dos sistemas complexos de decisão, impõe-se a visão estrutural da matéria como sistema complexo em vários níveis de determinação que inclui a ação do homem no seu funcionamento. E, ao mesmo tempo, a humanidade assume a responsabilidade de sua liberdade e se vê compelida a desenvolver-se como um sistema mundial único, integrado de subsistemas relativamente autônomos que deverão co-existir segundo princípios explícitos estabelecidos pela própria humanidade. O reino da subjetividade objetiva supera as falsas dicotomias epistemológicas pré-dialéticas.

A CONTRADIÇÃO DO NOSSO TEMPO

Neste novo mundo da RCT, nasce uma nova ordem de problemas que tende a anular as realidades da etapa anterior. Contudo, a **conservação de relações sociais atrasadas**, o desenvolvimento insuficiente da consciência humana adequada às suas novas bases materiais bloqueiam drasticamente o despertar dessa nova era. E ameaçam mesmo seu nascimento. É evidente que um indivíduo educado no mundo das necessidades, carente dos elementos essenciais de sua própria reprodução material, psíquica e moral é uma ameaça ao desabrochar da nova humanidade.

E, de fato, a maioria da humanidade vive ainda no mundo da carência: da fome, do desabrigo, do analfabetismo, da insanidade física e psíquica.

Esta é pois a grande contradição de nosso tempo. A humanidade já desenvolveu os meios materiais de solução das suas necessidades básicas e precisa passar para estágios

superiores do seu desenvolvimento. Contudo, a subsistência de relações sociais e de produção atrasadas, sustentadas por consciências atávicas prisioneiras do passado, impede perigosamente a solução dessas necessidades básicas. A RCT colocou na ordem-do-dia a temática da abundância, a redução da jornada de trabalho, a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente, o papel do lazer, a educação como sistema universal e de criatividade permanente, o crescimento das atividades quaternárias, dos serviços ligados à informação. Ela deu mesmo origem a movimentos sociais novos articulados por essa nova ordem de problemas. A luta pela paz parte deste novo mundo da abundância, criado pela RCT. No entanto, tais lutas e propostas terminam esmagadas pela conservação das grandes questões ligadas ao mundo industrial, anterior à RCT.

Tecnicamente podemos hoje alimentar toda a população da Terra em níveis satisfatórios; desenvolver sistemas de assentamentos urbanos capazes de abrigar de maneira aprazível toda a população terrestre; educar e formar até os níveis superiores toda esta população; eliminar ou controlar as epidemias mais perigosas; garantir o ambiente natural e a qualidade de vida da Terra em seu conjunto; assegurar uma vida sã para toda a humanidade, com uma jornada de trabalho reduzida e o tempo necessário para o lazer e o auto-aperfeiçoamento dos indivíduos. Ao mesmo tempo, a humanidade enfrenta como desafio a conquista do Cosmos e o conhecimento científico micro e macroeconômico no qual se inclui o conhecimento de si mesma, como civilização planetária.

No entanto, não dispomos dos meios sociais para pôr em prática estas possibilidades materiais criadas pelo conhecimento humano. Desta forma, os imensos meios materiais e culturais que criamos terminam servindo ao gozo insano e embrutecedor de minorias privilegiadas e à manipulação dos instintos mais brutais e agressivos das grandes massas. E ainda pior: estas formas de manipulação de instintos brutais e de representação das contradições derivadas do atraso das relações sociais são apresentadas pela consciência restauradora como expressões de "modernidade".

É esta brutal contradição que mantém acesa a chama da guerra e a ameaça do holocausto nuclear. São os interesses de formas econômicas privadas, ultrapassadas pela vasta coletivização da produção contemporânea, que se opõem drasticamente à criação de uma nova economia e sociedade mundial. São eles que cultivam o militarismo e os gastos com o armamentismo e pretendem manter a humanidade prisioneira da violência, do medo e do pavor irracional pelos inimigos sempre reinventados.

OS OBSTÁCULOS À CIVILIZAÇÃO PLANETÁRIA

É sobretudo no plano estético e cultural que se trava uma ingente batalha entre o velho e o novo. O velho é a **entropia**, a perda de controle da razão humana sobre os acontecimentos, a anarquia da produção, as falsas soluções de controle como o monopólio, a especulação desenfreada, o desemprego, a criminalidade, a violência e seu culto e por fim: a **guerra** como última instância para a solução dos conflitos que se tornam insolúveis pelas vias do consenso e da racionalidade. A **restauração**, ou até mesmo a **reação** pura e simples, para manter os

privilégios das relações sociais superadas historicamente tem no irracionalismo seu instrumento básico. O ataque à razão em todas as suas formas é a defesa do *status quo*, da manutenção dos desequilíbrios e das fontes do conflito e da violência.

Não se pode esperar, portanto, uma solução fácil das contradições geradas pelo avanço da capacidade humana de dominar a natureza. Todo poder de criação é, ao mesmo tempo, poder de destruição. Vimos inclusive a relação dialética entre ambos no começo deste artigo. É a ameaça da destruição mútua que exige uma saída para resolver a questão da paz.

A manutenção de uma estratégia militar nuclear nas condições da inevitável destruição mútua das partes é a expressão máxima do irracionalismo intrínseco a esta situação limite que enfrenta a humanidade nos nossos dias. Dado o fato inevitável da mútua destruição das partes, só é possível falar sobre a guerra através de conceitos obscuros e irracionais. Talvez o mais ilustrativo deles seja o conceito de *sobremorte*. Quer dizer: a força dos adversários se mede por sua capacidade de destruir mais de uma vez o mundo. Como o poder nuclear existente permitiria destruí-lo várias vezes, o maior poder militar se define pela maior capacidade de destruir a Terra ou de *sobrematar* a humanidade.

Não resta dúvida que grande parte da questão se coloca no plano cultural. Há hoje uma cultura da violência que exacerba nas massas o culto de seus instintos mais primitivos para justificar uma política armamentista arcaica e antivilizatória. É, pois, necessário preservar o atraso para garantir a falsa modernidade da pesquisa militar e da eficácia mortífera dos seus aparatos.

Mas é também óbvio que não pode haver uma vitória sobre estas tendências no plano exclusivamente cultural e ideológico. Elas se baseiam em interesses econômicos concretos e suficientemente poderosos para determinar a política de vários governos apesar de seu irracionalismo.

É, contudo, evidente que o irracionalismo crescente que preside estas políticas termina por entrar em contradição com interesses sociais mais amplos de classes, grupos sociais, instituições, Estados nacionais que tendem a atuar cada vez mais sistematicamente num grande movimento mundial pela paz, que tende a enraizar-se na vida social de nossos dias.

Como vemos, a humanidade criou um novo nível do desenvolvimento de suas forças produtivas, no qual a questão da destruição mútua ou da colaboração pacífica chegou próxima de seus limites.

Até que surgissem as condições materiais que permitem alimentar toda a humanidade, a questão da fome não existia senão como uma desgraça da natureza. Hoje, a existência da fome é um crime com responsáveis concretos, é um produto da ação humana organizada, é o subproduto de interesses sociais bem definidos. Assim ocorre com as demais expressões de miséria, atraso e ignorância no mundo. A consciência do subdesenvolvimento e da dependência é produto do surgimento das condições materiais para superá-los.

Assim também a consciência da necessidade da paz mundial é uma consequência do surgimento das condições materiais para o entendimento universal. E mais ainda: é a consciência da inevitabilidade desta concertação para impedir a destruição mútua da humanidade. A partir de então, os obstáculos ao surgimento de uma civilização planetária passam a ser os inimigos principais da espécie humana.



A "NECESSIDADE" DA PAZ CRIA UM MOVIMENTO E UMA CULTURA DA PAZ

Segundo Marx, a humanidade não se coloca senão os problemas que pode resolver. O fato de que parcelas crescentes da humanidade, expressas em movimentos não-governamentais, instituições várias e ações estatais, passem a colocar sistematicamente a questão da paz mundial é porque ela representa um problema real que necessita ser solucionado.

A questão da paz mundial foi levantada pela Primeira Internacional Operária, que tentou impedir o mútuo massacre dos operários alemães e franceses durante a guerra de 1871. Posteriormente, a Segunda Internacional Socialista, sob a inspiração novamente de Marx e Engels, tentou opor o internacionalismo operário à tendência inevitável para a guerra mundial capitalista.

O abandono pelos partidos socialistas e social-democratas da Segunda Internacional, das suas resoluções pela paz redigidas por Lenine e Rosa Luxemburgo, levou-os, junto a outros revolucionários, a romper com estes partidos na conferência de Zimmerwald e a formarem a Terceira Internacional, em 1919, ao calor da Revolução Russa.

A luta da Terceira Internacional pela paz mundial, a tese leninista da coexistência pacífica, as frentes antifascistas dos anos 30 não conseguiram, contudo, deter a Segunda Guerra Mundial e seus milhões de mortos.

Contudo, depois da Guerra Mundial, a vasta luta pela paz desencadeada pelos movimentos progressistas mundiais conseguiu deter em parte a ofensiva das potências capitalistas que hegemonizavam a bomba atômica, até que a URSS conseguiu alcançar a condição de poder atômico em 1950 e iniciou-se um novo equilíbrio do poder nuclear no mundo. Somente na década de 60, depois que a URSS iniciou a corrida espacial, a estratégia militar ocidental aceitou o princípio da "destruição mútua" como único resultado possível de uma guerra nuclear.

A partir deste momento toda estratégia militar passou a ser irracional. A estratégia é a arte de vencer a guerra. Se a guerra não pode ser vencida e leva à destruição das partes, a estratégia e o dispendioso arsenal militar só têm sentido com o objetivo da "dissuasão" do adversário. Confessa-se antecipadamente que tais gastos existem para não usar seus resultados.

Foi neste momento que Ernest Khan desenvolveu sua estratégia da "escalada" para regular a guerra até o passo final da destruição mútua. A "guerra limitada" tornava-se possível ao impor-se ao adversário as suas respostas em passos sucessivos de um conflito crescente. Esta estratégia sofreu sua derrota definitiva na Guerra do Vietnã.

Assim foram-se sucedendo as tentativas irracionais de justificar o gasto nos artefatos inúteis que conduziam à mútua destruição, até chegarmos à "Guerra nas Estrelas", possivelmente a derradeira tentativa de justificar "racionalmente" os gastos militares, desta vez para produzir a defesa última, a proteção total diante do ataque inimigo. A desmoralização da "Guerra nas Estrelas" pela comunidade científica, o parlamento e a opinião pública norte-americanos parecem anunciar o fim desta última

loucura estratégica. Que poderá substituí-la?

Estamos pois a poucos passos de um vazio estratégico que só poderá ser preenchido por uma ofensiva conseqüente pela paz. As iniciativas do governo Gorbachev neste sentido são decisivas. Trata-se de uma vontade estatal que traz consigo o apoio do povo que mais sofreu com as guerras modernas (3 vezes invadido) e de uma formação social nova, que busca avidamente livrar-se dos gastos militares que se chocam com toda sua tradição ideológica internacionalista e pacifista e com os interesses de seu desenvolvimento.

Foram os movimentos socialistas que inauguraram a luta pela paz mundial como objetivo histórico. Será também um Estado socialista que sustentará esta bandeira e converterá em realidade o desarmamento e a criação de um mundo de paz?

Apesar de este apoio estatal ser importante, não se deve olvidar que a cultura que criará a paz planetária deverá ser maior que a ação de um ou mais Estados, e será seguramente um resultado e um fator do avanço da humanidade no seu conjunto. Esta cultura se desenvolve hoje na ação das Nações Unidas e seus organismos, da Universidade para a Paz, da Unesco em particular, do Movimento dos Não-Alinhados e sobretudo dos movimentos não-governamentais pela paz. Ela se apóia também no grande desenvolvimento das pesquisas para a paz e da educação para a paz e para o entendimento universal.

A humanidade só se coloca os problemas que ela pode resolver. Desde o século XIX um novo internacionalismo mais humano pretende substituir a organização social baseada na competição, no lucro e na violência. Seus princípios parecem converter-se, neste momento, nos únicos capazes de garantir a sobrevivência da humanidade e elevá-la a um novo nível civilizatório. □

Theotônio dos Santos é professor titular do departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB, além de consultor da Unesco, da Universidade das Nações Unidas e da Universidade para a Paz.

Resumen

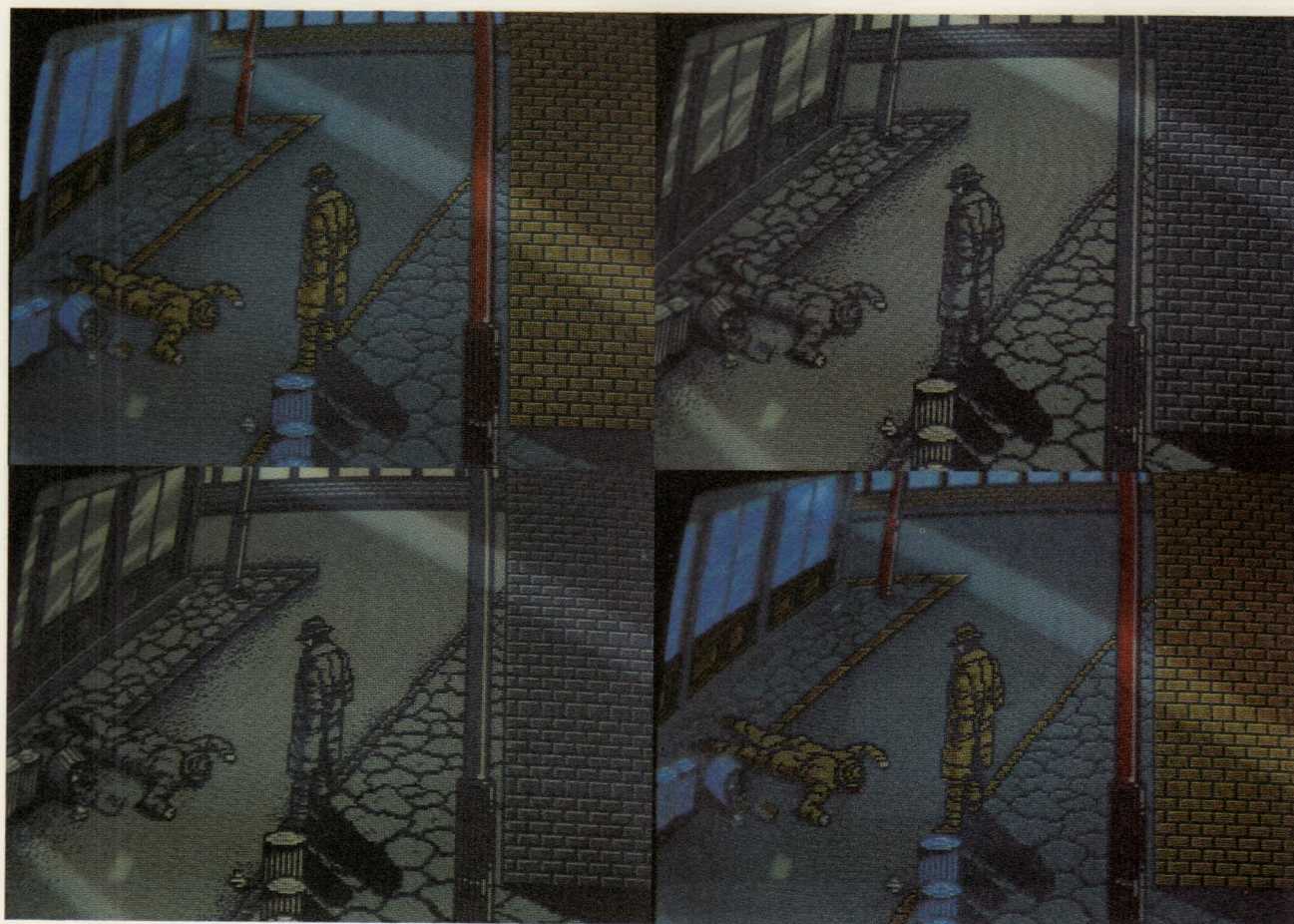
EL COMBATE PACÍFICO POR LA SOBREVIVENCIA

Albert Camus afirmó que el primer acto filosófico era la decisión humana de vivir, pues el hombre es un animal que puede terminar con su propia vida. Esta decisión metafísica, que fundamenta el propio filosofar del individuo, se transfirió a toda la humanidad. O somos capaces de organizar y dirigir una sociedad planetaria o decidimos por nuestra extinción como especie humana.

Abstract

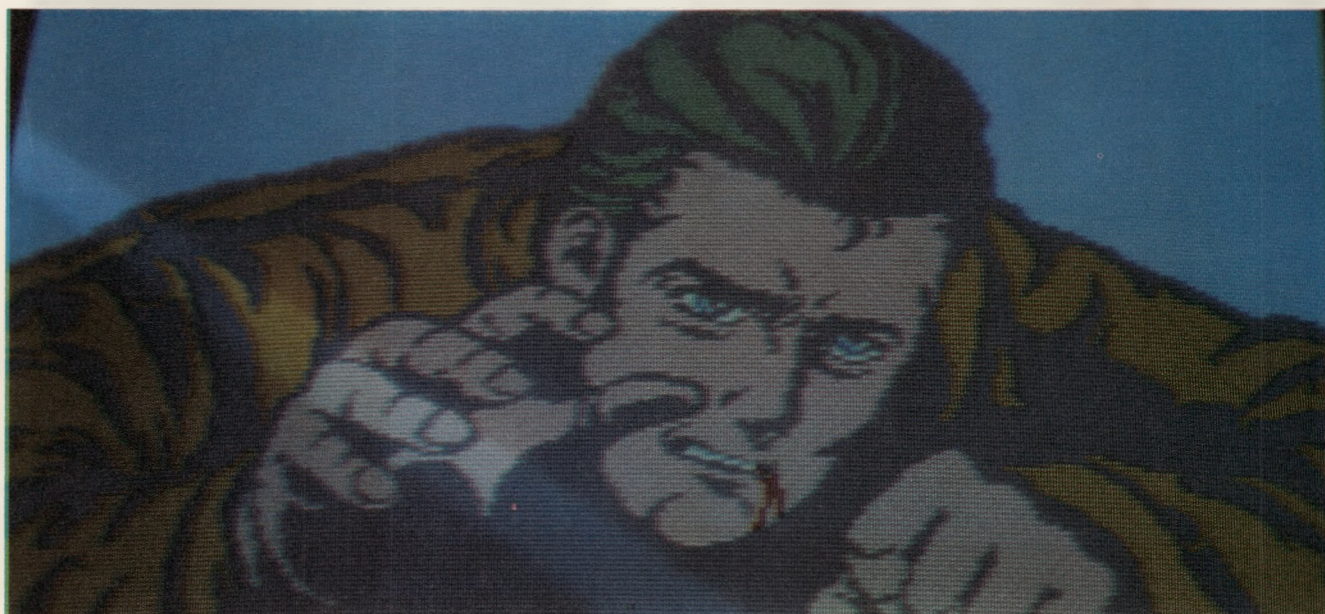
THE PEACEFUL BATTLE FOR SURVIVAL

Albert Camus once said that the first philosophical act was the human decision to live, for man is an animal capable of taking his own life. This metaphysical decision, on which the individual's philosophizing is grounded, has nowadays been transferred to the whole of mankind. Either we prove ourselves capable of organizing and generating a planetary society or else we shall be opting for our own demise as humankind.



A TORTURA RESISTE

Sérgio Adorno e Paulo Sérgio Pinheiro



A tortura de suspeitos, não somente através de espancamentos, mas por métodos relativamente sofisticados, é endêmica nas delegacias de São Paulo e Rio de Janeiro. Pode parecer uma denúncia dos tempos da ditadura pós-1964: na verdade é uma das conclusões do relatório **Violência Policial no Brasil** (71 p.), que acaba de ser publicado em São Paulo, pela Ordem dos Advogados do Brasil, SP, Comissão de Direitos Humanos, Comissão Teotônio Vilela, Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, Centro Santo Dias e o Núcleo de Estudos da Violência da USP.

Este relatório, originalmente publicado em inglês, foi elaborado por uma missão da Americas Watch composta pelos juristas Paul G. Chevigny e Russel Karp, e pela professora de literatura Bell Gale Chevigny, que visitaram São Paulo e Rio de Janeiro entre 19 de julho e 6 de agosto de 1987. A Americas Watch faz parte dos comitês **Watch** de Direitos Humanos, com sede em New York, e foi criada em 1981 para monitorar e promover o respeito aos direitos humanos em todo o continente (inclusive nos EUA).

Violência Policial no Brasil é o retrato verdadeiro dos direitos humanos depois de 1985, uma revelação do autoritarismo que prevalece para a maioria dos brasileiros depois do final da ditadura. A missão percorreu distritos policiais, presídios, entrevistou-se com autoridades públicas, com policiais militares, juizes, críticos e partidários dos direitos humanos, parlamentares e militantes de direitos civis. Publicamos a seguir algumas das conclusões desse relatório que pode ser obtido por carta ao Núcleo de Estudos da Violência (Departamento de Ciência Política / Departamento de Sociologia, FFLCH, USP, Cidade Universitária, CP 8105, São Paulo, SP).

"Nossas conclusões a respeito da investigação e da força para matar podem ser resumidas numa breve declaração. A

tortura está muito difundida, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, e provavelmente em outros lugares no Brasil. É empregada desde o mais alto escalão da organização policial até ao nível mais baixo, mesmo quando se trata de crimes de menor importância, quando, por alguma razão, há interesse da polícia em resolvê-los.

Emprega-se o atirar para matar, de forma indiscriminada e sem maiores preocupações. Os abusos de morte no cumprimento do dever parecem ter diminuído, mas o atirar para matar por parte dos policiais em horas de folga, nos "esquadrões da morte", continua acontecendo, especialmente no Rio de Janeiro, apesar dos esforços sistemáticos no sentido de acabar com os mesmos.

As dificuldades institucionais e da sociedade, que interferem no caminho para a mudança, tendem a ser semelhantes no que se refere à tortura como no atirar para matar, a despeito da existência de duas forças policiais. Ainda que os problemas estejam inter-relacionados, podemos resumir-los em separado.

■ INTIMIDAÇÃO DE TESTEMUNHAS

Soubemos por funcionários, em São Paulo, que as testemunhas relutam em prestar depoimento nos incidentes de tortura, por medo de represália. Quando nos avistamos com juizes, em São Paulo, aposentados ou em exercício, também eles deram ênfase ao fato de que ameaças muito sérias levam as testemunhas a não depor. Observamos isto no Rio de Janeiro, tanto no caso Gordilho, como nas experiências da Comissão de Investigação para os Crimes da Baixada.

Todavia, o problema não é peculiar somente quando se trata de São Paulo ou Rio. Fora o espetacular caso "Doge", discutido no texto, há um outro no Estado do Rio Grande do Sul. Quando estávamos no Rio de Janeiro, durante a nossa entrevista com a Comissão de Crimes na Baixada, conhecemos uma jovem



senhora, que havia sido presa no Rio Grande do Sul, em 1980. Após ser posta em liberdade, os policiais a usaram como cúmplice em crimes. Ao tentar denunciá-los, contando a localização de um cemitério clandestino, para vítimas de assassinato por policiais, ela foi presa, torturada, estuprada e escondida na Baixada. Depois de catorze dias, ela conseguiu escapar e foi procurar a Comissão para Investigar os Crimes na Baixada. Passou a morar numa série de casas de refúgio, providenciadas pelo Estado e pela Igreja, enquanto tentava auxiliar a polícia a identificar os criminosos.

■ DEMORA PROCESSUAL

O processo legal no Brasil, no dizer dos servidores da Justiça, é extremamente técnico, e como que destinado à demora. Funcionários do governo, conhecedores dos abusos de policiais, em São Paulo, disseram-nos que aqueles que trabalham no crime contam com a demora e as complicações do processo. O problema é o mesmo na Justiça Civil e na Militar, como bem demonstram os casos por nós apresentados (Apêndice 2, 15).

■ PRECONCEITOS DOS JUÍZES

Juízes em atividades e outros, já aposentados, disseram-nos que os acusados defrontam-se com vários preconceitos por parte de alguns contra as classes pobres; a intimidação implícita contra juízes liberais, que são acusados de "comunistas". O efeito disso bem pode ser visto à luz das sentenças proferidas, quando se trata de funcionários processados e culpados de crimes de conexão com abusos.

O problema se complica nos casos em que os acusados alegam ter confessado, sob coerção, como consequência das dificuldades processuais.

■ ÔNUS DA PROVA

No processo brasileiro, o acusado que alega ter sido a sua confissão feita sob coerção, tem que apresentar prova daquela afirmação. Em consequência, juízes tímidos, mesmo com suspeitas de que o acusado foi submetido à tortura, mas não estando muito persuadidos, sempre contam com um recurso conveniente para poderem passar ao largo do problema.

■ A ANISTIA, APÓS A DITADURA

Todos os torturadores notórios ao tempo da repressão reassumiram seus cargos na função pública. Não podem ser demitidos ou sofrer penas disciplinares e, muito menos, ser processados pelos excessos, exceto pelos atos cometidos depois do período da ditadura. Portanto, continuam a ser uma influência ameaçadora nas repartições policiais.

■ A TOLERÂNCIA PÚBLICA PARA OS ABUSOS

Afanásio Jazadji, um famoso radialista, muito popular, eleito deputado estadual em São Paulo, disse-nos numa entrevista: "A tortura existe porque não há meios mágicos de se descobrir a verdade. Não há detector de mentira. Às vezes, o crime deve ser usado para se identificar o criminoso. É só espancar um pouco um homem para se descobrir o que ele fez. Às vezes, o policial que espanca não sabe o que o homem fez, mas este, ao ser espancado, sabe". Devido ao fato de que a pena por tortura a um inocente é muito severa, argumenta Afanásio, os policiais só irão torturar alguém que ele já reconhecem como culpado. Um bom policial, afirma ele, é capaz de reconhecer uma confissão falsa. E alega que os juízes não estão preocupados com a maneira pela qual a confissão foi obtida, só querem ter, diante deles, o homem certo. Não há dúvida de que

o relatório de Afanásio é coerente em relação a sentimentos muito disseminados.

A maioria do público demonstra uma visão semelhante dos excessos no uso do direito de matar. Sempre ocorrem manifestações de protesto, onde quer que se faça uma tentativa de reformar a ROTA ou, então, em frear-se a PM, como nos declarou Afanásio. No caso Pixote, já descrito, os manifestantes carregavam cartazes, dizendo: "É preciso dar à polícia o poder de agir com o maior rigor".

COMPLACÊNCIA GOVERNAMENTAL

Funcionários acusados ou mesmo culpados de abusos na administração muitas vezes são tratados com leniência. Disse-nos a Dr^a Vanda Menezes Rocha que, contra policiais acusados de tortura, no Rio de Janeiro são aplicadas penalidades administrativas severas, o que descobrimos ser verdade também em São Paulo. A tolerância oficial para com a tortura reflete-se no fato de que a tortura ocorre justamente no mais importante departamento central de investigação da polícia civil em São Paulo, o DEIC. No Rio de Janeiro, não faz muito tempo, um famoso delegado de polícia foi demitido por acusações de tortura.

A disciplina na polícia militar de São Paulo é rápida quando os chefes querem, mas na maioria das vezes não o é. PMs, culpados de homicídio não são necessariamente suspensos ou privados do uso de suas armas e, dessa forma, acumulam-se os abusos.

As administrações dos governos eleitos em São Paulo e no Rio, as que assumiram o governo no início de 1987, mostraram-se menos comprometidas com os direitos humanos do que as do governo anterior. Muitos de nossos informantes declararam que a violência tem estado em alta.

RECUSA OFICIAL EM ENFRENTAR OS PROBLEMAS

Luiz Antonio Fleury Filho, Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, disse-nos não acreditar que tenha havido tortura, desde que ele assumiu, em março de 1987. Alguns outros funcionários mostraram-se céticos diante dessa afirmação de Fleury, e a missão descobriu muitas evidências de tortura, a partir daquela data. Na mesma linha, Flávio Salles, do Ministério da Justiça, declarou ao *Washington Post*, em 1986, que "a comissão de direitos humanos do Governo não tem recebido queixas de tortura, o que indica não haver mais prática de tortura no Brasil"¹. A nosso ver, essa atitude apenas força a violência oficial.

Apesar de toda a força da lei, do governo ou da sociedade, contribuindo para encorajar os abusos policiais, há um forte apoio institucional aos direitos humanos. Defensores dos direitos humanos na Igreja e em outras organizações particulares, bem como dentro dos governos estaduais, demonstram coragem e persistência no protesto contra os excessos da polícia. A imprensa, freqüentemente, publica reportagens sobre a ação da

polícia, e apesar do que nos disseram, às vezes a mesma se deixa levar pela autocensura. De um modo geral, a imprensa escrita não tem encorajado a tortura ou o abuso da força para matar. Enquanto pelo rádio, Afanásio Jazadji em São Paulo e outras figuras como ele, no Rio de Janeiro, fazem oposição aos direitos humanos, o noticiário da televisão, vez por outra, tem mostrado alguns abusos.

Pode-se fazer recomendações no sentido de minorar os problemas, em determinados casos. É preciso que se exija uma investigação científica e sistemática em cada caso de homicídio ou denúncia de tortura, devendo-se alocar recursos para apressar o processo. Os policiais acusados de homicídio não deveriam continuar usando armas, quando em atividade. Os acusados de torturar não deveriam conduzir interrogatórios enquanto estiverem sob investigação. Os chefes encarregados de aplicar penalidade, especialmente na polícia civil, deveriam tratar os casos de tortura como abusos muito graves, implicando demissões ao invés de punições menores. O ônus da prova, com respeito a confissões voluntárias, deveria ser deslocado exigindo-se ao Ministério Público provar que a confissão é voluntária através de provas substanciais, ao invés de exigir-se do acusado comprovar que sua confissão foi feita sob coerção.

Estas mudanças não podem ser efetuadas, nem provocar muitas alterações em seu percurso, sem um apoio político aos direitos humanos. Aos políticos caberia reconhecer, como parece ter feito recentemente o Governador Moreira Franco, ser válido o ponto de vista de que o incremento da violência policial não arrefece, antes acrescenta mais combustível à violência entre os cidadãos. Os esforços dos reformadores nos estados em que há governantes contra a violência da polícia devem ser encorajados e consolidados.

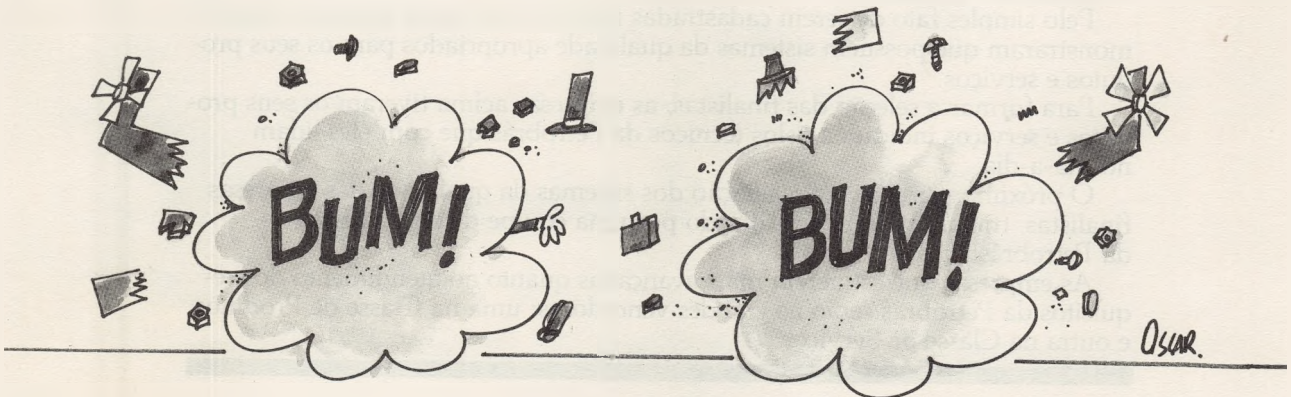
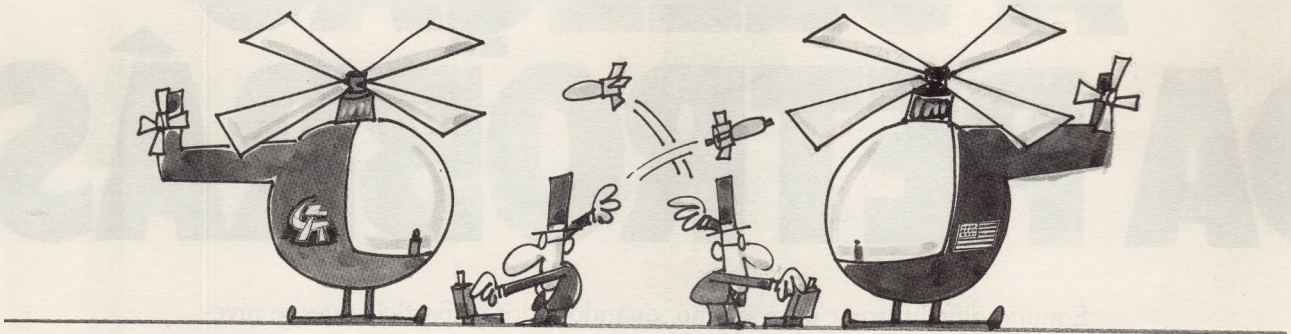
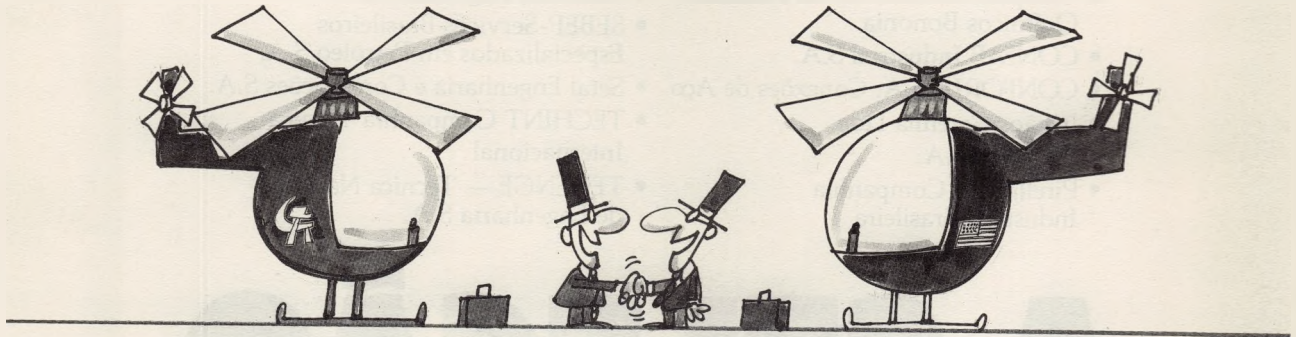
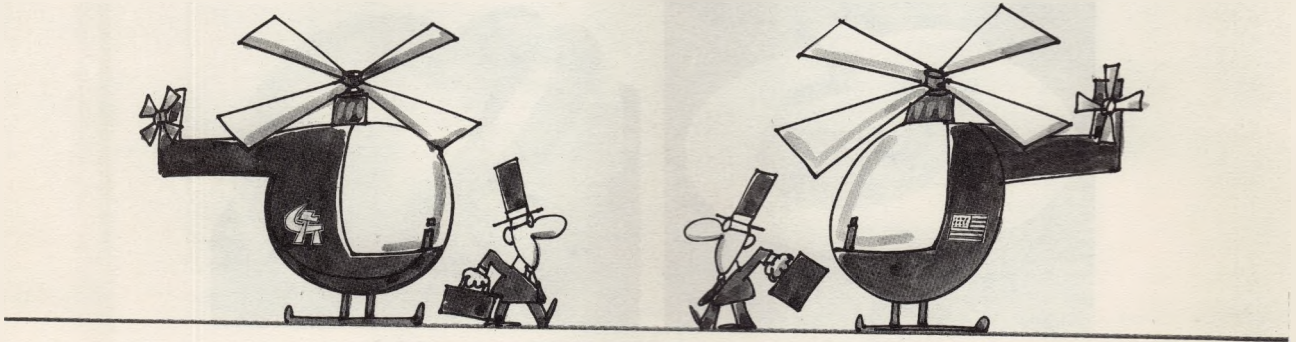
Finalmente, devem ser tomadas medidas específicas no país como um todo, a fim de garantir a oposição do Brasil à tortura. Uma emenda a ser incluída na Constituição, que está sendo elaborada, propõe que a tortura seja considerada como crime. Uma Convenção das Nações Unidas contra a tortura foi apresentada ao Presidente Sarney e por ele subscrita, embora a presente legislatura ainda não a tenha sancionado. Todos que lutam contra a tortura, incluindo-se personalidades da Igreja e do Ministério Público, têm recomendado essas medidas. Se a legislação, propriamente dita, não mudar os costumes da polícia, teriam pelo menos influência na opinião pública contra a tortura e seriam uma evidência da boa-fé do governo em querer eliminar tais abusos. □

Paulo Sérgio Pinheiro é livre-docente de ciência política da Universidade de São Paulo e com Sérgio Adorno, professor do Departamento de Sociologia, coordena o Núcleo de Estudos da Violência, da USP.

Nota

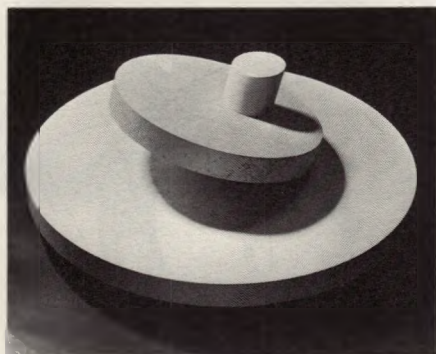
1. "Ex-torturadores, ainda em eminência no Brasil - Reflexões da Igreja sobre Acusações", *Washington Post*, 26 de Novembro, 1986.

HUMOR



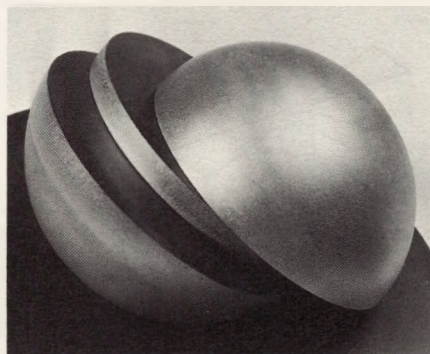
Oscar.

PRÊMIO PETROBRÁS DA QUALIDADE 1988



CLASSE PRODUTOS

- CBC Indústrias Pesadas S.A.
- Companhia Brasileira de Produtos Químicos Bononia
- CONFAB Industrial S.A.
- CONFORJA S.A. Conexões de Aço
- Irmãos Geremia Ltda.
- Microlab S.A.
- Pirelli S.A. Companhia Industrial Brasileira



CLASSE SERVIÇOS

- Comsip Engenharia S.A.
- Montreal Engenharia S.A.
- SEBEP-Serviços Brasileiros Especializados em Petróleo S.A.
- Setal Engenharia e Construções S.A.
- TECHINT Companhia Técnica Internacional
- TENENGE — Técnica Nacional de Engenharia S.A.

A SELEÇÃO DA PETROBRÁS.

É muito difícil formar uma seleção, quando todos os participantes se nivelam pelo alto nível de atuação.

Foi o caso da escolha das empresas credenciadas para disputar o Prêmio Petrobrás da Qualidade.

Pelo simples fato de serem cadastradas na Petrobrás, essas empresas já demonstraram que possuem sistemas da qualidade apropriados para os seus produtos e serviços.

Para formar a seleção das finalistas, as empresas acima tiveram os seus produtos e serviços indicados pelos técnicos da Petrobrás que com eles lidam no dia-a-dia.

O próximo passo será a avaliação dos sistemas da qualidade das empresas finalistas, trabalho que será realizado por uma equipe de especialistas da Petrobrás.

As empresas que estiverem mais avançadas quanto ao atendimento dos requisitos da Petrobrás serão as grandes vencedoras: uma na Classe de Produtos e outra na Classe de Serviços.



PETROBRÁS
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

BILHETE PARA O FUTURO

A viagem é longa, mas não custa mais do que uma carta selada. O destino: 15 de novembro do ano 2089. Nessa carta, você viaja o pensamento que quiser para o futuro: um artigo, um poema, qualquer mensagem escrita ou desenhada.

A Universidade de Brasília, até o dia 15 de novembro de 1989, estará recebendo o que você tem a dizer aos brasileiros do final do século 21. Neste dia as cartas serão guardadas em recinto inviolável. Para serem abertas com anos depois, às 11 da manhã, no Campus da UnB.

O projeto *Nave do Tempo* faz parte das comemorações dos primeiros cem anos da República. Entre outros eventos, *Humanidades* participa com uma edição especial, no ano que vem, com a visão de intelectuais, políticos, empresários, líderes sindicais e outros sobre os próximos 100 anos.

Para embarcar na Nave do Tempo basta escrever o seu recado e endereçar à Universidade de Brasília (projeto Nave do Tempo), endereço:

Revista *Humanidades*
Asa Norte - Bl. 2 Candangos
CEP 70910 - CXP 153001
Brasília - DF

Humanidades publicará uma seleção dos trabalhos em solidariedade ao brasileiro que ainda vai nascer.





Em nome do padre, da posse, do poder e do domínio santo...

Argemiro Procópio

UMA VERDADEIRA CRUZ DE DOIS GUMES SEDIMENTA A AÇÃO DA IGREJA E DO ESTADO NO ALTO-RIO NEGRO PELA SUBMISSÃO SISTEMÁTICA DE CULTURAS DA REGIÃO PARA QUE MAIS RÁPIDO E IRREVERSÍVEL SE DÊ O DOMÍNIO. O RELATO DE ARGEMIRO PROCÓPIO ALINHA DOCUMENTO E REFLEXÃO RESSALTANDO, DE FORMA ORIGINAL, OS VELHOS INGREDIENTES DO TEMA: TERRA, ÍNDIOS, AMBIÇÃO, FÉ, COMPLÔ, VIOLÊNCIA, MISSÕES; MULTINACIONAIS E GENOCÍDIO.

São Gabriel da Cachoeira existe desde 1761 e nasceu com a construção de um imponente Forte. Foi levantado pelo capitão alemão Filipe Strum, a mando dos portugueses.

Até 1988 ainda são bem visíveis as ruínas do Forte. O local onde foi erigido é de rara beleza; bem conservado, ele resistiu até as três primeiras décadas deste século, quando então foi desmanchado para que as pedras de suas muralhas servissem como base da catedral e do colégio agrícola-internato de índios – construídos pela missão salesiana em São Gabriel.

Situada à margem esquerda do Rio Negro em um dos seus trechos mais encachoeirados – tendo como pano de fundo altas serras que prenunciavam estar relativamente perto da região o Pico da Neblina, que é o mais alto do Brasil – São Gabriel foi a “Operação Calha Norte” dos portugueses no século XVIII.

O Forte, erguido num local de estratégica importância, por estar bem alto, punha qualquer embarcação que ali navegasse sob o alcance do fogo de seus canhões.

Sua finalidade era resguardar esta parte do domínio territorial português para colocá-lo a salvo da penetração espanhola. Isto porque a presença militar portu-

ga de então na Amazônia para estar efetivada tinha que ter base de sustentação, apoio para os navios que traziam os homens e suprimentos.

A área da Fortaleza foi demarcada ali muito provavelmente por ser o lugar do rio onde pedras e cachoeiras interrompem o fluxo de navegação, até mesmo para embarcações de pequeno calado.

Durante muitos meses do ano, o desnível das águas torna o lugar extremamente perigoso para os barcos. Daí a maior possibilidade de controle por parte dos militares de quem quer que, do Atlântico via Rio Amazonas/Rio Negro, quisesse alcançar o que é hoje território da Colômbia, Venezuela e vice-versa.

A situação política instável no século XVIII, motivada em parte pela disputa dos domínios coloniais por parte das casas reais européias, obrigava os portugueses a darem mostras de que ocupavam e defendiam a Amazônia.

Quando a França é levada por pressão inglesa a desistir das terras que dizia suas, muito beneficiado ficou Portugal, o submisso e tradicional aliado da Inglaterra.

O Tratado de Utrech celebrado em 1713 reflete esta situação, que se consolidou em 1750 com o Tratado de Madri atra-

vés do princípio jurídico *Uti Possidetis*. Acabou restando para a França o que ainda hoje é a chamada Guiana Francesa.¹ Aos portugueses e espanhóis coube o maior quinhão das terras amazônicas.

Praticamente junto com os militares no século XVIII vieram para a região os missionários. Membros de ordens religiosas, dentre as mais tradicionais e importantes da Igreja Católica, lá foram para catequizar índios, ensinar a língua portuguesa, enfim lançar as bases para a efetiva colonização amazônica.

Passaram por São Gabriel, do século XVIII ao século XX, os franciscanos, os jesuítas – estes especificamente dali expulsos por Pombal –, os mercedários, os carmelitas e os capuchinhos. A partir de 1915 aparecem os salesianos, até hoje os quase únicos responsáveis pela conversão dos índios e caboclos na Prelazia de Rio Negro. Agora chamada de Diocese do Rio Negro, esta jurisdição eclesiástica engloba uma superfície de 286.866 km.

Ao Norte e Oeste estão a Venezuela e a Colômbia. Ao Sul, seus limites são com as Prelazias de Tefé, Coari, mais a Arquidiocese de Manaus. Ao Leste estão as divisas com o Território de Roraima.

Atualmente, por causa do grande número de garimpeiros e de gente que se ocupa com a produção e o tráfico de cocaína, cresceu bastante o contingente populacional na região, apesar de ali não chegar a 50 mil o número de habitantes.

Na bacia do Rio Negro, os rios Uapés, Tiquié, Papuri, Içana, Aiari, Cauabóris e Marauíá todos servem a variadas tribos e comunidades que abrigam aproximadamente 20.000 índios.

Na área do Rio Uapés e afluentes ficam os Tucanos, Tarianos, Desanos, Wananos, Tuyucas, Kubeos, Piratapuias, Arapaços e Macus. São assistidos pelos centros missionários de Jauareté, Taracua e Pari-Cachoeira, que atendem a 172 aldeias. Perto do Içana e rios que neles deságuam ficam 122 aldeias habitadas pelos Baniwas, Kuripacos, Warekenas e Kubeos. São servidas por um único centro missionário. Ali falam a língua Baniwa e o Nheengatu.

Os Yanomami têm aldeias perto de cabeceiras de muitos rios; no Cauaboris, Maruiá, na bacia do Orenoco na Venezuela e em Roraima. São mais de 8.000 pessoas cuidadas pela Missão de Maturacá e da Sagrada Família do Maruiá.² Deve ser lembrado que a dita força e o enorme poder atribuídos à Igreja Católica nesta citada região repousam no trabalho de apenas

duas dezenas de padres, alguns dos quais beirando os 80 anos. De fato não é fácil explicar a ação destes religiosos que têm como tarefas o atendimento em escolas, hospitais, igreja paroquial, capelas, etc. As distâncias entre as aldeias e povoados servidos pela paróquia são enormes, demandando muito tempo para serem alcançados. O meio de transporte é sempre fluvial.

A pesar de apoiados pelas freiras e catequistas, que também não são muitos, a ressonância do trabalho missionário é indubitavelmente maior que o número dos seus agentes pastorais. Distância, falta de meios de comunicação, recursos limitados, pouca comida e adversidade da natureza, tudo parece pouco, diante do objetivo maior deles que é a propagação da fé.

Sem dúvida, são muito dinâmicos os padres, freiras e catequistas que nas missões trabalham de forma orgânica e disciplinada.

Ensinam os índios a rezar, a escrever, a saber o que é Brasil, a vestir como branco, ter pudor e vergonha de andarem nus como nasceram, etc.

A invasão cultural, com a penetração de uma religião estranha, a destruição dos valores indígenas e a própria mistura racial, fruto do contato dos soldados portugueses com índias, se processam em São Gabriel há mais de 200 anos, tanto sob o signo da cruz quanto sob o da espada. Ainda que segmentos progressistas da Igreja Católica sejam hoje grandes críticos do processo de destruição da cultura indígena, a penetração do missionário com sua mensagem cristã foi e continua sendo, senão o pior dos golpes, o começo de um processo de extermínio cultural.

Quando passa a acreditar em Cristo e no Evangelho o índio vira outro. Pode parecer absurdo o parâmetro, mas é como se os brancos civilizados tivessem contatos com extraterrenos e de repente descobrissem que seus valores religiosos e toda sua visão de mundo estivessem equivocados.

A mentalidade colonizadora das igrejas cristãs parece sempre ter tido sua inspiração na ação dita evangelizadora via a domesticação do índio. Primeiro a domesticação da natureza e da cultura. A partir desta via é que se transforma o índio em vendedor de sua força de trabalho.

Nas palavras de Pedro Calmon, isto significa “juntar o duro esforço colonizador que começou a domesticar a região

estupenda: mais do que o tapuia de beirário, do que o caboclo ‘canchero’, do que as sedentárias e ralas populações instaladas nas cidades amazônicas. Tínhamos de es-tudar a invasão da cultura pelo vale-sem-fim; o desdobramento paciente da civilização irradiando os núcleos primários; a substituição gradual dos índios ribeir-nhos por uma sub-raça que os desalojou, assimilou ou destruiu; o abasileiramento perseverante da planície imensa, graças à inteligência e à tenacidade do missioná-rio; a discreta Cruzada que integrou tudo aquilo no patrimônio da língua, do povo, da soberania e da fé”.³

Na área de extensão que corre o Ama-zonas em território brasileiro, mais de 150 línguas indígenas diferentes são faladas. Com frequência uma é tão afastada da outra como o chinês do português.

A sede da Igreja pela dita conversão e salvação das almas é muito antiga na Amazônia. Tão antiga quanto a sede portuguesa de expansão e consolidação dos seus domínios coloniais. Por isso, não obstante velhas intrigas e brigas domésticas, padres e militares lá estão como que em família há mais de dois séculos. Em certas épocas lutam entre si e noutras se ajudam e colaboram mutuamente, tendo o bom senso de recordarem que em 99% dos casos seu Deus e sua Pátria são os mesmos.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Não há de fato como negar a importân-cia da unidade lingüística semeada de for-ma gradativa e paciente pelos religiosos na Amazônia. Do latim ao português de suas missas, rezas e lições de catecismo, espalharam a unidade lingüística que, se não é o mais importante, é um dos mais significativos passos no processo de inte-gração da população nativa. Hoje repas-sam os padres para os índios a perversa lógica de nossa civilização. Já têm como comida básica o arroz com feijão, farinha e macarrão! Ainda que de forma rala, o caldo da cultura brasileira faz tempo que está no Alto Rio Negro. Apesar da enorme distân-cia e dificuldades de acesso, ele tende a engrossar. Vai engrossando não obstante interesses estrangeiros obscuros, como por exemplo os dos norte-americanos, que criam diversos obstáculos. Entre estes estão as emissões radiofônicas em língua inglesa e línguas indígenas. Suas poten-tes ondas transmitem bem estruturados programas. Intermeados por músicas



ianques, tudo leva a crer que existem poderosos e fortes interesses político-econômicos por trás destas ações de propaganda e da invasão político-cultural na região.

Na Colômbia, Venezuela ou no próprio território brasileiro atuam muitas missões ditas evangélicas. Em seus quadros, vestidos de missionários, estão antropólogos norte-americanos, geólogos e botânicos. Isto leva a crer que o contrabando de ouro na área e o plantio de ervas que se transformam nas drogas alucinógenas já secularmente usadas pelos índios, como o epadu, acabam interessando mais a estes "envagélcos" do que a própria divulgação das sagradas escrituras, entre os selvagens. A Missão de Estudos Bíblicos, que funciona com capital e técnicos vindos dos Estados Unidos da América, procura fincar raízes, aprofundar seus laços com as comunidades indígenas.

Seria interessante saber se o Serviço Nacional de Informações (SNI) possui gravações e traduções dessas emissões, para que se possa conhecer o exato significado do conteúdo e objetivos de seus programas. Parece ser propósito desses norte-americanos incentivar entre os índios teses de internacionalização da Amazônia, que se substanciará através da criação em partes dos territórios brasileiro e venezuelano de um Estado Yanomami.

Desde 1985 a Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia vem advertindo sobre "a ação individualista e fechada das seitas vindas da Norte-América".⁴

No que diz respeito às atividades de novas seitas religiosas, este fato parece

não estar suficientemente aquilatoado pela comunidade de informações. Nenhuma medida concreta foi ainda tomada contra essas seitas na Amazônia, onde continuam agindo às soltas.

Há que se distinguir a ação dos missionários católicos propriamente ditos, diferenciando o trabalho dos missionários de confissões evangélicas tradicionais do verdadeiro banditismo religioso de seitas cujos membros em quase sua totalidade são estrangeiros. Sabidamente seu trabalho é bem terreno e sua motivação muito além da "salvação das almas índias".

Para alcançar tais objetivos é preciso infundir sementes de ódio e revolta nas tribos.

Parece ser propósito dos norte-americanos, que têm seguramente dezenas de antropólogos na Amazônia a serviço de seu governo, universidades e instituições de pesquisa, semear entre os índios desconfianças. Não são poucos os que, no exterior, apoiados pelos meios de comunicação de massa e agências internacionais de notícias do mundo capitalista, espalham notícias sensacionalistas sobre o genocídio indígena, emporcalham a imagem das Forças Armadas e colocam o brasileiro como caçador de índio.

Ainda que em tais denúncias existam certas verdades, como por exemplo a invasão de terras indígenas por garimpeiros e mineradoras, nunca é dito que tais mineradoras são em sua maioria ligadas a multinacionais cujas matrizes estão quase sempre nos Estados Unidos da América. Omite-se também, junto à opinião pública internacional, o principal destino do ouro e

dos metais preciosos roubados às terras indígenas. Mas o pior de tudo é que a imagem positiva, e com frequência até meio apologética que se tenta dar do índio nas escolas e nos livros, é substituída pela do índio vilão e preguiçoso. Isto graças ao cinema ianque. A banalização da violência, a facilidade com que seus mocinhos e heróis derrubam e matam a tiros índios, enfim, o Far West mostrado de forma ininterrupta desde a década de 40, pela sua brutalidade só pode ser comparado aos filmes alemães de propaganda contra o povo judeu. O conteúdo ideológico da maioria esmagadora dos filmes *made in USA* sobre índios, mostrados a qualquer hora e para pessoas de todas as idades como forma de divertimento e passatempo, é mais do que tudo um perverso instrumento de genocídio. Sua exportação para países onde a luta pela causa indígena já enfrenta grandes obstáculos leva a que se desacredite das intenções de cidadãos norte-americanos que aqui aportam como se fossem os salvadores dos nativos.

As denúncias de que o grande e novo afluxo de missionários de seitas norte-americanas na região Calha Norte estaria ligado ao crescente tráfico de entorpecentes, plantações de epadu, contrabando de ouro e diamante, se parece ser procedente, é também incompleta. Incompleta porque se sabe que a presença de significativo número de especialistas em questões indígenas, antropólogos e cientistas espalhados clandestinamente pela Amazônia, se faz desnecessária junto às plantações de epadu, do contrabando de ouro ou de coca. Seu trabalho ali parece ser político e seus objetivos estão bem relacionados aos interesses do conhecido grande vizinho do Norte.

Foi graças, por exemplo, a um sistemático apoio de antropólogos, etnólogos e de muitas entidades norte-americanas ligadas à "causa indígena" é que se conseguiu fazer dos índios Mosquitos na Nicarágua grandes inimigos e combatentes da revolução sandinista. Os índios Guajiras, entre Venezuela e Colômbia, também graças às contribuições de estudiosos norte-americanos formaram um "território livre". Se algum dia, porventura, o governo colombiano ou venezuelano discordarem das diretrizes e da aliança que os EUA impõem aos latino-americanos, seguramente explodirá a questão Guajiras como hoje explode a dos Mosquitos na Nicarágua.

A disputa territorial entre a Venezuela e a

Guiana, reclamando o primeiro cerca de 130.000 km² de terras de Esequibo – habitado ainda por muitos índios –, mais a própria disputa entre Peru e Equador, este reclamando 175.000 km da chamada Cordilheira do Condor, tudo isto significa instabilidade na região. Mesmo desejando acreditar no bom senso e no sentimento de justiça dos árbitros nos tribunais internacionais, sabe-se de antemão que o parecer favorável é dado ao mais forte, ou àquele que contar com grandes aliados, ou ainda àquele que pode servir aos interesses dos todo-poderosos.

Os contenciosos territoriais sempre foram e continuam sendo boa carta no jogo das relações internacionais, tanto para países amigos quanto para inimigos. Assim, para os Estados Unidos da América, quanto mais tardar a solução desses problemas fronteiriços, melhor e mais beneficiada estará sua intervencionista política externa. O governo norte-americano está atento: muitas são as formas e instrumentos a que pode recorrer para punir ou boicotar países que tentem romper o elo da dominação político-econômica de que são vítimas.

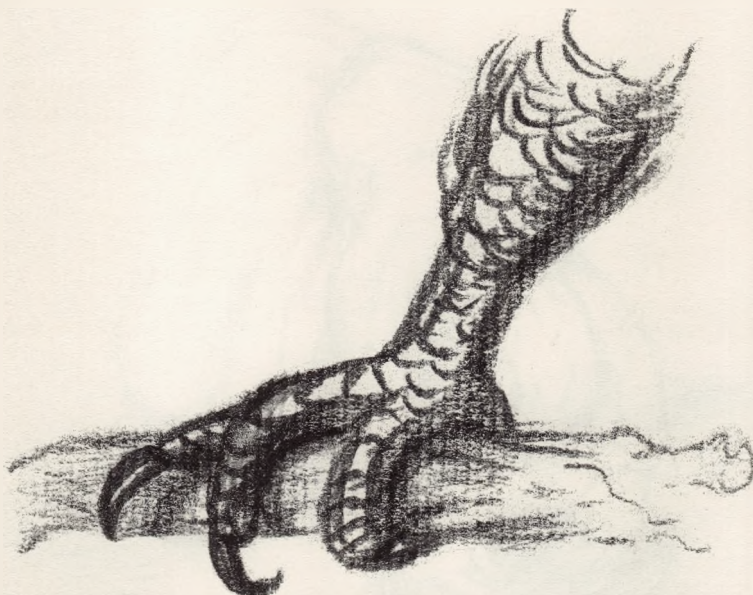
A tese da internacionalização da Amazônia no atual conturbado cenário das relações internacionais está para voltar com renovada força. Apesar de agora bem menos comentada, parece que retornará com argumentos sustentados na defesa e preservação ecológica do planeta.

Na década de 60, o Hudson Institut fez vir ao Brasil seu diretor Dr. Hermann Kahn. Este propôs então inundar parte da Amazônia com a criação de grandes lagos. A reação de segmentos nacionalistas das Forças Armadas foi tamanha que arquivou-se o projeto.

Estavam previstos neste megalomaníaco plano a construção de sete gigantes lagos. O primeiro, no Brasil, teria sua barragem perto de Monte Alegre. Com seus 400.000 km² de terras inundadas o lago tomaria até parte da capital Manaus.

O outro lago estava previsto junto à fronteira da Colômbia com a Venezuela. Seria o lago de Pimichim, a ser formado por duas barragens: uma no rio Atabapo e outra no rio Guainia. Além de outros três lagos bem dentro da Amazônia colombiana, que interligados formariam o grande projeto interoceânico do Chocó.

No Peru, em Orellana, o lago seria construído aproveitando-se as águas do rio Ucayali. Finalmente, o último projeto, novamente em terras brasileiras, na fronteira



com a Bolívia, previa dois lagos através da contenção das águas dos rios Paraguai e Guaporé.

Assim se concretizaria o sonho da internacionalização da navegação amazônica, tentada pelos Estados Unidos da América, Inglaterra e França em diferentes oportunidades. Tentativas que o parlamento brasileiro veementemente rechaçou no século passado e no século atual, sempre também condenadas pelos militares.

SEGURANÇA NACIONAL VERSUS SEGURANÇA ESPIRITUAL

Atualmente, se o projeto de "Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas" é visto com uma certa desconfiança por alguns segmentos da Igreja Católica, justa ou injustamente, ninguém poderá afirmar que amanhã o Calha Norte não receba água benta e santas bênçãos apostólicas da Igreja...

Não deve deixar de ser dito que muitos internatos católicos administrados por padres e freiras no Alto Rio Negro, alguns com até 400 crianças índias, só conseguiram existir graças à comida, roupas e remédios transportados desde a década de 40 pelos aviões da Força Aérea Brasileira.

O reconhecimento da Igreja à FAB parece existir e em conventos se nota um fato raro: nas paredes das salas de visita das irmãs salesianas de Manaus e São Gabriel da Cachoeira, ao lado de retratos de santos, estão algumas fotos de brigadeiros fardados. É difícil deixar de lembrar que, até muito recentemente, a quase única presença do homem dito civilizado nos rincões mais afastados do país foi a dos missionários e missionárias. Em seus con-

ventos, muitos que trabalharam na chamada Comissão de Fronteiras, chefiada pelo general Rondon e técnicos da Comissão de Limites, se hospedaram.⁵

Os padres com suas missões, durante longo espaço de tempo, foram a principal, senão a única referência do mundo do branco na Amazônia. Em seus internatos, além da Ave-Maria e outras orações, ensinavam-se o Hino Nacional e Moral e Cívica. A situação não é muito diferente hoje. A quase totalidade dos colégios e escolas de religiosos católicos espalhados pela Amazônia afora tem convênios. Através destes é o Estado quem paga padres, irmãos e freiras pelo seu trabalho como professores. É o Estado quem envia material escolar, isto é, cadernos, livros, lápis, etc. O teor das disciplinas segue o que está nos manuais distribuídos, diga-se de passagem, freqüentemente com conteúdos altamente alienantes. Ensinam para uma criança índia quase que o mesmo que é aprendido por uma criança paulista. No Alto Amazonas os missionários fazem os índios recitar as mesmas orações que ensinam às crianças de escolas católicas em Munique ou Roma.

A escola manipulada pela Igreja é um poderoso instrumento que, de maneira positiva ou negativa, engajado na realidade social ou alienado, leva o índio a chegar mais perto ainda do mundo da dita civilização ocidental. Bem ou mal é também na escola que o índio começa a saber o que é o Brasil, aprende a contar dinheiro, fazer as quatro operações e ler livros, revistas, ter a lógica e as armas do civilizado na luta da concorrência e do egoísmo no dia-a-dia.

Na primeira aula e até nas primeiras semanas a escola é o inferno para a infância índia. Quando podem, e conseguem, até

fogem! Existe o choro e enorme medo que aos poucos se apagam com a pedagogia dos mestres, alguns brinquedos, jogos e os pratos da merenda escolar, sempre bem-vindos em barrigas vazias.

Faz já bastante tempo que na Amazônia os religiosos católicos não têm mais o monopólio do ensino e controle das escolas. Até mesmo dentro de seus próprios colégios o número de professores leigos é bem maior que o dos próprios religiosos. Isto entretanto não equivale à perda de espaço da Igreja na competitividade por áreas de influência na Amazônia com as Forças Armadas e outros segmentos da sociedade civil. Da mesma forma que existe para os militares o conceito de segurança nacional, pode-se inventar o de "segurança espiritual" para a Igreja. A seriedade com que os padres e freiras encaram a escola como um campo próprio para a ação evangelizadora dos índios e caboclos é grande; cuidam muito de preparar os leigos com quem trabalham como forma de remediar a chamada crise das vocações. Os seminários que formam jovens para a vocação sacerdotal e religiosa estão cada vez mais vazios. Nenhum ou pouquíssimos índios querem ser padres. Ordens religiosas de importância mundial, como a dos beneditinos, dominicanos e carmelitas, entre outras, começam já a desaparecer aqui e seus conventos desabitados são vendidos. Na Amazônia boa parte deles virou ruína.

O Brasil, apesar de ser a maior nação católica do mundo, é um país extremamente pobre em termos de candidatos para o sacerdócio. Isto não obstante o alto nível de instrução que se recebe, da estabilidade econômica e garantia de um digno nível de vida e bem-estar. A obrigatoriedade dos votos de castidade e obediência é com certeza a causa que afasta o público jovem das clausuras, dos seminários e dos muros dos conventos. A estratégia adotada pela Igreja Católica na Amazônia e alhures é a de contar com o serviço do leigo. Assim, nos colégios salesianos os catequistas e mestres são recrutados a dedo. As irmãs ou padres não apenas olham o curriculum acadêmico das candidatas. Não é só com uma entrevista que se decide o processo. Querem saber os religiosos que tipo de vida leva a professora leiga, se é casada, solteira, etc. Isto porque geralmente mãe solteira e gente divorciada não dá aulas em colégios de freiras. Sondam igualmente que credo professam; quem não for católico, ou quem tiver uma vida religiosa relapsa, terá poucas

chances.

Existem casos de esposas de militares que são transferidas com seus maridos para regiões da Amazônia, levando consigo diploma de habilitação no magistério e boas experiências em centros de ensino qualitativamente muito superiores às escolas das difíceis e afastadas áreas da Amazônia. Apesar de permanecerem por 2 ou 3 anos nestas localidades, e se disporem a trabalhar como mestras nas citadas escolas, com frequência não são aceitas. Isto presumivelmente porque o que se sabe de tais candidatas, ao ver das freiras, é insuficiente para recebê-las em suas escolas. No caso de terem que ser despedidas por uma razão ou outra, mandar embora uma esposa de militar – que é também autoridade na região – traz problemas. Assim, em vista da necessidade de controlar a tudo e a todos que em seus estabelecimentos de ensino trabalham, não obstante a carência de recursos humanos qualificados, preferem os religiosos outras opções.

O zelo, o ciúme e o ardor que têm os missionários pelo ensino e pelas escolas atualmente em funcionamento graças ao dinheiro do Estado – mas ideológica e tecnicamente controladas pela Igreja – mostra a superficialidade dos conflitos entre Estado e Igreja na Amazônia. O que existe agora é uma mais equilibrada divisão de trabalho, redistribuição de esferas de influência e redistribuição de áreas de atuação.

Do início deste século até o início dos anos 70, o trabalho de assistência aos índios e à comunidade cabocla nas pequenas aldeias e povoados recaiu quase que unicamente sobre os ombros da Igreja. Hospitais, escolas, a produção rural oriunda do trabalho das crianças e jovens índios nas hortas dos ginásios agrícolas dos padres e das freiras, tudo praticamente é fruto de um árduo processo, para alguns cheio de idealismo e para outros cheio de fanatismo religioso.

Más línguas dentro das famílias tradicionais, desde o passado inimigas confesas dos padres pelo fato destes sempre se oporem à escravidão do índio, afirmam categoricamente que não é só da fé e do idealismo que vivem os missionários não. É dito que há decênios, nas maletas dos superiores religiosos que pela Amazônia esporadicamente passam por visitas espirituais e de inspeção eclesiástica, quilos de pepitas e diamantes de bons quilates se vão. Que o ouro existente nas reservas indígenas há tempos é conhecido pelos

missionários, etc., etc.

A região onde está localizada a cidade de São Gabriel da Cachoeira era para os portugueses, sob o ponto de vista estratégico e geopolítico, de notória importância. Foi por isto inclusive que em São Gabriel, em São Felipe e em Marabitanas, de 1754 a 1763, fortalezas foram erguidas. Ocupadas por bom número de soldados, seus canhões – bastante poderosos para a época – mostravam seu poder de fogo e a determinação portuguesa em defender suas conquistas.

Dado o descaso pela memória histórica nacional, hoje o Forte de São Gabriel é um amontoado de terra. Seus canhões de ferro foram recolhidos e atualmente decoram a entrada da Prefeitura Municipal.

Ao que parece, a presença dos militares portugueses, que durante longos anos viveram em tais fortalezas, iniciou o processo de miscigenação racial na aludida região, até hoje com fortíssima predominância do elemento indígena.

A sociabilidade das índias do Rio Negro, a tradição do casamento exogâmico, o comércio intertribal, o gosto de viajar, a curiosidade pelo novo e pelo estranho estão entre os fatores que levaram a sociedade índia do lugar a um relacionamento com os soldados portugueses, isolados e sem mulheres de sua raça.

Alcionílio Bruezzi, do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, em "Dados da Etnografia do Rio Negro", afirma que, durante o século XVIII, várias expedições portuguesas, chamadas tropas de resgate, percorreram os principais afluentes, fazendo o descimento dos gentios para os aldeamentos.

Em 1554 foi enviada de Portugal a grande comissão demarcadora dos limites setentrionais do Brasil. A maior parte dos soldados que a compunham, terminados os trabalhos, foi dando baixa para se casar com as índias, e aí se estabelecia definitivamente. É dito que muitas leis régias foram proclamadas desde a criação da capitania de São José do Rio Negro. Tais leis estimulavam o casamento de brancos com índias, até que em 1785 uma nova disposição regulamentar, não se sabe o porquê, passou a proibir o casamento de soldados com nativas.⁶

Mas não foi por causa dessa lei que o processo de arrianização deixou de ocorrer nesta parte do Brasil. As enormes distâncias, as corredeiras e quedas d'água, que na região são verdadeiras arapucas – inclusive para os melhores barcos com os

mais experientes timoneiros – é que devem ter dificultado o acesso até São Gabriel, fato que afetou tanto o movimento dos militares quanto o dos padres.

Deve ser lembrado que este obstáculo muito contribuiu e fez com que congregações e ordens religiosas disciplinadíssimas, e de comprovada coragem pelos seus seculares empreendimentos no Velho e Novo Mundo, abandonassem São Gabriel da Cachoeira e a maior parte do Alto Rio Negro. Não foi só o Forte que já no período da Independência, em 1822, parece ter ficado vazio, sem os soldados portugueses. O abandono e a retirada das Ordens, logo por outras substituídas e que novamente se iam, não são muito comuns na Igreja. Geralmente designadas pelo Papa, quando se instalam em um lugar aí permanecem durante séculos.

A pobreza em peixes do Rio Negro, a inexistência da caça abundante nas densas e espessas florestas, onde abaixo das copas das vistosas árvores tudo é um emaranhado de troncos e cipós, afora a terra hoje quase imprestável para a agricultura dentro das técnicas que atualmente se conhece, tudo isto torna extremamente precárias as bases de sobrevivência do homem na região. Foi contado pelos caboclos que não poucos padres passaram fome e que esta praga já matou muitos índios e brancos no Alto Rio Negro.

A precariedade dos meios de subsistência na selva amazônica modificou hábitos, diferenciando em muito as táticas e técnicas das missões católicas de outras espalhadas pelo Brasil e América Latina.

No Alto Rio Negro, ao contrário dos jesuítas nos territórios das Missões no Sul do Brasil, Argentina e Uruguai, os missionários tentaram mas não conseguiram montar uma infra-estrutura agrícola suficientemente produtiva. Isto impediu a auto-suficiência tradicional dos conventos e seminários, onde tudo se produz. Da Europa à América Latina os monges e freis tinham seu gado, seu leite, fabricavam seus próprios sapatos. Cardavam e teciam a lã para se vestir. Tinham carpintarias onde faziam móveis e até pequenas instalações siderúrgicas onde fabricavam instrumentos agrícolas e peças empregadas nas suas construções. Das olarias para fabricar tijolos aos vinhedos com muitas parreiras para produzir o vinho usado em suas missas, nas missões do interior o único produto vindo de fora parece que era o sal.

A dita pobreza do solo da floresta amazônica, a dificuldade em produzir pastagens resistentes para comportar um nú-

mero de reses suficiente para transformar o empreendimento numa obra lucrativa, não fez ainda os missionários desistirem da Amazônia. Nem mesmo a terra que em São Gabriel da Cachoeira não dá liga sequer para montagem de uma olaria para fabricação de tijolos e telhas impediu que uma enorme igreja e um colégio de boa dimensão fossem construídos. Como? Parte foi feita de pedras. O restante de tijolos e telhas que, trazidos em embarcações procedentes das cercanias de Barcelos, demoram cinco dias para chegar.

O agrupamento de índios com comunidades de duas, três, quatro mil almas ou mais, como no já citado Território das Missões no Sul, foi inicialmente tentado e não deu certo na Amazônia.

Agora nem mesmo os internatos existem mais. Os missionários optaram por um trabalho nas tribos, evitando seu agrupamento por não terem como estabelecer uma agricultura suficientemente produtiva para alimentar muita gente reunida.

Deixando aos índios o cuidado do próprio sustento, e por não terem como aconselhar uma tecnologia de coleta ou plantio mais adequado do que a já usada e conhecida pelos ditos selvagens, os missionários salesianos, desde 1915 no Alto Rio Negro, respeitam mais do que noutras partes do Brasil o modo de produção indígena.

Tiraram também de seus ombros uma grande carga: a responsabilidade da sobrevivência do convertido. Graças à fama da má qualidade das terras, puderam durante mais de 50 anos catequizarem relativamente em paz os seus índios, longe das monoculturas, posseiros e latifundiários fazendeiros.

Esta paz parece ter seus dias contados: os missionários salesianos, considerados dentro da Igreja Católica no Brasil como conservadores, distanciados de assuntos políticos, começam a sentir “arder a pimenta nos próprios olhos”. Vale dizer que nos territórios de sua atuação pastoral já ocorrem a invasão das terras indígenas e o assassinato de índios por garimpeiros. As suas tradicionais boas relações com o governo perigam.

Ordens religiosas antigas e dentre as mais tradicionais da Igreja, como a dos padres dominicanos, que no Brasil, na década de 60, foram acusados de estar envolvidos com a guerrilha urbana e hoje com Frei Beto fazendo abertos elogios a Fidel Castro – rasgado inimigo do seu superior máximo, o Papa João Paulo II –, em

audácia, de longe ultrapassam os comedidos salesianos.

Outras ordens e congregações, como a dos jesuítas, carmelitas, capuchinhos, beneditinos, desde o Concílio Vaticano II estão de fogo cerrado contra o que entendem como injustiça social. Isto para não falar dos franciscanos que já da Idade Média se posicionam a favor dos pobres, condenando a luxúria, o fausto dos opressores inclusive entre altos escalões da própria Igreja, lutando por reformas sociais mais justas.

É dentro desta tradição que continua a atuar, entre outros, o cardeal franciscano Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal de São Paulo, e Leonardo Boff, este último condenado pelos tribunais da inquisição do Vaticano ao silêncio.

O distanciamento dos assuntos políticos nacionais por parte dos missionários salesianos lhes tem valido veladas críticas por parte das congregações cujos membros estão mais próximos da teologia da libertação que a maioria dos seguidores de Dom Bosco.

Quando da visita de João Paulo II ao Brasil, sua viagem até Manaus foi pontilhada por enormes questionamentos, não só por antropólogos mas por gente da própria Igreja. Causou muitíssimas polêmicas o fato de missionários salesianos terem levado índios de tribos da floresta para dançarem em Manaus para o Papa ver. Foi dito que, como numa escola de samba para turistas, nativos foram postos a exibir suas danças e rituais religiosos dos mais sagrados.

Tal fato, denunciado inclusive no exterior, teve entre o próprio clero muitos críticos. A congregação salesiana procura atuar agora de forma distante da do passado. Suas diretrizes pastorais parecem estar recebendo ventos de renovação. Por isso suas atitudes, na maioria dos casos, não são as mesmas das do antigo prelado Dom Pedro Massa. Este fazia os índios e índias sentirem vergonha de sua nudez. Transvesti-los de escoteiros era para o bispo grande honra e progresso. Em seu livro, “Pelo Rio Mar”, publicado em 1933, na página 93, ilustrada com duas fotos, lê-se: “aqui está uma demonstração do trabalho dos Salesianos no Rio Negro. Em cima dois indiozinhos, ainda com os seus trajes Selvagens, mal adivinham o que vão ser daí a mezes: escoteiros da terra abençoada do Brasil. Que transformação! Como isto faz bem à nossa alma de brasileiros!” No verso da mesma página existem outras ilustrações: a de um menino in-

dio entre feixes de cana-de-açúcar e bananas. Abaixo, noutra foto, o mesmo personagem servindo café. Sobre tal, o citado bispo tece o seguinte comentário: "aqui está um pequeno Tucano que vai causar satisfação aos generosos amigos benfeitores das Missões Salesianas. Era selvagem, vagueava pelas matas, sem paes: vivia a vida dos macacos. Agora, agasalhado pelas Missões, é um guryzinho sócito e serviçal, trabalha bem e vae ser um grande brasileiro!"⁷

Durante décadas e décadas o trabalho missionário na Amazônia vem lutando por tais transformações. Se, atualmente, padres e freiras começam a fazer uma espécie de "mea culpa, mea máxima culpa" tentando respeitar mais a cultura indígena em seu trabalho catequético, em essência poucas coisas mudaram.

A devoção para com o fundador dos salesianos, Dom Bosco, e santos como Domingos Sávio e Maria Goretti continua sendo divulgada e infundida entre os índios, juntamente com ideais de humildade, obediência e castidade. Fica então muito difícil para a Igreja contestar os militares que muito recentemente começaram a recrutar índios da região para servir nos batalhões da selva, transformando-os em soldados via o elogio da disciplina e bravura.

Estes fatos são apenas para reforçar a tese da enorme semelhança entre o trabalho do padre e do militar na Amazônia. Não existe nenhum antagonismo entre suas estratégias e as contradições no seu trabalho no presente são tão passageiras quanto as do passado.

EFICIÊNCIA DO TRABALHO MISSIONÁRIO

Como é sabido, no Brasil, desde o período colonial a Igreja tem se posicionado contra todas as tentativas de escravidão do índio, apesar de terem em seus conventos o negro como escravo. É conhecido o zelo jesuítico na defesa do seus trabalhadores livres. Da mão-de-obra que depois de catequizada e convertida empennava-se em pagar seus pecados por meio do suor do rosto. Depositavam os índios pontual e religiosamente o fruto de seu trabalho, suas colheitas, nas mãos dos seus defensores da chamada Sociedade de Jesus.

A enorme discussão teológica que durou do século XVI ao século XIX, elucidando a questão de se o negro tinha alma ou não – que permitiu ao clero tradicional, de vez em quando desobedecido pelos "progressistas", negar-se a dar o sacramento da comunhão aos negros, na Amazônia teve igualmente suas consequências. Lá cerca de 14 mil negros foram introduzidos pela Companhia Geral de Comércio entre 1755 e 1778. Mercadoria barata que era, o negro no Brasil nunca teve por parte da Igreja a defesa que essa dedicou ao índio.

Em consequência dos trabalhos forçados e do status de escravo, os filhos da África foram praticamente eliminados. Este é um dentre os muitos motivos pelos quais quase inexistia a influência étnica do negro na região amazônica aqui estudada.

No Alto Rio Negro, além dos missionários e soldados portugueses, foram e são os nordestinos grandes responsáveis

pela presença do branco. Faz mais de século que contingentes de população esporadicamente aportam do Nordeste. Não só por causa da seca que o Nordeste é trocado pela floresta tropical, não. O bom preço pago por especiarias no ciclo das drogas do sertão, o ouro encontrado nos garimpos conhecidos na área desde o século XVIII, a procura da seringueira no século XIX, programas governamentais de povoamento, como aquele que Getúlio Vargas criou nos anos 40, levando para a Amazônia os chamados soldados da borracha, tudo isto tem ajudado o nordestino a procurar o Alto Rio Negro.

Hoje, no Município de São Gabriel, muitos são os cearenses e maranhenses proprietários de pequenos bares e armazéns.

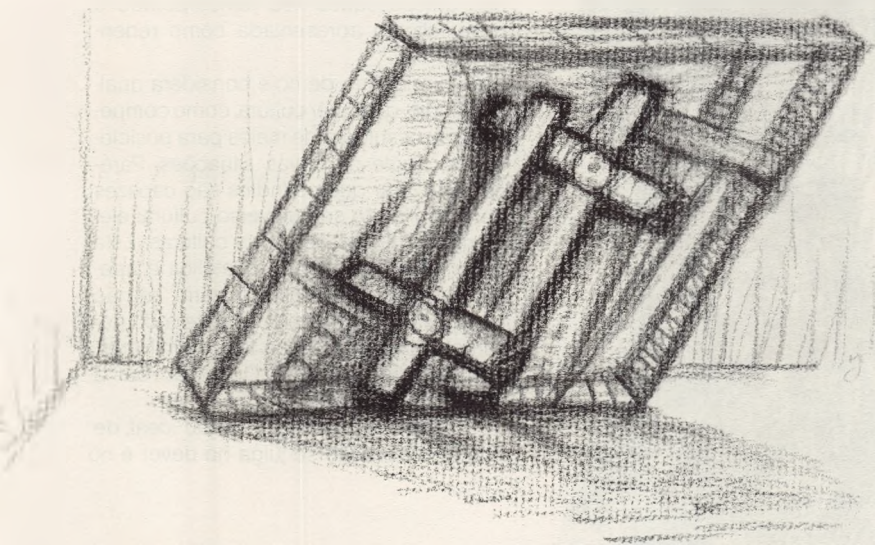
Pequenas capelas, restos de ruínas de imponentes residências às vezes encontrados ao longo dos rios, tudo mostra que é bem velha a presença do homem do Nordeste na Amazônia. Lá as famílias, apesar de há muito estarem misturadas ao sangue indígena da terra, conservam alguns traços e hábitos culturais bem típicos do Nordeste.

A construção de bom número de capelas – quem viaja de barco não raras vezes enxerga nas margens toscas construções amparando uma pequena cruz – é outra prova da forte presença da Igreja na Amazônia.

Ainda que nestas capelas não resida nenhum padre ou freira, elas periodicamente são assistidas por algum religioso e de vez em quando missa ali é celebrada.

Os pequenos templos foram edificadas em lugares acessíveis e próximos às várias comunidades. Ficam geralmente à beira-rio, num bom ponto de atraque para barcos. Tais igrejinhas até hoje ainda são o ponto de referência da vida social. Quando missas, terços, bênçãos e orações solenes são por lá realizadas, bom número de caboclos e índios catequizados comparecem. Batizados, crismas, casamentos são por lá feitos. Invariavelmente, durante as missas celebradas reza-se pelas autoridades constituídas. Pede-se a Deus bênçãos para o Brasil, para o povo, etc. Ficam desta maneira as rústicas capelas como que um ponto de referência para lembrar de algum modo o Estado.

Por serem bem situadas, as capelas com seus catequistas acabam não raras vezes se transformando em escolas. Lá o professor é quase que sempre o catequista. Ele colabora tanto nas cerimônias litúrgicas quanto sabe transmitir para outros o que lhe ensinaram os religiosos sobre a



língua portuguesa, aritmética, história, geografia, mais a vida de Jesus, de Maria e de alguns santos. São na verdade os catequistas que dão uma continuidade sistemática ao trabalho dos religiosos, que bem assistidos e reciclados não se perdem no tempo. São eles que através principalmente do exemplo e da sua contínua presença na comunidade motivam a população nativa a bem aceitar e adorar o Deus dos missionários. Sua responsabilidade, se no passado já era grande, hoje é muito maior. Daí o zelo dos padres pela sua dita formação. A falta de vocações sacerdotais – já abordada mais acima – obriga a Igreja a preparar melhor os leigos que colaboram no trabalho missionário. Muitos catequistas são índios e por isso também rezam e ensinam em sua própria língua. A maneira sua de transmitir a mensagem cristã é captada com mais facilidade pelos nativos. Os missionários hoje estão sensíveis aos valores culturais do índio. Assim, de padres estão passando a ser quase que etnólogos, porque sabem que é muito mais rápido transmitir seus ensinamentos em se comunicando a partir dos elementos da própria cultura dos índios.

Ledo engano pensar que as missões não estão se modernizando, que os padres pressionados pela insuficiência numérica não estejam aumentando a eficiência do seu trabalho. Se as igrejas hoje nas áreas das missões não estão abarrotadas de gente, como antigamente, não é porque estejam perdendo espaço. Ao invés de ter um enorme público que ora sem saber o que está fazendo, ou que escuta o padre falar por simplesmente escutar, hoje os missionários estão estrategicamente empenhados na formação de "tropas de elite", mais evangélicamente falando, preparam o verdadeiro fermento da massa. Esta tática está sendo empregada, diga-se de passagem, também no meio urbano, daí resultando as comunidades eclesiais de base. A Igreja Católica hoje no Brasil se preocupa mais é com a qualidade e não a quantidade de seus fiéis, e isto parece ser o que acontece nas missões da Amazônia. Tentando respeitar os valores e a cultura do índio, para transmitir a mensagem e a chamada "palavra de Deus" com eficiência, em seus princípios de observação, o religioso atualmente evita interpretações pessoais. Tolerante, ele suporta os hábitos dos primitivos, deixando coisas ridículas de lado, como, por exemplo, pedir aos índios trajes apropriados para entrar na Casa de Deus. Os padres hoje são treinados para possuir uma sadia curiosidade e evitarem o subjetivismo. "Não julgar os fa-

tos segundo os critérios e preconceitos de nossa cultura. Não generalizar indevidamente, julgando poder interpretar um fato só porque o presenciou uma vez"⁸. Tais princípios de observação são típicos do missionário moderno, que estranha inclusive a facilidade com que antropólogos escrevem sobre índios depois de algumas semanas ou meses de visita à selva. Raros são os antropólogos que passam mais de 5 anos ininterruptamente com os índios. Muitos dos que lá vão e voltam geralmente levam sua comida, remédios essenciais para qualquer branco, e o inseparável diário, que geralmente de volta à terra da civilização se transforma em livro. As observações do missionário raramente são fruto de menos de 10 anos de trabalho junto da ou das comunidades indígenas. Seu objetivo maior não é estudar o índio mas sim sua conversão. Daí ser dura e paciente sua missão. Se não tiver bases numa fundamentada experiência de vida, os frutos de seu trabalho podem ir água abaixo.

Dada a prolongada convivência, o padre faz amigos e aliados. Consegue ali informantes de confiança, etc. O missionário, depois de anos no lugar, conhece o índio que se não tem nome acaba batizado e

recebendo algum. Sabe a história dos clãs, de suas casas, seus remédios, seus territórios de caça, pesca, suas roças e muito mais. Daí o penetrar do religioso na filosofia social do índio. Vale dizer, ele entra como telespectador e ator nas manifestações, nos movimentos culturais. Penetra inclusive nos fenômenos estéticos e não deixa passar nada.⁹

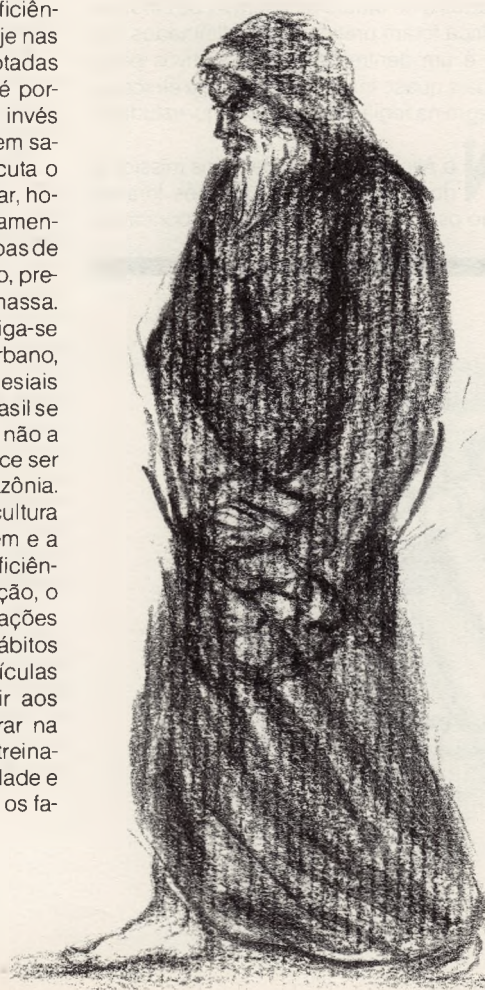
Sob seu controle ficam as atividades do indivíduo e do grupo, para posteriormente reinventá-las nos cerimoniais católicos. Hoje o dito sacrifício da missa, os cânticos, enfim, toda a liturgia católica está sendo orientada no sentido da acessibilidade. Se adaptam de forma quase que perversa ao gosto da massa catequizada. É o meio encontrado de cativar a alma. Segundo os salesianos, "particularmente instrutivo para a compreensão da alma de um povo é o estudo do ciclo da vida humana, que parece encerrar em si o maior número de elementos culturais de um povo".¹⁰

Dentro do ciclo da vida humana é bom lembrar que estão os fatos, leis, usos, mitos, crenças, atitudes, gestos, educação, ritos, sistemas de parentesco, doença, velhice, morte, rituais, juventude, visão sobre o além-túmulo e muito mais coisas.

A figura geralmente bondosa, paternalista ou mesmo enérgica do missionário acaba deitando raízes fundas na comunidade indígena. Ele não é apenas um conhecedor da história da tribo. Ele divide até saudades, perguntando sobre os parentes que já morreram, sobre os antepassados. Conversando sobre os que já se foram ou respeitando crenças de nunca falar sobre eles, indiretamente os padres até os mortos tomam como seus aliados. Quando permite a tradição indígena, o nome dos falecidos é lembrado e o culto dos antepassados fica reincorporado à nova religião apresentada como redentora.

O missionário de hoje considera qualquer índio, qualquer cultura, como competente e possuidora de meios para posicionar-se diante de novas situações. Parecem até jurar que os índios são capazes de assimilar ao seu universo cultural elementos e fatores de novas culturas. Esta visão dinâmica da Igreja Católica é, apesar das aparências em contrário, se não igual, extremamente semelhante à do governo brasileiro e a que têm os militares, que hoje trabalham na Operação Calha Norte, sobre o índio.

O missionário através do seu ideal, de sua fé e devoção se julga no dever e no



direito de converter o índio, ensinar-lhe o caminho do céu e transformá-lo em bom cristão. O militar por sua vez através de seu patriotismo, idealismo e civismo se sente também na obrigação de não impedir que se faça do índio um cidadão, mostrando-lhe seus direitos e obrigações para que desfrute das vantagens da dita civilização ocidental cristã.

Ao observador imparcial fica muito difícil tomar o partido de um ou outro, já que o primeiro quer integrar o índio na fantástica fé de seu Deus e o segundo nas grandes vantagens da cidadania e do progresso capitalista do seu país.

Se um tem direito de mostrar seu Deus, outro sua pátria, então por que não o cientista? Digamos, por que impedir o antropólogo e o etnólogo de fazerem suas visitas e, ao cabo de algum tempo, produzirem conferências e aulas, escrevendo sobre os costumes e a vida dos selvagens? Vale dizer, ganharem o seu pão de cada dia falando e escrevendo sobre a vida e costumes do índio na academia.

Nesta cadeia de argumentação está no ar a ideologia da integração. A problemática é muito mais complexa que a simples resposta a se o índio tem direito ou não aos benefícios da nossa civilização. Civilização que permite até hoje a segregação racial num país chamado África do Sul, nada faz contra a discriminação que sofrem os trabalhadores estrangeiros na Europa Ocidental e que gera uma sociedade alienada como a dos norte-americanos, cuja maioria parece acreditar que sua prosperidade é fruto de seu trabalho e não da pilhagem que seu governo faz do Terceiro Mundo. Desta civilização que apenas no Brasil permite a aproximadamente 20.000.000 de crianças viverem na marginalidade, é que se pretende mostrar as vantagens para os índios.

A regra geral da impunidade

Tais questões, todas já muito discutidas e com respostas prontas, dependendo do ponto de vista e da ideologia de quem as defende, torna difícil moral e etnicamente recriminar a Operação Calha Norte, cujo objetivo maior é a integração nacional através da prosperidade e do desenvolvimento. Fica complicado igualmente atender aos anseios dos que gostariam de ver a Igreja Católica, em seu afã de "salvar almas", o mais longe possível dos índios. Esta reflexão pode ter desdobramentos, ser usada tanto por garimpeiros quanto por produtores de drogas em áreas indígenas. Ainda que ninguém duvi-

de das ambições e da falta de escrúpulos dos caçadores de riquezas na Amazônia, fazer deles o bode expiatório, os únicos culpados pela desgraça do selvagem, é sinal de muita parcialidade e falta de visão histórica da complexidade amazônica.

Dos aproximadamente 600 alvarás de pesquisa em terras indígenas, apenas 1/6 foram outorgados a estatais. A grande parte está nas mãos de grupos e empresas multinacionais. Obter um alvará de pesquisas significa, com muita frequência, conseguir um instrumento para sonegar impostos dos cofres públicos. Em nome de levantamentos preliminares acaba-se procedendo à exploração e comercialização de metais preciosos até o esgotamento total da jazida.¹¹ Quando a riqueza acaba, a empresa desmonta sua infra-estrutura, leva suas máquinas e parte para novas "licenças de pesquisa" noutras lavras. Agradece ao Ministério das Minas e Energia a concessão publicada no Diário Oficial para a pesquisa, convidando técnicos para *in loco* observarem, é claro, que não existem riquezas, depois de dois, três ou mais anos de intensas buscas, prospecções e "enormes prejuízos!"¹²

Na área conhecida como Cabeça do Cachorro, em que o Brasil faz fronteira com Venezuela e Colômbia, a lei que existe é a lei da selva. Lá existem partes inteiras de rios transformadas em condomínios fechados: ninguém pode entrar. Nas margens, guaritas com sentinelas atiram para matar em qualquer cidadão que ali penetre sem autorização expressa da "firma pesquisadora". Em alguns casos são atiradores e jagunços contratados. Vestem fardas do Exército e matam índios que protestem ou lutem, resistindo à invasão de suas reservas.

Cenas como as ocorridas em janeiro de 1985, quando as terras dos Surucucus em plena área Yanomami foi invadida por pistoleiros fardados com uniforme militar, posteriormente expulsos pelo próprio Exército – que conta aliás com o respeito de muitos índios – não são, com certeza, únicas na Amazônia.

Se nas partes ditas mais civilizadas do Brasil a impunidade é regra geral para a corrupção e o banditismo, não é difícil imaginar o que se passa então nas longínquas terras amazônicas. □

Argemiro Procópio, professor adjunto do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB, é PhD em Sociologia pela Universidade de Berlim, Alemanha.

Bibliografia

1. Ferreira Reis, Arthur César: *A Amazônia e a*

cobiça internacional. 2ª ed. Rio de Janeiro, Edinova Limitada, 1965, O. 127.

2. Uma entrevista com Dom Walter Ivan. IN: *Boletim Salesiano*, nº 5, São Paulo – Brasil, setembro/outubro de 1986, pp. 13-15.

3. Massa, Pedro Dom: *De Tupan a Cristo – Jubileu de Ouro das Missões Salesianas do Amazonas, 1915-1965*. Rio de Janeiro. Ver o prefácio.

4. *Cadernos Missionários – Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia – nº 3 – Manaus*, novembro de 1985, p. 17.

5. Ver Relatório do Major Boanerges, anos de 1929 e 1930 para a Comissão de Fronteiras do General Rondon. Ver Relatório de Maurício Sobrinho, médico da Comissão de Limites, dezembro de 1929. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

6. Bruezzi, Alcionílio Alves da Silva: "Dados da Etnografia do Rio Negro" In: *De Tupan a Cristo...* pp. 78 e 79.

7. Massa, Pedro Dom: *Pelo Rio Mar*. Rio de Janeiro, Est. de Artes Gráficas C. Mendes Júnior, 1933, p. 33.

8. *Cadernos Missionários – Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia. 1 – O itinerante: evangelizador e etnólogo*. Manaus, junho de 1980.

9. *Cadernos Missionários...* obr. cit.

10. *Cadernos Missionários...* obr. cit. p. 6.

11. Procópio, Argemiro: *A miséria do colono e o ouro no Araguaia e Amazônia*. In: Rocha, 1984 pp. 121-144.

12. Rocha, G.A. (org.): *Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1984.

Resumen

EN NOMBRE DEL PADRE, DEL POSESSOR, DEL PODER Y DEL DOMINIO SANTO

Una verdadera cruz de dos filos sedimenta la acción de la Iglesia y del Estado en Alto Rio Negro debido a la sumisión sistemática de las culturas de la región con el fin de dominarlas en la forma más rápida e irreversible. El relato de Argemiro Procópio relaciona documentación y reflexión, y así resalta, de manera original, los viejos ingredientes del tema: tierra, indios, ambición, fe, complot, violencia, misiones, multinacionales y genocidio.

Abstract

IN THE NAME OF THE FATHER, THE FEUD, THE FORCE AND OF THE HOLY DOMINION...

A veritable two-edged cross underpins the action of Church and State in the Upper River Negro, aimed at systematically subduing the cultures of the region, the more rapidly and irreversibly to consummate dominion. Argemiro Procópio's account blends document and reflection and, in an original manner, underscores the old ingredients of the issue: land, Indians, ambition, faith, intrigue, violence, missions, multinationals and genocide.

O Pelé já fez gol de todo tipo. Mas precisou virar um empresário de sucesso para fazer um gol de mão. E por sinal um golaço.

E que o Pelé ataca os problemas do dia-a-dia e defende o bom resultado dos seus negócios com o Cobra XPC nas mãos.

E o Cobra XPC também é craque.

Ele é totalmente compatível com o PC-XT. Logo, ele tem acesso à maior biblioteca de software que existe.

O XPC roda desde os programas mais simples como contas a receber, controle de estoques e contas correntes até programas altamente sofisticados como o CAD-CAM, passando pelas planilhas eletrônicas, gerenciadores de banco de dados, geradores de gráficos, planejadores etc.

Além de todos esses recursos, o XPC oferece a possibilidade de uso da placa SOX-PC. Com essa placa o XPC passa a rodar o sistema operacional SOX, um sistema multiusuário desenvolvido pela Cobra inteiramente compatível com o UNIX*.

Cada vez que o Pelé põe a mão no seu XPC, o que entra em campo

é a qualidade da Cobra.

A empresa que é pioneira no desenvolvimento da informática brasileira.

Que possui a mais completa linha de computadores.

Que tem mais de 20 mil máquinas instaladas em todo o país e garante, para cada uma delas, o melhor

suporte e a melhor assistência técnica. A Cobra tem mais de 700 técnicos, numa rede de apoio aos usuários que cobre todo o Brasil.

Faça como o Pelé.

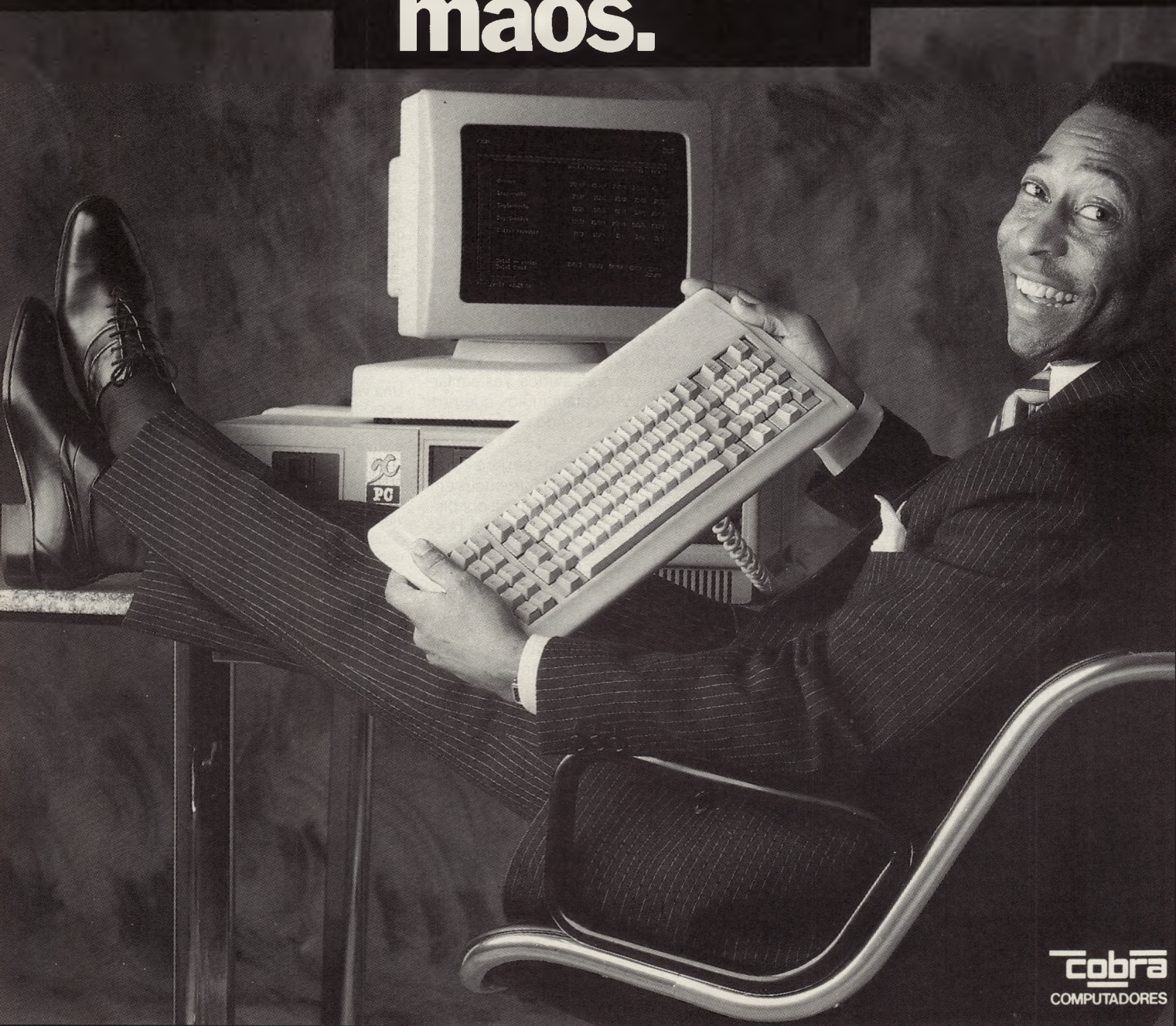
Use a cabeça, ligue para a Cobra ou para um dos seus revendedores, e ponha a mão num XPC.

Não é por nada não, mas tudo o que o Pelé fez até hoje na vida deu certo.

Pelé troca os pés pelas mãos.



Este é Cobra.



Cobra
COMPUTADORES

ÉDER SADER (1941-1988)

A morte de Éder Simão Sader, aos 46 anos de idade, dia 21 de maio passado, em São Paulo, causou enorme comoção nos meios intelectuais e entre as correntes socialistas, às quais ele esteve associado por quase trinta anos. Ao sentimento de perda de um dos mais brilhantes intelectuais de sua geração somou-se o de indignação pelas circunstâncias que cercaram sua morte. Éder faleceu vítima de AIDS, contraída em uma das tantas transfusões de sangue que sua condição de hemofílico lhe obrigou a fazer. Ainda estávamos sob o impacto da morte de Henfil e de seu irmão Chico Mário, em circunstâncias análogas, quando nos vimos confrontados com mais uma manifestação desta barbárie institucionalizada que é a saúde pública no Brasil. Dir-se-á que a AIDS não é o principal flagelo que atinge o país e que não é neste ponto que se pode localizar o criminoso descaso do poder público com a saúde dos brasileiros. É verdade. Mas a atitude das autoridades sanitárias em relação ao problema pode ser considerada como emblemática. Ao lado de uma custosa propaganda, de gosto duvidoso e de cunho moralista, o governo não foi capaz de tomar providências elementares que poderiam ter efeito decisivo sobre a propagação da doença no país, como é o caso do controle do sangue. Nem todos despertaram para a cruel realidade de que a quase totalidade dos hemofílicos contraiu a doença e que toda a população brasileira se transformou em grupo de risco, na medida em que a eventualidade de uma transfusão de sangue pode hoje significar a contaminação.

As centenas de pessoas que acompanharam o enterro de Éder, somadas às dezenas de manifestações de pesar por todo o Brasil e no exterior, permitem captar a gravitação de sua personalidade e dão a medida da perda que sua morte significou.

Sua presença foi marcante desde a escola secundária, quando iniciou sua militância socialista e se afirmou particularmente na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, nos anos 60 ainda situada à rua Maria Antônia. Desta época ficou a imagem do brilhante estudante de Ciências Sociais, que pouco tempo depois seria convidado a integrar os quadros docentes do Departamento, mas também a do carismático professor do "Cursinho" do Grêmio, por onde passaram gerações de jovens que se destacariam posteriormente no plano intelectual e político.

É igualmente neste período que se sedimentam suas posições políticas e sua vocação de associar permanentemente a atividade intelectual à militância socialista. Nas fileiras da pequena Liga Socialista, na qual ele atuou, se gestou o projeto de formação da Organização Revolucionária Política Operária, a Polop, da qual ele foi um dos fundadores. O grupo, apesar de suas pequenas dimensões, teve a capacidade, já em sua formação, de aglutinar jovens militantes do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, que tentavam pensar a perspectiva socialista fora dos quadros teóricos e políticos legados pela esquerda tradicional. Anos mais tarde, já afastado da organização e no exílio, Éder escreveu um artigo de balanço desta experiência militante que se transformou numa referência obrigatória para toda a historiografia da esquerda brasileira, e num ponto de reflexão importante para as novas gerações.

Em 1970, em meio a grave derrota que afetava a esquerda brasileira, perseguido pela repressão policial-militar, Éder partiu, como tantos outros para o exílio. Fixou-se no Chile, onde trabalhou na Universidade Católica de Santiago, e, posteriormente, na Universidade de Concepción. Ao lado de sua atividade docente, realizou pesquisas sobretudo na área dos movimentos sociais urbanos, ao

mesmo tempo em que acompanhou, participando e escrevendo a respeito, do processo político em curso no país como consequência da eleição de Salvador Allende em 1970. Com o golpe de Pinochet, em 1973, ele parte para um segundo exílio em Paris.

Na França, ao lado de sua atividade acadêmica, como professor da Universidade de Paris VIII — Vincennes, Éder prosseguiu em sua intensa intervenção militante. Transformou-se em um relevante quadro do Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR) do Chile, ao qual se ligara anos antes, desempenhando importantes funções na formação política e nas tarefas de solidariedade com a resistência chilena. Sua voz se fez ouvir em centenas de debates por toda a Europa. Seus interlocutores tiveram diante de si não só um apaixonado lutador pela causa dos oprimidos do Chile e da América Latina, mas sobretudo um fino analista das transformações em curso no continente. Grande parte das reflexões realizadas neste período viriam a ser reunidas em seu livro *Um Ruído de Botas* (editora Polis).

Os últimos anos de sua permanência na Europa seriam de grande importância para sua biografia intelectual e política. Éder realiza uma profunda revisão de sua herança político-teórica. A crise do socialismo real agravada nos anos 70, associada à marcha da contra-revolução na América Latina e a um refluxo das perspectivas revolucionárias que os anos 60 haviam anunciado, não abalaram suas convicções socialistas, como ocorreu com tantos outros. Ao contrário, esses fenômenos lhe serviram para uma reflexão nova que tinha como ponto de partida a valorização das experiências de autonomia social e, como consequência, uma nova relação da teoria com a prática política.

Este novo quadro de referências permitiu-lhe, em sua volta ao Brasil, em 1979, reintegrar-se rapidamente à vida política nacional. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, tendo ocupado durante vários anos funções de direção, inclusive na Comissão Executiva do Diretório Regional de São Paulo. Foi o principal animador da revista *Desvios*, publicada entre 1982 e 1985, onde debateu os temas da autonomia dos movimentos sociais e discutiu o marxismo. Parte desta reflexão sobre o marxismo, exposta em debates e conferências, seria reunida por ele em um pequeno livro, *Marxismo e Teoria Revolucionária* (editora Ática), onde se pode observar a agudeza de suas opiniões expostas em forma direta e objetiva.

Foi readmitido no Departamento de Ciências Sociais da USP e, em meio a suas múltiplas atividades, concluiu sua tese de doutoramento, acolhida com nota máxima e louvor pela banca. *Quando Novos Personagens Entram em Cena (Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80))*, o título sob o qual está sendo publicado seu texto pela Editora Paz e Terra, se constituirá em um marco de referência fundamental para o estudo da sociedade e da política neste período.

O registro da morte de Éder Sader não poderia omitir aquilo que talvez mais marcasse sua pessoa: uma simplicidade e generosidade sem limites, aliadas a uma integridade ética pouco encontrada nos dias que correm, o que mais fazia ressaltar suas qualidades intelectuais e políticas.

Viveu intensamente sua vida. Deixou uma obra e um exemplo de coragem e coerência intelectual e política que ajudarão seus colegas, companheiros e amigos a enfrentarem os dias difíceis que o Brasil vive hoje. É o único consolo que podemos encontrar em sua morte. □

Marco Aurélio Garcia
Professor da Unicamp

O cerco ao

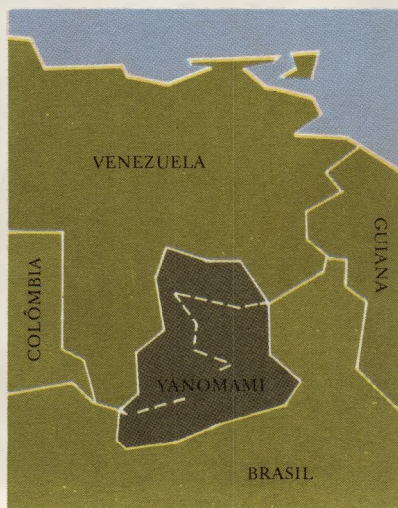
índio brasileiro





VIOLÊNCIA ÉTICA

O extermínio "acadêmico" dos Yanomami



Bruce Albert e Alcida Rita Ramos
Fotos dos autores

É mais fácil justificar um massacre se forjarmos teorias que "comproven" o perigo do massacre. Os autores denunciam um caso de manipulação ética do antropólogo norte-americano Napoleon Chagnon que coloca os Yanomami como um "grupo de ameaça" e assim fornece "coerência científica" ao extermínio deste povo que vive em uma área de interesse internacional riquíssima e obviamente muito cobiçada.

Os YANOMAMI contam com uma população de cerca de 22.000 pessoas, das quais 9.900 vivem no Brasil. Ocupam um território de 192.000 km², aproximadamente na região do Maciço das Guianas, que é o divisor de águas entre as bacias dos rios Amazonas e Orinoco.

Poucos povos indígenas têm tido sua imagem tão denegrida quanto os Yanomami, pelo menos os que vivem na Venezuela e tiveram a pouca sorte de serem estudados por um antropólogo norte-americano chamado Napoleon Chagnon. Desde a publicação, em 1968, de seu livro *Yanomamo. The Fierce People*, Chagnon vem projetando a idéia de que esses índios têm um gosto exacerbado pela violência e que fazem guerra constantemente para raptar mulheres. Se considerarmos que há vinte anos praticamente todos os alunos de graduação em antropologia nos inúmeros colleges e universidades americanos lêem *The Fierce People*, é fácil imaginar qual a magnitude das repercussões de uma tal imagem não somente dentro dos Estados Unidos mas também fora dele, dada a influência dos meios de comunicação daquele país, pois também a imprensa norte-americana nutre-se periodicamente dessa imagem de primitivismo selvagem para apimentar com exotismo a sua potência sensacionalista.

Em fevereiro deste ano, surgiram nos Estados Unidos duas matérias na grande imprensa – *The Washington Post* e *The Los Angeles Times* – explorando, de costa a costa, o mais recente filão exótico aberto por Chagnon num artigo publicado em *Science*. Esse fato seria rotina se não tivesse reverberado no Brasil, na forma de traduções dessas matérias em dois de nossos maiores jornais – *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*¹. Tudo isso leva-nos a refletir sobre a ética do ofício de antropólogo, tendo como pano de fundo alguns pontos altamente questionáveis na antropologia praticada por Chagnon. Que pontos são esses?

Primeiro, Chagnon baseia-se em três indicadores para "medir" o grau de "violência" dos Yanomami, quais sejam: a) a percentagem de mortalidade masculina adulta devida à guerra (30%); b) a percentagem de homens de 25 anos ou mais que mataram alguém (44%); c) a percentagem de todos os adultos com mais de 40 anos que perderam um parente geneticamente próximo devido à violência (70%). A seguir, Chagnon tenta correlacionar o status ritual de "matador" (*unokai*) com uma maior capacidade reprodutiva desses homens, com a explicação de que os *unokais* têm sucesso em obter mulheres, seja pela captura, seja por terem mais valor nos arranjos matrimoniais. Vejamos que validade têm esses argumentos de Chagnon sobre o grau de "violência" Yanomami.



NAS AREIAS MOVEDIÇAS DOS DADOS ESTATÍSTICOS

a) Com um argumento escorregadio para escapar às críticas de colegas que mostram índices menores em outras áreas do território Yanomami, Chagnon declara que seus 30% de mortalidade masculina devida à guerra referem-se a um conjunto de aldeias por ele estudadas que ainda não foram “apaziguadas” por missionários e outros brancos, ao contrário do resto do território Yanomami. Esse argumento não convence, pelo menos, por duas razões: primeira, comparados com outras partes da área Yanomami, de onde também foram extraídos dados sobre mortalidade devida à guerra a partir de genealogias cobrindo de três a cinco gerações (portanto, com a maioria de mortes anteriores ao contato), os números continuam discrepantes (30% para os Shamatari estudados por Chagnon; 14% entre os Yanomami do rio Catrimani estudados por Albert², mesmo nas redondezas da região coberta por Chagnon (24% para os Namoweiteri e Yanomami “centrais”³; 12% para os Haiyamo)⁴. Por outro lado, alguns autores são de opinião – exatamente oposta ao argumento de Chagnon – que os Shamatari mostram uma intensidade maior de guerra, pois, ao longo da história da região, mudanças tanto de origem interna como externa criaram uma situação de pressão demográfica própria da sua área, provocando conflitos mais acentuados⁵. Se as-

sim for, é justamente por causa do contato, ainda que indireto e muito antes da chegada das missões, que é mais alto o seu índice de mortalidade masculina na guerra. Além disso, se compararmos a mortalidade masculina por guerra com outras causas de morte afetando a população como um todo, veremos que, nos mesmos grupos estudados por Chagnon, 52,5% das mortes constantes de genealogias são devidas a doenças contagiosas transmitidas por brancos⁶. Entre 1970 e 1974, esse número aumenta para 58,5%, mesmo excluindo-se três aldeias Shamatari, que, em 1973, foram reduzidas em 27% de sua população por uma epidemia aparentemente de gripe⁷.

Como se tudo isso não bastasse para relativizar o impacto das estatísticas de Chagnon, ele mesmo admite, mais uma vez, para escapar a críticas, que o nível de “violência” Yanomami não é atípico quando comparado a outras sociedades, como a dos Huli, dos Mae Enga e dos Dugum Dani da Nova Guiné. Vamos mais longe: não só os números de mortes de homens por guerra são comparáveis aos desses grupos, mas também são muito mais baixos do que os de outros grupos da Amazônia. Por exemplo, os Waorani do Equador revelam um índice de 42% de mortalidade masculina devida à guerra⁸ e os Achuar do Peru, 59%⁹. No entanto, a reputação desses povos não é em nada comparável à imagem de ferocidade que Chagnon

construiu para os Yanomami. Ao contrário, os Waorani foram descritos pelo *New York Times* como “a tribo onde reina a harmonia”¹⁰. Tudo isto demonstra que não há correspondência entre índices de mortes violentas e expressões de agressão ou harmonia enquanto valores culturais. Tomar uns ou outros para caracterizar qualquer sociedade leva mais a promover preconceitos do que conhecimento antropológico.

b) O cálculo da percentagem de “matadores” baseado na categoria Yanomami de *unokai* não pode fornecer nenhum suporte sólido para se medir quanto cada um mata nessa sociedade. *Unokai* refere-se a um estado de impureza simbólica decorrente da simulação ritual de se ingerir o corpo morto de um inimigo, independentemente de esse inimigo ter sido morto com arco e flecha, por meio de xamanismo, feitiçaria, ou ataque a seu animal alter ego¹¹. Quando Chagnon admite que nunca assistiu a nenhuma morte violenta, nem acompanhou nenhuma sortida de guerra, ele está admitindo que coletou seus dados unicamente de reconstituições de informantes. Ora, a diversidade de significados do termo *unokai* é tamanha que torna extremamente difícil separar as mortes simbólicas das mortes “reais”, como quer Chagnon. E mesmo no caso de mortes físicas, não é tão simples identificar um “matador” específico, como quer Chagnon, pois muitos homens atiram na mesma vítima em combate (um fato que Chagnon re-



conhece mas passa por cima), ou às vezes em vítimas já mortas ou agonizantes, de modo a ficarem em condições de se submeter ao ritual de purificação dos guerreiros. Já que qualquer um que tenha flechado uma vítima é designado como *unokai*, fica, pois, virtualmente impossível identificar quem “realmente” perpetrar a morte da vítima, condição necessária para as hipóteses sociobiológicas que Chagnon pretende demonstrar.

c) O terceiro indicador de “violência” Yanomami usado por Chagnon é tão problemático quanto os outros, a saber, a percentagem dos adultos de mais de 40 anos que perderam um parente geneticamente próximo devido a guerras ou a duelos rituais. O próprio Chagnon, numa discreta nota de pé-de-página, aponta para o quanto esse índice pode ter de enganador: “se tomado isoladamente, esse índice poderia “inflar” o montante de violência de uma sociedade: se todos os membros fossem aparentados, então umas poucas mortes produziriam uma frequência estatística com uma grande fração de pessoas que perderam parentes próximos”¹². É preciso notar que Chagnon insiste sempre que os Yanomami possuem um alto grau de proximidade por parentesco dentro das aldeias e entre elas. Portanto, no próprio texto de Chagnon¹³, fica o dito por não dito.

Chegamos, portanto, à conclusão do renomado antropólogo inglês Edmund Leach quando diz que “o aparato numérico em que se baseiam essas conclusões

me parece ser em grande medida um complicado jogo em se auto-iludir”¹⁴. Leach referia-se ao trabalho de outros antropólogos sobre outro assunto, mas não deixa de impressionar quão apropriado é seu comentário para o caso presente.

MATADORES COMO SÍMBOLOS SEXUAIS

A tônica do artigo de Chagnon em *Science* está na tentativa de demonstrar que há uma correlação entre o status de “matador” e uma supercapacidade que teriam esses “matadores” para obter parceiras sexuais por captura ou por prestígio. Aqui o chão fica ainda mais movediço do que na sua demonstração em “medir a quantidade de violência” na sociedade Yanomami. Senão vejamos: “I can only speculate about the mechanisms that link a high reproductive success with *unokai* status” (só posso especular sobre os mecanismos que ligam um alto grau de sucesso reprodutivo ao status de *unokai*); ou “achieving cultural success appears to lead to biological (genetic) success” (alcançar sucesso cultural parece levar ao sucesso (genético) biológico)¹⁵.

O argumento de que os supostos 44% de homens adultos que já malaram alguém aumentam seu sucesso reprodutivo pela habilidade que têm de raptar mulheres não resiste ao teste da comparação

de dados. Jacques Lizot, antropólogo francês que vive com os Yanomami, verificou em um grande conjunto de aldeias logo ao norte da área estudada por Chagnon que, de um total de 350 casamentos registrados, apenas 0,9% envolveu rapto de mulheres de aldeias aliadas e 0,8% de aldeias inimigas¹⁶. No entanto, Chagnon insiste em que os homens Yanomami fazem guerra por causa de mulheres¹⁷.

Além do mais, ao afirmar que o prestígio militar dos *unokais* garante o seu sucesso matrimonial e se assemelha ao de “muitas outras culturas, incluindo a nossa” (conquistas sexuais pelo fascínio das fardas?), Chagnon chega às raíais do patético, ao desconsiderar toda a carga político-ideológica dessa colocação, que, em países como o nosso, não deixa de ter um sabor de ironia.

O VELHO MITO HOBBSIANO

Tudo isso demonstra a fragilidade da argumentação supostamente acadêmica de Chagnon em seu esforço de pintar o retrato dos Yanomami como os selvagens violentos que seriam, em suas próprias palavras, “nossos ancestrais contemporâneos”¹⁸. A insistência em focalizar a violência e a competição sexual como o traço dominante da cultura desses índios, na verdade, revela mais sobre Chagnon e a sua sociedade do que sobre os Yanomami. Por sua vez, o sucesso de seu livro *The Fierce People* entre as camadas privile-



giadas da sociedade norte-americana põe a descoberto uma dimensão do Ocidente que nem sempre é visível com tanta nitidez. Quando pensamos que, no dizer de Sahlins¹⁹, o mito de origem da sociedade ocidental está na sua superação e diferenciação do estado hobbesiano da guerra de todos contra todos, começamos a entender por que é tão popular a imagem “chagnônica” dos Yanomami: selvagens ainda livres da influência civilizatória, permanentemente matando-se uns aos outros, em busca de benefícios sexuais. Os Yanomami passam então a ser a encarnação do estado de natureza imaginado por Thomas Hobbes, e são, assim, comparados a bandos de babuínos, a bandos de macacos japoneses, que acabam deslumbrados com a lei e a ordem da sociedade “civilizada”²⁰. Em suma, os Yanomami ficam reduzidos a um conveniente espelho de alteridade selvagem onde se mira satisfeito o homem branco do alto de sua superioridade.

UMA QUESTÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL

Nada disso valeria o esforço de desmascaramento se não fosse pelas devastadoras repercussões dessa imagem negativa para os próprios Yanomami. Em 1976, *Time Magazine* publicou um artigo intitulado “Animalesco ou Humano?” baseado nos escritos de Chagnon, concluindo o seguinte: “implícita nos achados de Chagnon está uma inquietante noção para a antropologia tradicional: a horripilante cultura Yanomami faz sentido em termos de comportamento animal”²¹. Menos de um ano depois, altos funcionários da Funai referiam-se à “agressividade”, “primitivismo” e “decadência física e intelectual” dos Yanomami para justificar um plano de retalhar as suas terras em 21 micro-reservas cercadas de corredores de penetração regional²². A intenção declarada era acabar com as ditas guerras indígenas, trazendo a “civilização” aos Yanomami através da ocupação de suas terras tradicionais por colonos e projetos agropecuários.

Em 1988, a história se repete: um artigo de Chagnon enfatizando a violência e a competição sexual dos Yanomami, a grande imprensa capitalizando o sensacionalismo do exótico, justamente quando a invasão de quase 20.000 garimpeiros em terras Yanomami provoca assassinatos, doenças contagiosas e um estado de caos social comparável à grande corrida do ouro em Serra Pelada. Ao mesmo tempo, por coincidência ou não, um grupo de trabalho interministerial, comandado pelo Conselho de Segurança Nacional, faz um

levantamento da área Yanomami para fins de definir quanta terra lhes será concedida²³.

O custo de ser exótico pode ser tão grande para os Yanomami a ponto de pôr em risco não somente a continuidade de posse do seu território, mas a sua própria sobrevivência física e cultural. Como colocou Shelton Davis a propósito da exploração da violência Yanomai por Chagnon: "quando um povo está sendo exterminado, a opção do antropólogo em descrever esse povo como 'inofensivo' ou 'feroz' é mais do que uma simples questão acadêmica"²⁵.

Em março de 1988, a Associação Brasileira de Antropologia alertou à Associação Americana de Antropologia para os perigos de posturas como a de Chagnon e insistiu na necessidade de levar à consciência dos antropólogos norte-americanos as consequências políticas do que escrevem sobre os povos que estudam. O caso dos Yanomami do Brasil, que têm sofrido um brutal processo de invasão de terras e de dizimação por doenças e ataques armados, processo esse respaldado em representações preconceituosas e discriminatórias baseadas em dúbias conclusões científicas, constitui um exemplo especialmente revelador do que pode acarretar a irresponsabilidade de pesquisadores inescrupulosos. E um caso de extrema gravidade que retrata sem retoques as consequências que a construção de imagens etnográficas distorcidas pode ter para a sobrevivência étnica do povo estudado e que realça de modo dramático a necessidade de se observar o imperativo ético e a responsabilidade social que vêm associadas à prática da antropologia. □

Notas

1. Os artigos em questão são os seguintes: de Napoleon. A Chagnon, "Life histories, blood revenge, and warfare in a tribal population". *Science*, 239, pp. 985-992, 1988: "Anthropologists study homicidal Yanomans. Remote tribe shows streak of violence", *The Los Angeles Times*, 26 de fevereiro de 1988, p. 34; "Sexual competition and violence. Researcher advances new theory for Amazon tribe's homicides", *The Washington Post*, 29 de fevereiro de 1988, p. A3; "Violência, marca dos Yanomami"; *O Estado de São Paulo*, 1 de março de 1988, p. 14; "Antropólogo aponta violência entre índios", *O Globo*, 1 de março de 1988, p. 6.
2. B. Albert, "Temps du sang, temps des cendres. Représentation de la maladie, système rituel et espace politique chez les Yanomami du sud-Est (Amazonie brésilienne)". Tese de doutorado, Universidade de Paris X, Nanterre, 1985.
3. J. Lizot, "L'ethnologie du désenheur". In *Le livre blanc de l'ethnocide en Amérique Latine*, organização de R. Jaulin. Paris: Fayard, p. 216, nota 1, 1972.
4. R. B. Hames, "The settlement pattern of a Yanomami population bloc: a behavioral eco-

logical interpretation". In *Adaptive response of native Amazonians*, organização de R. B. Hames e W. T. Vickers. Nova Iorque: Academic Press, p. 420, 1983.

5. J. R. Shapiro, *Sex roles and social structure among the Yanomama Indians of northern Brazil*. Dissertação de doutorado, Columbia University, p. 120, nota 1, 1972; J. Lizot, "Histoire, organisation et évolution du peuplement Yanomami", *L'Homme*, XXIV (2), p. 35, 1984; M. Colchester, "The Yanomama at war: subsistence, sovereignty and social change in an Amazonian society", manuscrito, pp. 35-42, s.d.
6. N. A. Chagnon, *Studying the Yanomamo*. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, p. 160, 1974.
7. T. F. Melancon, *Marriage and reproduction among the Yanomano Indians of Venezuela*. Dissertação de doutorado, Pennsylvania State University, p. 42, 1982.
8. J. A. Yost e P. M. Kelley, "Shotguns, blowguns, and spears: the analysis of technological efficiency". In *Adaptive response of native Amazonians*, R. B. Hames e W. T. Vickers. Nova Iorque: Academic Press, p. 193, 1983.
9. J. B. Ross, "Ecology and the problem of tribe: a critique of the Hobbesian model of preindustrial warfare", In *Beyond the myth of culture Essays in cultural materialism*, organização de E. B. Ross. Nova Iorque: Academic Press, p. 46, 1980.
10. "Tribe where harmony rules", *The New York Times*, citado em B. M. Knauft, "Reconsidering violence in simple human societies: homicide among the Gebusi of New Guinea", *Current Anthropology*, 28 (4), p. 473, 1987.
11. Albert, op. cit.
12. Chagnon, 1988, p. 991, nota 35.
13. Chagnon, 1988, p. 987, 1974, pp. 133-41.
14. E. Leach "An anthropologist's reflections on a social survey". In *Anthropologists in the field*, organização de D. G. Jongmans e P. C. Gutkind, p. 195. Assen: Vam Gorcum, 1967.
15. Chagnon, 1988, p. 989 e 985.
16. J. Lizot, "Los Yanomami", manuscrito, p. 96-97, 1985.
17. Chagnon, 1988, p. 986, 991, nota 19.
18. N. A. Chagnon, *Yanomamo. The Fierce People*. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, p. 214, (1968) 1983, terceira edição.
19. M. Sahlins, *Critique de la sociobiologie. Aspects anthropologiques*. Paris: Gallimard, cap. IV, 1980.
20. "Beastly or Manly", *Time Magazine*, 10 de maio de 1976, p. 17; N. A. Chagnon, "Genealogy, solidarity, and relatedness: limits to local group size and patterns of fissioning in an expanding population", *Yearbook of Physical Anthropology*, 19, p. 108., 1975. Chagnon termina seu artigo em *Science* com a seguinte passagem: "Um insight especialmente aguçado sobre o poder da lei para impedir as mortes por vingança foi-me dado por um jovem Yanomamo em 1987. Ele aprendera espanhol com missionários e fora mandado para a capital do território para treinamento em enfermagem. Lá ele descobriu a polícia e as leis. Excitado, contou-me que havia falado com (...) o governador do território e solicitara com insistência que levasse a lei e a polícia para os seus compatriotas para que eles não mais se engajassem em guerras de vingança e não vivessem mais com medo constante" (1988, p. 990). O efeito da-

ninho desse parágrafo, que é dispensável ao propósito explícito do artigo, é imediatamente visível nos ecos que produziu nas matérias do *Washington Post* e *O Globo*. Fornece ao Estado os pretextos para o total controle dos Yanomami.

21. *Time Magazine*, op. cit., p. 17.
22. Memos no. 194 e 202 da COAMA/FUNAI, de 1 de junho e de 14 de junho de 1976.
23. Existem atualmente 7 garimpos clandestinos em terras Yanomami; 27 concessões para pesquisa mineral foram obtidas em 1982-86 por indústrias mineradoras e 363 estão em processo de requisição num total que cobre 37% do território Yanomami (CEDI/CONAGE, *Empresas de mineração e terras indígenas na Amazônia*. São Paulo: CEDI, p. 11, 1988).
24. A. R. Ramos, "Reflecting on the Yanomami; ethnographic images and the pursuit of the exotic", *Cultural Anthropology*, 2 (3), pp. 284-304, 1987.
25. S. H. Davis, "The Yanomamo-ethnographic images and anthropological responsibilities". In *The geological imperative. Anthropology and development in the Amazon basin of South America*, organização de S. H. Davis e R. O. Mathews. Cambridge, MA: ARC, p. 23, 1976.

Alicia Rita Ramos é professora titular do departamento de Antropologia da UnB e atualmente coordenadora do NUPEC. Tem realizado pesquisas com os Yanomami do Brasil desde 1968.

Bruce Albert é doutor em Antropologia pela Universidade de Paris X, Nanterre, pesquisador da ORSTOM, França, atualmente filiado ao Núcleo de Pesquisas Etnológicas Comparadas (NUPEC) do Departamento de Antropologia da UnB, através do convênio ORSTOM/CNPq de cooperação internacional. Vem realizando pesquisas entre os Yanomami no Brasil desde 1975.

Resumen

EL EXTERMINIO "ACADÉMICO" DE LOS YANOMAMI

Si forjamos teorías que "comprueben" el peligro del masacrado es más fácil justificar una masacre. Los autores están denunciando un caso de manipulación ética por parte del antropólogo norteamericano Napoleon Chagnon quien coloca a los Yanomami como un "grupo amenazador", y así le otorga "coherencia científica" al exterminio de este pueblo, el que vive en un área riquísima de interés internacional que la hace sumamente codiciada.

Abstract

THE "ACADEMIC" EXTERMINATION OF THE YANOMAMI INDIANS

Forging theories that "prove" the threat posed by the victims makes it easier to justify their massacre. The authors of this article denounce the North American anthropologist Napoleon Chagnon for committing ethical manipulation by depicting the Yanomami as a "threatening group" and thereby providing "scientific coherence" for the extermination of this people that inhabits an area of great international interest, one that is obviously highly coveted.



QUESTÃO INDIGENA

FRONTEIRAS DE PAPEL

o reconhecimento oficial das terras indígenas

João Pacheco de Oliveira Fo.

Parece ser conveniente a desinformação sobre a realidade das terras indígenas no Brasil. O autor alinha os números oficiais, rebate os principais mitos e coloca a questão do uso indevido destas regiões. Para isso foi preciso remontar um quadro mais próximo da realidade a partir de diversas publicações esparsas e a checagem de dados através de colaboradores não ligados ao Estado. Uma avaliação preliminar que deve continuar ainda por muito tempo.

Este artigo tem por finalidade responder a algumas perguntas bem simples mas fundamentais quanto às terras indígenas no Brasil: quantas são as terras reivindicadas e/ou controladas pelos grupos indígenas brasileiros? Quais os graus e modalidades de reconhecimento oficial que têm obtido tais demandas? Como se situam as terras indígenas quanto ao estoque total de terras do país e como podem obstaculizar programas de colonização e desenvolvimento agrário? Por fim, quais são as outras destinações que recebem estas terras, em contradição com a sua utilização pretendida pelos próprios índios?

A resposta a estas questões está fundamentada em uma extensa pesquisa que há quase dois anos vem desenvolvendo uma equipe de trabalho conjunta do Museu Nacional e do CEDI, levantando informações sobre a situação jurídico-administrativa e a ocupação de fato das terras habitadas por grupos indígenas brasileiros. Para isso temos utilizado tanto a documentação oficial existente, quanto temos recorrido a informações diversas, procedentes de uma ampla rede de colaboradores do programa "Povos Indígenas no Brasil", do CEDI, formada por indigenistas e sertanistas, antropólogos e missionários que, no desempenho de suas atividades profissionais, lidam diretamente com tais grupos.

A documentação oficial nunca esteve organizada de modo sistemático e acessível aos interessados, exceto durante curtos períodos na administração do órgão indigenista. O quadro de situação jurídica aqui apresentado foi inteiramente remontado a partir de publicações oficiais (Diário Oficial da União, Boletim Administrativo da Funai, Legislação, documentos diversos encontrados no Congresso Nacional e em ministérios relacionados), a sua constituição funcionando como um verdadeiro teste dos informes anuais divulgados pela Funai para outros órgãos governamentais e para as agências financiadoras. Os dados, obtidos de diferentes fontes e com gêneros e destinações específicas, foram reunidos e comparados através de uma avaliação criteriosa, complementada por informações provenientes da rede de colaboradores, sendo depurados e/ou explicitados os incontáveis equívocos verificados (que vão de erros no registro do território, população ou localização dos grupos, até grafias e formas múltiplas de referência a povos e grupos locais) e explicitadas as dúvidas e ambigüidades que por ora ainda não se conseguiu superar. A descrição da metodologia de trabalho adotada nessa pesquisa está apresentada na Nota Metodológica da listagem das terras.

A divulgação de parte do material assim coligido pretende fornecer à opinião pública um amplo subsídio de natureza factual e crítica, orientado de acordo com as preocupações de rigor científico e de produção de conhecimentos sobre a eficácia e a significação de uma política governamental. Apesar desses cuidados, o texto está escrito de forma didática, em um diálogo com um público amplo e diferenciado, apresentando um conjunto de informações e interpretações que supomos prescindam de um conhecimento anterior. A idéia de responder a questões específicas colocadas pelo senso comum e pelo bom senso da sociedade condiciona o estilo e o tom do texto, omitindo alusões a pontos que trabalhos de outros antropólogos e advogados discutem com maior profundidade.

O QUE SÃO AS "TERRAS INDÍGENAS"?

Ao falar em terras indígenas estamos, antes de tudo, nos situando no bojo de uma definição jurídica, materializada na Constituição Federal em vigor (art. 4º parágr. 4º e art. 198), bem como em legislação específica (Lei 6.001/73, arts. 17 a 38). Trata-se do habitat de grupos que se reconhecem (e são reconhecidos pela sociedade) como mantendo um vínculo de continuidade com os primitivos moradores de nosso país. A noção de habitat aponta a necessidade de manutenção de um território, dentro do qual um grupo humano, atuando como um sujeito coletivo e uno, tenha meios para garantir a sua sobrevivência físico-cultural.

Para atingir tal *desideratum* as terras indígenas são enquadradas como bens sob o domínio da União, no intuito de colocar a sua defesa diretamente na esfera de atuação do Estado, considerando-a como questão de relevância e que deve inspirar cuidados especiais. Cabe ao Estado, ainda, promover o reconhecimento administrativo das terras dos índios, resguardando-lhes a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas ali existentes.

Contudo, cabe frisar que o direito dos índios é originário e decorre de sua conexão sócio-cultural com povos pré-colombianos que aqui habitavam. Tal direito não procede do reconhecimento pelo Estado (nem é anulado pelo não reconhecimento), mas decorre do fato mesmo da sobrevivência atual dos grupos humanos que se identificam por tradições ancestrais e que se consideram como etnicamente diferenciados de outros segmentos da sociedade nacional.

Interpretações maldosas alegam que assim seria indígena todo território nacional. Não é isto, obviamente, que a lei pretende. Ainda que houvesse evidências da presença de povos indígenas em um passado remoto em todo e em algum ponto específico do território nacional, isso por si só não definiria o conjunto das terras indígenas (ou qualquer uma delas em particular). Para tanto, é condição necessária e suficiente a existência atual de uma coletividade que se identifica como indígena e que se reproduz regularmente dentro de um mesmo espaço físico. É para tais grupos humanos – os quais muitas vezes foram deslocados para locais distantes de seus territórios tradicionais, que raramente tiveram condições de sustentar – que a lei prescreve o direito sobre o seu habitat, cuja destinação exclusiva cabe ao Estado garantir. Promover a demarcação da terra indígena é tarefa da União, reconhecendo administrativamente o habitat de um grupo ou comunidade tribal, viabilizando a continuidade econômica e sócio-cultural daquela coletividade.

Nesse sentido é de se destacar o caráter humanitário e progressista da atual legislação indigenista brasileira, evitar que se repitam em pleno século XX a destruição física e cultural de povos inteiros, como ocorreu na África, na América Latina e no Oeste Americano. A postura da legislação brasileira, diferentemente de diversas elaborações procedentes de outros países e períodos históricos, sendo compatível com uma modernidade, caracterizada pela ampliação de valores democráticos, pela crítica ao racismo e às diversas formas de preconceito, pela consciência de que o mundo é uma aldeia global, que o desenvolvimento econômico deve se compatibilizar com fins sociais e a proteção ambiental.

A SITUAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DAS TERRAS INDÍGENAS

Quantas são as terras indígenas existentes no país e em que medida o Estado, através do seu órgão indigenista, já procedeu ao seu reconhecimento? Tal é a questão que procuramos abordar em seguida, apoiando-nos em dados desta pesquisa.

A sistemática administrativa de reconhecimento das terras indígenas tem vari-

ado bastante ao longo do tempo, regulamentada por decretos, portarias e instruções normativas emanadas do SPI, Funai e de outras instâncias governamentais. Pode-se distinguir três tipos de terras indígenas, contrastantes por suas finalidades e natureza: a) as áreas de posse permanente dos índios, que constituem o seu habitat e cuja eficácia legal independe inclusive de ato demarcatório; b) as áreas reservadas pelo Estado para os índios, podendo constituir-se em reservas e parques (além de outras unidades não atualizadas, como o território federal indígena); c) as terras dominiais recebidas pelos índios em virtude de ações do direito civil, como a doação, compra e venda ou permuta. O primeiro tipo configura uma forma de ação posterior à Lei 6.001/73 e exclusivamente ativado pela Funai; o segundo, embora seja uma forma típica de ação do SPI, é igualmente atualizado em algumas situações pela Funai; o terceiro provém de termos de doação, principalmente anteriores à República. No primeiro tipo os títulos dominiais de brancos existentes dentro dessas terras são nulos de pleno direito e deveriam ser anulados por iniciativa do órgão tutor; no segundo, caberia o instrumento da desapropriação por utilidade pública.

Em termos da sucessão de fases que compõem o processo de reconhecimento das terras indígenas pelo Estado podem ser estabelecidos, de modo lógico, cinco graus (que por sua vez podem ser subdivididos e assim equiparados a modalidades concretas e historicamente datadas). Por ora não destacaremos as sub-fases, descrevendo esquematicamente o processo de demarcação por meio de cinco fases logicamente articuladas, mas conceitualmente distintas, que existem necessariamente em qualquer situação histórica (embora possam ser viabilizadas por desmembramento em diversas sub-fases, ou, ao contrário, pela associação de fases diferentes em um único ato administrativo)¹

A condição inicial, a das terras não-identificadas, corresponde a um verdadeiro "ponto zero" do processo demarcatório, uma situação na qual o Estado ainda nada fez em termos positivos. Frequentemente, o que se sabe nessas circunstâncias é pouco mais do que uma localização muito precária, sendo usuais os casos de desconhecimento da origem étnica e lingüística, ou mesmo de completa ausência de dados quantitativos e qualitativos sobre a população e a extensão de terras ocupadas. Esta fase reagrupo as categorias "Sem providência" e "Em identificação" da listagem.



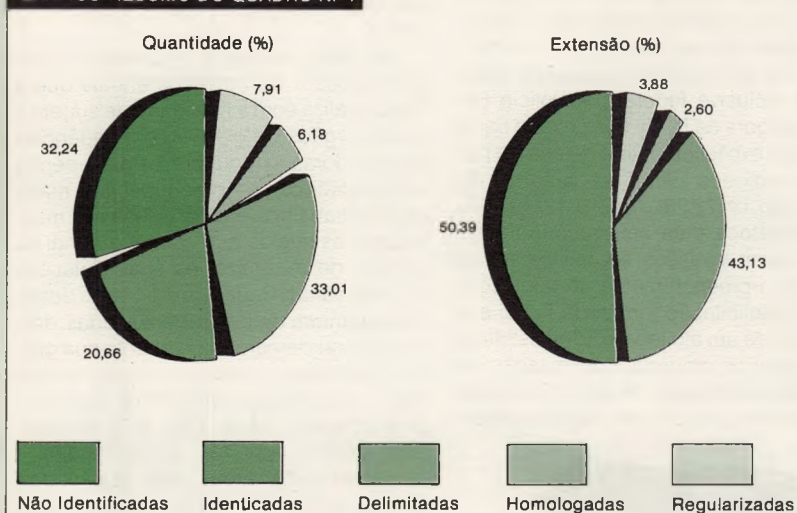
PROCESSO DE RECONHECIMENTO DAS TERRAS INDÍGENAS PELO ESTADO BRASILEIRO Número de terras, fase, extensão (ha) e população

Fase do processo de demarcação	QTD	%	Extensão (ha)	%	População	%	Categorias da Listagem (Subfases)	QTD	%	Extensão (ha)	%	População	%
Não Identificadas (1)	167	32,24	0	0	10.245	4,8	Sem Providência	124	23,94	0	0	4.490	2,10
							Em Identificação	43	8,30	0	0	5.755	2,70
Identificadas (2)	107	20,66	37.520.703	50,39	67.290	31,54	Identificada	91	17,57	18.672.842	25,08	43.584	20,43
							Interditada	16	3,09	18.847.861	25,31	23.706	11,11
Delimitadas (3)	171	33,01	32.117.459	43,13	96.505	45,23	Delimitada	83	16,02	18.577.707	24,95	49.178	23,05
							Dominial Indígena	06	1,16	21.903	0,03	3.641	1,71
							Reservada (s/Registro em CRI)	19	3,67	11.201.191	15,04	12.575	14,58
							Reservada/SPI (s/Registro em CRI)	63	12,16	2.316.658	3,11	31.111	5,89
Homologadas	32	6,18	1.940.628	2,60	18.036	8,45	Homologadas	32	6,18	1.940.628	2,61	18.036	8,45
Regularizadas (4)	41	7,91	2.887.359	3,88	21.76	9,98	Regularizada	27	5,21	2.648.229	3,56	8.675	4,07
							Reservada (c/Registro em CRI)	01	0,19	167.542	0,22	756	0,36
							Reservada/SPI (c/Registro em CRI)	13	2,51	71.588	0,09	11.845	5,55
TOTAL	518	100	74.466.149	100	213.352	100		518	100	74.466.149	100	213.352	100

QUADRO 1

Fonte: Pesquisa CEDI/Museu Nacional. 20/10/87.

GRÁFICO RESUMO DO QUADRO Nº 1



Fonte: LISTAGEM CEDI/MUSEU NACIONAL. 20/10/87

Notas do Quadro Nº 1:

(1) Para 94 áreas ao todo, sendo 71 áreas sem providências e 23 em identificação não se dispõe de dados relativos à população.

(2) Para 8 áreas identificadas e 1 interditada não se dispõe de dados relativos à população. Três áreas identificadas não dispõem de dados para extensão.

(3) Para 3 áreas delimitadas, 2 reservadas s/registro em CRI e 2 áreas reservadas/SPI s/registro em CRI não se dispõe de dados relativos à população, isto é, para 7 áreas ao todo.

(4) Apenas sobre uma área regularizada não se dispõe de dados relativos à população.

A segunda condição é a das áreas que tiveram alguma forma primária de reconhecimento por parte da Funai, englobando atos administrativos que procedem a uma identificação preliminar (documentos avulsos, plantas e relatórios de Grupos de Trabalho da Funai), ou que definem e encaminham uma proposta de delimitação, ou ainda que estabelecem uma interdição (em caráter temporário) de uma dada área. O termo identificadas está empregado para designar esta fase, aglutinando as categorias "Identificada" e "Interditada" da listagem.

A fase seguinte é a da delimitação, que indica a existência de um ato administrativo, de valor reconhecido por lei ou decreto, que estabeleça os limites físicos de uma área e a reconheça como destinada aos índios. A delimitação, em diferentes momentos da história do indigenismo, ficou a cargo de autoridades diversas (presidente da Funai, ministros de Estado e presidente da República), implicando distintos diplomas legais (editais, portarias de delimitação, portarias interministeriais e decretos).

É com base no ato de delimitação que se procede à demarcação de uma área indígena, que vem colocar no terreno os limites topográficos anteriormente fixados. A demarcação corresponde à materialização de uma intenção legal, fazendo parte de um conjunto de dispositivos homologatórios pelo qual o Estado ratifica e retifica (uma vez que a demarcação física sempre acarreta certo reajuste nos limites e na superfície total) uma delimitação precedente. A competência de homologação é restrita à Presidência da República, sendo executada mediante decreto². Há de fato situações (como o caso de áreas dominiais ou reservadas por decretos estaduais e federais e que tenham sido demarcadas fisicamente com registro posterior em Cartório de Imóveis) em que o ato homologatório é prescindível, uma vez que diplomas anteriormente concedidos já têm efeito legal equivalente.

A fase final, dita de regularização, compreende as ações de matrícula da terra indígena no Serviço de Patrimônio da União (SPU), e de registro nos cartórios locais de Registro de Imóveis. É somente após a conclusão dessas providências que a posse de uma terra por índios se torna tão documentada quanto os títulos dominiais dos brancos, com ampla aceitação e reconhecimento pelas autoridades estaduais e municipais.

O quadro 1 apresenta a situação atual do processo de reconhecimento das terras indígenas pelo Estado brasileiro, indicando para cada uma das cinco fases a quantidade de áreas, a extensão total des-

sas áreas e o volume de população indígena que abrigam. O quadro correlaciona essas fases com as categorias da listagem, fornecendo os dados globais, e os percentuais em relação a eles, dando uma idéia geral da população e das terras indígenas existentes no país.

Do quadro depreende-se o peso das pressões e ameaças que existem sobre o habitat dos grupos indígenas e que tornam extremamente vulnerável a sua continuidade sócio-cultural. É em virtude disto que ocorre uma ampla supremacia das fases iniciais do processo, aquelas onde a posse indígena é apenas um acontecimento de fato, sem o estabelecimento de maiores garantias administrativas. Do total, para 17% das terras indígenas no país não se dispõe de quaisquer dados de população, bem como para 33% não se dispõe do dado extensão.

Das 518 áreas inventariadas, 167, ou seja, um terço do número total, estão absolutamente sem qualquer proteção oficial da parte do órgão indigenista, a Funai, o tutor legal dos índios. Sobre essas terras paira um quase completo desconhecimento, inexistindo dados significativos sequer quanto ao contingente demográfico e ao território-base. Dentre estes índios, cuja existência se encontra gravemente ameaçada, destaca-se a presença de 37 dos chamados índios isolados, isto é, de grupos étnicos que não mantêm qualquer relação regular com a sociedade nacional!

Dos grupos indígenas de que a Funai já tomou conhecimento, mais da metade de suas terras (50,39% em extensão) permanece na etapa inicial do processo administrativo, isto é, são consideradas meramente identificadas. Em tais circunstâncias a existência e o caráter indígena dessas comunidades, bem como o reconhecimento de seu habitat, são questionados por autoridades municipais, estaduais e inclusive federais. A Polícia Federal – embora na lei de sua criação fique estipulada explicitamente a defesa do patrimônio indígena (item f do parágrafo 4º, do Decreto nº 73.332, de 19/12/1973) – não se desloca para uma área indígena para prevenir invasões e conflitos senão mediante o preenchimento de duas condições: a solicitação formal da Funai e a existência de um ato legal e administrativo que no mínimo proceda à delimitação da área. Em tal situação de posse precária estão próximo de 31,54% da população

indígena, fragilizados perante as investidas dos grupos econômicos e dos potentes locais.

Na condição de delimitadas, contando-se entre essas as áreas reservadas pelo antigo SPI e as dominiais havidas por escritura pública de doação ou por ato do imperador Pedro II, estão 171 áreas (ou 33,01% do número total de 518), abrangendo aproximadamente 43,13% da extensão das terras indígenas e acolhendo 45,23% da população global. Mais adiante se mostrarão as outras destinações que foram dadas a estas áreas, fora de seu uso, pelos próprios indígenas.

Nas etapas finais do processo, encontra-se um número ínfimo de áreas. As homologadas correspondem a 6,8% do número de áreas inventariadas, atendendo a 8,45% da população e totalizando somente 2,60% da extensão de terras indígenas.

Por sua vez as 41 áreas efetivamente regularizadas representam apenas 3,88% da extensão das terras indígenas e abrigam menos de um décimo do volume demográfico total.

Sintetizando, poderíamos dizer que tais números expressam claramente a baixa eficácia administrativa do órgão tutor no cumprimento das disposições legais e constitucionais quanto aos indígenas.

AS AMEAÇAS SOBRE O HABITAT INDÍGENA

Os dados compilados pela Funai sobre as terras indígenas apresentam uma grave deformação: superdimensionam os fatos e valores concernentes ao processo formal de regularização (com as suas diferentes fases) e subestimam – quando não omitem inteiramente – os dados sobre a posse e o uso efetivo das terras pelos índios.

Em geral, os dados procedem de programações e de balanços anuais que a Funai realiza com a finalidade de sugerir a outros órgãos de governo e às agências financiadoras o seu bom desempenho administrativo. A preocupação maior desses trabalhos é a de ressaltar a magnitude das tarefas que cabem à Funai no sentido de maximizar as suas dotações orçamentárias. Cada administração destaca o quantum de terras identificadas, delimitadas ou demarcadas durante sua gestão, buscando apresentar cifras numéricas que a enquadrem como a mais eficiente possível. Neste jogo as preocupações com o rigor são abandonadas, e freqüentemente áreas são duplicadas, inflacionando-se o cômputo geral.

O mais grave, contudo, é que inexistem



qualquer levantamento oficial sobre as formas e graus de intrusão das terras indígenas, que são apresentadas como se fossem áreas inteiramente reservadas aos índios. Não há qualquer notícia sobre a presença de invasores (grileiros, posseiros e fazendas), sobre a construção de barragens e hidrelétricas, sobre a pesquisa e exploração mineral e os garimpos lá existentes, sobre as estradas e ferrovias que as cortam, etc.

No sentido de avaliar o vulto das ameaças de outras destinações dadas às terras indígenas, realizamos um levantamento inicial, de sentido exploratório e valor meramente indicativo, sobre atividades executadas e/ou projetadas por não-índios e em seu próprio interesse. Baseando-nos em diversas fontes existentes, registramos o número e a extensão de áreas indígenas utilizadas respectivamente para garimpagem por não-índios; onde existem atos ou solicitações de pesquisa de lavra de minério; onde haja presença ou ameaça de presença de unidades do complexo energético (hidrelétricas planejadas, construídas e em construção); e por onde passam ou estejam planejadas vias de transporte terrestre (estradas federais, estaduais e ferrovias). No quadro 2 coloca-se ainda a proporção da terra indígena (em termos de extensão) que cada uma dessas atividades intenta utilizar, indicando tam-



bém totalizações por fase do processo demarcatório.

A garimpagem é um bom exemplo de como o habitat indígena e os recursos naturais ali existentes têm sido muito pouco utilizados em benefício dos nativos, e sim de outros interesses ali implantados. Há registro de existência de garimpos não-indígenas em 22 áreas cujo total representa quase 30% (29,28% mais exatamente) das terras indígenas. Somente em uma parte desses casos (13 em 22) os índios mantêm alguma atividade de garimpagem por si próprios, no entanto isso ocorrendo sempre concomitantemente com a presença de garimpos não-indígenas, inclusive de alguns que também utilizam a mão-de-obra indígena.

A intervenção de empresas mineradoras dentro do habitat dos índios é outro fator alarmante. Quase 70% (ou, mais precisamente, 69,06%) das terras indígenas estão sofrendo alguma forma de injunção de empresas mineradoras, o que se conhece através de levantamento realizado pelo Grupo de Estudo CEDI/CONAGE dos requerimentos para pesquisa e exploração com alvarás de autorização de pesquisa, encaminhados ao DNPM e à Funai.

Constata-se que a maioria dessas solicitações afeta terras de povos indígenas nas primeiras fases de reconhecimento oficial, representando 78% das terras apenas identificadas pela Funai. A menor incidência ocorre nas áreas regularizadas, que apesar de representarem 57,70% do total das terras indígenas, mostra que a pressão sobre a utilização dessas terras por mineradoras é relativamente menor quando as áreas já avançaram no processo demarcatório e estão melhor documentadas já com registro em Cartórios de Imóveis municipais.

Os planejamentos energéticos frequentemente têm ignorado a existência de grupos indígenas em áreas onde estão programadas a construção de hidrelétricas e barragens, ou a passagem de linhas de transmissão. Existem hidrelétricas em construção que afetam 8 áreas indígenas, enquanto outras 4 já sofreram redução de sua área ou deslocamento de comunidades. As unidades energéticas existentes e as constantes em planejamentos governamentais afetam um total de 40 áreas indígenas, que por sua vez representam em termos de extensão quase 40% (ou mais exatamente 39,28% do universo total) das terras indígenas. Verifica-se aí, também, a tendência de que as terras regularizadas apresentem índices menores de utilização (atual ou futura) pelo sistema energético.

REGISTRO DA PRESENÇA DE OUTRAS DESTINAÇÕES DA TERRA INDÍGENA

Número, extensão (ha) e proporção das terras, por forma de destinação e fase do processo de regularização.

Fases do processo de demarcação	GARIMPOS			MINERAÇÃO			HIDRELÉTRICAS			ESTRADAS		
	N.	EXTENSÃO	% TI	N.	EXTENSÃO	% TI	N.	EXTENSÃO	% TI	N.	EXTENSÃO	% TI
Não identificadas	1	—	—	6	—	—	2	—	—	2	—	—
Identificadas	7	12.542.115	33,43	27	29.298.906	78,09	12	13.432.808	35,80	21	24.608.378	65,59
Delimitadas	7	9.187.486	28,61	27	19.029.517	59,25	21	15.290.440	47,61	33	11.964.745	37,25
Homologadas	7	74.988	3,86	8	1.426.604	73,51	2	156.400	8,06	10	611.162	31,49
Regularizadas	—	—	—	11	1.669.629	57,83	3	367.232	12,71	7	368.288	12,75
TOTAL	22	21.804.589	29,28	79	51.424.658	69,06	40	29.246.880	39,28	73	37.552.573	50,43

QUADRO 2

Fontes: Pesquisa CEDI/Museu Nacional, 20/10/87.

Pesquisa CEDI/CONAGE, set. 1987.

Mapa Áreas Indígenas e Grandes Projetos (CEDI/CIMI/IBASE/GhK), 1986.

Mapas Rodoviários. Ministério dos Transportes/DNER, por unidade da Federação, 1985/1986.

As estradas e ferrovias que cortam ou estão projetadas de modo a cortar as áreas indígenas também constituem um fator importantíssimo de redução de uso dessas em proveito dos próprios índios. As vias de transporte terrestre existentes e/ou projetadas, que pertencem à União ou aos estados, bem como as constantes de planos governamentais, atravessam 73 áreas indígenas cujo total em termos de extensão representa 50% (ou mais exatamente 50,43%) das terras indígenas.

Observa-se aí também que o grau de reconhecimento oficial das terras indígenas está inversamente relacionado à presença de estradas e ferrovias. Enquanto as áreas indígenas a serem atravessadas por rodovias atingem 65% da extensão total das terras identificadas, limitam-se a 12% das terras regularizadas. O que parece confirmar o fato – já registrado no caso das hidrelétricas e das empresas de mineração – de que as terras indígenas demarcadas e com registro em cartório são menos suscetíveis a pressões quanto à sua utilização por interesses estranhos aos índios.

A margem de utilização de terras indígenas em detrimento dos índios e em benefícios de outros interesses é assustadora. Em 167 áreas indígenas verifica-se alguma forma já viabilizada ou programada de utilização do habitat para outros fins. Isto corresponde a 1/3 do número de áreas e como extensão fica na ordem de 86,65% do total das terras indígenas. Cabe reiterar que aqui não estão computadas as invasões dos territórios indígenas por fazendas, posseiros, extratores, etc. Situação quase generalizada nas áreas indígenas e sobre a qual inexistem dados confiáveis sistematizados.

Vale destacar por último que há registro de dez grupos indígenas (Vide nºs 368, 378, 379, 396, 465, 478, 515 e 517 – áreas sem providência – 419 e 471, em identificação), cujo habitat está sendo ameaçado por garimpos, estradas e hidrelétricas, sem que a Funai disponha de informações substantivas ou já tenha realizado algo de concreto para evitar a sua destruição iminente.

AS CRÍTICAS À POLÍTICA INDIGENISTA

No final da década de 70 surge um conjunto de críticas à política indigenista que se apóia em dados estatísticos e evita assumir uma postura antiindígena. São, em geral, argumentos de empresários, advogados, políticos e técnicos de órgãos públicos, cujos interesses profissionais colidiam com a atuação da Funai no



âmbito regional, contra a qual voltavam todo o seu questionamento. O fato básico de que partiam era a constatação de que os índios no Brasil são em número muito pequeno (avaliados em 150 mil, então) e que constituíam apenas 0,1% da população total. Ainda hoje atuantes, qualificam de absurdas e mal-intencionadas as ações da Funai no sentido de reservar grandes áreas para os índios, estabelecendo demarcações que nada têm a ver com as necessidades efetivas de grupos numericamente reduzidos. Reclamam que a imobilização de vastas dimensões de terras produtivas, que o Estado destina aos índios, vem a prejudicar seriamente o futuro desenvolvimento regional, restringindo o mercado de terras e ameaçando a expansão da fronteira agrícola. Outras razões econômicas podem ser aduzidas de acordo com a conjuntura econômico-política, como o risco de prejudicar as exportações ou a importância de priorizar a produção de alimentos para o mercado interno.

Antes disso, porém, caberia um breve registro. Tais críticas não deixaram de produzir algum resultado junto a importantes círculos governamentais, repercutindo em novas normas quanto ao processo demarcatório: a Exposição de Motivos 062/80, que prevê a indenização de benfeitorias de boa fé implantadas por não índios em áreas indígenas; o Decreto 88.118/83 que cria um Grupo de Trabalho Interministerial – Funai, MINTER e MEAF – para avaliar as propostas de delimitação de áreas indígenas elaboradas pela Funai; o Decreto 92.470, de 18/03/1986, que aprova novo Estatuto para a Funai, dispondo concomitantemente sobre a reestruturação do setor conexo, agora intitulado Superintendência de Assuntos Fundiários; e, por fim, os Decretos 94.945, de 23/09/1987 que reformula o próprio processo de regularização de terras indígenas, bem como redefina o Grupo de Trabalho Interministerial do Decreto 88.118, alocando sua presidência ao MINTER e prevendo a participação regular do Conselho de Segurança Nacional (CSN); e 94.946, da mesma data, que estabelece diferencialmente as figuras de área indígena e colônia indígena, a serem aplicadas às terras indígenas, em função de diferentes “graus de aculturação” a serem atribuídos pela Funai. Paralelamente a essas modificações legais, caberia destacar em especial a chamada rees-

truturação da Funai, ocorrida no ano de 1986, onde foram redefinidas todas as suas unidades administrativas e demitida ou transferida a maior parte de seu quadro técnico (sertanistas, antropólogos, engenheiros, indigenistas).

Certamente esse conjunto de fatores legais e administrativos alterou substancialmente a postura da Funai quanto à demarcação das terras indígenas. Em carta endereçada aos Srs. Constituintes, o atual presidente da Funai critica pesadamente as consequências da política de demarcações do órgão em gestões anteriores, e formula explicitamente que “em termos absolutos e relativos” a situação das terras indígenas apresenta “dados positivamente exagerados, que não se sustentam quando submetidos a uma análise abrangente mais séria”. A seguir indica alguns dados numéricos, comparando as terras indígenas com a superfície de estados e países estrangeiros, o que remete o leitor, sem que a carta o diga com todas as letras, a uma indução simples: é absurdo destinar tanta terra a tão poucos índios. Um tema já bem conhecido, que dá um tom moderno ao que antes eram argumentos racistas, desenvolvido há menos de uma década por quem se contrapunha à tradição indigenista no Estado brasileiro.

Tais formulações dos inimigos da Funai e da Funai atual merecem, no entanto, ser discutidas detalhadamente, e uma vez que encampadas por alguns grupos econômicos têm obtido grande destaque pela imprensa e parecem cada vez mais condicionar a forma e a intensidade da política indigenista. É o que faremos a seguir, focalizando cada um de seus argumentos básicos: a) o aspecto demográfico; b) a improdutividade do índio; e c) a limitação do mercado de terras.

MUITA TERRA E POUCO ÍNDIO?

Vejamos o primeiro ponto. Falar que a população indígena é numericamente irrelevante pode ter sentido em uma análise estatística que reduz a um conglomerado abstrato, homogêneo e contíguo, toda a população do país. Constitui, no entanto, um grande equívoco quando aplicado a níveis menos inclusivos de análise, onde se faz presente a heterogeneidade do país. Ao focalizar a presença indígena no âmbito de estados, microrregiões e municípios, confrontamo-nos com um quadro inteiramente diferente. A maioria dos povos indígenas hoje existentes conseguiu sobreviver na chamada Amazônia Legal, onde foi mais recente a penetração das frentes de expansão (agrícola, pastoril e extrativista, entre estas a mineradora).

Atualmente 48% da população indígena habitam na região Norte, perfazendo um total de 102.490 indivíduos, o que corresponde a três vezes a população rural de Roraima e 1,5 vezes a do Amapá (vide Censo Demográfico, IBGE, 1980).

Pensando em termos de unidade da Federação, verifica-se que em Roraima os índios perfazem 72% da população rural e no Amazonas chegam a quase 100%. É no âmbito das microrregiões e dos municípios que transparece mais nitidamente a presença indígena, que se concentra de modo privilegiado em certas áreas dos estados. Apenas para exemplificar com um caso, o dos índios Ticuna, as suas comunidades somam 23,8% da população rural do município de Benjamin Constant, 32% do município de Santo Antônio do Itá, 64,6% de São Paulo de Olivença e 75,5% de Amaturá! Existem

outros municípios, como os de Normandia e Alto Alegre (RR), ou São Gabriel da Cachoeira, Iauaretê e Tabatinga (AM), onde a população rural é maciçamente indígena.

No quadro 3 são indicados 30 municípios onde a presença indígena é especialmente destacada entre a população rural. Além de outras situações extremas – como Tabatinga (AM), Normandia (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Gomes Carneiro (MT) – cabe observar que existem 10 casos onde a população indígena excede os 20% da população rural do município, revelando-se assim como bastante significativa do ponto de vista do mercado de terras e de força de trabalho, além de virtualmente poder assumir expressão político-eleitoral. Tais cifras mostram quanto podem ser enganosas as inferências sobre a problemática indígena que transferem automaticamente ao âmbito de re-

giões e municípios o fato genérico da pequena significação demográfica (0,16%) da população indígena face ao total da população brasileira.

A RELAÇÃO HA/ÍNDIO

O segundo ponto, o caráter extensivo e a relativa ineficácia da ocupação indígena tem alguns argumentos de desenvolvimento recente. O mais forte deles, de natureza numérica e pretensa objetividade, é a chamada relação hectares/índios, i.e., quantos hectares existem para cada índio. Há indícios de que esse critério provém de experiências dos militares em organismos voltados para a solução de conflitos fundiários (GETAT e MEAF/CSN), tendo sido recentemente incorporado pela Funai³.

Há que se ter cuidados especiais quando se conduz uma análise estatística focalizando pequenos grupos ou dados de natureza cultural e qualitativa, como é o caso, por exemplo, da avaliação do que constitui o habitat de um povo, que envolve critérios e variáveis específicas e dificilmente quantificáveis. Os fatores que um grupo étnico considera como básicos e necessários para integrar o seu território decorrem de coordenadas culturais e particulares, provenientes de seu sistema econômico, da sua forma de parentesco e organização social, de sua vida cerimonial e religiosa. Uniformizar todas essas variáveis através de um único indicador que associe genericamente um indivíduo a um dado montante de terra corresponde a um exercício inútil e perigoso de esquematismo, uma tentativa de criar uma ilusão de rigor que obscurece o avanço do conhecimento e remete a falsas direções.

Ademais, todo analista sabe que as conclusões atingidas em grandes grupos, com o uso de dados agregados, não são automaticamente transportáveis para pequenos grupos, onde necessariamente é preciso destacar propriedades e necessidades específicas.

Ainda que não leve em conta tais ressalvas, a apresentação de dados quantitativos sobre as terras indígenas deve ser realizada com os devidos cuidados técnicos para evitar ilações infundadas. Pretender confrontar a ocupação dos indígenas e dos "brancos", onde esta última seria medida através da relação entre população total e extensão geográfica de cada unidade da Federação, significa incorrer em erro crasso pela má escolha de indicadores sociais. Primeiro, a variável população inclui não somente os brancos que moram no meio rural, mas também os que residem nas grandes capitais, como

COMPARAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO INDÍGENA E POPULAÇÃO RURAL NO ÂMBITO DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS

MUNICÍPIO	UF	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO INDÍGENA	% POP. INDÍG./ POP. MUNICÍPIO
Alto Alegre	RR	4.441(*)	961	21,64
Amambai	MS	27.501	4.576	16,64
Amarante	MA	14.364	2.899	20,18
Amaturá	AM	1.734	1.310	75,50
Aquidauana	MS	11.202	3.531	31,52
Aripuanã	MT	10.461	1.077	10,30
Barra do Garça	MT	14.760	3.316	22,47
Benjamin Constant	AM	7.522	1.780	23,80
Boa Vista	RR	24.970	4.199	16,82
Boca do Acre	AM	14.829	1.030	6,95
Bonfim	RR	5.318(*)	1.221	22,96
Caarapó	MS	12.600	1.770	14,05
Diamantino	MT	7.813	1.341	17,16
Dourados	MS	22.308	4.491	20,13
Feijó	AC	15.515	1.672	10,78
Floresta	PE	24.202	3.582	14,80
Gal. Gomes Carneiro	MT	2.600	1.472	56,62
Grajaú	MA	47.236	4.321	9,15
Itaituba	PA	18.186	4.105	22,57
Lábrea	AM	14.071	1.544	10,97
Miranda	MS	14.858	3.382	22,76
Normandia	RR	9.908(*)	9.186	92,71
Piauíni	AM	8.197	1.349	16,46
Sto. Antonio do Itá	AM	6.624	2.120	32,00
S. Paulo de Olivença	AM	8.203	5.300	64,60
S. Gabriel da Cach.	AM	15.759	14.220	90,23
Tabatinga	AM	1.224	5.000	80,30
Tapauá	AM	14.797	1.657	11,20
Tarauacá	AC	15.250	1.844	12,09
V. Bela da S. Trindade	MT	7.901	634	8,02

QUADRO 3

(*) Como inexistem dados atualizados para a população rural dos municípios, a fonte utilizada para a coluna intitulada "população rural" foi o Censo Demográfico de 1980, do IBGE. Para municípios criados posteriormente utilizou-se o Anuário Estatístico do Brasil, 1986, também do IBGE. Nestes casos, indicados por um asterisco, só se pôde obter dados sobre a população do município, como um todo, e não da população rural. Ademais as cifras correspondem a estimativas (e não efetivamente a pessoas pesquisadas) a partir de projeções dos dados contidos no Censo de 1980 (já citados).

São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, e em um extenso repertório de cidades de porte grande, médio e pequeno nos diversos estados da União. Segundo, a variável superfície computa todo o espaço geográfico de cada unidade da Federação, englobando tanto o universo urbano/industrial quanto o meio rural. Não é lícito, do ponto de vista analítico, comparar a necessidade de terra de um grupo rural, qualquer que ele seja (indígena ou não), com outro de características urbanas. A significação que tem sido dada à relação ha/índio sugere ou um profundo desconhecimento de noções elementares de geografia humana e estatística, ou corresponde ao mau uso de supostos recursos técnicos com finalidade de truncar e deformar os fatos. A conclusão de uma análise que opera com tais indicadores só poderia ser uma obviedade – em todos os estados da Federação os brancos formam um grau de ocupação mais intenso do espaço do que o dos índios. Ou seja, um trabalhador industrial ou um empregado do setor terciário ocupa menos espaço físico do que um agricultor, ou pecuarista ou extrator! Como os índios participam do segundo, e não do primeiro grupo, a balança de uma comparação entre grupos “racialmente distintos” pesará sempre para um mesmo lado. Desse truismo se pretende obter uma demonstração numérica do exagero das áreas indígenas. Note-se que aqui dados numéricos e a pretensa objetividade são necessários como efeito ideológico, pois os velhos preconceitos racistas rondam de fato a assepsia do experimento.

Se do ponto de vista de uma política governamental há necessidade de estabelecer critérios para normatização das ações, o caminho adotado até agora é inteiramente equivocado. Para refletir sobre a ocupação do meio rural existem outros indicadores melhores, delineados dentro de programas e órgãos governamentais voltados especificamente para a questão fundiária. Uma alternativa bem mais correta seria a de trabalhar com os dados provenientes do cadastramento de Imóveis Rurais realizado pelo INCRA, tomando certas variáveis globais, como a extensão total dessas unidades e o número total de pessoas ali efetivamente ocupadas (Vide quadro 4).

Apenas como exercício, se refizéssemos o quadro apresentado pela Funai, substituindo a superfície e a população total dos estados respectivamente pela área total e pelo número de pessoas ocupadas nos imóveis rurais chegaríamos a conclusões inteiramente contrastantes com aquelas extrapoladas pelo presidente da Funai.

Mesmo operando com um indicador extremamente perigoso como a relação ha/índio – que para ser utilizado como instrumento de análise de uma política governamental (indigenista) deveria ser bastante complexificado e refinado, de acordo com todas as ressalvas acima por nós indicadas –, os resultados mostram que em muitas unidades da Federação a média de ocupação por habitante de cada hectare de um imóvel rural é inclusive inferior à relação ha/índios verificada nas terras indígenas. O que mostra que, em todas as unidades da Federação acima indicadas, a acusação de que as terras indígenas são demasiado extensas face à sua pequena população é completamente falsa. Ao contrário de tudo que tem sido dito, as terras indígenas nesses estados são unidades menos extensas que os imóveis rurais e inclusive com melhor grau de utilização.

Por outro lado, mesmo em alguns estados da Amazônia Legal, onde a relação ha/índios sugeriria que as áreas de posse indígena fossem excessivamente grandes, a realidade é bem diversa daquela reportada exclusivamente por esse indicador. Como já observamos anteriormente, a supervalorização de dados sobre a situação jurídico-administrativa das terras indígenas pode levar a conclusões apressadas e extremamente equivocadas.

É justamente o que ocorre no caso do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Goiás, Mato Grosso e Maranhão. Se levarmos em conta que as múltiplas formas de utilização de terras indígenas em proveito de não-índios constituem sérias limitações à posse plena pelos indígenas do seu habitat, logo iremos perceber como o diagnóstico está invertido.

No quadro 5, indicamos o conjunto de áreas indígenas em cada um desses estados que se encontram efetivamente livre de qualquer modalidade de outra destinação das terras indígenas (garimpos não-indígenas, pesquisa e lavra por empresas mineradoras, incidência atual ou programada de hidrelétricas ou linhas de transmissão, rodovias estaduais e federais). Em todos os casos os índios retêm posse integral de menos de 1/5 da extensão de suas terras, o maior índice registrando-se em Mato Grosso, com 18,96% e o menor no Pará com apenas 2,29%.

Claro está, como já afirmamos antes, que a presença de invasores (pecuaristas, posseiros, extratores) não está aqui con-

tabilizada, o que reduziria ainda mais a real posse indígena.

NÃO HÁ MAIS TERRA PARA OCUPAR?

O terceiro ponto é relativo ao alegado esgotamento de terras para a agricultura que a demarcação das áreas indígenas geraria. Retomando a análise das Estatísticas Cadastrais do INCRA para o ano de 1986, podemos constatar o engano que significa dizer que as terras indígenas prejudicam o desenvolvimento rural brasileiro.

De início cabe observar que o grau de ocupação do território brasileiro é muito diferenciado. No quadro 6, está indicado o grau relativo de ocupação de terras em cada unidade da Federação, baseando-se tal cálculo no mais simples indicador possível, o que registra a superfície e a área total ocupada pelos imóveis rurais dentro de cada estado.

Percebe-se a predominância de duas situações polarizadas, dos estados em alto/baixo grau de ocupação de suas terras. Entre os primeiros, pode-se incluir onze estados com mais de 90% de índice de ocupação, abrangendo São Paulo (99,9%), incluindo os estados da região Sul (SP, PR, SC e RS), do Nordeste (RN, PB, SE, AL e CE), e Leste (MG e ES). A mais alta taxa, a de São Paulo, com 99,9%, aponta para um mercado de terras plenamente constituído, onde muito pouco escapa às pretensões de domínio ou posse dos imóveis rurais. O menor grau de ocupação desse grupo registra-se no Rio Grande do Sul, com 90,64%. Na faixa de 80% de ocupação, por sua vez, situam-se os estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão.

TERRAS INDÍGENAS SEM REGISTRO DE DESTINAÇÕES NÃO-INDÍGENAS: N., EXTENSÃO, % FACE ÀS TERRAS INDÍGENAS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

U.F.	N.	EXTENSÃO	% TERRAS
AM	110	4.067.279	14,66
GO	—	—	—
MA	9	249.583	12,77
MT	28	2.079.148	18,96
PA	12	342.766	2,29
RO	13	416.502	10,28
RR	5	391.588	4,58

Nota: Os dados sobre o número de terras são pouco significativos, incluindo 92 áreas não identificadas (AM=61, GO=4, MA=2, MT=8, PA=7, RO=10).

Fonte: Pesquisa CEDI/Museu Nacional. 20/10/87.
QUADRO 5



**ÁREA TOTAL DOS IMÓVEIS RURAIS, NÚMERO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS, TOTAL DE
ÁREA INDÍGENA, RELAÇÃO HA/PESSOAS OCUPADAS E HA/ÍNDIO POR UNIDADE DA
FEDERAÇÃO E MACRORREGIÃO**

M-R	U.F.	ÁREA TOTAL DOS IR's	N. DE PES- SOAS OCUP.	RELAÇÃO ha/p. oc.	TOTAL DE AI's	POPULAÇÃO INDÍGENA	RELAÇÃO ha/Índio	*
	AC	11.458.784	51.486	222,56	1.512.798	6.400	269,34	+
	AP	478.454	14.186	33,73	1.008.349	3.025	333,34	-
N O R T E	AM	37.820.144	161.513	234,16	28.190.262	55.864	504,62	+
	PA	51.260.415	444.053	115,44	14.966.017	11.400	1.312,80	+
	RR	4.764.205	26.478	179,95	8.547.311	21.762	392,76	+
	RO	13.640.206	172.750	78,96	4.052.627	4.039	1.003,37	+
C E O N E S T R O E	GO	65.029.843	732.506	88,78	2.211.067	4.021	549,88	+
	MT	92.596.397	280.702	329,87	10.966.151	12.279	893,08	+
	MS	38.345.363	276.082	138,89	601.122	24.482	24,55	+
N O R D E S T E	AL	2.645.596	352.043	7,51	3.872	2.921	1,33	-
	BA	57.820.145	161.513	32,25	97.869	7.928	12,34	-
	CE	13.900.615	1.070.609	12,98	4.675	4.045	1,16	-
	MA	26.703.096	57.427	46,49	1.954.508	11.042	177,01	+
	PB	5.412.283	648.453	8,35	20.820	4.418	4,71	-
	PE	8.143.543	869.816	9,36	60.415	14.933	4,05	-
N O R D E S T E	PI	18.748.626	522.633	35,86	-	-	-	---
	RN	5.111.553	311.231	16,42	-	-	-	---
	SE	2.109.873	195.786	10,78	3.697	206	17,95	+
S U D E S T E	ES	4.293.464	346.722	12,38	4.492	884	5,08	-
	MG	54.328.660	2.337.793	23,24	65.357	4.853	13,47	-
	RJ	3.907.054	257.857	15,15	760	34	22,35	+
	SP	24.769.653	1.469.914	16,85	9.186	1.096	8,38	-
S U L	PR	19.648.510	1.663.017	11,81	69.848	5.976	11,69	-
	RS	25.577.124	1.640.402	15,59	82.676	8.541	9,69	-
	SC	8.902.555	782.150	11,38	32.270	3.203	10,07	-
TOTAL	BR.	601.981.523	17.008.116	35,39	74.466.149	213.352	349,03	***

QUADRO 4

(*) O sinal (+) indica que a relação ha/Índio é significativamente maior que a ha/Pessoa Ocup., e o sinal (-) o inverso.
 Fonte: Estatísticas Cadastrais. INCRA/1986
 Pesquisa CEDI/Museu Nacional. 20/10/87.

No pólo oposto, situam-se justamente os estados onde se concentram a maioria da população e das terras indígenas, apontando nitidamente para a existência de uma ampla proporção de terras não abrangidas pelos imóveis rurais. Em Roraima (20,71%), no Amazonas (24,17%), no Amapá (34,12%), no Pará (41,07%) e em Rondônia (56,12%) percebe-se que o estoque de terras disponíveis ainda é bastante significativo. O único estado da região Norte onde isto não ocorre é o Acre, no qual a taxa de ocupação (75,09%) já se aproxima de outras áreas de colonização mais antiga.

Mas não são todas as áreas dos imóveis rurais que têm uma utilização efetiva. Para efeitos do cadastramento, os imóveis rurais têm sua área dividida em três categorias: a) a área aproveitável, dela excluídas as terras de Reserva Legal e as inaproveitáveis; b) a área explorada, que é aquela efetivamente usada em atividades agrícolas, pecuárias, extrativas ou granjeiras; c) a área aproveitável não explorada (ou seja, a-b). No quadro 7, apresentamos o



total da área aproveitável não explorada para cada unidade da Federação.

Sintetizando a discussão sobre a disponibilidade de terras para diferentes programas governamentais e para o desenvolvimento do meio rural, elaboramos um quadro-resumo que destaca especialmente os estados da Amazônia Legal, justamente onde se concentram a maioria da população e das terras indígenas. No quadro 8, são colocadas informações sobre três tipos de terras: as áreas não cadastradas pelo INCRA (e, portanto, não reivindicadas como imóveis rurais); os Imóveis Rurais, que também apresentam modos diferenciados de exploração; e as Terras Indígenas. A segunda categoria é subdividida em áreas aproveitáveis não exploradas (portanto parte dos imóveis rurais) e um tipo de imóvel rural, conceituado como "latifúndio" pelo item V do

artigo 4º da Lei 4.504, de 30/11/64. Todos os dados utilizados estão em cifras absolutas e para simplificar a comparação utilizamos como unidade o milhão de ha, com três dígitos de complementação.

A primeira categoria indica a disponibilidade de terra para possíveis programas oficiais de colonização, a segunda exibe duas alternativas diferentes, cada uma referida por uma subcategoria de interpretação quanto a programas de reforma agrária. As duas categorias não são de modo algum complementares, podendo se sobrepor na medida em que correspondem a seleções segundo critérios diversos (partes ou tipos de imóveis rurais).

Tais cifras deixam claro como o reconhecimento do habitat dos índios na Amazônia (e também as demarcações de terra no plano nacional) não constituem empecilho à aplicação de possíveis programas governamentais de colonização e reforma agrária.

No que concerne às terras não cadastradas, as terras indígenas representam percentuais bem pequenos para diversos estados amazônicos: no Amazonas correspondem a aproximadamente 24%; em Rondônia, a 38%; no Maranhão, a 21%; no Pará, a 20%; e no Amapá, a 10%. Essa proporção é um pouco mais alta para o Brasil como um todo, sendo estimada em 30%.

Na maioria dos estados da Amazônia, igualmente, as terras indígenas constituem áreas de extensão menor do que as terras aproveitáveis não exploradas dos imóveis rurais existentes. No Amapá as terras indígenas somam 1,008 milhões de ha, enquanto as áreas aproveitáveis não exploradas chegam a 1,399 milhões de ha, ou seja, as primeiras seriam equivalentes a 72% da extensão das segundas. No Acre, essa proporção corresponde a 55%; em Mato Grosso, a 37%; no Maranhão, a 15%; e em Goiás, a 12%. Em termos globais de Brasil as áreas produtivas não exploradas totalizam 184,951 milhões de ha, as terras indígenas representando o equivalente a 40% dessa total.

Refletindo a partir da outra subcategoria, a das terras ocupadas por latifúndios, as terras indígenas têm um peso bem pequeno para os estados da Amazônia. Aqueles onde as terras indígenas são mais expressivas são Amapá, com aproximadamente 23%, o Acre com 17%, Mato Grosso com 14%, o Maranhão com 9% e Goiás com apenas 5%. Mesmo abrangendo o Brasil como totalidade a proporção das terras indígenas face às áreas de latifúndio seria de somente 18%⁴.

GRAU DE OCUPAÇÃO DE TERRAS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SUPERFÍCIE	TOTAL DA ÁREA OCUPADA POR IMÓVEIS RURAIS	GRAU DE OCUPAÇÃO RELATIVO: IR/SUP. %
ACRE	15.258.900	11.458.794,5	75,09
ALAGOAS	2.773.100	2.645.595,7	95,40
AMAPÁ	14.027.600	4.786.954,5	34,12
AMAZONAS	156.444.500	37.820.144,8	24,17
BAHIA	56.102.600	57.845.793,2 (2)	+ de 100
CEARÁ	14.801.600	13.900.614,9	93,91
ESPÍRITO SANTO	4.559.700	4.293.464,3	94,16
GOIÁS	64.209.200	65.029.842,9 (2)	+ de 100
MARANHÃO	32.866.300	26.703.096	81,25
MATO GROSSO	88.100.100	92.156.397,9 (2)	+ de 100
MATO GROSSO DO SUL	35.054.800	38.345.362,6 (2)	+ de 100
MINAS GERAIS	58.717.200	54.328.660,1	92,53
PARÁ	124.804.200	51.260.415,7	41,07
PARAÍBA	5.637.200	5.412.283	96,01
PARANÁ	19.955.400	19.648.510,4	98,46
PERNAMBUCO	9.828.100	8.143.543,6	82,90
PIAUÍ	25.093.400	18.743.625,9	74,70
RIO DE JANEIRO	4.426.800	3.907.053,8	88,26
RIO GRANDE DO NORTE	5.301.500	5.111.553,1	96,41
RIO GRANDE DO SUL	28.218.400	25.577.124,5	90,64
RONDÔNIA	24.304.400	13.640.205,9	56,12
RORAIMA	23.010.400	4.764.587,4	20,71
SANTA CATARINA	9.598.500	8.902.555,1	92,75
SÃO PAULO	24.789.800	24.769.635,5	99,92
SERGIPE	2.199.400	2.109.873,2	95,93
TOTAL	851.195.660 (1)	595.371.399,3	69,95

QUADRO 6

Fonte: Estatísticas Cadastrais, INCRA/1986.

Notas: (1) Exclusive Distrito Federal e Fernando de Noronha.

(2) Nestes estados os imóveis rurais reivindicam áreas cuja extensão é superior à superfície do estado. Isso é possível porque o Cadastro de Imóveis Rurais é elaborado com base nas informações do declarante, não em verificações e correções in loco. Essa anomalia resulta, portanto, de tentativas de legitimação de grilagens ou de títulos emitidos por diferentes fontes.

CONCLUSÃO

Para finalizar este trabalho gostaríamos de retomar alguns pontos mais polêmicos e explicitar certas formulações que julgamos básicas e que foram discutidas e demonstradas no correr do texto. Trata-se de apresentar resultados parciais de uma pesquisa em andamento há quase dois anos, envolvendo equipes de trabalho referidas ao CEDI e ao Museu Nacional. Mas também a divulgação destes dados ocorre em um momento muito específico da história do país, com a elaboração de uma nova Carta Magna, e em uma conjuntura onde a política indigenista tem sofrido grandes transformações com a remodelação radical do aparato administrativo, de suas formas de ação e ideologia, bem como das normas relativas à definição das terras indígenas. Assim, esteve sempre presente neste texto, e deixa marcas evidentes na sua forma e nos argumentos que levanta, a preocupação em debater as tendências atuais e alternativas em discussão quanto à legislação indigenista brasileira, procurando avaliar suas diferentes implicações à luz do material reunido pela pesquisa acima citada.

1) A Constituição ainda em vigor tem, no que concerne aos índios, um aspecto bastante positivo: destaca o direito dos índios ao seu habitat, isto é, às terras e aos recursos naturais que possam assegurar a sua sobrevivência como grupo e garantir a sua continuidade sócio-cultural. A intenção não é de estabelecer medidas gerais de caráter assistencial e que possibilitem a consecução de direitos individuais, mas sim de dar um ponto final ao processo de extermínio dos grupos étnicos que, por sua forma de organização e por suas tradições, se reportam às características culturais dos povos pré-colombianos. A peça jurídica fundamental para isso é o artigo 198, cuja incorporação na nova Constituição é fundamental para dar ao Brasil uma política indigenista que seja contemporânea à consciência e aos problemas deste final de século XX, e não que decorra de pressupostos racistas e antidemocráticos peculiares ao tempo da expansão colonial.

2) A atuação do órgão indigenista, inclusive no que resguarda à competência exclusiva da Funai, tem sido extremamente lenta e ineficaz na preservação dos índios e do seu habitat. A Lei 6.001/73 dava cinco anos à Funai para promover a demarcação de todas as terras indígenas. Hoje, quase 10 anos após a conclusão desse prazo, existem efetivamente regularizadas somente 3,88% do total, per-



manecendo a grande maioria das áreas (50,39%) em uma delicada situação de somente identificadas pela Funai, o que corresponde a um verdadeiro "limbo administrativo" quanto à garantia dos seus direitos. Sabe-se da existência de 167 grupos ou segmentos tribais sem que a Funai tenha até agora sequer a capacidade de indicar o território que habitam. Esses casos, em torno de 37, são de índios isolados, que correm o risco de destruição imediata por contatos desastrosos com as frentes de expansão.

3) O órgão indigenista não tem tido um bom desempenho sequer no tocante à proteção das áreas identificadas e/ou delimitadas. Garimpos não indígenas, atividades de pesquisa e lavra por empresas mineradoras, implantação de hidrelétricas, passagem de estradas, entre outras, têm afetado seriamente o uso e posse

pelos indígenas do seu habitat. Apenas abrangendo as atividades acima mencionadas, 167 áreas são afetadas por uma ou mais das atividades acima mencionadas, o que corresponde aproximadamente a 33% das terras indígenas e 86,88% de sua extensão total. Sobre invasões procedentes de atividades agropecuárias e extrativistas inexistem dados concretos, mas as muitas indicações existentes permitem pensar que se trata de um fenômeno quase generalizado. Diante de tal quadro, falta legitimidade à Funai para falar na defesa dos interesses indígenas.

4) A baixa significação da população indígena deve ser revista à luz de dados que a remetam a contextos regionais específicos. Tomando como local de análise o nível municipal em que o peso demográfico dos índios pode ser consideravelmente significativo, é possível perceber um quadro bastante distinto daquele construído através da confrontação entre populações indígenas e não-indígenas frente aos totais das unidades da Fe-

ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

ESTADO	ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA	% DA ÁREA TOTAL
ACRE	2.715.895,3	23,70
ALAGOAS	746.646,6	28,22
AMAZONAS	14.470.204,6	38,26
AMAPÁ	1.398.694,7	29,22
BAHIA	25.609.318,6	44,27
CEARÁ	5.610.224,0	40,36
ESPÍRITO SANTO	868.268,3	20,22
GOIÁS	18.310.479,2	28,16
MARANHÃO	13.196.909,6	49,42
MATO GROSSO	29.442.638,4	31,80
MATO GROSSO DO SUL	6.827.927,3	17,81
MINAS GERAIS	11.676.258,7	21,49
PARÁ	17.128.304,4	33,41
PARAÍBA	1.643.627,2	30,37
PARANÁ	3.038.794,0	15,47
PERNAMBUCO	3.273.977,8	40,20
PIAUÍ	11.747.129,9	62,67
RIO DE JANEIRO	709.930,9	18,17
RIO GRANDE DO NORTE	1.953.828,5	38,22
RIO GRANDE DO SUL	2.515.104,7	9,83
RONDÔNIA	4.022.758,0	29,49
RORAIMA	1.738.402,3	36,49
SANTA CATARINA	1.989.507,2	22,35
SÃO PAULO	3.554.294,2	14,35
SERGIPE	677.449,2	32,11
TOTAL	184.866.609,6	30,72

QUADRO 7

Fonte: Estatísticas Cadastrais, INCRA/1986

deração ou do conjunto da população brasileira. É possível compreender, então, que a maior densidade populacional indígena acarrete maiores demandas por terra.

5) A discussão do aspecto quantitativo das terras indígenas tem sido conduzida de maneira muito apressada e superficial, com o uso equivocado de indicadores sociais, inferências infundadas e comparações históricas extemporâneas. A relação hectare/habitante – que é uma inversão da conhecida taxa de densidade demográfica – é aplicada a índios e brancos, para demonstrar a exorbitância das terras indígenas. Omite-se a existência da população urbana, voltada para atividades do setor terciário ou industrial. Utiliza-se a elevada relação ha/índio como um pretexto para evidenciar a extensão excessiva de terras indígenas e sugerir a sua reversão para outros fins. Para a maioria das unidades da Federação a relação ha/índio é muito mais favorável que a relação ha/pop. rural ocupada. Naquelas em que isto não ocorre verifica-se a presença de dois fatores que minimizam sua significação: 1) O alto grau de destinação das terras indígenas a outros interesses, dado fundamental a ser perseguido e ampliado em análises futuras; 2) a existência de grande proporção de terras da parte do Estado quanto à sua regularização, meramente interditadas ou ainda somente identificadas. Frequentemente coexistem com grandes projetos, onde o impacto ambiental afeta nega-

tivamente as áreas indígenas, sugerindo a necessidade de maiores territórios, para preservar minimamente a qualidade do habitat indígena.

6) Reconhecer o habitat dos índios não coloca em risco, de maneira alguma, o desenvolvimento do meio rural. Contrariamente a algumas formulações vagas, as terras indígenas não obstaculizam a expansão das atividades agrícolas ou pecuárias, uma vez que é demonstrado que constituem parte menor do estoque de terras que poderia ser destinado a programas governamentais de colonização (aproximadamente 30%) e/ou de reforma agrária (estimados aproximadamente em 40% ou 18%, segundo suas diferentes modalidades). Os fatores impeditivos de avanço da agricultura brasileira são muito mais complexos, envolvendo variáveis econômicas e políticas de outra ordem. Atribuir ao índio tal poder e capacidade seria apenas um grande e artificial "imbroglio", construído na medida para atender interesses particulares e indeclináveis.

João Pacheco de Oliveira Fo. é antropólogo e professor do PPGAS-MN, além de coordenador do Projeto Est. das Terras Indígenas (PETI).

Notas

1. O que aqui se chama de subfases, na Listagem das Terras Indígenas no Brasil recebe o título de categorias, por sua vez subdivididas em outras tantas subcategorias (ver Nota Metodológica).

2. Utiliza-se aqui o termo delimitadas para designar as áreas na situação de delimitação descrita, o que abarca na listagem as cate-

gorias "Delimitada", "Dominial Indígena", "Reservada" e "Reservada/SPI" (as duas últimas, no caso de inexistir registro em cartório) e o de homologadas, que engloba a categoria de mesmo termo.

3. Esse fator foi pela primeira vez enunciado em 1986 pelo CSN em reuniões com representantes de entidades civis, sendo indicado como um critério possível para avaliar a razoabilidade da criação (ou não) de certas áreas indígenas (vide Folha de São Paulo, 31/10/86). Posteriormente, durante algumas sessões do Grupo de Trabalho Interministerial, onde eram apreciadas áreas indígenas situadas na faixa de fronteira, o representante do CSN reafirmou o crédito outorgado a este critério, exibindo um balanço da superfície e população de terras indígenas em cada estado da Federação, com cálculo da relação hectare/índio verificada em cada caso. Nos anexos à carta do presidente da Funai aos constituintes (em 25/09/87) o quadro das terras indígenas, com superfície, população e relação ha/índios, é juntado, para efeitos de comparação, com outro relativo às unidades da Federação, indicando superfície, população e relação ha/hab. (i.e., número de habitantes por hectare).

4. Para algumas unidades da Federação como o Amazonas, Roraima e Pará, é tão pequeno o grau de ocupação da superfície do estado por imóveis rurais que tanto as áreas aproveitáveis não exploradas quanto as áreas de latifúndio são de, relativamente, pequena monta, ficando em valores inferiores àqueles das terras indígenas. Tal é, em parte, o caso de Rondônia. Para essas unidades a disponibilidade básica é de terras não cadastradas pelo INCRA, cuja proporção face às terras indígenas é significativa.

Resumen

TIERRAS INDÍGENAS: UNA EVALUACIÓN PRELIMINAR DE SU RECONOCIMIENTO OFICIAL...

Reconocer el habitat de los indios no arriesga de ninguna manera el desarrollo del medio rural. Contrariando ciertas formulaciones vagas, las tierras indígenas no obstaculizan la expansión de las actividades agrícolas o ganaderas ya que constituyen una pequeña parte de las tantas que podrían destinarse a los programas gubernamentales de colonización y/o de reforma agraria.

Abstract

INDIAN TERRITORIAL RESERVES: A PRELIMINARY ASSESSMENT OF THEIR OFFICIAL RECOGNITION AND OF OVERLAPPING DEMARCATIONS

Recognizing the habitat of Brazil's indians in no way poses a threat to the development of the rural environment. Contrary to certain vague allegations, the indian reserves do not stand in the way of the expansion of agricultural and ranching activities since they account for a small portion of the stock of lands that could be made available for government settlement and/or agrarian reform programmes.

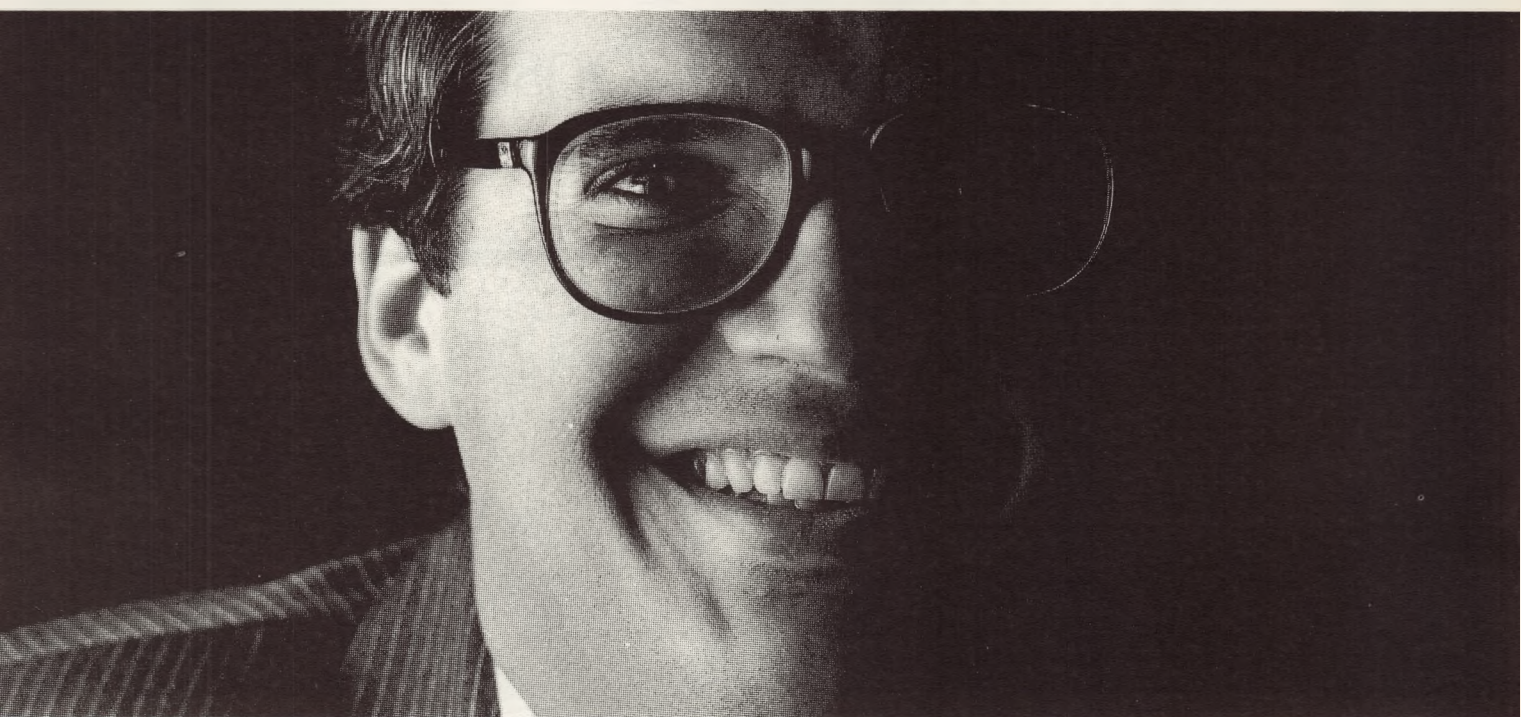
TERRAS NÃO CADASTRADAS, IMÓVEIS RURAIS E TERRAS INDÍGENAS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL, EM MILHÕES DE HA

U.F.	TERRAS NÃO CADASTRADAS (INCRA)	IMÓVEIS RURAIS		TERRAS INDÍGENAS
		ÁREAS APROVEITÁVEIS NÃO EXPLOR.	LATIFÚNDIO (LEI 4.504/64)	
AC	3,800	2,716	8,900	1,513
AP	9,240	1,399	4,339	1,008
AM	118,624	14,470	32,465	28,190
GO	-	18,310	43,328	2,211
MA	9,163	13,197	22,511	1,966
MT	-	29,443	76,865	10,966
RO	10,664	4,023	9,278	4,053
RR	18,245	1,738	3,998	8,547
PA	73,543	1,644	37,243	14,966
TOTAL DESSAS UF's	243,259	86,940	238,927	73,420
TOTAL DO BRASIL	255,824	184,951	413,516	74,466

QUADRO 8

Fontes: Estatísticas Cadastrais, INCRA/1986. Pesquisa CEDI/Museu Nacional, 20/10/87.

Conta Azul Remunerada da Caixa.



Sem dúvida, com toda segurança.

Conta Azul Remunerada.
Agora, ao invés do seu dinheiro
ficar parado, perdendo minuto
a minuto, ele vai render.

Diariamente.
E já a partir do dia da
aplicação.

Você não tem prazo definido

para sacar ou depositar.

E quando você resolver.

No caso de retiradas, é só avisar
24 horas antes. E a movimentação
pode ser feita pessoalmente ou até
por telefone, se preferir.

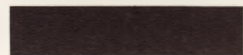
Você deve estar achando que a
Conta Azul Remunerada é muito

parecida com as outras que estão
no mercado.

Mas só ela tem uma coisa que
nenhuma outra tem: a segurança
da Caixa Econômica Federal.

E segurança é o que um homem
de decisão nunca pode deixar de ter.
Não é?

**CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**



ESPAÇO INDIGENA

A PAISAGEM NÃO É O LUGAR
O LUGAR NÃO É A TERRA
A TERRA NÃO É O MAPA
O MAPA NÃO É O PAÍS
O PAÍS NÃO É A NAÇÃO
A NAÇÃO SOMOS NÓS
SEM PAISAGEM, SEM LUGAR,
SEM TERRA...

O movimento constante do povoamento indígena no Brasil





Roque de Barros Laraia

Quando e como o Brasil foi ocupado pelas suas populações aborígenes? Antes de tentarmos responder esta questão temos que considerar como inadequado o termo aborígene, porque podemos imaginar um momento no passado que faltava a nossa fauna o colorido da humanidade. Podemos imaginar que quando, afinal, esta ocupação ocorreu, uma longa caminhada tinha chegado ao seu fim. Durante anos intermináveis, os caminhantes e seus antepassados tinham atravessado geleiras imensas, padecido mil perigos, enfrentado feras nunca antes vistas, doenças desconhecidas e fugido de povos estranhos e aguerridos. Nessa imensa caminhada perderam-se no esquecimento as recordações da terra de origem. Uma nova cosmologia teve que ser criada, novos mitos inventados, novos deuses imaginados para melhor poder explicar o novo mundo. Terminava, então, a mais longa de todas as grandes marchas. Nela os caminhos foram abertos pela persistência do homem e os rastros dessa grande jornada ficaram marcados para sempre pelos ossos dos que sucumbiram.

Mas o término dessa peregrinação – como aqui foi colocada pela imaginação etnológica – não passa, na verdade, de uma figura literária, porque os achados arqueológicos, os documentos dos velhos cronistas e a própria tradição oral indicam o contrário. A nova terra continuou a ser o palco das longas caminhadas, das fugas intermináveis, das migrações messiânicas, modificando completamente, e remodificando a cada instante, o mosaico da distribuição espacial dos numerosos grupos indígenas que habitaram ou ainda habitam o nosso território.

Deixemos agora de lado as nossas insolúveis inquietações sobre um passado distante – que a arqueologia vem procurando tornar cada vez mais próximo – e vamos procurar concentrar a nossa atenção no povoamento do Brasil a partir do século XVI, quando o branco aqui chegou e, conseqüentemente, maiores são as nossas informações.

No século XVI podemos afirmar com certeza que o litoral era Tupi¹. Do Pará até o Paraná sucediam-se as aldeias Tupinambá e raras eram as intrusões de outros povos. Estas aconteciam no estado do Rio de Janeiro ou na Bahia. Não sabemos quando foi que os Tupi conseguiram esta hegemonia, mas há evidências de que quatro séculos antes dos portugueses chegarem à baía da Guanabara esta já era um território Tupi. Pelo menos, um dos aldeamentos do século XII persistiu até a metade do século XVI.





Os Tupi são povos culturalmente adaptados à floresta e vivem, há muito tempo, em diversos pontos de nosso grande interior. Mas numerosos grupos Tupi, num dado momento, atingiram o litoral e mudaram de habitat. O abandono do interior pela orla marítima teve, sem dúvida, uma grande repercussão no modo de vida desses grupos. Anteriormente, eram adaptados ao modo de viver da floresta que os limitava à existência em pequenas aldeias, que, por sua vez, dependiam de um rígido controle do crescimento demográfico. Com efeito, a nossa experiência de pesquisador de povos Tupi que ainda vivem nas matas demonstra a existência de grande quantidade de tabus sexuais que restringem ao máximo a possibilidade de procriação. No litoral, essas normas podem ser abandonadas porque encontram fontes inesgotáveis de proteínas animais que possibilitam o crescimento da população, expresso através de aldeias que abrigam mais de 1500 habitantes, contrastando com as das florestas onde a população raramente chegava a uma centena. E, o mais importante, a conquista do novo habitat não significou o abandono do antigo. Não representou uma perda, uma troca, mas um acréscimo, porque bem ali, em plena costa, estendia-se a cobertura verdejante da mata atlântica. Foi então possível a transformação em pescadores, marisqueiros, sem deixarem de ser caçadores e agricultores. Mas, mesmo no litoral, havia um limite para a população. O novo controle foi provavelmente assegurado por um tipo de organização social segmentário – tal como existe entre os Tiv na África –, possibilitando que uma linhagem patrilinear num momento de tensão política, ou mesmo de crise de alimentos, abandonasse a aldeia original para criar uma outra em outro ponto do litoral. Aldeias que geram aldeias, eis a explicação para a grande expansão Tupi na imensa costa do Brasil.

Grandes populações, uma ideologia guerreira e rituais antropofágicos combinam-se para o desenvolvi-



mento de uma organização militar, baseada em classes de idades (como ocorre na maior parte do mundo), que possibilitou o domínio do litoral até a chegada das naves portuguesas. O faccionalismo e a inexistência de uma unidade política que congregassem todas as aldeias facilitaram a tarefa predatória do branco.

É verdade que muitos grupos Tupi não participaram desse empreendimento e continuaram em seu habitat interiorano, como por exemplo deve ter ocorrido com os Tupi da família lingüística Mondé, hoje localizados em Rondônia. O mesmo deve ser verdadeiro para os ancestrais dos Kawahib, da bacia do rio Madeira, e os Omágua e Emerilon, da margem esquerda do Amazonas. A aventura litorânea parece ter sido um empreendimento da família lingüística Tupi-Guarani. E, em grande parte, a motivação para essa empresa pode ser explicada pela preocupação messiânica de atingir o oceano e, através dele, caminhar por uma passagem mágica até a terra sem mal. Em 1914, Curt Nimuendaju deparou com um grupo Tupi-Guarani, os Apopokuva, que saindo do Paraguai atingiu o litoral paulista, próximo a São Vicente, em busca dessa terra encantada, onde não existem doenças, nem morte. Fenômeno idêntico foi relatado por Darcy Ribeiro, a propósito da viagem do índio Urubu-Kaapor, Wiratan, até o litoral maranhense, à procura de Mahyra, o principal morador da terra sem mal. Enfim, os Tupi-Guarani sempre demonstraram uma grande inconformidade diante do fato biológico da morte. Costumavam demonstrar esta inconformidade através da admiração e da inveja que sentem de Mahyra, que quando envelhece faz como as aranhas e as cobras: abandona a sua pele velha e enrugada, tornando-se novamente jovem e assegurando assim a imortalidade. Helene Clastres mostra como as migrações dos Guarani eram tentativas de "passar da existência finita dos humanos no Yvy imbá imeguá (terra má) para a vida sem fim desfrutada na yvy mare ey (terra sem mal), sem contudo atravessar os caminhos tenebro-



sos da morte”.

Falamos de povoamento indígena do Brasil, mas quando o branco chega inicia-se, de fato, o despovoamento indígena do Brasil. Para fugir do extermínio certo – provocado pela força das armas ou das novas doenças – alguns grupos Tupi conseguem abandonar o litoral e internar-se nas matas, reconstruindo um tipo de vida que há muito tinham abandonado. É provavelmente o caso dos Urubu-Kaapor, que ainda no século XIX estavam localizados muito próximo à foz do rio Gurupi. Esse litoral era ocupado no século XVI por diferentes grupos Tupinambá. Assim, os Tupi que ainda restam são os descendentes de grupos que nunca chegaram ao litoral e daqueles que de lá fugiram quando se iniciou a ação devastadora dos portugueses. A única exceção são os Botiguara, que até hoje permanecem no mesmo local em que enfrentaram os portugueses, no século XVI, a baía da Traição, na costa paraibana.

GRANDES ALDEIAS EM ESPAÇOS ABERTOS

Se o litoral era domínio quase que exclusivo dos Tupi, o interior era compartilhado por numerosos grupos, pertencentes a uma grande variedade de troncos lingüísticos e expressando uma imensa variedade de cultural.

Competindo com os Tupi na amplitude da dispersão pelo território nacional, existiam as numerosas tribos Jê, adaptadas culturalmente à imensa chapada que constitui a espinha dorsal do país. Grupos estes que, em tempos modernos, foram classificados em 3 subgrupos: os Jê do Norte, os Jê Centrais e os Jê do Sul.

Os Jê do Norte, divididos em Timbira e Kayapó, ocupavam os campos do Maranhão e do norte de Goiás, onde ainda hoje estão presentes. Mas até o século XVIII grupos Timbira eram encontrados no Piauí, nas cabeceiras dos formadores do Paranaíba. E tudo

indica que em uma época anterior atingiam as bordas do Ceará. Os Kayapó, hoje praticamente reduzidos ao sudeste do Pará e ao norte do Parque Nacional do Xingu, estendiam os seus territórios até o triângulo mineiro, o norte de São Paulo e região sudeste do Mato Grosso do Sul, entre os rios Nhandui, Pardo e Verde. A região, bem próxima à atual Goiânia, em 1723, segundo Antônio Pires Campos, era território Kayapó, com aldeias nos rios Turvo, Bois e Meia-Ponte.

Todo o território de Goiás era o habitat dos Jê Centrais: Xavante, Xerente, Xakriabá e Akroá que ocupavam até a margem esquerda do rio São Francisco, na Bahia. Remanescentes Xacriabá foram encontrados, há cerca de 15 anos, em território mineiro. Os Akroá, ao que tudo indica, estão extintos. Os Xavante trocaram o território goiano por matogrossense, nos meados do século XIX. Somente os Xerente continuam em seu habitat tradicional, principalmente no município de Tocantina².

Os Jê meridionais ocupavam as terras de São Paulo onde foram conhecidos como Coroados, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foram vítimas de grande mortandade no início deste século, quando da construção da Estrada de Ferro Noroeste de São Paulo e da implantação das colônias alemãs no vale do Itajaí. Assim mesmo, existem ainda os seus remanescentes em todos esses estados. Os macro-Jê são hoje representados pelos Bororo, no Mato Grosso, e pelos Karajá, em Goiás.

O que distingue, a grosso modo, os Jê dos Tupi – além das diferenças lingüísticas – é em primeiro lugar a opção pelo tipo de habitat. Enquanto os Tupi preferem as florestas e constroem as suas pequenas aldeias em clareiras nas matas, os Jê preferem os espaços abertos, os cerrados, onde constroem as suas grandes aldeias. Não resta dúvida que é extremamente intrigante contrastar as dimensões das populações Tupi e Jê, quando existe uma crença de que a subsistência é muito mais fácil no interior pródigo da mata que na

aridez do cerrado. E mais intrigante ainda é saber que as grandes populações Jê são uma decorrência da necessidade de defesa de suas aldeias, impossíveis de serem escondidas como as Tupi. A manutenção de populações grandes em um meio adverso depende do domínio de um imenso território e a constante organização de expedições de caça e de coleta, que ocupam a metade do ano, além da elaboração de uma complexa organização social, o que não ocorre entre os Tupi (com exceção dos Tupinambá). A complexidade da organização social é reforçada por uma rica vida ritual, que, entre alguns grupos, expressa-se através de metades agâmicas³. Finalmente, podemos acrescentar que o sistema de parentesco Jê contrasta com o Tupi por ser este último bastante simples, geralmente elaborado segundo o modelo Iroquês, enquanto os dos Timbira, por exemplo, são caracterizados pelo alto grau de elaboração do modelo Crow-Omaha⁴.

A MEMÓRIA DE CRUÉIS MASSACRES

Mas apesar da importância histórica e demográfica dos grupos indígenas acima citados, não podemos limitar este esboço do povoamento indígena do Brasil a esses dois troncos lingüísticos. É necessário também fazer referências aos povos de língua Aruak, presentes nos tempos coloniais desde a América Central até a região do charco paraguaio. No Brasil, sempre estiveram concentrados na borda de nossos limites ocidentais. A maior penetração ao leste se deu no território do Amapá, com os Palikur e Aruã, sendo que estes últimos, no século XVII, dominavam a extremidade norte da ilha de Marajó. Este fato, somado as inegáveis habilidades ceramistas dos Aruak, levou algumas pessoas a acreditarem que a magnífica cerâmica Marajoara seria obra de artesãos desse grupo lingüístico. Todavia, esta é uma questão que somente os arqueólogos podem dar a última palavra. No sul, a localização mais oriental é a dos grupos Aruak do

Xingu, Waurá, Meinako e Yawalapiti, que são os responsáveis pela fabricação das excelentes peças zoomórficas da cerâmica xingwana.

A manifestação mais meridional dos Aruak continua sendo a da região pantanosa, na fronteira com o Paraguai: Kinikinau, Layana e Terena, todos da família lingüística Guaná. Os Terena constituem hoje o nosso maior contingente indígena, grande parte dos mesmos vivendo em condições urbanas nas cidades de Campo Grande, Miranda, Aquidauana e Dourados. Entre os fatos que chamaram a atenção dos etnólogos para estes grupos destacamos a excelente habilidade dos mesmos como ceramistas e a complexidade da organização social. Constituem um dos raros exemplos de sociedades indígenas estratificadas em camadas sociais. Os Terena, por exemplo, eram divididos em Nauti (nobres), Wahere (povo) e Kauti (escravos). Além disto, para efeitos matrimoniais eram divididos em metades endogâmicas⁵, fato este bastante raro na etnografia mundial.

Além dos Aruak, é necessário falar também dos Botocudos, dos Puri, dos Krenak e dos Masakari, que até o raiar de nosso século ocupavam as matas do rio Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, do rio Doce, em Minas Gerais e no Espírito Santo, e do rio Pardo, na Bahia. Poucas foram as informações etnográficas deixadas sobre estes grupos, e os poucos remanescentes ainda guardam na memória as lembranças dos cruéis massacres de que foram vítimas. São estes povos, de filiações lingüísticas diferentes, os exemplos mais marcantes da grande tragédia que foi o contato entre índios e brancos no Brasil. Infelizmente esses massacres se repetiram em diferentes pontos geográficos, em diferentes ocasiões, e ainda está em nossa lembrança o cruel bombardeio de uma aldeia Cinta Larga, há 20 anos atrás.

Seria muito cansativo, para os leitores, continuar enumerando os diferentes gru-

pos e sua localização no espaço e no tempo, por isso nos limitamos aos exemplos que foram dados e passaremos a fazer algumas considerações que julgamos importantes.

DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA E CULTURAL

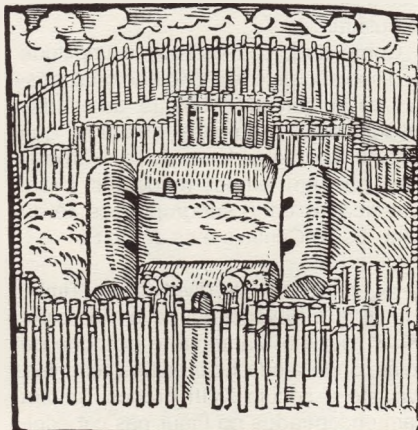
A questão do povoamento indígena do Brasil, numa perspectiva diacrônica, é uma tarefa que pertence principalmente à arqueologia, ainda que a etnologia possa colaborar em alguns momentos. Só a investigação arqueológica, realizada de forma sistemática, pode preencher o imenso vazio de conhecimento que temos sobre muitas áreas de nosso território. Nada sabemos, por exemplo, sobre a ocupação de toda a área central de Minas Gerais e da Bahia. Só a arqueologia poderá fazer a distinção entre grupos historicamente rotulados sob uma mesma denominação que, em épocas diferentes, aparecem nos mais desconhecidos pontos do território nacional, como Coroados, Canoeiros, Aaras, Botocudos, etc.

A arqueologia pode principalmente estabelecer a rota de movimentação dos grupos indígenas e oferecer subsídios importantes para algumas questões que há muito tempo têm preocupado os etnólogos, como por exemplo o ponto de dispersão dos Tupi. Esta questão está diretamente relacionada com a dinâmica cultural que dá origem a cada grupo. Quando falamos de Tupi temos que imaginar a existência primordial de um grupo macro Tupi que deu origem a todas as famílias lingüísticas deste tronco. E esta dinâmica cultural, que se processou no decorrer de muitos séculos, foge à compreensão da etnologia, mas pode ser investigada tanto pelos arqueólogos, através da análise de restos culturais possíveis de serem encontrados, como pelos lingüistas, que mediante uma investigação groto-cronológi-

ca podem saber muito da origem de cada língua.

Outros especialistas podem ser ouvidos em questões como estas e gostaríamos de lembrar, como exemplo, os ecologistas que sustentam teses bastante interessantes. Uma delas é que a imensa floresta amazônica – que aos nossos olhos tem a dimensão da eternidade – é extremamente recente. A sua formação dataria de cerca de 2000 anos. Antes dela existiriam numerosos bosques que, na grande planície, eram separados por campos intermináveis. Pouco a pouco, os espaços vazios foram ocupados pela mata e tal fato explicaria a diversidade de fauna e de flora. Aceitando esta teoria poderíamos acrescentar que seria também possível com os mesmos fatos explicar a grande diversidade lingüística e cultural encontrada na maior bacia terrestre.

São muitas as hipóteses que o tema referente ao povoamento aborígene do Brasil pode suscitar. Mas não devemos olhar somente para este passado notável, que abriga todas as realizações da mente humana em nosso território, mas voltar também os nossos olhos para o futuro e imaginar que este só pode continuar sendo rico se continuar contendo a maravilhosa diversidade cultural gerada, e a cada instante reformulada, por esses povos de olhos amendoados que em um passado distante enfrentaram as grandes geleiras, os perigos sem nomes, para atingir esta terra que então transformaram na prometida. E este passado e o futuro que desejamos só podem ser entendidos através de um presente, no qual os direitos dessas populações sejam respeitados e que os homens “brancos” compreendam que acima dos lucros proporcionados pela exploração agrária ou extrativista, devem prevalecer os valores que de fato dignificam a espécie humana. E, entre estes valores, o maior deles é com certeza o respeito àqueles que sendo nossos semelhantes são diferentes.



Roque de Barros Laraia é antropólogo e professor do Depto. de Antropologia da UnB

Notas

1. Tupi é a denominação genérica para todos os povos indígenas que falam línguas pertencentes ao tronco linguístico conhecido por essa denominação. Este tronco, que se formou há aproximadamente 5 000 anos, está dividido nas seguintes famílias lingüísticas: Tupi-Guarani, Yuruna, Arikém, Tupari, Ramaráma e Mondé. Os Tupinambá, que habitavam todo o litoral desde o Pará até o Paraná, falavam uma língua da família Tupi-Guarani. Segundo Aryon Rodrigues, autor desta classificação, o Tupinambá e o antigo Guarani eram dialetos de uma mesma língua.
2. Há indícios de que, em época anterior, tanto os Xerente como os Xavante habitavam o território baiano.
3. Algumas sociedades estão divididas em dois segmentos sociais denominados metades. As metades geralmente são exogâmicas, isto é, determinam que uma pessoa só pode casar com alguém da metade diferente da sua própria. Existem, entretanto, metades que não controlam as escolhas matrimoniais e têm, apenas, objetivos rituais. Este tipo pode ser encontrado entre os Jê.
4. É difícil, no espaço deste artigo, fazer a distinção entre sistemas de parentesco do tipo Iroquês e os do tipo Crow-Omaha. Assim, nos limitaremos a apontar a seguinte diferença: no Iroquês os termos de parentescos estão vinculados a um determinado nível genealógico. Por exemplo, o termo equivalente a Pai somente pode ser encontrado na 1ª geração ascendente. No Crow-Omaha um mesmo termo se repete em várias gerações sucessivas: o termo equivalente a Pai, utilizado como exemplo, pode ser encontrado em vários níveis genealógicos.
5. Complementando as informações da nota 3 podemos dizer que metades endogâmicas são aquelas em que uma pessoa deve casar com alguém de sua própria metade.

Referências Bibliográficas

1. Beltrão, Maria da Conceição M. & Roque de Barros Laraia. "O método arqueológico e a interpretação etnológica" in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 17, Rio de Janeiro (1969), 1971.
2. Bohanan, Paul. "Expansion and migration of the Tiv", in *África*, XXIV, 1954.
3. Cardoso de Oliveira, Roberto. *Do Índio ao Bugre: O processo de assimilação dos Terena*, Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1976.
4. Clastres, Helene. *Terra sem Mal: O profetismo Tupi-Guarani*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1978.
5. Melatti, Julio Cesar. *Índios do Brasil*, Hucitec/ Editora Universidade de Brasília, 5ª edição, São Paulo, 1987.
6. Ribeiro, Darcy. *Uirá sai à procura de Deus*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.
7. Rodrigues, Aryon Dall'Igna. "A classificação do tronco linguístico Tupi" in *Revista de Antropologia*, vol. XII, São Paulo, 1964.

Resumen

EL CONSTANTE MOVIMIENTO DE LOS INDÍGENAS BRASILEÑOS

? Cómo percibir el vacío inmenso de conocimiento que tenemos sobre el establecimiento indígena en muchas áreas del territorio nacional? El movimiento de diversos grupos, el punto de dispersión de los tupies y la variedad lingüística y cultural son otros tantos temas que merecen una sistemática investigación arqueológica con el auxilio de etnólogos, lingüistas y ecólogos.

Abstract

THE CONSTANT SHIFTING OF INDIGENOUS SETTLEMENT IN BRAZIL

How are we to gauge our immense lack of knowledge about indigenous settlement in many areas of Brazil's territory? The routes along which the different indigenous groups moved, the point from which the Tupi Indians dispersed and the linguistic and cultural diversity of Brazil's Indian societies are also matters that deserve a systematic archaeological investigation, carried out with the assistance of ethnologists, linguists and ecologists.



ANTROPOLOGIA CULTURAL

Yawari

elo ritual entre língua e linguagem

Rafael José de Menezes Bastos

O estudo do *Yawari*, ritual Kamayurá, revela que o espaço do torýp (ritual) é o da “imitação da transformação”, o que só se pode concretizar através da “linguagem” – língua narrando, música valorando e o corpo escrevendo (danças, plumária, pintura).

A Eudoro de Sousa, como um Kwarýp.¹
 “A música é o supremo mistério das ciências do homem, aquele contra o qual elas se obstinam, e que guarda a chave de seu progresso”.

Claude Lévi-Strauss.



Particularmente no campo da Antropologia Social (leia-se também Cultural) mas, de maneira geral, nos das Ciências Humanas e da Filosofia, é tradicional a discussão sobre a determinação simbólica ou prática – para usar as expressões de Sahlins (1979) – da cultura: constituir-se-ia ela como epifenômeno da produção material ou – se ficar o bicho come – esta, sim, é que teria sua causação na cultura? Note-se que na simples enunciação deste paradoxo – uma ideologia às avessas – fica assumida a visão de que o símbolo não teria praticidade, o prático, consistentemente, nada tendo de simbólico.

As tradições científicas ocidentais de estudos sobre a música – as “musicologias”, diga-se assim –, sobretudo nos momentos de atenção à problemática de sua origem, reproduzem essa discussão nos termos musicais talvez irredutíveis. Numa linha de pensamento que remonta a Darwin (1872; veja 1984), uma corrente de reflexão musicológica prefere estabelecer a origem da música enquanto resposta adaptativa – eminentemente do campo sexual – cujo nexa é genético-ambiental. Aqui, a aprendizagem e, pois, a cultura não teriam maior valia. Por outro lado, e numa vertente teórico-metodológica que vai buscar sua fonte original em Stumpf (1883 e 1890), outras tendências musicológicas optam por estabelecer a gênese da música em bases fundamentalmente psicossociais e – dir-se-ia hoje – semiológicas. Agora, a cultura é elevada ao nível de motor crucial e determinante. Observe-se que estas duas formas de pensar o problema podem ser remontadas até ao pensamento clássico grego (veja Hameline, 1978), constituindo-se, por outro lado, em balizas fundamentais das modernas formulações musicológicas sobre o assunto².



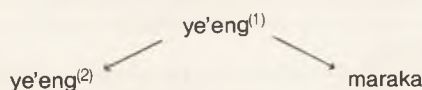
Faz parte do pensamento ocidental sobre a música – e, como impensado, das “musicologias” – o discernimento de que esta arte seria o templo da sensibilidade e do indivíduo. Inteligibilidade e sociabilidade seriam aqui aspectos meramente tangenciais, a música sendo imaginada como o espelho do eu profundo e, paradoxalmente, como uma linguagem universal, fora da Torre de Babel. A música nada conteria e, assim, a nada enviaria senão a si mesma. Ainda dentro desta moda de constituir a “arte dos sons”, note-se o privilégio da exegese contextual-pragmática e da descrição fonológico-gramatical, isto em detrimento de uma postura semântica. Consistentemente, a música no Ocidente é enfocada, no básico, como uma tradição de execução (*performance*), ao contrário, por exemplo, da língua – música é Arte (*Téchne*); língua, somente enquanto tal, não. Resumidamente, pode-se dizer que a linha dominante de pensamento sobre a música no Ocidente denega sua semânticidade, reduzindo-a à mera “fonografia”, isto apesar de toda engenharia social, por exemplo, da Igreja Católica com relação a ela³.

Lévi-Strauss (1964, 1971), apesar de reforçar, por um lado, a abordagem “fonográfica” da música, por outro aponta para esta linguagem como aquela que obtém encompassar, ao mesmo tempo, o inteligível e o sensível, segundo ele aí estando o segredo e o mistério de sua forma de ser, enigma do progresso das ciências do homem. Para este pensador, a música, não sendo uma linguagem – senão no sentido lato da palavra –, é, das artes, a única exclusivamente cultural, discernimento que elabora com base no entendimento de que o material musical (escalas sobretudo), diferentemente daqueles das outras artes (cores, formas, etc.), não é encontrável na na-

tureza.

Natureza e Cultura, pois, parecem constituir categorias absolutamente onipresentes na reflexão ocidental sobre a música – a das “musicologias” ou não –, o que torna esta reflexão subsidiária da discussão geral sobre a determinação prática ou simbólica da cultura como um todo, discussão esta, aliás, que, epidêmica nas humanidades, tão bem foi assumida por Sahlins (*op. cit.*).

Os índios Kamayurá – xinguanos, de língua Tupi-Guarani – categorizam *maraka*, ‘música’, como um tipo de *ye’eng*⁽¹⁾, ‘linguagem’, simetricamente oposto a *ye’eng*⁽²⁾, ‘língua’⁴. Isto pode ser representado pelo diagrama abaixo:



A operação de contraste entre ‘música’ e ‘língua’, para os Kamayurá – que sobre as mesmas começam pensando serem, ambas, linguísticas e humanas por excelência –, se faz em termos, eminentemente, de vocação semântica. Para esses índios, *maraka* é uma ‘linguagem’ caracteristicamente axiológica, explicitando-se, pois, não como uma descrição do mundo, mas, no fundamental, como seu juízo: a ‘música’ não “diz” o mundo, suas coisas, pessoas e espíritos – ela os julga: tristes, alegres, abertos, fechados, raivosos, ternos, etc. Já a ‘língua’, não; esta é uma ‘linguagem’ objetiva, no sentido em que procura apontar para a corrente de objetos do mundo, a eles decisivamente aplicando-se. Observe-se, na elaboração desta operação de contraste, que a questão da *performance* é absolutamente abrangente: tanto *maraka* quanto *ye’eng*² são – diga-se assim – artes, fundamentais para a vida em

geral e, em especial, para a dramatização ritual. Aqui, ‘língua’ e ‘música’ unem-se às artes do corpo – pintura corporal, adereçamento e dança – para conformar a imitação do original.

O estudo intensivo e extensivo do ritual do *Yawari*⁵ permitiu-me abordar um objeto – a canção – onde ‘língua’ e ‘música’ se unem de maneira extraordinariamente feliz na direção da compreensão da teoria Kamayurá da ‘linguagem’. Aqui, a ‘língua’ – as letras das canções – narra, descreve as ações de um ‘grupo de substância’ (irmãos) numa catábase heróica. Já a ‘música’, complementando o quadro, aprecia a narrativa “patologicamente”, significando isto dizer que as ações-objetos da epopéia são agora apropriadas pelos sentimentos-sujeitos. É interessante notar que a ‘língua’, no *Yawari* – como na totalidade dos rituais intertribais xinguanos –, comparece, no básico, naquilo que é a parte nuclear da formação músico-coreográfica da festa. ‘Língua’ aqui é, pois, basicamente, letra de canção, caracterizando-se no plano estritamente lingüístico. Já a ‘música’, além de unir-se à ‘língua’ no núcleo das canções – compondo, diga-se assim, suas melodias –, aparece de maneira absolutamente luminosa na parte periférica, aquela explicitamente constituída por imitações de vozes de animais (felinos, gaviões, principalmente). Para os Kamayurá, estas imitações são *marakatete*, ‘somente de cantar’ – não há ‘língua’ aqui, isto é, descrições de objetos, mas representações de objetos (onomatopéias) nos seus aspectos e modos sensoriais⁶.

O conceito Kamayurá de *torÿp*, ‘ritual’ – e o *Yawari* é um *torÿp* – fundamenta-se na idéia da imitação do modelo. Este modelo (-ÿp) é o pau, a madeira original de que foram fabricados os primeiros humanos. Note-se, no entanto, que o conceito em epígrafe é explicitamente exclusivo: não se trata, o modelo a imitar, de um modelo universal, de todos os homens. O – ore – que na palavra *torÿp* se encontra (reduzido a – or – pela interconjunção com -ÿp) é um pronome pessoal da primeira pessoa do plural (‘nós’), aplicável, no caso, ao grupo Kamayurá de per se (‘nós, os Kamayurá’). A língua desses índios dispõe de um outro pronome (*yëne*) da mesma pessoa que inclui qualquer “outro”. Note-se, finalmente, que o t- inicial da palavra é um generalizador (despronomizador) de posse. Desta maneira, o conceito Kamayurá de *torÿp* deve ser traduzido como ‘exclusivamente nosso modelo’, a marca inicial (t-) generalizadora-despronomizadora querendo apontar para o fato capital de que o modelo em toque não pertence ao domínio das coisas possíveis por quem quer que seja⁷.

Qual será, no entanto, o modelo que através do 'ritual' aqui se imita? E, também, o que será, ela mesma, esta imitação? Respondendo a estas duas perguntas é que se poderá, no cabo, entender qual a essência da 'linguagem' – 'língua' e 'música' – para os índios Kamayurá, dela entendedores como coisa por excelência 'ritual'.

Para os Kamayurá, a invenção do mundo não se fez do nada; apenas e tão-somente pela ordenação do caos anterior, perpetrada por heróis primevos, todo-poderosos na arte de – *yerowak*, 'transformar'. A idéia de – *yerowak* explicita-se na mudança radical de uma essência em outra, podendo ser, no pensamento desses índios, metaforizada pela ação do fogo, pelo roubo de atributos de um domínio para outro, pela animação do inerte pelo canto e chocalhar. Assim, respectivamente, o piqui se origina das cinzas do jacaré, fertilizadas pela terra; o domínio humano do fogo se evidenciando pela subtração deste, de urubus; e a aparição do homem acontece pelo encantamento de figuras antropomórficas, de pau. Estas 'transformações', na perspectiva Kamayurá, se deram no *mawe*, 'tempo mítico', sendo o objeto primordial de atenção do *morõneta*, 'mito', conceito que, em geral, pode ser traduzido por 'explicação'. O modelo, assim, imitado pelo 'ritual' – feito no *ang*, 'tempo histórico' – é o da 'transformação' primordial e radical do humano, contemporâneo, aí, do mundo⁸.

Seria extremamente fácil, agora, dizer que a 'transformação' acima comentada metaforiza a ruptura do *natural* pelo humano. Mas isto não é a *watewat*, 'verdade', para os Kamayurá, sobretudo se este *natural* aqui puder significar a natureza como coisa exterior, seja ao homem, seja ao divino – o "lá fora" fundador das Ciências Sociais, no século XIX. Não se trata disto, essa 'transformação', não se estabelecendo, assim, o *torýp*, como uma espécie de saudade da natureza exterior – seja lá, isto, o que seja. Pelo que entendo, muito pelo contrário, a 'transformação' aqui aponta para a possibilidade, simplesmente, de haver ordem, nexos no mundo, princípio, afinal, da natureza (*phýsis*) como completa potência, neste sentido, o pensamento Kamayurá estando bem próximo da formulação aristotélica.

O conceito Kamayurá de *ang* é extremamente rico e ilustrativo do que se possa apreender do que seja a 'imitação' para eles. Inicialmente, é ele traduzível pelo pronome demonstrativo 'este', substituindo, pois, um determinado particular, que, com ele, se demonstra. Paralelamente, *ang* também é o advérbio de tempo para 'ago-

ra', referindo, assim, ao instante presente, aquele no qual se fala. A forma verbal *ang*, por outro lado – mas consistentemente com as anteriores –, aponta o conceito de 'imitar', sintetizando as idéias pronominal e adverbial em toque: 'imitação' como substituição demonstrativa no instante. Noto que *ang* também seria a 'alma' (o 'duplo'), que o *ta'angap*, 'imagem', representa no 'ritual' xamânico de cura, efetivado, exatamente, para recompor a integridade do paciente, em crise ('doença')⁹. Finalmente e resumindo toda a cadeia conceptual, *ang* é, em suma, o 'tempo histórico', o 'tempo' do 'este', 'agora', da 'alma', 'imagem', do 'duplo' – 'tempo' do *sím-bolo*. 'Imitar', dessa maneira, para o Kamayurá, é remontar à 'transformação' original, conceituando-a para longe da perspectiva *dia-bólica*, aquela que simplesmente separa, coisificando seja homem seja natureza.

O espaço, pois, do *torýp*, 'ritual', é o da 'imitação' da 'transformação', o que só se pode concretizar através da 'linguagem' – 'língua' narrando, 'música' valorando, o corpo escrevendo (dança, plumária e pintura).

Mauss (1936; veja 1974), ao elaborar a noção de *técnica corporal*, oferece uma visão do corpo que suplanta a perspectiva meramente biótica do mesmo. Para ele, coisas aparentemente *non-Sapiens* como andar, nadar, etc., são *técnicas*, isto é, culturalmente aprendidas e, pois, relativas a cada sociedade de *per se*, como, de resto, todo o humano. Engels (1951:143-144), apesar de muito antes de Mauss, vai muito mais longe ainda, a este respeito. Diz ele:

"Assim, pois, a mão não é somente o órgão do trabalho mas também o seu produto. Somente graças ao trabalho, à adaptação a novas e novas operações, de transmissão pela herança do desenvolvimento assim adquirido pelos músculos, tendões e, mais longe, pelos ossos... adquiriu a mão do homem esse alto grau de aperfeiçoamento capaz de criar portentos como os quadros de Rafael, as estátuas de Thorwaldsen ou a música de Paganini" (tradução minha).

Aqui, cultura e natureza numa só caixa, plágio, pela ciência, do pensamento e do sentimento selvagens: a alma como osso e o osso como alma Bororo.

A elaboração, a partir do século XVIII – com a tematização Kantiana do homem –, do conjunto de saberes e discursos que, no século XIX, dará condições de nascimento às Ciências Humanas (Foucault,

1985), no campo, especificamente, das Ciências Sociais vai se evidenciar pela constituição da idéia de positividade da natureza. É esta positividade que, exorcizando as exegeses intimistas e revelacionais – por exemplo, da teologia – vai ser responsável pela metáfora naturalizante do social, ali mesmo inaugurada, o que vai atravessar correntes e escolas às vezes tão opostas como a francesa e britânica: O Mauss d'A Prece (veja 1979) neste sentido é tão "naturalista" quanto o Rivers do *The Ethnological Analysis of Culture* (veja 1926)¹⁰, apesar de, respectivamente, "racionalista" e "empirista" – Poirot e Holmes. Este acontecimento, o da positividade da natureza, encadeado com o da "naturalidade" do sócio-cultural, caso não entendido, entretanto, como acontecimento do terreno do saber (Foucault, *op. cit.*), conduz, irreversivelmente, à reificação de "reinos" soberanos: o "lá fora" e o "lá dentro", com os seus "reis" ("reais"?); o leão, dos animais, o homem, do sócio-cultural. Aí, segundo entendo, a rotinização mais vulgar das Ciências Humanas e o fim do filosofar. Num momento especialmente crucial de minha pesquisa de campo entre os índios Kamayurá, estudando as onomatopéias da festa do *Yawari* – da festa da Jaguatirica – e pensando mecanicamente que estas onomatopéias seriam, afinal, o elo perdido da 'linguagem', especialmente da 'música' – cópias humanas do natural –, *Wahu*, um de meus mestres, ironicamente me perguntou: "meu filho, você já ouviu, realmente, alguma galinha dizer *karakarakô*"¹¹? O que me queria, efetivamente, assim ensinar o sábio Kamayurá – Arupaci, como tanto insistia em dizer que era – senão que o caráter da 'imitação', 'linguística' e 'ritual', não era o da cópia – de resto, impossível – mas, muito perto do que dizia o Estagirita, o da verossimilhança e necessidade? De um lado, portanto, 'imitação' enquanto "expressão emocional", no sentido darwiniano – o que nos coloca, especialmente no campo da música, o parentesco com pássaros e com quem quer mais que cante. De outro, 'imitar' como "técnica corporal", lição de Mauss de que, afinal, os caminhos do corpo *Sapiens* não são uníssonos. □

Comunicação apresentada ao III Encontro Nacional de Pesquisa em Música, realizado em Ouro Preto de 5 a 9 de agosto de 1987, promovido pela Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais.

Rafael José Menezes Bastos é antropólogo e professor da Universidade Federal de Santa Catarina.



Notas

1. O presente trabalho pretende resumir, num jato, alguns aspectos de minha dissertação de doutorado (Menezes Bastos, Ms), relacionando-se também com uma série de escritos meus anteriores (conforme Menezes Bastos, 1978, 1986a-f, 1987). Pretendo-o, profundamente, como uma lembrança, um *Kwarýp*, para Eudoro de Sousa, de quem fui aluno na Universidade de Brasília, na época da criação ali, por ele, do Centro de Estudos Clássicos, para mim uma verdadeira catábase.
2. Blacking (1977) e Ekman (1977) apresentam um quadro bastante abrangente das formulações em toque e, em geral, daquelas pertinentes aos campos congêneres (sistemas de expressão corporal).
3. Francês (1984) e Imberty (1979, 1981) constituem exceções pujantes a este pensamento dominante.
4. Conforme Menezes Bastos (1978), a forma fonológica *ye'eng* aqui trabalha com dois sentidos diferentes entre si: um geral e inclusivo, de 'linguagem' (*ye'eng*); e um outro, incluído no primeiro e contrastante com *maraka: ye'eng*² (língua falada).
5. Veja os trabalhos citados na nota 1.
6. O conceito Kamayurá de *marakatete*, que se poderia aproximar ao de onomatopéia, implica (e explica) a visão nativa de *maraka* como, das duas *ye'eng*, a única que é por excelência intonacional, isto é, motívica e não lexical. Note-se, ademais, que as onomatopéias Kamayurá são 'imitações' (veja texto) sonoras de fenômenos não necessariamente sonoros, havendo, assim, onomatopéias transsensoriais. Assim, por exemplo, *kýri* é uma onomatopéia (sonora) de um 'cheiro ruim' (olfato). Veja Menezes Bastos (Ms).
7. O léxico Kamayurá verbal e nominal quase sempre só se pode expressar através da sufixação pronominal, marca das idéias, respectivamente, de agência e predicação ou posse. Assim, por exemplo, *yepýy* aponta para 'minha narina', *nepýy* para 'tua narina', a forma, no entanto, *-pýy* não sendo significativa. *Tapýy*, sim, corresponderia à idéia geral de 'narina' despredicada a qualquer pessoa, o que se conforma através da sufixação com o *t*. Noto que há nomes – mas suponho que não, verbos – que, alternativamente podem ser expressos sem as sufixações referidas. Observo que *orýp* – que, com o *t* inicial, faz *torýp*, 'ritual' – pode ser traduzido por 'alegre', ostentando o *páthos* aceitativo ('feliz', 'satisfeito', 'gozoso'). Não deixa de ser sugestiva, na arquitetura desta língua tão elegante e fina que é o Kamayurá, a súpula de sua economia política, quanto aos objetos e ações de uso e troca: não "existe" *-pýy* simplesmente porque 'narina' não é coisa que se troque.
8. Noto que entre os heróis culturais primevos, *Mawucĩni* ocupa lugar de destaque, embora não hegemônico (os "deuses" aqui também são "iguais", para sempre poderem brigar entre si). Ao pé da letra, seu nome diz: *mawu*, 'um tipo de árvore' (e sua 'madeira') + *-cĩni*, 'chocalhar'. No mito do *Kwarýp* (veja Agostinho, 1974) *Mawucĩni* canta, acompanhando-se ao chocalho, para as figuras antropomórficas de madeira (*mawu*) se animarem, isto é, ganharem vida.
9. Sobre o ritual xamânico de cura Kamayurá, conforme Menezes Bastos (1984-85).

10. Rivers (1926), conforme citado em Cardoso de Oliveira (1985).
11. Noto que *karakarakô* é a onomatopéia Kamayurá para a 'voz da galinha' (e do 'galo').

Referências Bibliográficas

- Blacking, J. Towards an Anthropology of the Body, in *The Anthropology of the Body*, J. Blacking, ed., New York, Academic Press (ASA Monographs, 15) pp. 1-28, 1977.
- Cardoso de Oliveira, Roberto A "Categoria da Causalidade" na formação da Antropologia, in *Anuário Antropológico/83*, pp. 11-52, 1985.
- Darwin, Charles. La expresión de las emociones en los animales y en el hombre. Madrid, Alianza. 1872-1984.
- Ekman, Paul. Biological and Cultural contributions to the body and facial movement, in *The Anthropology of the Body*, J. Blacking, ed., New York, Academic Press (ASA Monographs, 15), pp. 39-84, 1977.
- Engels, F. Dialéctica de la Naturaleza. México, D.F., Grijalbo, 1951.
- Foucault, Michel. As Palavras e as Coisas – Uma Arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- Frances, R. La Perception de la Musique. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin. Hameline, Jean-Yves, 1984.
- Hameline, Jean-Yves. Histoire de la Musique et de ses Effets, in *Le Pouvoir des Sons*, E. Dumaurier, ed., Paris, Institut National de l'Audiovisuel (Cahiers Recherche/Musique), pp. 11-35, 1978.
- Imberty, Michel. Entendre la Musique – Sémantique Psychologique de la Musique. Paris, Bordas, 1979.
- Les Écritures du Temps – Sémantique Psychologique de la Musique, tome 2. Paris, Bordas, 1981.
- Lévi-Strauss, C. Le cru et le cuit (Mythologiques, I). Paris, Plon, 1964.
- L'Homme nu (Mythologiques, IV). Paris, Plon, 1971.
- Mauss, Marcel. As Técnicas Corporais, in Marcel Mauss – Sociologia e Antropologia, C. Lévi-Strauss, intr., São Paulo, EPU, vol. 2, pp. 209-233, 1936-1974.
- A Prece, in Marcel Mauss – Antropologia, R. Cardoso de Oliveira, org., São Paulo, Ática, pp. 102-146, 1979.
- Menezes Bastos, Rafael José de. A Musicológica Kamayurá – Para uma Antropologia da Comunicação no Alto-Xingu, Brasília, Funai, 1978.
- O "Payemeramaraka" Kamayurá – Uma Contribuição à Etnografia do Xamanismo no Alto-Xingu, in *Revista de Antropologia*, vols. 27/28: 139-177, 1984-85.
- Música, Cultura e Sociedade no Alto-Xingu, in *Revista de Música Latino-Americana*, 7(1): 51-80, 1986a.
- Zur Musikkonzeption der Kamayurá, in *Brasilien – Einführung in Musiktraditionen Brasiliens*, T. de Oliveira Pinto, org., Mainz, Schott, pp. 48-57, 1986b.
- Notas sobre a Canção do Ritual do "Yawari" dos índios Kamayurá do Parque Indígena do Xingu, in *Anais do 2º Encontro Nacional de Pesquisa em Música*, Sandra Loureiro de F. Reis, org., Belo Horizonte, Impren-

sa da UFMG, pp. 105-107, 1986c.

Myth, Music and Dance in the Formation of Ritual Discourse among the Xinguan Indians of Central Brazil, in *Actes du 13e. Congrès de la Société Internationale de Musicologie*, M. Honegger et alii org., Strasbourg, Association des Publications Près les Universités de Strasbourg, vol. I, pp. 448-453, 1986d.

O Ritual do 'Yawari' do Alto-Xingu – Para uma Etnografia do Ciúme, do Respeito e da Vergonha, comunicação apresentada à 15ª Reunião Brasileira de Antropologia, Grupo de Trabalho "Música e Sociedade no Brasil" (Curitiba) (datilografado), 1986e.

Música, cultura e sociedade no Alto-Xingu – A Saga do 'Yawari', conferência pronunciada nas Terceiras Jornadas de Musicología (Buenos Aires) (datilografado), 1986f.

Mito e Música no Alto-Xingu – O ritual do 'Yawari', comunicação apresentada ao Seminário Internacional: Atualidade do Mito, painel "Mito e Música" (Porto Alegre) (datilografado), 1987.

A Festa da Jagatirica – Uma Partitura Crítico-Interpretativa. Tese de doutorado, USP, em conclusão, (manuscrito), Ms.

Rivers, William H. R. The Ethnological Analysis of Culture, in *Psychology and Ethnology*, G. Elliot Smith, ed., Londres, Kegan Paul, Trench, Trübner, 1926.

Sahlins, Marshall. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

Stumpf, Carl. Tonpsychologie, vol. I Leipzig, S. Hirzel, 1883.

Tonpsychologie, vol. II. Leipzig, S. Hirzel, 1890.

Resumen

YAWARI – ESLABÓN RITUAL ENTRE LENGUA Y LITERATURA

El estudio del Yawari, ritual Kamayurá, revela que el espacio del *torýp* (ritual) es el de la "imitación de la transformación", el cual sólo puede concretizarse a través del "lenguaje": la lengua narrando, la música valorando y el cuerpo escribiendo (danzas, plumas, pinturas).

Abstract

YAWARI – RITUAL LINK BETWEEN TONGUE AND LANGUAGE

Studies of the Yawari, a Kamayurá tribal ritual, reveal that the space in which the "torýp" ritual is enacted is that of the "imitation of transformation" which can only attain concrete form through "language" – tongue narrating, music enhancing and body writing (dances, plumage, body paint).

**O QUE A NATUREZA CRIA,
NÓS REPRODUZIMOS FIELMENTE.**



Chapada Diamantina - Bahia
(Detalhes)



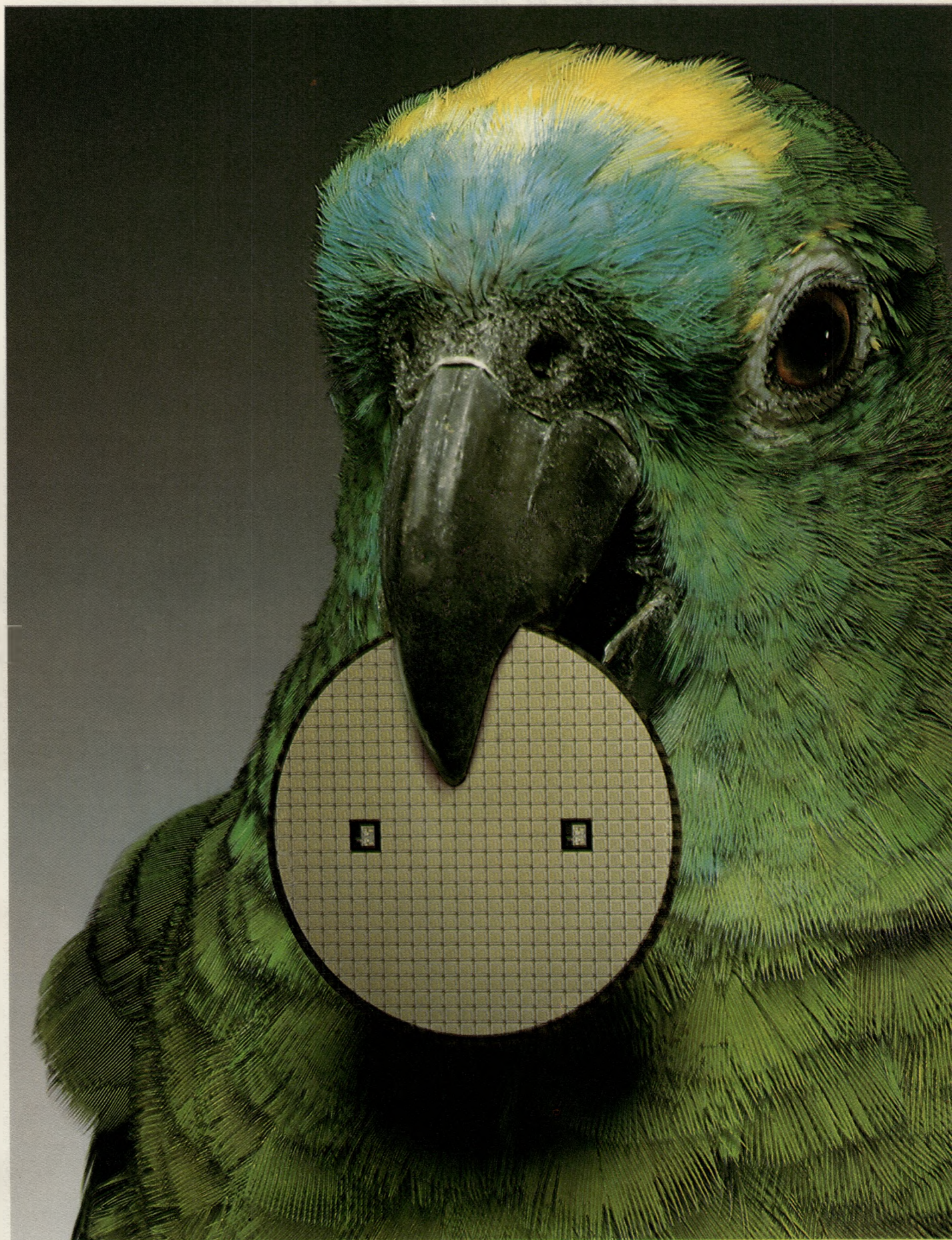
POLICOR

Reproduções que impressionam.

GOIÂNIA: Rua 1, nº 60 - Setor Oeste - Fones: (062) 225-7446/225-5452/224-3600/223-3184
BRASÍLIA: SIG - Quadra 03 - Bloco C - Fones: (061) 225-4442/224-2681

FOTOLITO
PELO SISTEMA
LASER

Pastilha de silício (wafer), contendo centenas de chips.



COM TECNOLOGIA PRÓPRIA A GENTE FALA MAIS ALTO.

FALAR É FÁCIL. O DIFÍCIL, O CPqD FAZ.

Todo o progresso tecnológico na área das telecomunicações parece sempre fácil demais. Ou você não acha fácil pegar um telefone, discar um número e falar com lugares distantes do Brasil e do mundo?

Pode falar à vontade. O CPqD — Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, em Campinas, São Paulo — produz tecnologia brasileira para você se comunicar. E é o mais importante centro de pesquisa da América Latina, um dos cinco maiores e mais importantes do mundo.

Mas o que o CPqD pode fazer para que você fale ainda mais fácil?

Seguindo as diretrizes do Governo José Sarney, através do Ministério das Comunicações, os técnicos e cientistas que trabalham no CPqD desenvolvem a tecnologia mais avançada, com o objetivo de levar a todo o Brasil os benefícios do acesso às telecomunicações.

Os dois satélites brasileiros de comunicação (Brasilsat I e II) vêm sendo usados para a interiorização das telecomunicações nos locais mais distantes do País. E o CPqD desenvolve estações terrenas e antenas parabólicas para transmissão e recepção via satélite.

Outro grande avanço tecnológico produzido pelo CPqD é o desenvolvimento da tecnologia digital para as telecomunicações. Com a transformação das redes telefônicas convencionais em redes digitais de serviços integrados, será possível transmitir dados, voz, texto e imagem por um único meio — o fio do telefone — e a custo reduzido.

E que tal transmitir uma página de texto em menos de dez segundos ou receber informações que ocupam a tela de um terminal em, no máximo, dois segundos?

Chega de conversa. O CPqD está trabalhando para facilitar sua vida.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás

GOVERNO JOSÉ SARNEY



O teatro como tema sociológico e trama de vivência e ensino

João Gabriel Lima Cruz Teixeira
Fotos de Michael Sucherzewski



Teatro voltado para formação de sociólogos é um projeto pedagógico conduzido no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Começou na disciplina Sociologia do Trabalho, em 1985, quando o 1º Ato da Farsa da Boa Preguiça, do pernambucano Ariano Suassuna, intitulado, bizarramente, de *O Peru do Cão Coxo*, foi encenado por um grupo de alunos de graduação em Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Serviço Social). Nela contaram com a colaboração do diretor de teatro Murilo Eckhardt, responsável pela concepção cênica, figurinos e cenário.

Diante do sucesso obtido, tentou-se repetir a experiência no ano seguinte (1986). O curso era de Sociologia da Educação e o texto escolhido para encenação foi "A Aurora da Minha Vida", de Naum Alves de Souza. A idéia era utilizar a teatralização de temas sociológicos, permitindo aos alunos a vivência dos problemas enfocados. Aqui, foi retratado o processo de socialização, na sua fase escolar. Os alunos transformam-se em atores que criam personagens que vivem seus papéis.

Novamente, a apresentação dos alunos de Ciências Sociais da Universidade de Brasília foi realizada, comprimidos na Sala Saltimbancos do Departamento de Desenho. Ao tempo em que o projeto didático-pedagógico estava concebido, ficou evidente que as novas montagens teriam que ser realizadas em espaços com condições técnicas suficientes.

Neste ínterim, já contávamos também com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), enquanto projeto de pesquisa no ensino de sociologia, da Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC, como proposta de renovação didática, além da colaboração do Serviço de Apoio Artístico-Cultural do Decanato de Assuntos Comunitários da UnB, enquanto realização artística.

A terceira montagem foi *O Casamento Pequeno-Burguês* de Bertold Brecht, apresentada gratuitamente na Sala Martins Pena do Teatro Nacional de Brasília, durante três dias, para um público de 1.500 pessoas, em clima de festa de final de semestre. Participar do espetáculo significou, em regra, um trabalho final de graduação para muitos dos alunos. O tema sociológico era a família enquanto instância socializadora.

O enfoque crítico-teórico é veiculado através das leituras de Marcuse, o jovem Marx, Wilhelm Reich e Sigmund Freud, especialmente em seus estudos sobre a sexualidade infantil e os

papéis familiares. Os seminários, debates e depoimentos criaram o clima de descontração necessário ao trabalho artístico.

A qualidade estética desse trabalho é considerada pelo grupo como razão de ser e de sua perseverança. Pelo menos enquanto houver alguém como Murilo Eckhardt, que garanta o bom gosto, e um professor de sociologia amando produzir teatro.

O que teria a "Boa Preguiça" do Suassuna a ver com a Sociologia do Trabalho?

Tudo começou numa manhã modorrenta e ensolarada de abril. Refletia sobre o que mais poderia fazer para motivar os meus alunos de graduação em sociologia que estavam comigo na disciplina "Sociologia do Trabalho". De repente, na parede do Minhocão, um cartaz interessante e curioso. *Cometa Cenas*, era a proposta instigante do pessoal da Educação Artística da UnB. Lembrei-me que curtira a "Farsa da Boa Preguiça", cuja leitura já havia feito com delícia. Aí propus ao grupo que fizéssemos um espetáculo teatral para participar do *Cometa Cenas* em junho. Sugeri a "Farsa" e o pessoal topou. Foram nove alunos, num total de vinte e três, naquele semestre, que apresentaram o 1º Ato da Farsa "o Peru do Cão Coxo" na Sala Saltimbancos, em duas apresentações de sucesso (mais de duzentas pessoas).

O mote era a ideologia do trabalho. A idéia era questionar a moral ascética via a boa preguiça brasileira. De Malazartes a Macunaíma, de Suassuna a Mário de Andrade.

No programa constava a proposta anarquista de Lessing: "Preguiçosos em tudo
Menos no amor e
no beber, menos na preguiça".

Nela traduzíamos a nossa preocupação por uma sociologia a serviço de Eros. De Marcos a Wilhelm Reich, de Lafargue a Freud, da ética protestante às promessas do paraíso socialista de Marx. A dimensão estética permitindo aos estudantes a transcendência ao lugar-comum, à mesmice e ao marasmo. Ao contrário, a vivência teatral permitindo o acontecer da aula sobre tema sociológico pronunciada por alunos para uma platéia desafiante e desconhecida. O sério e o descontraído fundindo-se numa só experiência de trabalho coletivo. A transposição da persona do "outro", personagem idealizado intelectual e sensorialmente. A arte pela educação, a sociologia pelo teatro.

A Farsa e a Preguiça Brasileira

"A meu ver, a "Farsa da Boa Preguiça" tem dois temas centrais. Nela, não defendo indiscriminadamente a preguiça – coisa que, aliás, não poderia fazer, pois ela é um dos "sete vícios capitais" do Catecismo. De fato, creio que isso fica bem claro na peça. No teatro antigo havia uma convenção, segundo a qual, no fim da história, o autor podia dar sua opinião sobre o que acontecera no palco. Era a chamada "licença" ou "moralidade". Pois bem. Na "licença" da "Farsa", numa das estrofes finais do terceiro ato, diz um dos personagens:

Há uma Preguiça com asas,
outra com chifres e rabo.
Há uma preguiça de Deus
e outra preguiça do Diabo".

Ariano Suassuna



Depois veio a "Aurora"

No ano seguinte, 1986, foi proposta a montagem de "A Aurora da Minha Vida", de Naum Alves de Souza, aos alunos de Sociologia da Educação. Novamente, houve aflição em serem escolhidos para viverem os alunos de escola primária da fauna de Naum.

O mito da infância feliz e a crueldade das crianças. Uma aula de educação escolar teatralizada por alunos de ciências. Outra temática sociológica revivenciada no palco. Foram nove alunos de um total de 18. Os demais ficaram providenciando suas correioas monografias semestrais.

Foram quatro apresentações no Cometa Cenas na Sala Saltimbancos naquele início de dezembro, assistidas por 400 pessoas, comprimidas num espaço cênico improvisado.

No caso da "Aurora", o mote eram os próprios versos de Casimiro de Abreu, que acompanharam todo nosso processo de maturação escolar:

Oh que saudades que eu tenho
da aurora da minha vida
da minha infância querida
que os anos não trazem mais...

A ironia a serviço da crítica social. Para isso, contudo, foi necessário regredirmos até nossa infância, aos nossos pais, colegas e mestres. Nesta montagem propusemos novamente a possibilidade de construção de um princípio de realidade menos carrancudo e repressivo. A dimensão estética permitindo ao homem a possibilidade de superação, pelo menos da "mais repressão", excedente, assegurada sem academicismos, através do trabalho divertido e prazeroso da arte.



MORAL DA HISTÓRIA

A Formatura

(Entra o diretor, com as flores e os diplomas):

Estamos aqui reunidos para mais uma cerimônia de formatura, consócios de termos fornecido sólidas bases para o futuro. Chamamos, ou melhor, convocamos para a mesa de honra o senhor paraninfo, a mais velha mestra viva, os pais do aluno falecido, as autoridades locais. Senhores alunos: todos preparados para o futuro? Alguma pergunta? Alguma dúvida? Não? Ótimo. Medalhas, flores e prêmios para os que chegaram à reta final!

(Entrega os Diplomas)

Naum Alves de Souza

A importância da direção artística

A esta altura, o projeto já estava concebido: teatro voltado para formação de sociólogos. Os apoios do Departamento de Educação Artística e do Serviço de Apoio Artístico-Cultural da UnB foram assegurados.





Para isso, contamos com a contribuição do Murilo Eckhardt, diretor e homem de teatro, professor da Faculdade de Artes da Fundação Brasileira de Teatro criada por Dulcina de Moraes em Brasília. Diretor de muitos espetáculos de sucesso em Brasília (o Santo e a Porca, o Assalto, a Invasão e A Gema do Ovo da Ema, dentre outros).

Sem o trabalho paciente e confiante de um diretor artístico, o elemento estético não é transmitido. O efeito de mistério, beleza e encantamento que a arte produz tem que estar presente na experiência. O cuidado visual e o bom gosto da produção são parte crucial do trabalho. O artesanato e carpintaria teatrais ficam à mostra dos alunos transformados em atores e também iniciados na produção coletiva do espetáculo.

Responsável, além da direção, pelos figurinos e cenários dos espetáculos, Murilo, como condutor artístico do processo de criação, assegura que os detalhes não sejam esquecidos. Que cada cor tenha o seu valor e cada cena o seu conteúdo. Murilo desconhece forma de comunicação mais crítica do que o teatro, porque é vivência coletiva e corporal. Uma alternativa à terrível oralidade da nossa tradição acadêmica. O teatro, para ele, possibilita a coragem de buscar o prazer, o que cada um quer na sua vida, com a liberdade de dar um berro, com a energia necessária, ou de dançar uma polca, uma valsa, sem se sentir constrangido pela possibilidade do ridículo.

Os segredos contados nas mesas de bar após os ensaios. As descobertas de novas fontes de inventividade. A quebra do autoritarismo na relação pedagógica e a transmutação da sociologia do seu empiricismo reificante.

A natureza do trabalho artístico permitindo a terapia cênica proporcionada pelo teatro tanto aos seus realizadores, como a seu público.

Brecht e a sociologia ou acerca do prazer na reflexão crítica Depois veio a Sociologia da Família e, desta feita, todo mundo entrou. A escolha da peça teatral a ser produzida recaiu sobre o Brecht de "O Casamento Pequeno-Burguês", escrita em 1919, pois flagra a família no seu momento de constituição. Além de atingir os pressupostos pedagógicos, o texto adicionou à experiência a perspectiva anárquico-expressionista que Brecht adotava na época. Nele, está colocada sua vontade de ruptura. Brecht, no entanto, não propõe algo de novo. Pelo contrário, mostra-se bastante sombrio e pessimista.

Com isso visávamos à experimentação de uma teoria crítica da família enquanto instância de socialização, já que a disciplina era Teoria da Socialização. Se antes já havíamos questionado o trabalho, revivenciado a escola, nada mais apropriado, então, que a crítica aos nossos entes familiares.

O novo mote era o pequeno conselho de Brecht: "De todas as coisas certas a mais certa é a dúvida".

Também acreditávamos que o ideal seria fazer de cada espectador um cientista social, como Galileu que examinava os astros, à distância, com seu telescópio.

O elenco entendeu isso e topou a parada de assim expressar nosso cientificismo, instigados a mexer com convicções, valores, emoções e com a nossa maneira de encarar a verdade e a prevalente hipocrisia social.

Contam que Brecht, nessa fase de sua obra, ficava aturdido com o sucesso das peças que escrevia para espicaçar a pequena burguesia. Ainda assim, com essa montagem, quisemos fazer rir de forma distanciada, e, ao mesmo tempo, transmitir um sentimento de desconforto e frustração. Como pretendia Brecht, que o público saísse do teatro com a sensação de que algo de novo acontecera.

DEPOIMENTOS

"Antes de passarmos à narração da experiência pessoal de participação em um projeto de ensino de sociologia por meio de teatro, devemos nos questionar da validade de um projeto deste. Esta questão se coloca por tratar-se de um projeto pioneiro. O primeiro ponto a ser discutido na avaliação do tema refere-se ao pressuposto de que a educação formal não esgota o processo de aprendizagem a que o indivíduo está exposto. Como diz István Mészáros:

"Devemos considerar a crise da educação formal dentro da estrutura desse quadro mais amplo, pois – como Paracelso sabia muito bem – a educação é 'nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, na verdade até a hora da morte', e, portanto, a sua avaliação adequada não pode ser confinada ao exame de apenas uma fração dos complexos fenômenos em causa. A educação formal está profundamente integrada na totalidade dos processos sociais, e mesmo em relação à consciência do indivíduo, suas funções são julgadas de acordo com sua razão de ser, identificável na sociedade como um todo". (Marx, *A Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981: 272).

Isto posto, devemos considerar a importância da arte como portadora de verdade. Esta consideração deve ser precedida da análise do valor de verdade da imaginação. Ao fazer uma interpretação filosófica do pensamento de Freud, Herbert Marcuse nos diz que:

"O valor de verdade da imaginação relaciona-se não só com o passado, mas também com o futuro; as formas de liberdade e felicidade que invoca pretendem emancipar a realidade histórica. Na sua recusa em aceitar como finais as limitações impostas à liberdade e à felicidade pelo princípio de realidade, na sua recusa em esquecer o que pode ser, reside a função crítica da fantasia". (Marcuse, *H. Eros e Civilização*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981: 138). Tudo isto leva à seguinte questão: por que o teatro especificamente? Esta pergunta deve ser respondida tendo-se em vista as especificidades da ciência em questão e sua relação com as possibilidades oferecidas pelo teatro. Para se perceber a relação entre teatro e sociologia devemos lem-

brar a conexão fornecida por expressões como "papel social". Para melhor apreciarmos esta relação, vejamos a definição de papel social apresentada por Erving Goffman:

"Quando um indivíduo ou ator desempenha o mesmo movimento para o mesmo público em diferentes ocasiões, há probabilidade de surgir um relacionamento social. Definindo papel social como a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social, podemos dizer que um papel social envolverá um ou mais movimentos, e que cada um destes pode ser representado pelo ator numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou para um público formado pelas mesmas pessoas". (Goffman, – E. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*: Petrópolis, Vozes, 1985: 24).

Entretanto, devemos ressaltar que a utilização do teatro como forma pedagógica requer uma preparação e cuidados muito maior por parte do grupo envolvido. A cada momento corre-se o risco de repetir o problema anteriormente apontado: a educação formal separa-se de outras formas pedagógicas. O teatro não deve ser visto como atividade "extra-classe", mas como momento privilegiado de vivência do conhecimento aprendido".

Fausto Miziara: graduando em Sociologia em 1985
Abril de 1988: aluno do mestrado de Sociologia da UnB

"Há três anos, corri o risco de ser, por um instante lúdico, um personagem chamado Clarabela. Hoje, o que retenho na memória, além de seu nome e do vestido branco de bolas pretas, é a construção perplexa de uma aventura que se fez como um susto. O ato do ator parece o que é de mais vivo. Um grande encontro entre a pessoa e o personagem dilui uma no outro, talvez porque, em algum nível mais insondável de nosso ser, essa dicotomia possa não existir e é essa a redenção da ruptura face ao imaginário do encontro teatral. Se esse milagre fosse possível no encontro etnográfico do antropólogo, seria tão fascinante fazer antropologia como fazer teatro. Mas há muitos fascínios... O meu pe-

queno exercício no tablado me fez estar visceralmente diante do imponderável, de esquecer o texto, por exemplo. E isso foi, acredito, o grande legado. O texto, podemos esquecê-lo a toda hora. Apenas o interpretamos de dentro dele mesmo, com uma dose de ousadia. Assim se lida com o imponderável."

Lélia Lofego Rodrigues: graduanda em Antropologia, 1985.
Abril de 1988: mestranda em Antropologia, UnB.

A primeira oportunidade que tive de participar de uma montagem teatral me ocorreu na infância quando participei de um espetáculo infantil, "Os músicos de Brémen", onde atuei no papel do Burro. Espectáculo montado por um grupo de bandeirantes (correspondente feminino à associação de escoteiros mirins), na cidade onde morava há vinte anos atrás. Esta não havia sido uma experiência feliz, porque se revelara um grande fracasso, haja vista a falta de maturidade dos mirins e particularmente, naquele momento, a minha falta de memória, esquecendo o texto e prejudicando o espetáculo.

A segunda oportunidade foi através da Universidade de Brasília e, em especial, do professor João Gabriel, do Departamento de Sociologia, que na época ministrava o curso de Sociologia da Educação, onde apresentou uma proposta diferente para a educação universitária. Ensinar através da atividade artística, com o objetivo de levar o estudante a participar de sua aprendizagem de uma forma mais dinâmica e ativa, retirando de cada um o comodismo e a passividade que normalmente caracterizam o aluno numa situação de aula, numa sala, com o quadro-negro, o professor e o aluno como receptor malgrado. Contudo, sendo válida essa situação, dificilmente levaria o aluno à reflexão da realidade prática dos conhecimentos até adquiridos. Aqueles que se contentam com essa situação tradicional de aprendizagem, com certeza não terão seu universo alargado com a possibilidade prática de reconhecer na atividade acadêmica o prazer de realizá-la.

Tomando a decisão de participar efetivamente da materialização da proposta, eu só estava sendo coerente com a minha crença nas possibilidades humanas. O fato de participar de um espetáculo teatral para mim significava muito mais que um semestre de aula comum. Significou a afirmação da minha capacidade em outra atividade que comumente não era a minha. Significou a quebra de preconceito individual e, ao mesmo tempo, social (família e amigos) com relação às atividades artísticas, e especialmente teatral, que normalmente são concebidas pelo senso comum como atividades degradantes, que normalmente abrigam em seu bojo segmentos sociais marginalizados tais como prostitutas, homossexuais, alcólatras e viciados. A atividade teatral significou ainda uma nova maneira de me relacionar com os outros colegas, professores, amigos e, o mais importante, com o público, realizando-se o processo de socialização necessário a qualquer produção de conhecimento, necessário, sobretudo, à própria humanização do indivíduo.

Foi através da atividade teatral que reforcei o meu senso de responsabilidade, pois havia percebido que não era uma atividade "irresponsável" e livre, diferente dos padrões normalmente estabelecidos em outras atividades. Pelo contrário, vivi naqueles meses a constatação de que a disciplina aliada à seriedade eram a tônica do sucesso em qualquer empreendimento ou atividade. Além disso, afirmo que naquele ambiente descontraído e disciplinado pude observar que a criatividade se tornara íntima ao grupo.

Outro momento fascinante foi o ato de representar. Jamais sentira emoção igual. A interação ator/personagem/público é um universo indescritível, sendo somente possível expressá-la através da emoção que transcende a cada expressão.

Para finalizar, concluo que captei na atividade teatral a beleza da sua essência: a capacidade transcendente de criar e recriar, de emitir e receber conhecimentos e emoções que, normalmente, fora da atividade artística, se tornam impossíveis de perceber. Contudo, invejo os gregos porque a eles foi permiti-

tido penetrar no universo fantástico da atividade humana e retirar de sua essência a atividade teatral como expressão do humano.

Cleide Bezerra: estudante de Ciências Sociais, 1986

Abril de 1988: bacharelada em Sociologia, UnB.

“A idéia de trazer aos alunos a oportunidade de participar de um evento como o teatral é muito válida, não só como experiência de vida, mas também como formação profissional.

No que diz respeito à experiência de vida, vemos que é uma chance inigualável de sentir na pele o que nos passa despercebido quando vemos uma peça teatral; nós não nos damos conta de todo o trabalho por trás dos bastidores e, principalmente, da “barra” de enfrentar uma platéia composta das mais variadas pessoas.

Para isso se realizar, tem-se que passar por todo um processo de trabalho, que se inicia com a memorização do texto (a única parte do processo que é individual). Após isso vêm os ensaios, quando coletivamente há a caracterização do personagem por nós representado; neste processo, de maneira bem informal, a peça vai se compondo, com idéias e sugestões de todos.

Há, nesta fase, toda uma convivência quase que diária com os atores e técnicos envolvidos, criando um clima de integração que resulta no espírito de coletividade e responsabilidade para com o trabalho, pois a falha de uma das pessoas envolvidas pode resultar no fracasso do produto final.

Finalmente, vem o dia da estréia, e aí é que sentimos a “barra” de pisar num palco. O impulso inicial é a vontade de sair correndo do teatro. Nos vemos diante de vários vultos, que muitas vezes são pessoas conhecidas, que vieram de suas casas para nos assistir. Aí vem a impressão de que perdemos a voz ou esquecemos a nossa fala. Mas depois do impacto inicial, vemos que tudo vai acabar dando certo; o público passa a vivenciar os nossos papéis, sentindo o clima do espetáculo e, no final, nos sentimos aliviados e felizes com o produto do

nosso trabalho. E isso é ótimo, é a superação de um limite que antes achávamos impossível superar; talvez a realização de um sonho que foi reprimido, ou um ponto a mais para nosso ego.

Mas seja qual for o motivo de nossa satisfação, a experiência é gratificante. Além disso, é essencial na formação profissional de um sociólogo ter fluência na fala e desinibição para expressar suas idéias, o que é mais do que adquirido no ato de pisar num palco; depois desta “prova de fogo”, todos os participantes estão aptos a encarar, utilizando o seu discurso, uma assistência numerosa.

Ainda com relação à formação profissional, vem a pergunta:

Por que a formação de um sociólogo deve apenas basear-se em aulas teóricas?”

Bruno Cunico Júnior: estudante de Ciências Sociais, 1986

Abril de 1988: bacharelado em Sociologia, UnB

O que é que a sociologia tem a ver com o teatro?

Creio que cada um dos alunos que cursaram as disciplinas ministradas pelo professor João Gabriel fez essa pergunta a si mesmo, expressando uma reação que bem podia ir da perplexidade mais negativa, em termos de uma determinada noção acadêmica de trabalho científico, até a perspectivas mais positivas, quanto à magia da representação teatral e do próprio desafio da expansão de qualidades artísticas que cada um imaginava possuir e não podia atualizar.

Particularmente, eu passei de uma reação a outra ao longo da experiência da montagem dos espetáculos de 1986 (“A Aurora da Minha Vida”) e 1987 (“O Casamento Pequeno-Burguês”). Aos poucos, e a duras penas, eu procurava sintetizar não apenas na prática, mas também na representação que eu fazia da prática da representação teatral, minhas preocupações acadêmicas quanto aos temas sociológicos que giravam em torno do debate sobre a escola (no caso da “Aurora”) e a família (no caso do “Casamento”); mas tratava-se de um pensar que se fundia com uma ex-

periência extremamente prazerosa de descoberta de potencialidades pessoais que escapavam àquelas que a atividade acadêmica tradicional proporcionava.

De fato, só aos poucos é que eu fui construindo uma idéia mais precisa do valor dessas experiências teatrais: para mim, representar teatralmente significou, inicialmente, uma forma de refinar minha sensibilidade acadêmica quanto àqueles temas e com relação aos demais, com os quais eu lidava – principalmente porque as montagens teatrais permitiram um maior entrosamento com os demais estudantes do curso, e com os professores do Departamento de Sociologia, no sentido de que poucas atividades cotidianas exigem efetivamente uma consciência e uma ação concernentes a um **trabalho coletivo** –, por outro lado, e talvez essa tenha sido a maior e melhor lição de todas essas experiências no teatro, o ato de representar foi sempre um jogo entre o pensável e o impensável, o que você podia fazer e o que você podia não fazer, mas considerava-se incapaz de fazer, foi, por isso, sempre um aprendizado que contribuía crescentemente para uma consciência de si no mundo que o cerca. Num limite, valeu pela realização de um trabalho que encontrava a essência do que o trabalho deveria ser: um trabalho com prazer. E se era essa a lição mais profunda, então ridículo era se sentir ridículo fazendo o que lhe dava prazer.

Eduardo Biavati Pereira: estudante de Ciências Sociais, 1986

Abril de 1988: bacharelado em Sociologia, UnB

Foi Bom de Dar com o Pau...

Pode parecer estranho proporcionar uma atividade teatral sem ter como objetivo a formação de atores em uma escola. Pois foi – pois é. Fazer teatro pelo simples prazer de fazer teatro parece coisa de louco, de quem não tem o que fazer – mas não é: é ótimo. É gratificante quando observamos os resultados indi-

viduais e coletivos; quando notamos a absorção do texto, dos personagens, do espetáculo por um grupo às vezes tão heterogêneo, onde existia o medo, o mito do “teatrão”, a inibição da presença física.

A atividade grupal ainda é, creio, o melhor veículo para a socialização do indivíduo. E nada melhor do que o grupo teatral para uma permuta de idéias, de informações, de trabalho interpretativo ou técnico. O teatro congrega uma série de atividades, oferecendo ao aluno o direito de opção ou descoberta de uma atividade desconhecida. Veja bem: o teatro não é feito só por atores. Não adianta nada você ser um belíssimo ator se, por exemplo, está mal iluminado.

No teatro na escola o aluno tem um raro privilégio: experimentar. Não existem compromissos financeiros, empresariais. O compromisso é com ele mesmo e com seu grupo. O erro e o acerto tornam-se naturais, e até, às vezes, prazerosos. No teatro empresarial, pesquisar é quase impossível – o compromisso com o acertar é imprescindível – a “grana” está rolando...

O pesquisar é essencial – o mexer, o moldar, o descobrir descobrindo-se. A escola é o lugar ideal para isto. A própria pesquisa e criação de um personagem ou objeto teatral proporcionam o exercício do descobrir descobrindo-se. Não importa se a atividade é teórica ou prática – importa que ela seja espontânea, sensível, descompromissada.

A iniciativa do Departamento de Sociologia da UnB proporcionou aos alunos e a mim este tipo de experiência tão gratificante e enriquecedora – Não importa se com Suasuna, Naum ou Brecht. Bonito foi com Eduardo, Bruno, as Cláudias, Helena, Gê, Cleide, Samia, Marília, Gabriel, Paulinho, Roberta, Gilmar, Marquinhos e tantos outros.

Murilo Eckhardt

João Gabriel Lima Cruz Teixeira é D. Phil. em Sociologia, Universidade de Sussex, Inglaterra e professor adjunto do departamento de Sociologia da UnB. Produtor dos três espetáculos já mostrados pelo Projeto “Teatro Voltado para a Formação de Sociólogos”, pelo qual é responsável.

*Humanidades está nas principais bancas e livrarias.
Mas você pode receber em casa. Basta preencher
o cupom no final desta edição e enviar à Editora
Universidade de Brasília*

Humanidades
a revista séria que dá prazer

SOB O PATROCÍNIO DA UNESCO E DA SECRETARIA DE CULTURA DO DF, COM O APOIO DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS, DENTRE AS QUAIS A UNB, REALIZOU-SE EM BRASÍLIA, EM ABRIL DESTES ANO, UM SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE AS LITERATURAS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE.

A MULTIPLICIDADE DOS TEMAS E DAS CONTRÓVERSIAS LEVANTADAS NO SIMPÓSIO ATRAIAM A ATENÇÃO DE ESCRITORES, CRÍTICOS E ESTUDIOSOS DE DIVERSOS PAÍSES.

COMO AVALIAR A IMPORTÂNCIA E A ATUALIDADE DOS ASSUNTOS DEBATIDOS?

LITERATURA LATINO-AMERICANA

OLHARES e LITERATURAS

O QUE É LITERATURA DE VANGUARDA NA AMÉRICA LATINA DOS NOSSOS DIAS? O QUE SIGNIFICA RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA O ESCRITOR DAS NOSSAS LATITUDES? COMO VERIFICAR A CONTEMPORANEIDADE DE SUAS OBRAS EM MEIO A TANTAS ESCOLAS, TENDÊNCIAS E MODISMOS? NÃO RESPONDEREMOS A ESSAS PERGUNTAS SEM DESCARTAR OS MODELOS USUAIS DA CRÍTICA LITERÁRIA E SEM DESENVOLVER UM NOVO ENFOQUE QUE POSSA SERVIR COMO CRITÉRIO. ESSE NOVO ENFOQUE – OLHAR CONSTRUTIVO – LEVA EM CONTA A URGÊNCIA E A VIABILIDADE DE UMA SOCIEDADE JUSTA.

Carlos Eduardo Senna Figueiredo

Em abril de 1988, realizou-se em Brasília o Simpósio Internacional sobre o Papel Dinâmico das Literaturas da América Latina e do Caribe na Criação Literária Universal¹. Malgrado o oficialismo do evento, esse encontro de escritores, críticos e editores de diversos países deu margem à apresentação de alguns trabalhos de grande beleza e originalidade e ao exame dos problemas e das perspectivas da criação literária de hoje.

Ao invés de simplesmente reavaliar os temas debatidos nesse Simpósio – espaços do romance, realismo mágico, visão do herói, raízes do universal, etc. –, ou de releer linearmente os trabalhos segundo os cânones e o rosário dos estilos sabidos, é preferível ver na literatura um elemento essencial de nossa apreensão da realidade, sujeito aos mesmos viéses e às mesmas vicissitudes históricas das outras vias de conhecimento, a fim de olhá-la em perspectiva, segundo a relação de cada autor com o seu mundo, e de verificar a contemporaneidade das suas visões. Nesse sentido, a produção literária não se diferencia essencialmente da produção científica. Todo olhar é visão do seu tempo.

Para isso, entrevistamos alguns escritores presentes no Simpósio, selecionamos fragmentos de narrativas e recorremos aos últimos trabalhos do pensador argentino Oscar Varsavsky, relativos

aos fundamentos de uma visão construtiva e sua comparação com outros três enfoques que chamamos intuitivo, racionalista e evolutivo². Embora essas visões tenham surgido em diferentes períodos históricos, ainda coexistem, tanto no campo das artes quanto no das ciências.

Quais são essas visões e para que serve essa proposição na crítica literária?

■ OLHAR INTUITIVO

A primeira visão ou enfoque é a intuitiva ou vivencial; poderia também chamar-se religiosa ou emotiva. Nasce nos horizontes perdidos da história e ganha os seus primeiros delineamentos nas fases definitórias da humanidade – agrícola e nômade – chegando a permear as formações urbanas e as organizações em impérios. Sua evolução posterior mantém aquelas características básicas, embora venha se refinando e bifurcando em variantes de alta sofisticação. A visão intuitiva permanece retórica, essencial, íntima; quer apreender a realidade de maneira direta e global. Cisma de conhecer o mundo de um golpe só:

*"Gô-noêno-hôdi criou os homens, o Caracará os fez mortais"*³

No seu nascedouro histórico – tempos revoltos, tempos criativos –, a visão intuitiva ocupava-se dos problemas concretos da vida: sobrevivência, opressão, segurança espiritual. Respondia então à necessidade de dar uma ordem ao caos do universo, que permitisse orientar-se frente aos fenômenos naturais e sufocar o medo, manejar os problemas sociais, morais e políticos, e enfrentar o mistério abismal da morte. O enfoque intuitivo tem sempre um fundo místico-religioso e uma linguagem apropriada para ele: busca-se segurança e certeza na redundância. As grandes questões são de tipo ontológico:

*"Veja! Eu sou passarinho
Eu sou adjô-lô-piu
Veja! Você não me conhece?
Eu sou passarinho
Eu sou dji-gô-txoi
Não vê?
Você não me conhece, amigo?
Veja! Eu sou mesmo o
Djão-txowi-uahá"*⁴

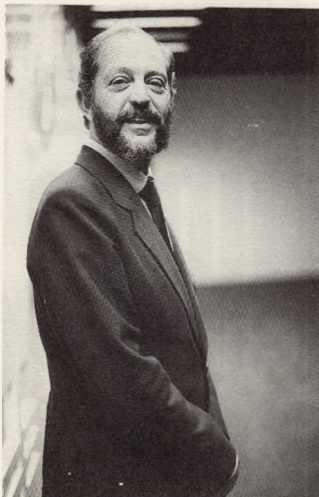
Nessa primeira fase, coexistem respostas de diferentes níveis de abstração: de receitas mágicas para provocar chuvas e curar doenças a proposições de assuntos metafísicos, como a da vida após a morte. Com o tempo, o grau de abstração foi crescendo, a diferentes velocidades, em função

dos estilos culturais. A grosso modo, essa foi a visão dominante da humanidade até a época grega.

*"Maira veio e então disse:
"agora vocês serão mortais".
Desde então quem morre aqui
na terra vai para o céu, para a
casa do filho de Maira"*⁵

A visão intuitiva distingue três categorias em relação ao homem: o mundo externo ou natureza, o mundo interno – espírito, razão, sentimentos – e um nível transcendente, absoluto, céu, nirvana, mundo superior povoado por deuses, forças sobrenaturais, idéias e almas. Nessa etapa preliminar, o maior aporte desse enfoque foi sistematizar a antiga idéia de que as forças vistas como responsáveis pelo comportamento humano servem também para explicar os outros dois mundos, especialmente o terceiro. E a isso juntava diversas explicações sobre as relações entre esses três universos, especialmente sobre as vinculações do conhecimento com o Além. Produziu interpretações em termos de "essências", porque em psicologia prática é preciso distinguir entre essência e aparência.

Nas kenningar, os antigos escandinavos designavam o ar, o céu e o rio por casa dos pássaros, taça dos ventos, sangue dos penhascos⁶. De início, esse antropo-



Moacyr Scliar

morfismo considerou as forças naturais e sobrenaturais como inimigas; mais tarde, ao ingressar na fase expansiva, engendrou as grandes religiões. Esse tipo de ideologia é o que teve e continua tendo maior êxito para a grande maioria dos homens: a Doutrina, o Livro duram milênios. Os filósofos, por seu lado, foram se diferenciando cada vez mais do povo e agrupando-se em elites esotéricas, donas do Saber e da Linguagem. Da visão intuitiva surgiram conceitos da divindade muito variados nas suas formas, embora todos propusessem uma explicação da origem e do fim do mundo, justificassem uma moral adequada à ordem social tradicional e promettessem um apoio paternal nessa vida e depois da morte (ter um pai e, principalmente, uma mãe eterna foi sempre um elemento sedutor dessa ideologia). A variável explicativa final é a vontade divina, guiada por motivações que escapam à compreensão dos mortais, mas de alguma maneira análogas às nossas. Daí surgiu quase toda a metafísica.

"Bodhisattva, recém-nascido, vê que no universo não há outro igual a ele e anuncia com voz de leão: 'Sou o primeiro e o melhor: este é meu último nascimento; venho acabar com a dor, a doença e a morte'"

Na sua etapa atual de estancamento, depois de um longo período transiente de cismas, purgas, altos e baixos criativos, as elites profissionais foram-se refinando, ditando modas, edificando o pensamento chamado idealista e destilando as idéias germinais do enfoque a ponto de poderem até se desprender da idéia de Deus, como se ousou na escola existencialista. A aparição da ciência moderna trouxe novos estímulos e grandes problemas aos partidários da visão intuitiva.

Ao longo do período clássico da história, dentro desse primeiro enfoque, apareceram todos os problemas tradicionais da filosofia, mas só as elites privilegiadas de intelectuais podiam familiarizar-se com as questões metafísicas, éticas e epistemológicas que a visão intuitiva desvelou. Como herança desse vasto aporte, ainda hoje usamos na linguagem comum as categorias de pensamento que lá receberam representação lingüística, porque poucas desapareceram e as novas não

são usadas senão em assuntos técnicos. Nesse sentido, fabricamos o nosso dia-a-dia e a nossa narrativa na trilha do passado, expressando-nos em termos de existência, essência, substância, realidade, causa, efeito, sujeito, objeto, tempo, espaço, liberdade.

Não importa muito, nessa visão de mundo, que as acepções quotidianas dessas palavras sejam imprecisas e confusas. De fato, para certa classe de políticos e ideólogos, a ambigüidade e o subjetivismo são de grande valia. A imprecisão dos conceitos não incomoda, pois a compreensão e a intuição são, supostamente, diretas e globais. Sei alguma coisa quando sinto que sei, quando tenho uma sensação de evidência individual, íntima, pouco apta à comunicação. Dentre os representantes modernos desse enfoque, muitos ainda sustentam como categorias prioritárias certas sensações íntimas – angústia, nada, emoções primárias.

Sem embargo, é nas mãos do artista que o enfoque intuitivo engendra verdades e desperta ressonâncias na alma: "Mis violentas flores negras", murmurou um dia Cesar Vallejo, e também:

*"Me moriré en París con aguacero, un día del cual tengo ya el recuerdo"*⁸.

A visão intuitiva não analisa porque isso destruiria o essencial; agarra os problemas pelos chifres, em toda a sua opacidade, manejando-os mediante associações, metáforas, alusões veladas, artifícios que, no final das contas, dão pouco suco. Assim, a comunicação entre esses pensadores se estabelece por simpatia poética – é direta e emocional. Também por esse motivo, é fácil arrastar crenças e provocar a adesão superficial por meio da técnica da obscuridade sofisticada em boa retórica. Proliferam-se escolas e acaba sendo difícil saber quem é criativo e sério nessas fileiras.

Os alicerces da visão intuitiva estão assentados sobre um conjunto nebuloso de idéias íntimas e profundas que se mantêm pelas múltiplas associações entre elas e que jazem no "fundo", sem nome, sementeadas desde a infância mais tenra, antes mesmo da fala. Como não analisa nem explica (não reduz a idéias básicas, pois aqui o básico é íntimo e difuso), a "explicação" consiste em enredar o explicado numa teia de laços simultâneos a esse núcleo borroso de idéias obscuras, a essa ideologia

em boa parte subconsciente. Isso obriga a ser redundante, a fatigar repetições incontáveis, para que fique somente o seu dominador íntimo essencial.

Nós nos deixamos convencer quando entrevemos como o conceito a ser explicado se acomoda a essa representação íntima do mundo, na qual as emoções estão misturadas ao raciocínio e à informação, sem que exista esforço para separá-las. Se a realidade não obedece aos esquemas intuitivos, tanto pior para a realidade. Há pouca consistência interna nos sistemas de idéias, sendo habitual dissimular ou reprimir os fatos não compatíveis com a visão. Por outro lado, gera sistemas completos, no sentido de cobrir todos os aspectos do mundo, dispondo os objetos e fenômenos em categorias preestabelecidas, e dando-lhes valor, verdade e importância por meio do raciocínio "metafísico" por essências.

Contudo, o valor heurístico criativo da visão intuitiva é inegável. A ambigüidade, a difusão conceitual e as múltiplas conexões com todo o resto é justamente o que deu lugar, do primitivo ao moderno, às associações inesperadas, à imaginação criadora e aos surtos renovadores das artes. No mundo Navajo, por exemplo, a arte não é separada da vida; a criação da beleza e a incorporação de si no belo representa o mais elevado destino humano. Hózhó expressa o conceito Navajo de beleza, mas esse conceito não está separado de bem, saúde, felicidade, harmonia. Hózhó, beleza, é a fusão de todas essas condições, é a forma mais desejável de experiência. O Navajo pobre é aquele que não tem canções.⁹

Como esses primitivos, evocados por Carlos Drummond de Andrade:

*"Como esses primitivos que carregam por toda parte o maxilar inferior de seus mortos, assim te levo comigo, tarde de maio, quando, ao rubor dos incêndios que consumiam a terra, outra chama, não perceptível, e tão mais devastadora, surdamente lavrava sob meus traços cômicos, e uma a uma, disjecta membra, deixava ainda palpitantes e condenadas, no solo ardente, porções de minha alma nunca antes nem nunca mais aferidas em sua nobreza"*¹⁰

Por que o olhar intuitivo é fecho e traiçoeiro? Quem pronuncia palavras, põe em movimento potências, dizem os Campas, nativos da Amazônia peruana¹¹. Gauguin pensava do mesmo jeito ao afirmar que os tubos de tinta são cartuchos de dinamite. Acontece que sem a guia dos mestres, o feitiço trai o feiteiro, o enfoque intuitivo vira terra pantanosa e degenera facilmente em dogmatismo, etnocentrismo e subjetivismo. O dogma, o pensamento fechado, são alguns resultados do mau uso desse enfoque.

Dessa maneira, a visão intuitiva cumpriu o seu formidável ciclo clássico: na forma primitiva satisfaz as necessidades espirituais das grandes maiorias e, a partir da relativa segurança material proporcionada pela revolução agrária e com a divisão das sociedades em classes e o início da opressão social, a sua principal função foi justificar a ordem existente. Para esse fim, sua ambigüidade e suas fundações encravadas na intimidade do sujeito faziam-na especialmente apropriada.

Para os assuntos abstratos e sobretudo para as questões normativas, o medo às represálias sociais foi em geral suficiente para manter os dogmas. Para as circunstâncias em que a realidade descumpria a lei, a visão intuitiva incorporou um invento muito eficiente e compatível com a sua formação primordial: a existência do Mal com força independente, capaz de arruinar as explicações bem feitas e devastar os projetos bem concebidos, isentando os governantes e os deuses de qualquer culpa.

*"Explico ao senhor: o diabo vive dentro do homem, os crespos do homem – ou é o homem arruinado, ou o homem dos avessos. Solto, por si, cidadão, é que não tem diabo nenhum. Nenhum! – é o que digo. O senhor aprova? Me declare tudo, franco – é alta mercê que me faz: e pedir posso, encarecido. Este caso – por estúrdio que me vejam – é de minha certa importância. Tomara não fosse..."*¹²

Essa invenção genial sofreu aperfeiçoamentos desde o tempo do Cão e outros espíritos malignos, do encosto e o mau olhado, até as formas mais concretas, co-

mo a pertinência a uma raça, credo, sexo ou classe social particularmente má. Episódio relativamente recente, no dia 10 de maio de 1933, na praça da Ópera de Berlim, procedeu-se à queima de vinte mil livros considerados pelos nazistas como dissolutivos, subversivos e antialemães. Segundo o correspondente do jornal parisiense *Le Temps*, estudantes nazis tocaram fogo nos livros, ante uma vasta multidão, enquanto pronunciavam os "encantamentos do fogo".¹³

Primeiro Corifeu: "Contra a luta de classes e o materialismo, pela unidade popular e por uma concepção idealista da vida, jogo ao fogo os escritos de Marx e Kautsky!"

Segundo Corifeu: "Contra a degeneração dos costumes! Por uma boa moral! Pela Família e o Estado! Jogo ao fogo os escritos de Heinrich Mann, Ernst Glaeser e Erich Kastner!"

Terceiro Corifeu: "Contra os delinquentes do pensamento e a traição política! Pela devoção ao povo e ao Estado! Jogo ao fogo os escritos de F. W. Foerster!"

Quarto Corifeu: "Contra a supervalorização da vida sexual corruptora das almas! Pela aristocracia da alma humana! Jogo ao fogo os escritos de Freud!"

Quinto Corifeu: "Contra a falsificação da nossa história e o desprezo de suas grandes figuras! Pelo respeito a nosso passado! Jogo ao fogo os escritos de Emil Ludwig e Werner Hegemann!"

Sexto Corifeu: "Contra o jornalismo estrangeiro de essência democrático-judia! Por uma cooperação com a obra de edificação nacional consciente de suas responsabilidades! Jogo ao fogo os escritos de Theodor Wolff e Georg Bernhard!"

Sétimo Corifeu: "Contra a traição da literatura aos soldados da Primeira Guerra Mundial! Pela educação do povo dentro de um espírito militar! Jogo ao fogo os escritos de Erich-Maria Remarque!"

Oitavo Corifeu: "Contra a corrupção da língua alemã! Para que se cultive o bem mais valioso do nosso povo! Jogo ao fogo os escritos de Alfred Kerr!"

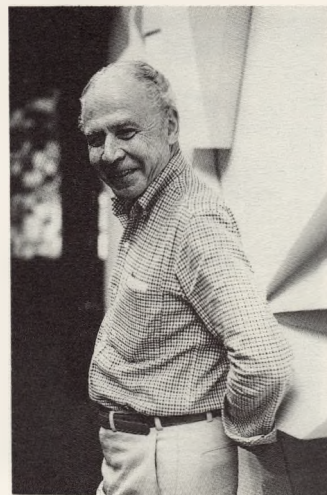
Onde se queimam livros, termina-se queimando gente, dizia Heine, premonitório. No estrito campo cultural, veja-se o que surgiu disso:

*"Os artistas alemães saúdam em seu Führer o patrono e protetor de sua criação, que rege todo o relativo ao exercício da arte e a uma cultura verdadeiramente alemães. Os espíritos alemães sentem-se orgulhosos e felizes ao pensar que Ele nos pertence, que Ele é o Espírito do nosso espírito, o Impulso do nosso impulso, o Vão da nossa fantasia, a Estrela da nossa esperança."*¹⁴

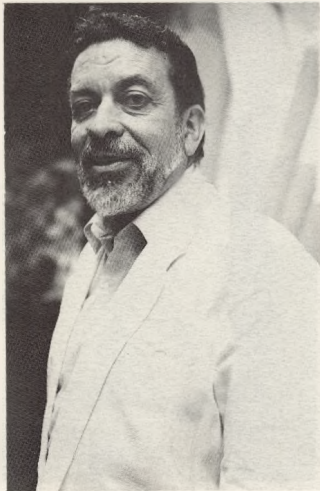
As formas atuais do enfoque intuitivo livraram-se da bruteza característica dos seus começos, mas não escaparam da tendência a considerá-las reacionárias. Com certeza, porque o seu método de redução ao íntimo favorece muitas vezes uma satisfação espiritual que inibe – ou pelo menos não estimula – o desenrolar do pensamento e das investigações. Cabe, no entanto, ressaltar que há pensadores que ainda se valem dessa visão e que continuam dando contribuições interessantes para a nossa compreensão do mundo. Nesse sentido, Einstein dizia que o amor pelas coisas era o que o impulsionava a decifrar a natureza. Mas, gigantes à parte, é preciso remover muita palha para achar idéias valiosas.

■ OLHAR RACIONALISTA

A segunda visão coincide com a idade clássica, estendendo-se do início da expansão social europeia irradiada pela Grécia às vésperas da Revolução Industrial. Dirigida à ciência natural, tornou-se o enfoque mais poderoso dos últimos séculos, tendo-se edificado sobre os postulados da dúvida, crítica, análise lógica e demonstração matemática. É a visão racionalista, analítica, dedutiva. Curiosamente, tem marca ocidental, pois não se desenvolveu em profundidade senão na Europa. A maioria dos pensadores orientais continuou polindo a visão intuiti-



José J. Veiga



va, valendo-se dos interstícios e das franjas da linguagem, para ampliar o domínio da expressão verbal; mas a visão intuitiva tem flancos descobertos e as grandes filosofias do Oriente converteram-se finalmente em religiões:

*"O Tao está além das palavras e além das coisas.
Não se exprime por palavras nem pelo silêncio.
Onde não existem mais as palavras nem o silêncio,
o Tao é apreendido."¹⁵*

O problema central do olhar racionalista é a fundamentação do conhecimento através do raciocínio dedutivo. Sua etapa tortuosa e criativa ocorreu na Grécia; houve grande calma em seguida – interregno de estancamento – e novo salto criativo impulsionado pelas grandes navegações. Na primeira fase criativa, a fonte de inspiração do enfoque dedutivo foi o mundo cotidiano, centrado no homem; na segunda, foi a ciência, especialmente a física e a matemática.

No Ocidente, o homem moderno tornou-se estrangeiro no mundo da natureza. De notar o espanto que Çaminha manifesta pela beleza da Índia:

"Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos, pelas espáduas; e suas vergonhas tão altas e tão çarradinhas e tão limpas das cabeleiras, que, de nós as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha. (...) E uma daquelas moças era toda tinta, de fundo acima, daquela tintura, a qual, por certo, era tão bem feita e tão redonda e sua vergonha, que ela não tinha, tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhes tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela."¹⁶

Foi preciso que um português gozador fizesse piruetas para que a celebração desse encontro estalasse na transparência de um riso:

"Passou-se, então, além do rio Diego Diis, almoxarife que foi de Santarém, que é homem

gracioso e de prazer, e levou consigo um gaitero nosso, com sua gaita, e meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos. E eles folgavam e riam e andavam com ele mui bem, ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras e salto real, de que se eles espantavam e folgavam muito."¹⁷

A preocupação centrada no mundo físico e na dedução matemática levou-nos a separar razão e emoção, e a tornar o enfoque comunicável, sujeito à crítica e à verificação experimental. A visão racionalista considera o conhecimento como um reino independente e acredita que a análise desse mundo autônomo proporcionará a solução de todos os problemas filosóficos formulados anteriormente. Na prática, isso significa o uso do raciocínio dedutivo como único instrumento mental admissível. O positivismo ocupa o lugar da metafísica; não há "essências", tudo é demonstrável a partir do "zero"; não há premissas, há pensamento e percepção.

Mas os racionalistas construíam a sua visão sobre dois pilares desprovidos de justificação: a linguagem comum, supostamente invariável e eivada de premissas do sentido comum intuitivo, e a validade absoluta e perpétua das regras de dedução lógica. No olhar racionalista, os problemas são absolutos, atemporais; tudo é estático ou uniforme, o transcurso do tempo não é um fator de interesse. Seu objetivo é a busca da certeza absoluta em todos os campos do conhecimento, através da clareza e da precisão dos conceitos elementares, livres de redundância – *pictures of reality* – separados em duas categorias relevantes: componentes e relações. A partir dessa assepsia conceitual, municionados de elementos livres de conteúdos emocionais e "essências", os representantes da visão dedutiva se empenham na reconstrução racional do mundo, montados em seus cavalos de batalha empiriológicos.

O olhar racionalista acentua a objetividade do conhecimento a ponto de negar a validade de domínios cognitivos diferentes. Daí a perseguição que as elites partidárias desse enfoque desencadeiam sobre as linguagens e as culturas

das etnias oprimidas. Com razão, Frank Martinus e Georges Lamming, escritores do Caribe, lamentaram a ausência de outros escritores negros no Simpósio. Eram exceções que confirmavam a regra.

O enfoque racionalista desencanta a literatura. No dizer de Moacyr Scliar:

"Como pode o romance não ser subjetivo? Como pode ele deixar de expressar as idéias, as emoções, o estilo de seu criador? Tanto isto é verdade que a tentativa mais recente de eliminar o subjetivo do campo ficcional – o nouveau roman – redundou em fracasso."

Prossegue Scliar:

"A ficção moderna permite múltiplos focos narrativos segundo demonstra Norman Friedman: o autor onisciente, intruso ou neutro, o "eu" como testemunha e como protagonista, a onisciência seletiva, o olhar cinematográfico do novo romance. De qualquer forma, cresce o papel do subjetivo no texto."¹⁸

Com o tempo, os racionalistas passaram a carregar menos nas tintas e a interpretar essa certeza absoluta como se incluísse afirmações probabilísticas. Tal objetivo de certeza surgiu como reação à insatisfação provocada pelas formas primitivas do enfoque intuitivo. Os gregos levaram ao extremo essa nova atitude crítica, antidogmática: a arte de discutir levou-os à lógica e ao conceito de dedução.

Aos poucos, chegou-se ao acordo sobre a superioridade desse método e com a ajuda desse instrumento colocou-se tudo em dúvida e analisou-se toda a opinião vertida na visão anterior. Presumia-se que era o *coup de grâce* na filosofia intuitiva. Seus representantes contemporâneos – partidários da filosofia analítica – robusteceram o enfoque e chegaram a análises muito finas sobre o alcance da matemática e da própria lógica.

As escolas dedutivas usam linguagem técnica tão difícil quanto as linguagens esotéricas praticadas na visão anterior, mas, à diferença dessa última, o enfoque racionalista propõe uma linguagem científica que se aprende



Frank Martinus

passo a passo, com definições inequívocas e bem descritas nos manuais e nos textos didáticos. Ao contrário, os idiomas da visão intuitiva não dão lugar à compreensão analítica, não têm precisão nem estabilidade.

O enfoque racionalista, já na etapa grega, deixou de tomar a natureza como inimiga e deu-lhe um lugar neutro nos conflitos sociais e divinos que ocupavam os seus dias. Desaparece todo animismo. Procura-se rever as questões ontológicas, os paradoxos, os critérios de moral, verdade e beleza, embora permaneçam centrados no elemento principal do olhar: a divindade. Contudo, o pensamento está livre de tabus. Estóicos, cétricos, epicuristas, materialistas, solipsistas são vanguardas radicais que se multiplicam e exploram as possibilidades da nova visão até os últimos capilares. Nenhum dos numerosos sistemas engendrados nessa etapa tem interesse para nós, salvo histórico, embora tenham gerado conceitos que hoje formam parte da cultura da gente letrada. Como a visão dedutiva inibe a literatura?

Se Adolfo Bioy Casares tivesse movido as engrenagens da ilha por meio da força de demônios ou mediante talismãs, "A Invenção" de Morel não seria menos crível. Mas o autor preferiu encabrestar o fantástico no sentido comum da modernidade e atribuiu às marés o comando da arapuca insular, alinhando-se com Julio Verne, Wells e Asimov na onipotente mitologia da Técnica.

*"Al hombre que, basándose en este informe, invente una máquina capaz de reunir las presencias disgregadas, hará una súplica: Búsquenos a Faustine y a mí, hagame entrar en el cielo de la conciencia de Faustine. Será un acto piadoso."*¹⁹

A maravilha engendrada por Bioy Casares não contraria os preceitos da lógica nem comete reticências; encontra paralelo nas narrativas detetivescas à la Dumas, Conan Doyle, Umberto Eco. Representa a visão dedutiva; a razão – essa "imperfeição da inteligência" – estende sua lei aos confins dos mares, susta a inventiva de Casares, levando-o ao despropósito de animar um engenho espantoso através de transmissores, bombas d'água, receptores, motores de luz e projetores.

José J. Veiga desobrigou-se dessa atenção e deixou que a vida

em Manarairema corresse frouxa, pulsasse terna, bruta, contraditória, no jeito do rol das coisas. Veiga não dá explicações, nem enfia deduções no leitor, goela abaixo. Deixa "A Hora dos Ruminantes" sombreada de mistérios, perguntas, desrazões.²⁰

"—Quem havia de dizer que Manarairema ia mudar em tão pouco tempo... Antigamente a gente vivia descansado, sossegado, dormia e acordava e achava tudo no lugar certo, não era preciso pensar nada adiantado. Hoje a gente pensa até para dar bom-dia. O que foi que nós fizemos para acontecer isso? Manuel, estamos mal."

Recusa, também, o enfoque evolutivo, nossa terceira visão, ao esboçar uma amarga, fatalista, concepção de ciclos de sossegos e desatinos, esperanças e opressão na mesmice do povoado. Todavia, deixa entrever o seu compromisso com a liberdade, no combate – na mestria de fino prosador – contra os seus atuais inimigos:

"Gente chamando gente, sacudindo gente, arrastando gente para ver, todas as janelas se abrindo, por todos os lados a claridade, o desafio. Gente rindo, gente pulando e se abraçando e dançando na lama, gente se vestindo às pressas e correndo para a rua, esmurcando as portas dos vizinhos, gritando, chamando, disparando armas de fogo."

Tampouco Michel Tournier, ao recompor o drama de Robinson Crusoe, vê o mundo sob o prisma analítico, científico, tão século XVIII. A narrativa de Tournier transborda o saber racionalista de Defoe, para vasculhar os domínios da sexualidade, do tempo e da morte, e espalhar-se na aridez do céu e do inferno:

"Autrui, pièce maîtresse de mon univers... Je mesure chaque jour ce que je lui devais en enregistrant de nouvelles fissures dans mon édifice personnel. Je sais ce que je risquerais en perdant l'usage de la parole, et je combats de

toute l'ardeur de mon angoisse cette suprême déchéance"²¹.

O aporte inestimável da visão racionalista, em sua febril atividade acadêmica, foi demonstrar a necessidade de uma sintaxe rigorosa na linguagem filosófica. Por desgraça, esse rigor formalista converteu-se agora em objeto de adoração por si mesmo; por isso, não devemos esperar muita ajuda dos neopositivistas, ainda que Popper e Lakatos já anunciassem o advento do paradigma seguinte.

Haver mostrado a complexidade e a confusão da linguagem comum e a sua insuficiência para a apreensão do mundo real, esse o maior aporte moderno do olhar racionalista. No esforço de redefinir conceitos, de separar razão e emoção, de tornar o que é íntimo explícito, comunicável e sujeito a mudanças, os principais representantes dessa visão vieram centrar o interesse na análise da linguagem (levando a crer que a análise lingüística era suficiente para resolver todo problema filosófico). Manejando com destreza a navalha de Okham, provaram que se pode pensar sem essências em muitos assuntos. Denunciaram as falácias do discurso metafísico.

O enfoque racionalista provou a necessidade de pontos de partida irredutíveis em qualquer dimensão – axiomas, premissas, conceitos primários, categorias a priori, etc. – e de metalinguagens. Porém, não conseguiu estabelecer provas lógicas contra muitas posições da visão intuitiva, nem aclarar o problema das sensações íntimas. As armas da visão racionalista não conseguiram derrotar as hostes partidárias da visão anterior. Dentre outras derrotas, favoreceu o seguidismo aos métodos das ciências exatas (cientificismo), em virtude do prestígio gozado pela física, e a falácia quantitativa, tão cara a certa classe de políticos, que consiste em crer que um pequeno número de indicadores numéricos referentes a grupos de pessoas ou atividades, não analisados qualitativamente, podem descrever satisfatoriamente a realidade sócio-econômica.

Apesar do monumental aporte às ciências exatas, a visão racionalista debilitou as artes e nada aportou às "humanidades"; tanto é assim que hoje, nas ciências sociais e no olhar intuitivo, não é obsoleto dialogar com Sócrates, Platão ou Aristóteles. Essa é a medida do seu estancamento.

■ OLHAR EVOLUTIVO

O darwinismo, o marxismo, a psicologia genética de Piaget, a sociologia do conhecimento, compõem um estilo qualitativamente distinto da epistemologia clássica: é a visão evolutiva. Para esse enfoque, a apreensão da realidade é um dos resultados da evolução, e evolui, por sua vez, segundo leis similares: sobrevivem poucas variantes nos embates com o meio.

Para o enfoque evolutivo, o homem nasce com uma bagagem inata de capacidades gnoseológicas e, por aprendizagem gradual, elabora um esquema do mundo, condicionado por sua capacidade biológica. O aprendizado individual amplia o acervo de conhecimentos armazenado na espécie.²²

Na visão evolutiva, a natureza não é neutra; é imparcial e julga constantemente do nosso conhecimento através da seleção natural. O enfoque aceita o valor da dedução, mas a ele agrega o conceito geral de evolução, incorporando as noções de tempo e de indução. Esse terceiro olhar tampouco está isento de insuficiências na guerra contra o idealismo, pois a própria evolução poderia ser parte de um devaneio solipsista:

*"Chuang Tzu sôno que era uma mariposa y no sabia al despertar si era un hombre que habia soñado ser una mariposa o una mariposa que ahora soñaba ser un hombre."*²³

A visão evolutiva nasce com a sociedade industrial, instante em que as mudanças foram tão explosivas que tiveram de ser incorporadas como elemento fundamental da nova visão. Seu método é essencialmente histórico. O problema de fundo é a formação do conhecimento e o desenvolvimento da nossa compreensão do mundo. No olhar racionalista, o significado de uma proposição se assimila à dimensão semântica de verdade ou falsidade; no evolutivo, esse significado está dado por sua história e seu valor como instrumento para a sobrevivência (para os popperianos, é preciso desfolhar os frutos do conhecimento até chegar ao ponto de partida de sua gênese, núcleo do problema, coração da teoria).

As idéias de Kuhn sobre as revoluções científicas são um bom

exemplo da visão evolutiva; já é opinião generalizada que as teorias científicas evoluem como as espécies. O anarquismo de Feyerabend acentua ainda mais essa percepção do conhecimento com a natureza. O fato é que a evolução biológica nos deu a capacidade de sentir certo tipo de emoções e de sensações, e a possibilidade de utilizar certas categorias e processos lógicos. Dentro desse núcleo inicial congênito, a priori, limitado, forjamos as nossas histórias e construímos as nossas culturas. Talvez os nossos primos de Neanderthal crescessem livres das restrições impostas ao pensamento e pudessem se ver desembaraçados das categorias de tempo, espaço, universais, causalidade, absoluto... Sua história teria possibilitado outras instituições e da sua cultura emergido novas estruturas conceituais. Mas a seleção natural encarrilhounos na lógica bivalente e por isso, a rigor, ninguém pode reivindicar a façanha de "revolucionar" a linguagem. Arrastamos vida a fora verbos, substantivos e proposições, como os insetos percorrem o mundo, enfeixados no seu programa inicial instintivo (mas foi esse o *software* que vingou, aprovado pelo meio).

Em nossas latitudes, por meio da palavra, Carpentier, Roa Bastos, Lezama Lima, Sábato, Molina, Galeano reverterem o turbilhão da história em caudais de significados.

Alejo Carpentier sabe das mudanças do mundo, conta como o real (maravilhoso?) das nossas terras flui na transmutação dos elementos barrocos e confessa, aturdido, que o escritor de hoje está em apuros:

*"El hombre es el mismo, evidentemente, pero está rodeado de fuerzas, de técnicas, de medios de acción, de comunicación, que se valen de un lenguaje que lo supera. Y este lenguaje, que supera al hombre de cada día, supera también al novelista. Los progresos de la técnica, las adquisiciones de la ciencia, los medios de comunicación, de información, de señalamiento, han superado, desde hace unos treinta años, los modos de percepción del novelista"*²⁴

O escritor cubano não apreende uma realidade estática, não desconhece que as coisas são

outras no empuxo do tempo; em 1967, descreveu a evolução da novela condicionada às vicissitudes históricas e aos contextos tecnológicos de cada época. Para ele, James Joyce fecha uma dessas épocas, um desses modos de vida do homem sobre a Terra. Mas Carpentier se enrasca na falácia cientificista e acaba acreditando que o futuro é um só e está presente: chegou incorporado nas maravilhas da ciência e da tecnologia dos nossos dias:

*"Es la magia de los tiempos modernos. La historia del futuro"*²⁵

E conclui que o romancista contemporâneo se encontra atrasado em relação à sua época e em relação a certo tipo de gente que até lê os seus romances, mas que vive em esferas que ele não alcança; o escritor assiste a viagens espaciais, vê fotografias de campos estelares e de mundos subatômicos, mas não se defronta senão com linguagens fechadas: monografias, teses, informes, papers, dos quais ele nada entende.

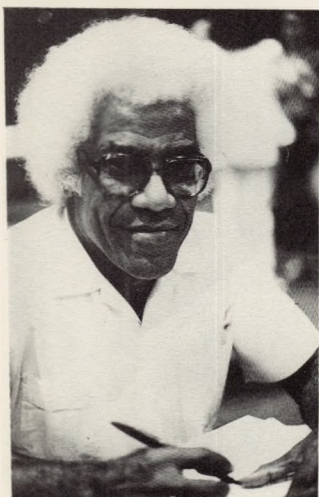
Para Carpentier, esse não era o mundo de Balzac, nem de Zola, nem mesmo o de Proust ou de Joyce. Esses eram senhores dos seus mundos, expressavam com perfeição as suas épocas porque entendiam o que contemplavam. Já os escritores de agora, segundo o criador de "El Reino de este Mundo", não alcançam a sua hora. Vão perder o bonde para Bon-sucesso.

Carpentier não chegou a livrar-se da falácia cientificista: embai-xador acuado, enredado em controvérsias com potências ameaçadoras, traça linhas divisórias, separa as águas, demarca territórios, mapeia os limites da narrativa cedendo a perdas de terra aqui, ganhando reentrâncias lá – Saint-Exupéry dos começos da aviação, Ray Bradbury das tristes colonizações marcianas – e por fim confina o escritor nas reservas ecológicas dos bichos bisonhos:

*"... independientemente del lenguaje técnico que acaso entienda mejor mañana, dispone todavía del lenguaje de cada día, lenguaje de los viejos narradores, que está aún lejos de haberse agotado en todos sus recursos. Se interesa en los hombres a los cuales el lenguaje técnico no dice todavía nada. Son numerosos estos hombres, muy numerosos."*²⁶



Cassiano Nunes



Georges Lamming

Para Alejo Carpentier, o futuro é uma projeção do estilo científico-tecnológico moderno. Não percebeu a emergência de um novo olhar que veio revirar o paradigma racional-evolutivo, negar à ciência o pedestal de valor absoluto e liberar os recursos acumulados pela era industrial para a construção de uma sociedade nova.

O sentido profundo dos símbolos e de episódios fecundantes da revolução cubana afloram no barroquismo noturno de José Lezama Lima:

*"Descendíamos la escalera de piedra con la ceniza de un héroe de los estudiantes, entre el silencio sudoroso de los lazos negros y las frentes caídas, cuando enfrente de la escalera llegaba otro entierro de un obrero erguido frente a los déspotas. El río silencioso que descendía de la escalera de piedra penetró en el cortejo del obrero irradiente acribillado en la mazmorra represiva. Semajante a esos mesones medievales donde coincidían los cazadores de silogismos y los constructores de catedrales, una misión tan esencial como soterrada, invadía con su aliento ascensional las dos corrientes unitivas. Se oyeron entonces unas músicas de apagados redobles, y era el ejército el que apretaba la otra urna de ceniza, trayendo los pabellones tratando de descifrar la grandeza de los agrupamientos futuros. Durante muchos años esa unión momentánea en la muerte pareció casi dispersarse, pero es ahora cuando nos pasa a la sangre la futuridad de ese símbolo. Ahora esas fuerzas, las tres más poderosas de la nación, están unidas como los sucesivos cañutos de una planta vegetal"*²⁷

Rendeiro de imagens, Lezama Lima trança fogo, feitiços, a casa dos Andes, meias luas incaicas, Viracocha, guerreiros e pedras, sopas mágicas, as febres, o Che – "hombre de todos los comienzos" – causas secretas da história, prodígios, para exaltar a força criadora da semente, da imagem na história, do destino cubano. O olhar

irrequieto de Lezama Lima perscruta os nossos dias com os factos de luz da simbologia revolucionária.

Quando Augusto Roa Bastos estava escrevendo "Contravida", romance que não chegou a acabar, cismou de fazer "Yo, el Supremo". O tema de Gaspar de Francia sempre o tentou e já aparecia em "Hijo de Hombre". No Paraguai, o doutor Francia foi o primeiro a conceber de maneira intransigente o sentido da autonomia nacional, da integridade territorial. Ao mesmo tempo, teve a concepção de uma América federada, da América unida numa confederação de povos livres. Sonho bolivariano o de José Gaspar Rodríguez de Francia. Roa Bastos recria "El Supremo" à margem da historiografia oficial; faz contra-história, pois a história do Paraguai foi escrita pelos vencedores depois da catástrofe que liquidou o país em 1870. Contra a história cinicamente tingida de mentiras, Roa Bastos escolhe uma via alucinada para a travessia daqueles tempos: para ele, a história escrita não é mais que matéria-prima para a imaginação elaborar e recriar por conta própria na materialidade da palavra, na dimensão simbólica que um autor inventa por mediação da linguagem e da escrita. Os documentos dão lugar aos mitos e aos símbolos, e seria vão buscar simetrias entre os fatos ocorridos e os inventados, embora estes tenham sido inspirados pela história:

*"Al estado de paz perpétua sucederá el estado de guerra permanente. No atacaremos a nadie. No toleraremos que nadie nos ataque. El Paraguay será invencible mientras se mantenga cerrado compactamente sobre el núcleo de su propia fuerza. Mas, em saliendo de este núcleo, su poder decrecerá en razón inversamente proporcional al cuadrado de la distancia en que se dispersen sus fuerzas. He aquí la ley de la gravitación ejerciéndose en forma horizontal. Newton no ve todos los días caer la manzana. Tacha manzana. Pon naranja. Tampoco sirve. Tacha todo el párrafo. Quién lo conoce aquí a Newton?"*²⁸

Em entrevista dada à revista argentina *Crisis*²⁹, Roa Bastos afirma:

"Escribir no significa convertir lo real en palabra, sino hacer que la palabra sea real. Lo irreal está en el mal uso de la escritura. Así, la base de mi proyecto narrativo consistió en llevar a fondo mi insurrección contra la historia de los hechos admitidos que ocultaba y oculta la historia vivida. En ningún momento pretendí hacer una novela histórica ni una biografía novelada del dictador Francia. Mi proyecto de novela era escribir una contrahistoria, como usted dijo, una réplica subversiva y transgresiva de la historiografía oficial. La historia, tal cual la conocemos en América Latina, no es más que una ficción documentalizada."

A respeito de como foi lido "Yo, el Supremo" no Paraguai, revela:

"... la novela fué mejor leída y comprendida fuera de los sectores cultos de mi país, sumergidos en el magma de la historiografía oficial, ideologizada al máximo por los falsos mitos, el etnocentrismo y el nacionalismo más estrecho, agravado por los factores de dominación y dependencia que imperan en el Paraguay desde siempre. El otro indicio favorable de la buena lectura y comprensión del texto, es que los estudios críticos más serios y globalizadores que se han dedicado hasta hoy al libro, dentro y fuera del país, destacan justamente su carácter específico de ficción, que no niega la realidad histórica sino que la enriquece y profundiza en una realidad segunda de naturaleza, digamos, estética".

O escritor português José Saramago, para quem o passado não passou e o presente não existe, alinha-se com Roa Bastos no empenho de refazer história como ficção e ficção como história, e de adentrar-se em realidades temporais de outras naturezas³⁰.

A visão evolutiva sugere in-

teressantes temas de investigação e levanta perguntas inquietantes. Por exemplo, o conceito de verdade para teorias complexas ou doutrinas, para as quais o que mais interessa é que sejam aceitas por muita gente durante muito tempo.

Os perigos do enfoque evolutivo estão no exagero. O principal é o "desvio historicista", que tanto afetou o marxismo: consiste em acreditar que as regularidades evolutivas observadas constituem "leis" que não só explicam o passado, como seguirão ocorrendo no futuro, de tal forma que o futuro está, de certa maneira, determinado. Outro caso de historicismo perigoso é o de Platão, historicista às avessas, que via na cidade-estado da época a degenerescência da sua idéia inicial correspondente. Como corolário desse "desvio", está a incapacidade de dar importância ao que é novo e inesperado, com base na confiança nos exemplos exitosos do passado; esse erro foi particularmente doloroso na vida latino-americana dos anos 60, quando se tentou refazer a via cubana ao socialismo, com o custo de milhares de vidas.

O ensinamento mais importante do olhar evolutivo é a necessidade de diversificação; não colocar todos os ovos em só uma cesta é um conselho de profundas consequências práticas. Justifica, por exemplo, o nacionalismo, visto como diversidade cultural.

A visão seguinte, embora já tenha aparecido no jeito encabulado da ciência ficção, só hoje ganha contornos mais concretos; trata da construção de um futuro próximo, ao nosso alcance, para vivermos nele.

■ OLHAR CONSTRUTIVO

O poeta Mario Benedetti é da raça dos construtores da utopia:

*"libres para ser Otros ni ángel
ni desángel
sólo nuestra verdad imperfecta
y radiante
la verdad aventura que nunca
se repite
y sin embargo puede
atravesarnos
como una flecha o una
ideología
y no es tarea vana inventar
Otros
que tienen por supuesto
rasgos nuestros
textura nuestra cicatrices*

*nuestras
más dos o tres barbaridades
llanas
y más amor que nuestro
más amor
esa caricatura de nuestros
imposibles
a veces nos contagia
contamina
de vida nuestros pasos
malmurientes*³¹.

O fim da opressão, a feição do futuro, os dias do mundo humano empolgam o coração latino-americano de Benedetti. Como será depois?

*"en el después será el verbo
y el verbo tampoco será dios
tan sólo el grito de varios
millones de gargantas
capaces de reír y llorar como
hombres nuevos y mujeres
nuevas
y las palabras putas y frágiles
se volverán sólidas y artesanas
y acaso ganen su derecho a
ser sembradas
a ser regadas por los hechos
y las lluvias
a abrirse en árboles y frutos
a ser por fin alimento y trofeo
de un pueblo ya maduro por la
revolución y la inocencia*³².

Pablo Neruda escreveu "tirou contra el pueblo, es decir, contra la poesía". Aqui, a bestialidade da repressão policial-militar pós-64 é bem retratada por outro operário da utopia:

*"— Frei Betto, comigo você
pode ficar à vontade. Aceita
um cigarro? Um café? Farei um
interrogatório ideológico. Não
me interessam os fatos ou as
pessoas. Quero conhecer me-
lhor as suas idéias.(...)
— Consta no seu depoimento
que você conheceu pessoalmente
o Marighella. Certo?
— Certo.
— Que impressões lhe ficaram?
— Um homem sedento de justiça
que entregou a vida pela
causa do povo.
— Um homem que seqüestrou,
matou, assaltou bancos e atirou
bombas, não é?
— É o que diz a polícia. Não
respondo pelas acusações que*

*os senhores fazem a ele.
Respondo pelos contatos que
tive — repliquei.*

*— Mas você sabia que ele era
comunista, não é mesmo?*

— Sabia.

*— E como um cristão pode co-
laborar com um comunista?*

*— Para mim, os homens não se
dividem entre crentes e ateus,
mas sim entre opressores e
oprimidos, entre quem quer
conservar a sociedade injusta e
quem quer lutar pela justiça.*

— Você reza pela bíblia de Marx?

*— Embora reconheça a impor-
tância da contribuição de Marx,
rezo pela Bíblia de Jesus. No
capítulo 25 do evangelho de
São Mateus, quando pergun-
tam a Jesus quem se salvará,
ele não diz que serão os cren-
tes, os padres, os ricos que
ajudam a construir igrejas ou
os democratas-cristãos. (...)*

*— O que você quer é o co-
munismo?*

*— Quero uma sociedade justa,
onde a vida do ser humano
socialmente mais insignificante
esteja assegurada. O Deus
no qual eu creio é o Senhor da
vida. Não me interessa se essa
sociedade tenha o nome de
socialismo, de comunismo, de
utopismo ou qualquer outro.
Os rótulos não revelam o con-
teúdo. (...)*

*O interrogatório terminou às
cinco da manhã. Pelo vidro da
janela, observei que o dia acor-
dava dourado, transmutando
em roxo as trevas que se dissipa-
vam. Retornei à cela, des-
maiei sobre a cama.*

*Duas horas depois acordei so-
bressaltado sob os empurrões
do carcereiro. A cabeça e os
olhos pesavam-me como
chumbo. O major Áttila aguar-
dava-me para novos interroga-
tórios.*"³³

Nos porões do milagre brasileiro, Frei Betto testemunhou os atos mais ignóbeis da repressão e do fanatismo político. Na fé cristã e nessas visões do inferno, o guerreiro forjou uma espada, prédica, palavra ardente; o escritor venceu a desesperança ao denunciar os



Lidia Jorge

crimes da ditadura e a obra de corrupção da consciência nacional, e ao resgatar a humanidade no "essencial clima de atrocidades" dos subterrâneos do DOPS.

América Latina e Caribe, pátria de infinitos mares e povos, feixe de sonhos impedidos. "Siempre hay calles que olvidan sus balazos", escreveu Mario Benedetti. Mas as ruas de Santiago não esquecem os gritos e os "balazos" de 1973. A escritora chilena Lucía Guerra desembarcou-se do fastio da sua classe e tratou de entender o que se está gestando entre os pobres do Chile. Em "Más Allá de las Máscaras", fala de Aurora Espinoza, brava trabalhadora que nos jardins do Congresso dirige uma greve de fome em apoio a reivindicações dos mineiros. Através de Aurora, a protagonista percebeu as dimensões da sua condição feminina e da sua responsabilidade como escritora:

*"De pronto mi vida, por fin, adquirí un sentido pleno. Haría saltar las bellas cerraduras para abrir los cuartos secretos de la verdadera femineidad destapando pozos de furia, rompiendo máscaras, rasgando finos encajes, astillando cristales para mostrar en su desnudez aquel alambre carcomido que nos fijaba en una galaxia de fraudes."*³⁴

Áspera, iracunda, é a noção de responsabilidade social de Juan Rulfo. No Simpósio, ao falar sobre o escritor mexicano, Mempo Giardinelli revelou que Rulfo:

*"Se dolía hasta la desesperación y el desaliento más absolutos por las imperfecciones del sistema mexicano. Hablaba de sistema, no de democracia. Y lo enjuiciaba no desde el punto de vista literario solamente, sino político y social. Censuraba la sensualidad del poder con espíritu ácrata, libertario, porque el poder — se sabe — no siempre comprende a la cultura, más bien la abruma, o la teme, o la combate. Se ofendía por los subsidios que compran conciencias, criticaba a los escritores que eran además amigos del gobernante de turno en prosecución de apoyos pecuniarios."*³⁵

A quarta visão pode ser chamada construtiva porque está orientada como instrumento para a construção de uma sociedade futura, definida com suficiente clareza para servir como critério. Não se volta prioritariamente para os fundamentos do conhecimento, senão na medida em que é necessário aclará-los para poder atuar responsabilmente nessa tarefa.

O olhar construtivo surge dos grandes problemas desta etapa histórica: subsistência, opressão, alienação, e de observar como o problema do dogmatismo tem consequências desastrosas para a humanidade. Nas ciências sociais, a nova "força produtiva" consiste numa série de métodos que permitem visualizar o longo prazo, para o conjunto de variáveis entrelaçadas que definem as sociedades e suas ideologias. Trabalha-se com um conjunto bastante completo de objetivos distribuídos no tempo, até um horizonte bem longínquo e de estratégias que supostamente conduzem a eles, em situações de escassez de recursos e conflitos sociais. O conhecimento é utilizado como um recurso para a construção dessa sociedade desejada. É a visão do conhecimento criador, consciente, orientado por grandes objetivos.

Na literatura, já brotam as primeiras flores semeadas pelo novo olhar. Incluo esses autores nesse quarto enfoque porque suas obras não se exaurem na mera denúncia das iniquidades. Vão além, tratam de vislumbrar, quicá definir, um mundo desejável para os que vivemos aqui, agora, no meio da crise, e recusamos o cinismo e a mentira.

Os que estão satisfeitos com a situação atual e suas perspectivas poderão ser indiferentes a esse enfoque; a visão construtiva só tem sentido para quem acha que é urgente produzir mudanças profundas na sociedade atual. Os adeptos do continuismo ou do desenvolvimento poderão descartá-la. O marxismo e o pragmatismo seriam os precursores desse olhar. Uma atividade comercial semi-científica chamada futurologia é uma caricatura de uma das aplicações dessa visão.

Sumariamente, a visão construtiva adota o básico do enfoque evolutivo e a ele agrega o conceito de decisão e avaliação. Traz ao primeiro plano os problemas clássicos da filosofia, especialmente os éticos. E focaliza — construtivamente — os conceitos de objetivo, estratégia, viabilidade, vontade, ideologia, valor, preferência, importância, dogmas, falácias, mi-

tos, sofismas e outros problemas de comunicação pertinentes à luta entre doutrinas. Ajuda a fechar a brecha, hoje tão grande, entre os grandes lemas ou princípios e os meios quotidianos de ação. A construção de uma nova sociedade, o nível de compreensão de objetivos e estratégias entre os atores, as deformações e os rituais em que tantas vezes desembocam as doutrinas são problemas centrais do enfoque. Trata-se de definir com clareza um estilo de vida e de desenvolvimento. Essa definição se faz com base nas necessidades humanas que a sociedade deverá satisfazer.

A visão construtiva observa que a sociedade industrial permitiu a eclosão de três estilos principais: o consumista, cuja motivação mais estimulada é o dinheiro, o poder e o "status", e onde a criatividade é objetivo secundário; o autoritário, fascismo pobre em nossas latitudes, com muito independentismo diplomático mas pouca independência econômica e cultural; e o criativo, que visa a participação plena, profunda, de toda a população adulta no produto, no trabalho e nas decisões políticas, técnicas e administrativas. Nesse último caso, Júlio Cortázar anuncia a literatura que virá:

*"... digo simplemente que é preciso superar a velha noção do cultural como um bem imóvel e tentar o impossível para que se converta em um bem móvel, em um elemento da vida coletiva que se ofereça, se dê e se tome, se troque e se modifique, tal como o fazemos com os bens de consumo, com o pão, as bicicletas e os sapatos."*³⁶

Cada um desses estilos tem seu grau de viabilidade e suas condições de estabilidade; cada qual dá uma resposta ao imenso problema das desigualdades sociais. Esses estilos descortinam as grandes possibilidades das sociedades latino-americanas mergulhadas na formidável crise de agora. Nessa encruzilhada planetária, que serventia daremos à palavra? □

Agradeço a Sílvia Távora a idéia de escrever este artigo, e a Ana Helena Rossi e José Menezes de Moraes a colaboração nas entrevistas.

Carlos Senna Figueiredo, engenheiro e escritor



Mário Benedetti

DEPOIMENTOS

Mário Benedetti:

– El escritor puede tener intención de llegar ao pueblo, pero si el pueblo no lo puede entender, porque no sabe ler, no va llegar nunca. Otro problema son los precios de los libros; ahora, en Uruguay, la gente compra muchísimo menos libros, gente con grado mínimo de analfabetismo! A veces se juntan diez jóvenes para comprar un solo libro en cooperativa.

– Casa de las Américas, desde el comienzo, tuvo la importancia de ser casi un ministerio de relaciones exteriores culturales. Rompia el bloque, llegaba a los intelectuales... la literatura anglo-caribeña y franco-caribeña se conoce en la América hispánica traducidas por la Casa. Casa de las Américas se ha convertido en un puente de varias direcciones, que comunica la América Latina con la América Latina.

– En América Latina hay pocos casos de escritores con su pedestal. La mayoría se siente un ciudadano más, que escribe. Escribir es un oficio más en casi todos los países de América Latina.

Lucía Guerra:

– El golpe militar significó, a un nivel menos conocido, la otra cara del mito, porque los chilenos como pueblo tenemos muchos mitos, entre ellos de que éramos los británicos de Latinoamérica. Que éramos un país muy sóbrio, muy intelectual, jamás capaz de cometer las atrocidades de un Somoza en Nicaragua o de un Duvalier en Haití. El golpe militar, con toda su crueldad y la imposición de un sistema fascista en nuestro país, rompió con ese mito al descubrir que en nuestra propia gente existía esa potencialidad de crueldad, de matanza, de tortura, que para nosotros era inconcebible.

– La literatura es el arte del momento de los chilenos. El que está en el exilio está bajo condiciones mucho más favorables que el chileno que está en el exilio interior, es decir, aquel escritor que tiene esa creatividad, esa necesidad de escribir, de decir, y que no puede decir. Primero, por la autocensura: él sabe que no puede decir ciertas cosas porque van a degollarlo, como, literalmente, algunos artistas chilenos han sido degollados. En seguida, porque enfrenta todos los instrumentos burocráticos de la dictadura de Pinochet: todo debe pasar primero por la censura de gobierno y nada se publica a menos que tenga ese timbre que el dictador creó.

– Dentro de Chile, los escritores, los dramaturgos, los pintores, han tenido de desarrollar una serie de estrategias para el tipo de mensajes que ellos entregan, modificando el código, forzándose a decir y a no decir a la vez, forzándose a un mensaje de tipo implícito, que obliga a una creatividad muy diferente y que lo

hace entonces más creativo. Hay un código – el código de la resistencia – del hablar a medias y, sin embargo, producir un mensaje tan valioso como es el mensaje explícito; a nivel más popular aún, tu caminas por las calles de Santiago, y por supuesto que está prohibido escribir en las murallas, poner murales, etc, y de repente pasa alguien y subrepticamente tira papelitos, así, mínimos, y que dicen, por ejemplo: PINOCHET ASESINO. Son dos palabras! Resulta que esas dos palabras tienen mucho más potencialidad de mensaje en esa situación histórica que cualquier otra. Más que un poema épico!...

– Neruda fué muy leído y muy amado en mi país. Como candidato a senador, en campaña en un mercado de la ciudad, pensó en hacer un discurso político; comenzó a hablar y un campesino que llevaba su libro "Veinte poemas de amor y una canción desesperada" le dijo: "Señor, por favor, lea sus poemas". Él los leyó...

Neruda ha sido un poeta del pueblo. Después del golpe, se ha convertido en el símbolo de la resistencia. Cuando va un grupo a su tumba, y se van muy seguido, esa tumba se convierte en un espacio de la resistencia, espacio de la posible recuperación de la democracia. Es un símbolo mucho más fuerte. La resistencia está dispersa, y él es la figura que unifica esa resistencia que está dispersa por toda parte.

Frei Betto:

– "Se estamos lutando pela redemocratização do Brasil, nós não podemos aceitar que a censura, tendo sido eliminada ao nível do aparelho de Estado, continue, através dos mecanismos de comunicação de massa que no país são uma concessão do poder público, nas mãos do capital privado; portanto, nenhum proprietário de canal de televisão tem o direito de se arvorar de censor, sem que tenha havido uma injeção do poder público. Na medida em que uma obra de arte é mutilada, ela perde o seu significado, porque deixa de dizer tudo para o qual ela foi criada e destinada a expressar. Quando pensei em fazer esse protesto no Simpósio, parti deste raciocínio: num congresso internacional de escritores, promovido pela Unesco e pelo Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, ignorar a mutilação e a censura de um famoso e importante escritor brasileiro como o Dias Gomes era o mesmo que eu estar rezando na igreja para a melhora do mundo sem tomar nenhuma atitude em relação aos miseráveis que estão fora da igreja."

– "Não há nenhum escritor, por mais formalista que ele seja, mais abstrato, que não seja tributário da sua realidade: ou é de maneira transformadora ou é de maneira conservadora.

Em geral, os abstracionistas, bem como os adeptos do realismo socialista – eu ponho os dois no mesmo balaio – são pessoas que contribuem para sedimentar a realidade na qual eles se encontram. Eles têm medo da mudança, eles têm medo do novo, eles têm medo da palavra colada à realidade".

– O judeu é aquele que espera, confia nessa esperança; o marxista e o cristão também. E a literatura latino-americana está profundamente marcada por isso; a literatura da América Latina não pode escapar das bênçãos de Nossa Senhora nem do cheiro de água benta, da mesma forma que a literatura francesa não pode escapar do que aconteceu naquele país em 1789 – a questão da democracia, dos direitos humanos, dos direitos dos cidadãos."

– "Na tradição cristã primitiva, compreendemos que o contrário do medo não é a coragem. É a fé. Eu acredito que o intelectual não tem que fazer uma obra necessariamente de esquerda. O intelectual tem que fazer uma obra bela. Não são as declarações políticas do autor que dão credibilidade à sua obra. O seu trabalho é bom ou mau, positivo ou negativo, independente das suas declarações políticas. Eu conheço vários militantes políticos de esquerda que fazem uma péssima literatura, como eu conheço militantes de direita, como Jorge Luís Borges, que fazia uma excelente literatura".

– "Eu costumo dizer que os escritores se dividem em dois grupos: aqueles que escrevem para ser entendidos e aqueles que escrevem para serem admirados. Eu procuro escrever para ser entendido e é por isso que talvez o meu livro mais vendido no país seja "OSPB – Introdução à Política Brasileira", que já está alcançando a casa dos 300 mil exemplares vendidos. Qualquer jovem, qualquer dona-de-casa, qualquer operário entende a linguagem que eu utilizo nesse livro; entendem o que está alcançando a casa dos 300 mil exemplares vendidos. Qualquer jovem, qualquer dona-de-casa, qualquer operário entende a linguagem que eu utilizo nesse livro; entendem o que está alcançando a casa dos 300 mil exemplares vendidos. Qualquer jovem, qualquer dona-de-casa, qualquer operário entende a linguagem que eu utilizo nesse livro; entendem o que está alcançando a casa dos 300 mil exemplares vendidos."

Moacyr Scliar:

– "Eu não gosto da expressão literatura latino-americana. Essa expressão é, em grande parte, um reducionismo, uma invenção de europeus e sobretudo de americanos para que tudo o que se produza abaixo do Equador seja visto como a mesma coisa. O continente latino-americano é a soma de diversidades muito grandes, temos várias literaturas. Por outro lado, há países, nesse continente, que estão em processo de transformação social, deixando de ser eminentemente rurais para se transformarem em países urbanos. As cidades do México, São Paulo e Rio de Janeiro são gran-

des megalópolis onde as condições de vida estão muito deterioradas e, sem dúvida, a literatura latino-americana seguirá o caminho de refletir e trabalhar em cima dessa nova realidade, levando a uma confluência das temáticas latinas".

— "Eu crítico os escritores que se atrelam ao Estado ou ao dogma dos partidos políticos. O escritor tem que ser um marginal. Sei que marginalidade é uma palavra penosa, mas o escritor tem que ser uma pessoa à margem, tem que guardar a sua independência. O escritor só não pode é estar fora da realidade".

José J. Veiga:

— "A vida por aqui parece fantasiosa aos olhos dos críticos europeus, fantástica mesmo. O mundo desses críticos já está com um quadro bem arrumadinho há muito tempo, de maneira que as coisas acontecem dentro de certas normas já longamente estabelecidas, enquanto nós ainda estamos procurando as nossas normas. Por isso, aqui acontecem coisas que para o europeu são fantásticas, mas que para nós não passam da nossa vida diária."

— "A meu ver, o escritor tem a obrigação de ver as coisas com mais profundidade do que o comum das pessoas. Ele procura mostrar que debaixo daquela superfície em que as pessoas desenvolvem as suas vidas existem mais coisas acontecendo".

— "Não façam literatura beletrista, no sentido acadêmico. Não se trata de escrever bonito. Eu procuro não fazer literatura na literatura que eu escrevo; evito usar palavras bonitas, eruditas, porque quero que todo mundo me entenda na hora. Essa literatura é participativa porque permite às pessoas sem grande instrução perceber que aquilo que eu estou tratando ali são coisas que afetam a todos, inclusive a elas".

— "Eu uso uma linguagem simples como instrumento para levar aos outros as indagações que eu faço. Para mim, escrever um texto literário significa fazer uma indagação sobre a vida e o mundo, de tal maneira que o leitor se interesse e acompanhe o escritor. Então, essa indagação é sua e do leitor também, ao se interessar em acompanhar o seu trabalho. E o que se faz bem feito acaba sendo bonito!"

Cassiano Nunes:

— "Para mim, o escritor é antes de tudo um soldado a serviço da ruptura de todas as estruturas sociais desumanas e opressivas. Essa é a razão pela qual os regimes antidemocráticos perseguem os escritores que mostram as contradições de um povo, ou procura deixá-los em silêncio".

Notas e referências bibliográficas

1. O Simpósio Internacional sobre o Papel Dinâmico das Literaturas da América Latina e do Caribe na Criação Literária Universal foi promovido pela UNESCO, Governo do Distrito Federal, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Cultura. Contou com o apoio da Universidade de Brasília, Academia Brasileira de Letras e PEN Clube do Brasil.
2. Ao longo de 1975 e 1976, no Centro de Estudos de Participación Popular, entidade peruana criada por Darcy Ribeiro, Oscar Varsavsky desenvolveu um marco de análise histórica para projetos nacionais e esboçou as bases da sua filosofia construtiva. Nessa ocasião, organizamos seminários, debates e mantivemos longas discussões com Varsavsky sobre essas idéias "Marco Histórico Construtivo" foi editado pelo Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1975; e "Ideas Básicas para una Filosofía Constructiva", mimeografado na Universidade de los Andes, Venezuela, 1976.
3. Ribeiro, Darcy. Kadiwéu. Ed. Vozes, Petrópolis, 1980.
4. Ibid.
5. Ribeiro, Darcy. Sobre o Óbvio. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1986.
6. Borges, Jorge Luis. Las Kenningar, em *História de la Eternidad*. Ed. Emecé, Buenos Aires, 1971.
7. Borges, Jorge Luis e Jurado, Alicia. Qué es el Budismo, em *Obras Completas*. Ed. Emecé, Buenos Aires, 1979.
8. Vallejo, César. *Sus Obras Poéticas*. Ed. Peru, Lima, 1966.
9. Witherspoon, Gary. *Language and Art in the Navajo Universe*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, Estados Unidos, 1977.
10. Drummond de Andrade, Carlos. *Ciara Enigma*, em *Poesia e Prosa*. Ed. Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1979.
11. Varese, Stéfano. *La Sal de los Ceros*. Ed. Relabio de Papel, Lima, 1973.
12. Guimarães Rosa, João. *Grande Sertão: Veredas*. Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1956.
13. Adolph, José Bernardo. *Revista Postdata*, Ano I, Novembro de 1974, Lima.
14. Discurso de Goebbels em 4 de novembro de 1935, em Adolph, J. B. ob. cit.
15. Merton, Thomas. *A Via de Chuang Tzu*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1965.
16. Caminha, Pero Vaz. *Carta a El-Rei d. Manuel*. Ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1974.
17. Ibid.
18. Scliar, Moacyr. Trabalho apresentado no Simpósio, Brasília, 1988.
19. Bioy Casares, Adolfo. *La Invención de Morel*. Ed. Alianza Emecé, Madrid, 1981.
20. Veiga, José J. *A Hora dos Ruminantes*. Ed. Bertrand Brasil - DIFEL, São Paulo, 1987.
21. Tournier, Michel. *Vendredi ou les limbes du Pacifique*. Ed. Gallimard, Paris, 1972.
22. Ver Maturana, Humberto e Varela, Francisco De Máquinas e Seres Vivos. Ed. Universitária, Santiago do Chile, 1972.
23. Borges, Jorge Luis. *Libro de Sueños*. Ed. Torres Agüero, Buenos Aires, 1976.
24. Carpentier, Alejo. *Papel Social del*

Novelista, em *La Novela Latinoamericana en Vísperas de un Nuevo Siglo*. Ed. Siglo Veintiuno, Mexico, 1981.

25. Ibid.

26. Ibid.

27. Lezama Lima, José. *Imagen y Posibilidad*. Ed. Letras Cubanas, Havana, 1981.

28. Roa Bastos, Augusto. *Yo, el Supremo*. Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1985.

29. Roa Bastos, Augusto. *Revista Crisis*, nº 57, janeiro de 1988, B. Aires.

30. Saramago, José. *Folha de S. Paulo*, 30 de abril de 1988, São Paulo.

31. Benedetti, Mario. *Inventário*. Ed. Alfa Argentina, Buenos Aires, 1974.

32. Ibid. Causa espanto a falta de edições brasileiras dos livros de Mario Benedetti, escritor uruguaio traduzido em mais de 25 línguas, sendo que um dos seus livros tem 67 edições!

33. Frei Betto. *Batismo de Sangue*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1986. Ver também *O Dia de Ângelo*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987, e *Teologia da Libertação*, *Revista Humanidades*, Nov./Janeiro, 1986/1987, nº 11, Brasília.

34. Guerra, Lucía. *Más Allá de las Máscaras*. Latin American Literary Review Press, PA. Estados Unidos, 1986.

35. Giardinelli, Mempo. *Juan Rulfo y la Ética*. Trabalho apresentado no Simpósio, Brasília, 1988.

36. Cortázar, Júlio. *Nicarágua tão Violentamente Doce*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.

Resumen

EL MODO DE MIRAR Y LAS LITERATURAS

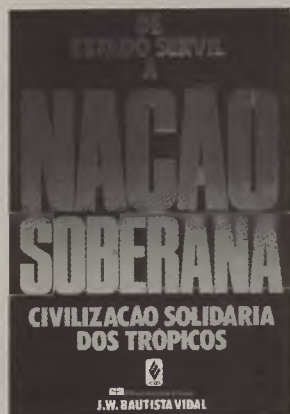
¿Qué es literatura de vanguardia en la América Latina de hoy? ¿Qué significa responsabilidad social para el escritor de nuestras latitudes? ¿Cómo verificar lo contemporáneo de sus obras con tantas escuelas, tendencias y modismos alrededor? No responderemos a estas preguntas sin antes descartar los modelos usuales de la crítica literaria y sin desarrollar un nuevo enfoque que pueda servir como criterio. Este nuevo enfoque — el **mirar constructivo** — toma en cuenta la urgencia y la viabilidad de una sociedad justa.

Abstract

OBSERVATIONS AND LITERATURES

What is avant-garde literature in Latin America in our times? What does social responsibility mean to a writer in these latitudes? How can one assess the contemporary quality of his works in the midst of so many schools, tendencies and fads? One cannot set about answering such questions without discarding the usual models of literary criticism and without working up a new approach that may serve as criterion. This new approach (**constructive observation**) takes into account the need to create a just society and the feasibility of such an undertaking.

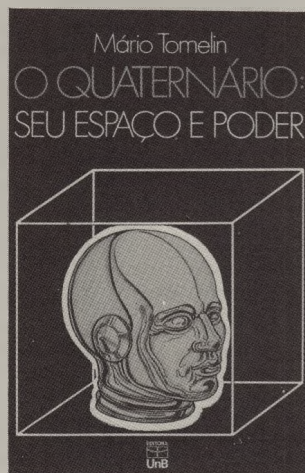
O CONHECIMENTO SEM FRONTEIRAS



AMÉRICA LATINA: HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO

Pablo G. Casanova (org.)

América Latina: História de Meio Século, em seu primeiro volume, traz um levantamento preciso e minucioso das transformações da política e da economia no Cone Sul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – no período que vai de 1925 a 1975. Em todos estes países, com pequenas variações, repetiu-se o mesmo esquema de dominação: de início a presença marcante do capitalismo inglês aliado às oligarquias latifundiárias; e após a primeira guerra mundial surge com maior força o capitalismo norte-americano. Assim, entre 1954 e 1976, os cinco países foram submetidos a ditaduras militares inspiradas pela ideologia de “segurança nacional”. 301 páginas.



DE ESTADO SERVIL A NAÇÃO SOBERANA

J. W. Bautista Vidal

Análise crítica do modelo de crescimento econômico brasileiro e seus principais efeitos, especialmente os que se mostraram de natureza perversa para a nação. O autor se debruça sobre a crise brasileira, busca suas causas primeiras e põe em discussão as possíveis saídas. Bautista Vidal acredita que só a união da sociedade, esclarecida pelo debate, poderá apontar os caminhos para a obtenção de um modelo de desenvolvimento que seja independente e nacional. 319 páginas. Código 10208.



O QUATERNÁRIO: SEU ESPAÇO E PODER

Mário Tomelin

O Quaternário: seu espaço e poder, de Mário Tomelin, é um livro pioneiro no Brasil por abordar de maneira sistemática o estudo da ciência e da tecnologia como componentes indispensáveis no jogo do poder em nossos dias. Professor da Universidade de Brasília, Mário Tomelin mostra de que maneira se posicionam os países hoje em relação a este novo estágio da economia. Por que há nações que produzem muito embora seus cidadãos tenham de trabalhar menor enquanto outras produzem pouco embora seus habitantes tenham de trabalhar em excesso? Qual o papel da ciência e da tecnologia na divisão do poder a nível mundial? As respostas para estas e outras perguntas estão em **O Quaternário: seu espaço e poder**.

Maria Heloisa Fénelon Costa

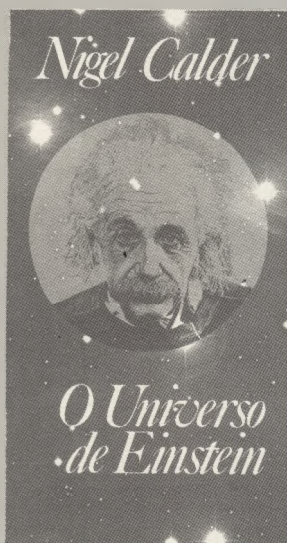
o mundo, dos MEHINÁKU e suas representações visuais



CONSTITUINTE: QUESTÕES POLÊMICAS

Vânia Bastos e Tânia Costa (org.)

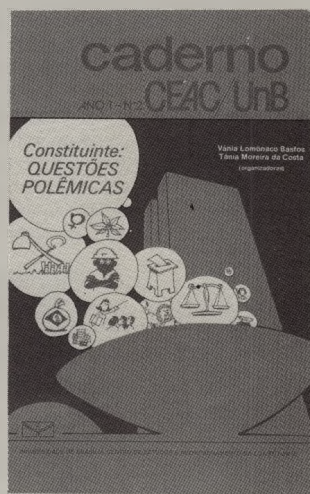
Para documentar, etapa a etapa, a elaboração da nova Constituição, a Universidade de Brasília constituiu o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (CEAC) que está publicando agora seu segundo livro: **Constituinte: Questões Polêmicas**, que mostra a discussão dos temas mais disputados no âmbito da Comissão de Sistematização. Este livro é composto por dezesseis ensaios sobre os assuntos mais candentes nesta segunda etapa de elaboração da nova carta, como Educação, Sindicalismo, Ciência e Tecnologia, Reforma Agrária e Tributação. 116 páginas.



O MUNDO DOS MEHINÁKU E SUAS REPRESENTAÇÕES VISUAIS

Maria Heloisa Fénelon Costa

Ao coletar e interpretar desenhos e pinturas dos índios Mehináku, Maria Heloisa Fénelon Costa produziu um fascinante trabalho de antropologia da arte. Ela enriquece sua interpretação ao comparar as pinturas dos Mehináku com as de outras nações indígenas do Xingu, em 70 pranchas a cores. A autora é antropóloga do Museu Nacional e responsável pelo maior acervo etnográfico do país. 159 páginas.



O UNIVERSO DE EINSTEIN

Nigel Calder

A partir de uma série de programas de televisão, preparados pela BBC para a comemoração dos cem anos de nascimento de Einstein, em 1979, foi escrito **O Universo de Einstein**, obra que tem como objetivo tornar acessíveis aos leigos as principais idéias sobre a teoria da relatividade. Invenções recentes têm respaldado afirmações teóricas do maior físico deste século: relógios atômicos provam que o tempo varia com taxas diferentes em lugares diferentes e os pulsos de raios que se originam no espaço longínquo confirmam suas teses sobre a velocidade da luz. 174 páginas.

Participe deste novo tempo de

Guia para os autores, ilustradores e assinantes

Aos autores

1. Os originais devem ser enviados em três vias ao Editor-chefe:

Silvia Távora

Editora Universidade de Brasília

Revista HUMANIDADES – Campus Uni-

versitário – Caixa Postal 153001

70.910 – Brasília – DF – Brasil

2. Os artigos enviados poder-se-ão destinar às várias seções da revista, abrangendo qualquer área de conhecimento humano.

- Ensaios
- Análises e diagnósticos sociais, políticos, econômicos
- Estudos de caso
- Relatos de experiências
- Reportagens
- Crônicas
- Entrevistas
- Perfil de pensadores
- Criação literária, contos, poesias, fragmentos de romance
- Artigos científicos
- Resenhas críticas de publicações

3. Os artigos devem ser, preferencialmente, inéditos. Poderão sofrer revisão por parte da Edição e, se necessário, serão enviados de volta ao autor com as sugestões de mudanças ou solicitação de maiores informações. Nenhuma modificação de estrutura ou conteúdo será feita sem o prévio consentimento do autor.

4. Os trabalhos publicados na revista só poderão ser reproduzidos com a autorização expressa da Edição da revista. As idéias neles contidas são de absoluta responsabilidade de seus autores.

5. Apresentação dos originais:

- a) Os artigos devem ser datilografados em laudas de 30 linhas, de 72 toques, não devem ultrapassar 25 laudas.
- b) Devem conter, além do texto propriamente dito:
 - Uma abertura (**lead**), datilografada em lauda separada, abordando as principais idéias (idéia) do artigo. Esta abertura se destina a motivar o interesse do leitor pelo tema.
 - Notas e referências bibliográficas. Nos dois casos devem ser relacionadas no final dos originais e apresentadas de forma padronizada.
 - Resumos em português, inglês e espanhol.
 - Ilustrações, fotos, gráficos e tabelas, se for o caso.
 - Um breve currículo do autor de no máximo 5 linhas.

6. Resenhas críticas

As resenhas críticas a livros, periódicos, artigos de periódicos ou teses devem conter as informações bibliográficas da publicação em pauta (nome, título, editor, ano da publicação, tradutor e título original se for o caso) e não devem ultrapassar as 70 linhas. Elas são

assinadas e devem trazer alguma informação sobre o autor da resenha.

7. Sugestões aos editores

Esta seção, também de resenhas críticas, se destina a sugerir títulos estrangeiros para publicação em português aos editores em geral.

Aos ilustradores

Além de encomendar a artistas gráficos e plásticos ilustrações específicas para os artigos publicados, a revista **Humanidades** aceita trabalhos inéditos de ilustração, relacionados a algum texto ou auto-suficientes, no caso de **charges**, por exemplo. Elas devem atender às proporções da revista:

Verticais – 9,0 x 23,0 cm

Horizontais – 11,5 x 19,0 cm

Página inteira – 23,0 x 19,0 cm

Os ilustradores devem enviar um breve currículo pessoal (cerca de 5 linhas) junto com as ilustrações.

Aos assinantes

Humanidades é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília.

Você pode adquirir *Humanidades* em bancas e livrarias ou fazer a sua assinatura anual (quatro números) utilizando o cupom abaixo. O preço do exemplar avulso é de Cz\$ 400,00 e o da assinatura Cz\$ 1.500,00 (Cz\$ 1.200,00 para os estudantes que anexarem fotocópia de comprovante de matrícula). *Estes preços são válidos até 31 de agosto de 1988.*

CUPOM DE ASSINATURA



Editora Universidade de Brasília

Humanidades

[illegible]

Sim, desejo assinar *Humanidades* nas condições oferecidas.

ASSINALE NOS QUADROS APRESENTADOS A OPÇÃO CORRESPONDENTE

FORMA DE PAGAMENTO

☐ VALE POSTAL
(ANEXO)

☐ CARTÃO DE
CRÉDITO

☐ EDITORA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA (ANEXO)RENOVAÇÃO ☐ SIM ☐ NÃO

QUANTIDADE DE ASSINATURAS Cr\$,00 CADA

CARTÃO DE CRÉDITO NOME DO CARTÃO – Nº	VALIDADE	ASSINATURA

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTA RESPOSTA COMERCIAL

NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O selo será pago por:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 BRASÍLIA DF

--	--	--	--	--

Endereço

Remetente

COLE AQUI

COLE AQUI

COLE AQUI



A seguradora de toda a família.

SASSE 
CIA. NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
Seguradora da Caixa Econômica Federal

MATRIZ: Rua Lauro Müller, 116 – 5º, 6º e 7º andares Rio de Janeiro-RJ – Telefone: (021) 275-4022

SUCURSAIS

ALAGOAS (AL) Praça dos Palmares, 11º andar, salas 1105/1106 Ed. Delmiro Gouveia – Centro – Maceió – Tel.: (062) 221-3475
AMAZONAS (AM) Av. 7 de Setembro, 815 – 7º andar, salas 71/72 Centro – Manaus Tel.: (092) 234-8831
BAHIA (BA) Rua Chile, 23/25 – 7º andar, salas 706/710 Ed. Professor Eduardo de Moraes – Bairro da Sé – Salvador Tel.: (071) 241-5144
CEARÁ (CE) Av. do Imperador, 396 Centro – Fortaleza Tels.: (085) 231-9655/226-2260
DISTRITO FEDERAL (DF) S.C.S. Ed. Unilão – 10º andar, Brasília-DF Tels.: (061) 223-3075/223-3218/223-3164
ESPÍRITO SANTO (ES) Av. Jerônimo Monteiro, 130 – 1º andar – Vitória – Tels.: (027) 223-6173/223-2539
GOIÁS (GO) Rua Quatro, 515 – 11º andar – salas 1113/1115 Ed. Perihenon Center Centro – Goiânia – Tel.: (062) 223-7306
MARANHÃO (MA) Rua do Sol, 141 – 8º andar – Ed. Centro Comercial de São Luís Centro – São Luís – Tel.: (098) 222-3722
MATO GROSSO (MT) Rua Batista das Neves, 165 Centro – Cuiabá – Tel.: (065) 321-9823
MATO GROSSO DO SUL (MS) Av. Afonso Pena, 1864 Centro Campo Grande – Tel.: (067) 382-5219
MINAS GERAIS (MG) Av. Amazonas, 641 – 10º andar, conj. 1001 a 1010 Centro – Belo Horizonte – Tel.: (031) 201-3388/201-3509

PARÁ (PA) Av. Sarzedelo Comê, 180 Centro – Belém – Tel.: (091) 224-1893
PARAÍBA (PB) Rua Santo Elias, 312 Centro – João Pessoa – Tels.: (083) 221-3364
PARANÁ (PR) Rua Marechal Deodoro, 630 – 4º andar, conjuntos 401, 402, 403, 405 e 407 Centro – Curitiba – Tel.: (041) 233-2812
PERNAMBUCO (PE) Travessa Marquês de Herval, 167 – 5º andar, Salas 501/510 S¹⁰ Antônio – Recife – Tel.: (081) 224-3138
PIAUÍ (PI) Rua Elizeu Martins, 1294 – 2º andar, salas 204 Centro – Teresina – Tel.: (086) 222-3264
RIO GRANDE DO NORTE (RN) Rua João Pessoa, 198 – salas 902, 903 e 904 Edifício Canaçu – Centro – Natal
RIO GRANDE DO SUL (RS) Rua dos Andrades, 995 – 6º andar, salas 601 e 602 Centro – Porto Alegre – Tel.: (051) 21-3344/21-3671
RIO DE JANEIRO (RJ) Av. Rio Branco, 125 – 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – Tel.: (021) 224-1414
SÃO PAULO (SP) Av. Paulista, 1912 – 5º e 6º andares Cerqueira César – São Paulo – Tels.: (011) 289-7844/7563/7156/7685
SANTA CATARINA (SC) Av. Osmar Cunha, 15 – 4º andar – Bloco C conjuntos 401 e 402 – Florianópolis – Tels.: (048) 22-4233/22-4224
SERGIPE (SE) Av. Rio Branco, 186 – salas 321 e 332 Edifício Ornelo Teixeira – Centro – Aracaju – Tel.: (079) 221-1327



Além de ser uma das maiores empresas no seu setor, prestar bons serviços e fabricar produtos de qualidade reconhecida, a Shell cumpre um outro importante compromisso com a comunidade: o apoio a eventos artísticos e atividades culturais, como a Música, o Teatro, o Cinema, a Dança e a Pintura.

Na Música, quem dá a nota é o Prêmio Shell para a Música Brasileira, que já premiou nomes importantes do repertório nacional, como Pixinguinha, Tom Jobim, Villa-Lobos, Francisco Mignone, Dorival Caymmi, Radamés Gnattali, Camargo Guarnieri, Luiz Gonzaga, Cláudio Santoro, Braguinha, Milton Nascimento e Guerra Peixe.

No Teatro, a força da Shell está sempre em cena; ela já patrocinou a montagem de grandes espetáculos entre outros "Rei Lear" (Prêmio Molière Especial para Sérgio Britto), "Freud", "Assim é se lhe Parece", "Quatro Vezes Beckett" e "Sábado, Domingo e Segunda".

Cultura : a Shell Também Responde.

No Cinema, o impulso que a Shell dá se revela na sua filmoteca, um amplo acervo de curtas-metragens, didáticos e culturais, à disposição para empréstimo gratuito ao público.

E, na Pintura, mais uma vez destaca-se o incentivo da Shell, que tem em sua pinacoteca assinaturas consagradas, como Sami Mattar, João Câmara, Laerpe Motta e Tomie Ohtake, entre outros. Vale realçar que a maioria dessas obras foi adquirida quando seus autores ainda não eram tão famosos, do que muito se orgulha a Shell, além de comprovar o acerto de seu investimento.

Através de seu incentivo a essas atividades artísticas, a Shell não só participa como também assume seu posto no apoio à identidade cultural de nosso povo.

Estimular a cultura nacional é papel de uma grande empresa.

